

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
EM SAÚDE
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

Clara Barbosa de Oliveira Santos

**SOFRIMENTO PSÍQUICO E MILITÂNCIA: Apontamentos sobre a discussão de
saúde mental nos partidos políticos revolucionários**

Rio de Janeiro

2022

Clara Barbosa de Oliveira Santos

**SOFRIMENTO PSÍQUICO E MILITÂNCIA: Apontamentos sobre a discussão de
saúde mental nos partidos políticos revolucionários**

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio como requisito para
obtenção do título de mestra em Educação
Profissional em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. André Vianna Dantas

Rio de Janeiro

2022

Catálogo na Fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

Marluce Antelo CRB-7 5234

Renata Azeredo CRB-7 5207

S237s Santos, Clara Barbosa de Oliveira
Sofrimento psíquico e militância: apontamentos
sobre a discussão de saúde mental nos partidos
políticos revolucionários / Clara Barbosa de
Oliveira Santos. - Rio de Janeiro, 2022.
183 f.

Orientador: André Vianna Dantas

Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo
Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim
Venâncio, Programa de Pós-graduação em Educação
Profissional em Saúde, 2022.

1. Saúde Mental. 2. Tortura. 3. Trabalhadores.
4. Partidos Políticos Brasileiros. 5. PCB - Partido
Comunista Brasileiro. 6. PSOL - Partido Socialismo
e Liberdade. 7. PSTU - Partido Socialista dos
Trabalhadores Unificado. I. Dantas, André Vianna.
II. Título.

CDD 362.2

Clara Barbosa de Oliveira Santos

**SOFRIMENTO PSÍQUICO E MILITÂNCIA: Apontamentos sobre a discussão de
saúde mental nos partidos políticos revolucionários**

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio como requisito para
obtenção do título de mestra em Educação
Profissional em Saúde.

Aprovada em 16/03/2022

BANCA EXAMINADORA

André Vianna Dantas (FIOCRUZ/EPSJV)

Marcela Alejandra Pronko (FIOCRUZ/EPSJV)

Daniela Albrecht Marques Coelho (UERJ)

AGRADECIMENTOS

A escrita é um processo coletivo, apesar de parecer solitário. Além dos livros (que envergaram a minha estante), dos artigos, da quantidade nada saudável de café e da infinidade de *xerox* que me fizeram companhia, várias foram as pessoas de carne e osso que, nos últimos dois anos, foram fundamentais para a construção destas linhas. Eu queria muito abraçar todos(as) e dizer o quanto contribuíram para o que está aqui. Infelizmente, não posso. Então, vou dedicar um espaço – muito pequeno, a meu ver, mas que acho necessário – a cada um(a) de vocês, e já antecipo o meu perdão, porque vou me estender demais.

Édney, não tem como não iniciar com o seu nome. Obrigada não só por ser um amigo e parceiro incrível desde a graduação, mas por ter me apresentado a Escola Politécnica. Revirei o *site* do Programa de Pós-Graduação praticamente inteiro, sem acreditar no que eu lia, depois de você me enviar o edital e dizer: “Talvez eu tenha achado sua galera”. Se me dissessem, antes disso, que existiam marxistas no campo da saúde, perguntaria rindo onde estavam. O bom é que meu questionamento foi antecipado. Uma série de circunstâncias impediram que fizéssemos a prova juntos. Por isso, espero, de verdade, que um dia você possa viver o “Poli” – como carinhosamente aprendi a chamar – da maneira que não consegui. Eu te devo um presente, duplinha.

Cosme, como cresci e te vi crescer nos nossos dois anos de residência. Dentre as várias situações que passamos juntos, de discussões de caso a manifestações, eu preciso destacar seu incentivo às seleções de mestrado, que foi essencial para me retirar da apatia em que me encontrava. Acho que nunca te disse isso, mas a cada artigo e livro que imprimíamos, eu me sentia impulsionada a fazer algo que passei um bom tempo achando que não era para mim. Vale uma menção honrosa, também, pelo seu papel no rasgo da minha lista de prós e contras “UFJF x Fiocruz” após os resultados – com um único “contra” para Fiocruz, porque “no Rio faz calor demais”. À Sabrina, por ter jogado a última pá de cal na falecida lista, e pelas reuniões de orientação lotadas de amor, conselhos e “puxões de orelha”, que me acompanharam da graduação à residência. Eu procurei uma orientadora e acabei ganhando uma amiga.

Giselle, minha querida preceptora, muito obrigada por ter compartilhado sua experiência como assistente social e mestranda comigo, o que fez toda a diferença na minha formação. Mas eu te agradeço especialmente por ter enchido minha rotina de poesia e risada durante um trabalho em que nos deparamos com o que há de mais duro da vida, por ter me liberado para fazer provas e disciplinas, querendo ouvir depois cada detalhe de como foi, e por ter me presenteado com uma amizade linda.

Aos meus amigos, amigas e camaradas de Minas Gerais, vocês sabem quem são: obrigada por todas as festas surpresa, despedidas, presentes, choros e abraços. Nos seis anos que morei neste estado, eu me tornei militante comunista; mineira; assistente social; quase jornalista; dona de gato; fui adotada por várias casas; ganhei um sotaque novo e me senti um “cadinho” mais amada por ser quem sou. Na verdade, hoje, as melhores partes de mim existem em virtude de vocês, e espero ter deixado coisas boas por aí, porque a saudade está por aqui todos os dias.

Ao meu pai, Casé, que, apesar de não discutir uma linha de teoria comigo e de não saber bem o que eu faria em um mestrado, foi o primeiro a ligar para saber como eu estava depois da seleção e o primeiro que abriu os arquivos para conferir resultados, querendo participar do jeitinho *gauche* dele, porque sabia da importância que eu dava a estas etapas. Obrigada por ter feito o seu possível, com carinho e cocada, para dar suporte estrutural e financeiro, por respeitar meu ritmo meio intenso de estudo e por ser o primeiro, também, a mencionar a necessidade de um descanso.

Ao meu irmão, Artur, que quanto mais me atrapalhava, mais me ajudava, pois se uniu ao nosso pai para dar ordens de descanso das leituras, me mandava fazer atividade física – e equilibrava, para minha felicidade, com a compra de lanches –, me acompanhava nos filmes e sabia fazer as melhores piadas (mesmo que eu não admitisse na hora) com o meu desespero desproporcional diante de algumas situações. Aprendo muito contigo sobre ser mais descontraída e tranquila, e consegui ver frutos disso nestes dois anos. Obrigada.

A professora Ana Reis talvez não tenha dimensão disso, mas ela conseguiu reunir, em fevereiro de 2020, duas turmas de mestrado e alguns calouros perdidos numa disciplina de verão, em um mundo pré-pandêmico. Se não fossem estas duas semanas de aulas, teríamos perdido uma oportunidade de aprendizado com ela, e não seríamos tão bem acolhidos pelas turmas de 2018 e 2019, com café, almoço e plantão de dúvidas. A partir destas conversas, tivemos um vislumbre do que era estar no mestrado, quais as disciplinas ofertadas, a melhor forma de estudar e quem era o corpo docente.

Foi em um destes momentos que disseram que o meu tema dialogava com um professor chamado André Dantas, e fui procurar produções dele no período antes de iniciar o semestre. Não só adorei o que achei, como também fiquei muito feliz por ele ter aceitado – depois de eu ter escrito um e-mail que não precisava ser tão longo – ser meu orientador. São várias as coisas pelas quais quero te agradecer, André, mas gostaria de deixar registrado que foi um verdadeiro privilégio ser sua orientanda. Você foi um orientador em todos os sentidos da palavra, o que

não é algo menor de ser destacado, porque é bem difícil encontrar uma relação assim nos espaços acadêmicos. Eu realmente amadureci intelectualmente neste mestrado graças às suas contribuições e conversas, e isso se deve muito por sua confiança em mim e nesta proposta de estudo. Os equívocos deste trabalho são de minha inteira responsabilidade, mas os acertos só existem por conta de suas intervenções. Obrigada pela paciência, generosidade, leituras cuidadosas e por cada uma das críticas cirúrgicas e assertivas. É uma pena que a “convivência” tenha sido estritamente remota, e espero, em breve, encontrá-lo em um momento mais oportuno.

Dedico um agradecimento especial à turma 2020, a “turminha pandêmica” – que torcemos muito para ser a primeira e última na modalidade de ensino emergencial do Poli –, por conceder apoio mesmo afastada fisicamente e pelo esforço para aprender em conjunto. Porém, tão importante quanto isso, explico toda a minha solidariedade a esta turma de trabalhadoras(es) que vêm tentando realizar pesquisa no Brasil, algo que já era duro, mas que se complexifica numa pandemia, com um genocídio, cortes de gastos na educação... tudo isso somado às mentiras do governo Bolsonaro. Em especial, obrigada ao André, Arthur, Isabella, Veronica Alexandrino e Verônica Wermelinger, o grupo de calouros perdidos que estavam comigo – ou o “G6”, apelidado por Larissa. Desde o início, estamos juntos, brincando e rindo (de nervoso, na maior parte das vezes), dando forças uns aos outros sem nem nos conhecermos direito, cada um à sua maneira, para continuar os estudos, construir os trabalhos e dar o suporte que este momento tanto necessita.

Às queridas que se juntaram a mim ao longo deste processo: Larissa, agradeço por todas as conversas longas até a madrugada e pelas videochamadas, que também permitiram que eu me aproximasse de Ingridh, meu xodó da turma 2021. Eu ainda me impressiono com a sensibilidade das duas por aprenderem a identificar quando eu não estava bem e, assim, me deixarem renovada a cada nova discussão. Vocês abriram um espaço para mim nas suas vidas, e isso fez com que surgisse uma relação de afetividade que extrapolou os estudos. À Crislene, por todo carinho e acolhida na escuta, pela atenção e por se sentir confortável para contar suas reflexões tão coerentes. Thalyta, agradeço muito pela amizade desenvolvida neste período, por ser amorosa e pela confiança em mim.

Estendo meu agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde da EPSJV-Fiocruz, tanto pelo incentivo financeiro com a bolsa disponibilizada ao longo de 10 meses para a realização deste trabalho, quanto por se propor a ser um espaço potencial para o desenvolvimento da teoria social crítica na área da saúde, principalmente diante do atual cenário político de violações e desumanização. Agradeço a todos os professores e

professoras que tive a oportunidade de conhecer e pelas trocas em sala de aula, mesmo que limitada ao ensino remoto, e aguardo ansiosamente discussões presenciais.

À Daniela Albrecht e à Marcela Pronko, obrigada por aceitarem o convite para as bancas e pelas contribuições tanto no momento da arguição da qualificação quanto após, que permitiram dar forma ao objeto de estudo e auxílio no senso de organização teórica. Digo o mesmo que disse mais acima ao André: muitos dos acertos que aparecem aqui foram graças a vocês também.

Um agradecimento muito caloroso às professoras Grasielle Nespoli e Letícia Batista, que me receberam tão bem no Centro de Estudos da Escola, por cada compartilhamento de conhecimento de maneira paciente e pelos momentos de leveza. Foi, com certeza, um dos melhores trabalhos em grupo que já participei na minha jornada acadêmica.

À professora Sueli Mendonça e à turma de mestrado em Ciências Sociais da UNESP-Marília, obrigada não só por acolherem a única aluna externa da disciplina, mas por todas as excelentes exposições, indicações de leituras e debates que surgiram a partir dessas, que engradeceram imensamente este trabalho. Foi um prazer conhecer vocês. Agradeço ao professor Victor Neves, por me permitir ser ouvinte na sua disciplina na UFES, que me munuiu de variadas referências, algumas integrando este trabalho, e mesmo aquelas de que não fiz uso foram essenciais para o aprofundamento do meu conhecimento.

Esta dissertação contou, ainda, com o apoio de várias outras amigas queridas que, de forma particular e fundamental, se dispuseram a contribuir com uma base afetiva, referências, inúmeras revisões e dicas quando me entristecia e/ou não valorizava o que vinha sendo realizado. Não tem uma linha deste trabalho que a Nicole, melhor amiga-irmã, não conheça. É a minha dupla mais complementar. Além de ser uma das principais razões de eu estar no mestrado, ela foi revisora, professora, *sommelier* de livros, filmes e séries, além da maior fonte de sabedoria e carinho que tive neste período de estudo pandêmico. Obrigada pelos estímulos, por reforçar que não caibo em nenhum padrão e por me inspirar a ter a relação mais genuína e gostosa possível com a vida. Você me dá esperança e força, e desejo que todo mundo tenha ao menos uma “Nicole” pelo caminho que for trilhar.

Dani e Martinha, “brindes” da minha convivência com Cosme, foram duas pessoas essenciais para a manutenção da minha sanidade nesta pandemia. Dani, tudo que aprendi sobre pesquisa, pouquíssimo comparado ao seu conhecimento, foi com você. Obrigada pelas reuniões para me mostrar como mexer na Plataforma Brasil, pelos ensinamentos acerca de ética em pesquisa e de como fazer uma boa metodologia e por cada leitura comentada de maneira

atenciosa e legítima deste material. Conversar com você era um respiro de sensatez no meu cotidiano. Martinha, agradeço também pelas leituras do trabalho, e por querer conversar mais sobre ele, o que me deixou muito animada. Muito obrigada por me fazer (e me lembrar de) ler mais literatura, algo que tanto amo, quase negligenciado neste contexto, e que permanece trazendo o máximo de calma para mim. À Ana Luiza, obrigada por compreender meus sumiços, colocar mais arte na minha vida, ouvir meus desabafos, pelo apoio e conselhos com tom de cinismo que tanto adoro.

Finalmente, a mais importante, à minha mãe, Márcia, a maior torcedora deste trabalho, que me inspira e me dá tanta segurança em um ambiente totalmente inseguro. Esta dissertação existe por conta da sua existência. Eu, como quase a unanimidade das filhas, cresci apontando os seus erros e, hoje, fico tentando reproduzir seus acertos, que, felizmente, são inúmeros e lindos. Vi você indo na contramão do mundo, tornando-se a melhor versão de si neste período, com muito custo e coragem, e me transformei junto. Agradeço por tudo que presenciei ao seu lado. Obrigada por ser forte, sem deixar a nossa humanidade de lado. Obrigada por me regar de café, chocolate e paçoca com doses de amor enquanto eu lia e escrevia. Obrigada por me permitir viver tudo isso, e ter se divertido acompanhando o processo. Te amo.

*É belo ser comunista,
ainda que cause muitas dores de cabeça.*

*E é que a dor de cabeça dos comunistas
se supõe histórica, melhor dizendo,
que não cede ante as pílulas analgésicas
senão somente quando da realização do
Paraíso na terra.
Assim é a coisa.*

*Sob o capitalismo nos dói a cabeça
e nos arrancam a cabeça.
Na luta pela Revolução a cabeça é uma bomba
de retardo.
Na construção socialista planificamos a dor
de cabeça
a qual não diminui, muito pelo contrário.*

*O comunismo será, entre outras coisas,
uma aspirina do tamanho do sol.*

(Roque Dalton – Sobre Dores de Cabeça)

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a forma como os partidos políticos brasileiros da esquerda radical (PCB, PSOL e PSTU) tratam o debate de saúde mental nas suas ações políticas cotidianas, intra e extra partidariamente. O estudo realiza o esforço de resgatar produções científicas nacionais e internacionais, tomando o método materialista histórico dialético, que priorizaram abordar: a relação estabelecida entre saúde mental e militância revolucionária, o tema da subjetividade no interior do campo marxista e o aumento dos quadros de sofrimento psíquico, a nível mundial, no atual modo de existência neoliberal do capitalismo. A pesquisa foi de caráter qualitativo e exploratório, partindo de um levantamento bibliográfico e recorrendo à pesquisa de campo, realizando entrevistas com 19 militantes do PCB, PSOL e PSTU que atuam em um determinado município da Zona da Mata Mineira. Na análise dos dados coletados, cotejando com o material teórico-bibliográfico para esta dissertação de mestrado, pudemos constatar que, apesar de visíveis avanços, comparativo a pesquisas precedentes, há ainda um debate irrisório sobre saúde mental no interior destas organizações e, conseqüentemente, ações incipientes para intervir de maneira coerente na problemática atual do sofrimento psíquico. Como resultado do estudo, ressalta-se que a coletivização das expressões de sofrimento e o fortalecimento de vínculos políticos de cunho humanizador e emancipatório, personificados nas relações de camaradagem, nos espaços militantes auxiliam a minorar o grau de sofrimento dos sujeitos e a compreender que a problemática possui raiz social. Frisamos a necessidade de realização, por parte das organizações, de um mapeamento das reais condições de saúde mental dos trabalhadores, dos militantes e da construção de uma política de saúde mental dentro destes partidos políticos, com o intuito de se refletir sobre intervenções que possam ser concretizadas juntamente à classe. Por fim, destaca-se a importância deste tema para o campo da saúde mental, tanto para futuros debates e pesquisas, como pela pretensão de contribuir na criação de estratégias para a superação da ordem vigente.

Palavras-chave: Sofrimento Psíquico. Saúde Mental. Militância Revolucionária. Partidos Políticos.

ABSTRACT

The objective of this paper was to analyze how the Brazilian political parties of the radical left (PCB, PSOL, and PSTU) handle the mental health debate in their daily political actions, intra and extra-party. The study tries to rescue national and international scientific productions, using the dialectic historical materialist method, which has given priority to addressing: the relationship established between mental health and revolutionary militancy, the subjectivity theme within the Marxist field, and the increase in mental suffering, on a worldwide level, in the current neoliberal way of existence under capitalism. The research has a qualitative and exploratory character, starting with a bibliographical inquiry and resorting to field research, conducting interviews with 19 militants from the PCB, PSOL, and PSTU who act in a certain municipality of the Zona da Mata region of Minas Gerais. In the analysis of the gathered data, in collation with the theoretical and bibliographical material for this master's thesis, we were able to verify that, despite noticeable advances, compared to previous studies, there is still a derisory debate about mental health inside these organizations and, therefore, incipient actions to intervene in a coherent manner in the current problematic of psychological suffering. As a result of the study, the collectivization of the expressions of suffering and the strengthening of political bonds of a humanizing and emancipatory nature, personified in the relationship between comrades, a relation of political belonging in militant spaces, help to lessen the degree of suffering of the subjects and to understand that the origin of this problem has a social root. It should be emphasized the need for the organizations to map the real mental health conditions of the workers, the militants and the construction of a mental health policy within these political parties, with the purpose of reflecting on interventions that can be accomplished together with the working class. Lastly, it is highlighted the importance of this theme for the mental health field, both for future debates and research and for the purpose of contributing to the creation of strategies to overcome the current order.

Keywords: Psychic Suffering. Mental Health. Revolutionary Militancy. Political Parties.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AIT** – Associação Internacional dos Trabalhadores
- BDTD** – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- BM** – Banco Mundial
- CAAE** – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
- CAPS** – Centro de Atenção Psicossocial
- CC** – Comitê Central
- CEP** – Comitê de Ética em Pesquisa
- CID** – Classificação Internacional de Doenças
- CNS** – Conselho Nacional de Saúde
- CR** – Comitê Regional
- CSP-Conlutas** – Central Sindical e Popular-Conlutas
- CS** – Convergência Socialista
- CT** – Centralidade do Trabalho
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- CZ** – Comitê Zonal
- DCE** – Diretório Central dos Estudantes
- DSM** – Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais
- EPSJV** – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
- EUA** – Estados Unidos da América
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FMNL** – Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional
- FSLN** – Frente Sandinista de Libertação Nacional
- GGB** – Grupo Gay da Bahia
- HD** – Disco Rígido
- LGBTQTQIA+** – Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transsexuais; Travestis; Queer; Intersexuais; Assexuais e demais expressões de gênero e sexualidade
- LIT-QI** – Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional
- M26** – Movimento 26 de Julho
- MML** – Movimento Mulheres em Luta
- MTST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
- NMS** – Novos Movimentos Sociais
- OMS** – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
POSDR – Partido Operário Social-Democrata Russo
PSDA – Partido Social-Democrata Alemão
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
RCLE – Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
SUS – Sistema Único de Saúde
TAI – Termo de Anuência Institucional
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação
TCUD – Termo de Compromisso de Utilização de Dados
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UJC – União da Juventude Comunista
UNE – União Nacional dos Estudantes
URNG – União Nacional Revolucionária Guatemalteca

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CAPÍTULO 1 – A RELAÇÃO ENTRE SAÚDE MENTAL E MILITÂNCIA REVOLUCIONÁRIA	26
1.1 AS DETERMINAÇÕES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CAPITALISMO	26
1.2 O DEBATE NO CAMPO: o sofrimento psíquico e a militância na literatura	29
1.3 O SOFRIMENTO PSÍQUICO A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO	42
2 CAPÍTULO 2 – O PARTIDO POLÍTICO NA TRADIÇÃO MARXISTA	64
2.1 O PAPEL DO PARTIDO POLÍTICO NA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	64
2.2 PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB	78
2.3 PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL	80
2.4 PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO – PSTU	82
3 CAPÍTULO 3 – SAÚDE MENTAL EM CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL	86
3.1 OS ANTECEDENTES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: disciplinamento dos corpos e a consolidação do sujeito neoliberal	87
3.2 O FENÔMENO DA PSICOPATOLOGIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL COMO UM DESDOBRAMENTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL	106
3.3 O PROCESSO DE NEOLIBERALIZAÇÃO, SUAS IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS- OBJETIVAS E A INTENSIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO	116
4 CAPÍTULO 4 – A SOCIABILIDADE CAPITALISTA COMO FONTE CORROSIVA DA SAÚDE MENTAL	129
4.1 INDIVIDUALIZAÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO X A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS COLETIVOS DE PRODUÇÃO DA SAÚDE	130
4.2 AS RELAÇÕES DE CAMARADAGEM E A SUPERAÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
APÊNDICES	172
ANEXOS	178

INTRODUÇÃO

A escrita deste trabalho iniciou-se com algumas inquietações advindas da minha experiência como militante no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), partido em que me encontrava organizada entre os anos de 2014 e 2021. Apesar do desejo de estudar saúde mental ter emergido durante meu estágio curricular em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no momento da graduação em Serviço Social, a associação desta discussão às organizações partidárias foi posterior – nos anos de 2017-2018 –, quando já estava há um tempo orgânica na militância, sendo também o período em que passei a perceber, fortemente, relatos de camaradas sobre suas deteriorações de saúde mental.

As queixas, geralmente compartilhadas brevemente nos inícios de reuniões e com maior intensidade após o fim, abordavam questões como problemáticas com a formação universitária; a procura por trabalho e/ou o desgaste com esse; o desemprego; atritos familiares; sobrecargas de atividades na rotina (dentro e fora do partido) e falta de perspectiva futuras na vida como um todo. No período em questão, notei que existiam casos destoantes, que foram, mais adiante, diagnosticados como quadros de sofrimento psíquico, não apenas frustrações mais genéricas com o cotidiano, e possuíam maior presença e gravidade no setor de juventude, chegando a acarretar afastamentos temporários e até permanentes da militância. Isso me mobilizou a buscar o porquê deste cenário ter maior recorrência neste segmento. Neste íterim, passei pelo meu próprio processo de sofrimento, entre os anos de 2018 e 2019, por conta de episódios sistemáticos de assédio organizacional no local onde trabalhava. Mesmo com esta situação particular das minhas condições de saúde, algo que demandou intervenções profissionais, realizei um esforço considerável para que esta experiência não passasse a mediar o crivo analítico dos meus questionamentos.

Assim, elaborei um projeto de pesquisa para submissão no mestrado, inicial e sucinto, para investigar se esse agravamento na saúde mental dos militantes ia para além do PSTU e, nisso, incluí o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no escopo da pesquisa. Menciono que o projeto estava em passos incipientes por crer ser importante, uma vez que ainda estava tentando e almejava me aproximar com qualificação do tema, sabendo que precisava ainda ser trabalhado. O objetivo era investigar como os partidos políticos que se reivindicavam críticos à ordem, no campo da esquerda radical, percebiam e reconheciam os casos de sofrimento psíquico dos militantes jovens, e como intervinham (*se intervinham*) nestas situações mais frágeis. Na época, eu considerava que uma das razões para

tais incidências serem mais “comuns” entre os jovens estava relacionada à precarização generalizada da vida na atualidade, não só para a juventude trabalhadora brasileira, mas para o conjunto da classe, com o processo de neoliberalização: desmonte de políticas públicas e direitos sociais (contrarreformas trabalhista e da previdência, por exemplo); privatizações; desemprego estrutural; baixos salários, dentre outros elementos. Parecia haver uma dificuldade de explicar mais concreta e criticamente o aprofundamento das situações de sofrimento psíquico (sem enveredar numa banalização desse), e um descompasso, também, na visualização de estratégias e/ou alternativas de enfrentamento ainda na realidade posta – mesmo entre os militantes comunistas –, algo que poderia impactar gravemente no processo de saúde-doença dos sujeitos.

Com o ingresso no mestrado em Educação Profissional em Saúde e o desenvolvimento do projeto de pesquisa, deparei-me com algumas dificuldades de compreensão daquilo que realmente gostaria de estudar – no caso, como dar melhores contornos ao objeto de estudo e colocá-lo no papel. Cabe trazer que, em relação a este ponto, houve uma sensibilidade e atenção da figura do orientador de entender tais dificuldades e, por conta disso, recorreremos à banca de qualificação para este auxílio teórico. Ressalto que esta decisão foi fundamental, e que a partir disso pude dar continuidade ao processo de escrita, realizando as alterações cabíveis e modificando o objeto e os objetivos do estudo. A forma atual em que se encontra este trabalho era o que, de fato, desejava e não tinha instrumentalidade, naquele momento, para construir e elaborar. Além disso, o percurso no mestrado, com as experiências nas disciplinas externas e do próprio programa, e as discussões travadas junto a outras discentes, propiciou um amadurecimento intelectual que auxiliou na organização dos meus conhecimentos e discussões.

Desta forma, a presente dissertação, de caráter exploratório e qualitativo, tem como questão central analisar a forma como os partidos políticos brasileiros da esquerda radical (PCB, PSOL e PSTU) tratam o debate de saúde mental nas suas ações políticas cotidianas, intra e extra partidariamente, tendo como hipótese inicial que estas organizações não se atentavam propriamente às discussões e intervenções relacionadas ao tema da saúde mental. Os objetivos específicos são: 1) observar a presença da discussão de saúde mental no programa político destas organizações; 2) identificar se, nestes partidos políticos, há espaços para que o militante em sofrimento psíquico possa dialogar sobre sua condição; e 3) apontar quais elementos podem

proteger ou prejudicar a saúde mental destes militantes nestes partidos, a fim de traçar estratégias para intervir nestas situações.

Já na submissão do projeto, havia notado que seria necessária a realização de entrevistas com militantes destes três partidos, visto que, para a construção do referencial, não fora encontrado material bibliográfico suficiente que elaborasse detalhadamente sobre esta temática. Porém, em novo levantamento das referências para o trabalho, percebemos que, somado às entrevistas e anterior a elas, deveríamos nos atentar em selecionar produções que faziam análises acerca da saúde mental e do sofrimento psíquico a partir de um eixo crítico, a fim de evitar uma caracterização genérica que reforçasse um pluralismo imprudente das experiências de sofrimento e de diagnósticos (algo fortalecido na atualidade), e trazendo maior objetividade para a discussão, justamente por compreendermos a existência de uma indissociabilidade entre a conformação da saúde mental e o modo de vida no sistema capitalista.

Deste modo, este estudo faz uso de produções acadêmicas cuja linha teórica é orientada pelo método materialista histórico dialético, elaborado nas obras de Karl Marx – especialmente, no livro *A Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 2007), obra escrita em conjunto com Friedrich Engels. Este método considera que, para compreender a totalidade do objeto de estudo, é necessário partir da realidade concreta, realizando a abstração dessa e delimitando as categorias de análise para, por fim, expor a reflexão do “concreto pensado”. Nas palavras de Netto (2011, p. 21, grifo no original), o materialismo histórico dialético caracteriza-se por se propor a realizar “[...] *a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa”. Engloba-se, assim, um ponto de partida concreto (materialista), entendendo o contexto em que o objeto está inserido, estando passível, portanto, de transformações (histórico) e os diversos atravessamentos que o perpassam, que podem ser contraditórios (dialético). Logo, “conhecer teoricamente é (*para usar uma expressão cara ao professor Florestan Fernandes*) saturar o objeto pensado com as suas determinações concretas” (NETTO, 2011, p. 53, grifo no original).

Recorremos ao materialismo histórico não só para uma melhor delimitação do fenômeno do sofrimento psíquico, exposição desenvolvida no primeiro capítulo desta dissertação, mas também para discutir a respeito da formação/conformação da subjetividade no âmbito do capitalismo. Embora haja uma resistência histórica no interior do campo marxista ao debate de subjetividade, tratando-o de forma reducionista e/ou mencionando-o brevemente

(SILVEIRA, 2002), partimos da concepção de que esta teoria possui arcabouço e condições suficientes de instrumentalizar uma análise da subjetividade e as múltiplas determinações que a constituem.

Por isso, fizemos o esforço de trazer autores da tradição marxista – Marx, Engels, Vigotski, Martín-Baró, Fanon, além de outros pesquisadores que atualizam estes escritos, como Furtuoso e Costa (2021) e Costa e Mendes (2020; 2021a; 2021b) – que elaboraram ao longo de sua trajetória sobre a questão da subjetividade; os cerceamentos a que essa é submetida no capitalismo; a relação intrínseca que possui com a luta e a organização políticas e seu potencial denunciativo e de negação dos entraves da sociabilidade do capital. Apontamos como a definição de papéis e funções específicas para as diferentes classes sociais, de modo a manter a lógica vigente em voga – baseada na alienação, no estranhamento e no fetichismo da mercadoria (FURTUOSO; COSTA, 2021) – coloca limites e possibilidades para a efetivação de várias capacidades humanas (LAURELL; NORIEGA *apud* GOMES, 2017).

Ainda no primeiro capítulo, abordamos quatro produções que trataram sobre saúde mental e militância revolucionária, tanto por estabelecerem diálogo com as intenções desta pesquisa, quanto para evidenciar os seus resultados, discussões e as lacunas que localizaram. Em Reis *et al.* (2010), as autoras estudaram a concepção de militantes jovens, de diferentes instâncias representativas do movimento estudantil, da área da saúde e também de algumas organizações partidárias, a respeito do processo saúde-doença. Com este trabalho, pode-se observar que não necessariamente existe uma associação direta do campo político crítico a uma igual concepção crítica de saúde e sofrimento, que entenderia este processo como determinado pela sociedade, algo fundamental para integrar a saúde a uma discussão que toma a matriz das Ciências Humanas e Sociais, uma vez que

[...] a própria inscrição da necessidade de politizar a saúde dá-se pela invisibilidade do social nesse campo, marcado pela cisão entre a sua dimensão técnica e científica, por um lado, e a outra de prática da sociedade. A cisão opõe e isola cada qual, resultando em uma tomada da saúde como campo de domínio apenas técnico-científico. (SCHRAIBER; MOTA, 2015, p. 1470)

No trabalho de Keppler (2011), ao traçar a história de vida de dois militantes e seus processos de sofrimento psíquico enquanto estavam organizados, a autora demonstra como as organizações contribuíram no prejuízo da saúde destes sujeitos, e traz as defasagens da

discussão de saúde mental nos espaços militantes. As mesmas considerações foram expostas por Minetto (2018), que, ao analisar a militância revolucionária em seus efeitos benéficos e prejudiciais para a saúde, expõe sobre a atividade e seus principais nós críticos, apontando que, atualmente, os quadros de sofrimento psíquico grave de militantes comunistas já poderiam ser vistos como um problema político para as organizações e coletivos, que precisam estruturar um planejamento e aglutinar este quesito em seus programas. Em contraposição, na dissertação de Boulos (2016), o autor estuda as potencialidades da atividade de militância para auxiliar na minimização dos sintomas e efeitos negativos dos quadros depressivos e ansiosos, especificamente nas ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), e sua pesquisa indicou uma melhora significativa das condições de saúde de militantes que se encontravam em sofrimento psíquico após entrada no movimento.

Assim, identificamos que estes trabalhos já apontavam a insuficiência de debates acerca de saúde mental na militância de esquerda no geral, bem como também ressaltam que esta atividade possui suas contradições (para aqueles que nela se envolvem), destacando os aspectos negativos e positivos, justamente por sua inserção na sociedade capitalista. Como não há um estudo específico sobre como este fenômeno é compreendido e enfrentado nos partidos políticos da esquerda radical, entendemos que há uma lacuna a ser pesquisada; com isso, no segundo capítulo caracterizamos o papel do partido político na acepção marxista, como uma ferramenta de luta da classe trabalhadora que permanece necessária e atual para superação da ordem do capital – nos posicionando contrariamente à defesa da obsolescência deste instrumento –, tomando especialmente a obra de Marcelo Braz (2011). Além disso, como tivemos a pretensão de observar se houve avanços e modificações no cenário explicitado por estes trabalhos nos partidos políticos da esquerda, fazemos uma breve apresentação acerca do PCB, PSOL e PSTU neste capítulo.

Compartilhamos da perspectiva dos autores supracitados de que a forma como se refletem e articulam as ações de luta organizada da classe trabalhadora e suas frações para destruição da sociabilidade do capital não devem desconsiderar a dinâmica e mudanças deste modo de produção e as consequências subjetivas disso, já que os sujeitos que colocarão estas táticas e estratégias em prática fazem parte desta sociedade, são formados pela ideologia burguesa, historicamente sofrem contínuas expropriações, têm suas condições de vida

reduzidas à barbárie e possuem uma subjetividade estranhada e tensionada, submetida, tendencialmente, a desgastes devido ao aprofundamento das condições degradantes de vida.

No terceiro capítulo desta dissertação, buscamos fazer uma contextualização breve sobre as principais determinações da atual crise sistêmica – iniciada na década de 1970 nos países centrais do capitalismo, mas que se espalhou pela América Latina a partir dos anos 1990 – e das relações sociais de trabalho. Concordamos com outros autores do campo crítico que afirmam que, com a reestruturação produtiva e o processo de neoliberalização, houve um retrocesso estrutural nos direitos sociais conquistados historicamente pela classe trabalhadora, um afinamento de suas condições de vida e um aprofundamento do sofrimento psíquico, oriundo justamente da precarização social, podendo ser considerado, assim, resultado de um “sofrimento social” (MACHADO *et al.*, 2016).

Desenvolvemos uma exposição sobre algumas das lutas sociais emergidas no período, focando nas reivindicações do movimento operário europeu e nas manifestações de Maio de 1968¹, alguns dos desvios deste último e dos limites do primeiro, e o processo de cooptação/capitulação de suas pautas por parte das classes dominantes, que provocou uma desmobilização destas lutas e teve como um dos seus maiores obstáculos a despolitização dos conflitos sociais de classes (SAFATLE, 2021). Trouxemos como exemplos desta despolitização das lutas o fortalecimento do ideário pós-moderno, da lógica do “empresariamento de si”, que eleva à máxima potência a alienação e o estranhamento da sociabilidade do capital ao estimular uma “autoexploração”, uma adaptabilidade a um meio naturalmente adverso (DARDOT; LAVAL, 2017; ANTUNES, 2018) e um culto exacerbado ao “indivíduo”. Todos estes elementos foram aprofundados e sofisticados com o modo de existência neoliberal atualmente em voga (FURTUOSO; COSTA, 2021).

Apontamos como esta retirada do conteúdo político das pautas dos trabalhadores é uma forma estratégica da burguesia de mistificar a dimensão de classe dos conflitos, e tem como função um ocultamento ideológico (e proposital) das bases do modo de produção capitalista – que permanecem intactas. Isso provoca, conseqüentemente, sérios empecilhos para o movimento dialético de superação das diferentes formas da consciência em direção a um estágio

¹ Estas reivindicações não foram as únicas existentes e nem estavam restritas a estes movimentos, a escolha deu-se por já serem exemplos consagrados na literatura crítica para contextualização e institucionalização da ofensiva neoliberal mundialmente.

mais avançado dessa, limitando a possibilidade de apreender criticamente e transformar a realidade (IASI, 2017).

Além de nos determos em explicar o disciplinamento subjetivo – com a consolidação do “sujeito neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2017) – e dos corpos com a neoliberalização, detalhamos as consequências subjetivas (que não deixam de ter sua objetividade) deste processo, dissertando sobre o crescimento de quadros de sofrimento psíquico dos trabalhadores a nível mundial, expondo dados internacionais e nacionais deste agravamento (OMS, 2017; BONADIMAN *et al.*, 2017) – dando maior ênfase ao cenário nacional – e problematizando o fenômeno, também fortalecido com a reestruturação produtiva, da psicopatologização da vida social, entendendo-o como um desdobramento da crise estrutural do capital, como defendido por Gomes (2017) e Furtuoso e Costa (2021).

Ao tratar sobre a questão da psicopatologização da vida – que se define por ser a patologização desenfreada de aspectos comuns do cotidiano dos sujeitos, tornando os mesmos alvos da intervenção do campo biomédico (GOMES, 2017) –, apontamos sobre seu papel estratégico (orientado por setores e instituições burguesas atrelados ao campo da saúde) para a manutenção da ordem vigente e culpabilização/responsabilização dos sujeitos por suas condições precarizadas de vida quando esses sofrem gravemente e/ou reagem ativamente contrários ao cenário, via enfrentamento na luta política. Explicitamos que a problemática não é o sofrimento em si e em suas múltiplas manifestações, mas a forma como esse é apropriado e gerenciado pelo capitalismo na atualidade como um motor subjetivo, com o intuito de garantir a acumulação de lucro e de obscurecer a insustentabilidade das relações sociais (colocando-a como algo insuperável) e o impacto que suas metamorfoses vêm causando nas classes sociais, em especial nos trabalhadores (SAFATLE, 2021).

Assim, destacamos duas estratégias² postas em curso por frações da classe dominante (frações essas ligadas ao campo da saúde) no que concerne responder à massificação do

² Destacamos que estas estratégias não são organizadas e estruturadas pela classe burguesa de maneira mecânica, unidirecional e organizada, uma vez que o processo de dominação burguesa se materializa de forma complexa nos diferentes âmbitos da vida social e possui uma dialética própria. Todavia, no que diz respeito ao nosso objeto de estudo, identificamos com maior protagonismo estas duas estratégias atreladas ao fenômeno do sofrimento psíquico: a culpabilização/responsabilização dos sujeitos pela produção e reprodução das suas condições de vida e a medicalização social – ao longo do trabalho, enfatizamos especialmente as obras de Dardot e Laval (2017) e Gomes (2017), que desenvolvem sobre estas respectivas respostas em seus livros. Reafirmamos aqui que não são as únicas colocadas em curso pelos setores da burguesia para lidar com esse fenômeno ou outros correlatos, mas estas estratégias possuem significativo respaldo no campo da saúde e, por isso, as detalhamos nesta dissertação.

sofrimento psíquico, sendo uma a responsabilização exclusiva dos sujeitos por produzir e reproduzir suas condições de vida e lidar com a complexidade de seus quadros de saúde (COSTA; MENDES, 2021b), visto que é natural da sociedade provocar “adversidades” que precisam ser constantemente superadas (DARDOT; LAVAL, 2017). A outra resposta, caracterizando-se pelo possível reconhecimento da gravidade da situação de sofrimento, buscando não só o tratar como um problema privado (ou seja, desconexo da organização social), mas patologizar e classificá-lo tendo como base diversos critérios diagnósticos flexíveis (concretizados nos modelos nosográficos do Código Internacional de Doenças – CID e Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais – DSM, na sigla composta pelas iniciais em inglês), e deslocando os conflitos político-econômicos que originaram a situação de sofrimento para o campo médico, nomeando-os como “doenças” (COSTA; MENDES, 2021b; DUNKER, 2021). Finalmente, finalizamos este capítulo realizando questionamentos e balanços (tomando elementos das falas dos militantes) sobre como os partidos políticos da esquerda radical vêm refletindo estrategicamente esta conjuntura em suas ações teórico-práticas, interna e externamente às organizações.

Entramos, assim, no quarto e último capítulo, buscando qualificar nossa hipótese inicial, em que partíamos da premissa de que o PCB, PSOL e PSTU não se atentavam propriamente às discussões e intervenções relacionadas ao tema da saúde mental. Atestamos a coerência da hipótese, corroborada com as leituras de produções científicas e na pesquisa de campo, com 18 dos 19 militantes afirmando que um tratamento qualificado e crítico da temática da saúde mental na militância partidária ainda se apresenta de forma incipiente entre tais partidos. Entretanto, esmiuçamos alguns outros aspectos para além do conteúdo das falas, e desenvolvemos argumentos na intencionalidade de explicar o porquê da insuficiência e defasagem desta discussão nestas organizações.

Logo, iniciamos realizando problematizações acerca das duas tendências (e suas interrelações) que orientam o rumo da discussão do sofrimento psíquico: a individualização x a coletivização da questão, abordando elementos, pontuando as armadilhas existentes em ambas, sem, com isso, nos abstermos de defender que, na nossa perspectiva, a coletivização do sofrimento psíquico seja a melhor saída para enfrentamento e superação dos seus agravos e, também, do cenário atual, justamente por considerar a subjetividade como um elemento indissociável do meio social e por buscar entender os sujeitos e suas diversidades sem

absolutizações. Assim, dissertamos sobre como, na realidade, as dificuldades encontradas no âmbito das organizações relacionadas à temática de saúde mental são provenientes das próprias contradições sistêmicas. Destacamos a permanência de diversos gargalos a respeito disso, como a presença de uma concepção de saúde ainda de cunho individualista e funcionalista em alguns casos, a ausência de um mapeamento sobre a intensificação dos quadros de sofrimento psíquico entre os trabalhadores e, conseqüentemente, a inexistência e/ou a ainda parca estruturação de uma política de saúde mental incorporada ao programa político destas organizações.

Em seguida, tomamos principalmente as elaborações de Jodi Dean (2021) a respeito das relações de camaradagem, e retornando aos trabalhos de Keppler (2011; 2018), Boulos (2016) e Minetto (2018), explicamos como a organização política e a defesa de um objetivo comum de luta coletiva podem auxiliar, em um sentido positivo, a minorar as experiências mais gravosas de sofrimento psíquico, devido ao avanço no processo de consciência dos sujeitos e a instrumentalização crítica dos questionamentos à ordem do capital de maneira ativa. Reafirmamos que as organizações partidárias do campo da esquerda radical não estão isentas de reproduzir a ideologia dominante e, mesmo diante desta contradição, defendemos que o partido político permanece sendo o mais efetivo instrumento de luta, além de uma potencial ferramenta para a superação do sofrimento psíquico massificado, não só por se caracterizar como um espaço que conforma o pertencimento político destes sujeitos (DEAN, 2021), mas por se direcionar à raiz geradora de grande parte dos empecilhos que enfrentamos ao refletirmos criticamente sobre o debate de saúde mental: a sociabilidade do capital.

Conforme colocado no início desta introdução, tínhamos a intencionalidade de conduzir uma pesquisa de campo, realizando entrevistas com militantes dos três partidos da esquerda radical brasileira, e decidimos manter esta proposta, apesar do contexto da pandemia de Covid-19. Assim, escolhemos como local um município da Zona da Mata Mineira, por motivações relacionadas às trajetórias acadêmica e militante da pesquisadora. Considerando a especificidade da área de Ciências Humanas e Sociais e a importância da ética em pesquisa como pilar estratégico no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nossas investigações se respaldaram no seguinte arcabouço legislativo, que protege e garante sigilo das informações e identidade dos(as) entrevistados(as): Resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2012), Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS (BRASIL, 2016), Resolução nº 580/2018 (BRASIL, 2018) e as demais normativas e comunicados liberados pela Comissão Nacional de

Ética em Pesquisa a respeito da coleta de dados em campo durante o período pandêmico (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Como optamos por uma metodologia envolvendo pesquisa com seres humanos, o presente trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz (CEP-EPSJV/Fiocruz), sendo aprovado sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 48055221.9.0000.5241. Junto ao projeto detalhado, foram submetidos dois documentos³, que compõem parte dos aspectos metodológicos: um questionário, elaborado no Formulário Google, para coleta de informações gerais acerca dos(as) entrevistados(as), com a finalidade de selecionar militantes de diferentes idades, gêneros, raça, etnia, sexualidades, vínculos de trabalho, dentre outros aspectos, pois partíamos do pressuposto de que permitiria ter um perfil heterogêneo de entrevistados(as) e, possivelmente, de respostas⁴. Este formulário continha o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE)⁵, do qual o “aceite” era necessário, tanto para responder o questionário completo, quanto para a realização posterior das entrevistas. Com isso, os(as) militantes declaravam estar cientes das condicionalidades desta pesquisa – objetivos, riscos e benefícios –, autorizando o uso de suas respostas na dissertação, bem como concordavam em participar de entrevista individual⁶ posteriormente, com um roteiro próprio ao objeto da pesquisa.

Para participação, a pesquisadora recorreu ao intermédio de dirigentes do PCB, PSOL e PSTU, via Termo de Anuência Institucional (TAI)⁷, para que pudessem discutir o documento (nele, estavam descritos os principais detalhes da proposta de pesquisa) nos organismos e, após, se colocarem à disposição para responder o Formulário *Google* e participar da entrevista virtual individual. Sendo assim, justifico a existência deste TAI justamente para garantir uma discussão acerca do projeto de pesquisa entre os militantes nos respectivos organismos dos partidos, evitando acesso prévio da pesquisadora aos(às) possíveis entrevistados(as). Seguido do

³ Ambos os documentos se encontram na seção “Apêndices” da dissertação. As informações fornecidas neste questionário foram de acesso restrito à pesquisadora e seu orientador, e tiveram fins estritamente científicos.

⁴ Acerca deste pressuposto, ressaltamos que esse não se confirmou na pesquisa de campo. Apesar da diversidade de perfis dos entrevistados, algo que priorizamos para a realização das entrevistas, encontramos respostas que, em sua maioria, foram similares e/ou complementares, não identificando diferenças significativas que estivessem relacionadas a esta heterogeneidade. Assim, demos enfoque nas respostas coletadas, e justificamos a nossa escolha por não apresentar o perfil dos militantes entrevistados, já que estes aspectos não se mostraram definidores para uma análise crítica do conteúdo de suas falas.

⁵ Este documento encontra-se em “Anexos”, nomeado de “Anexo C”

⁶ Conforme nota de rodapé 1. O roteiro de entrevistas está nomeado como “Apêndice B”.

⁷ Documento encontra-se na seção “Anexos”, nomeado de “Anexo A”.

preenchimento do Formulário *Google*, os militantes foram contatados pela pesquisadora via e-mail, disponibilizado pelos sujeitos no instrumento, para agendamento de data, horário e envio do *link* para realização da reunião.

Foram 19 entrevistados(as)⁸, e buscamos selecionar uma quantidade proporcional de entrevistados(as) de cada um dos partidos. Tal quantitativo foi definido tendo em vista que a análise dos materiais demandava tempo – enxuto em um período de mestrado, que possui duração de dois anos, sendo apenas um deles dedicado à escrita e à pesquisa empírica –, podendo, em caso de uma extensa quantidade de participantes, prejudicar a qualidade da análise dos dados coletados. Estipulamos os seguintes critérios de inclusão para realização das entrevistas: 1) militantes organizados no PCB, PSOL ou PSTU; 2) militantes que atuassem politicamente no município escolhido para pesquisa; 3) maiores de 18 anos e 4) militantes orgânicos há, pelo menos, um ano nos referidos partidos políticos. Decidimos também que os militantes não necessariamente precisavam ter vivenciado um processo de sofrimento psíquico diagnosticado para participação, desta forma, poderíamos observar as concepções de saúde e/ou saúde mental que possuíam mesmo sem esta experiência, bem como não foi definido como critério a existência de qualquer tipo de relação/envolvimento com o campo da saúde mental. Excluiu-se a possibilidade de entrevista aqueles militantes menores de 18 anos, que não se encontravam ativos na militância de algum dos três partidos (casos de afastamento, por exemplo) e organizados há menos de um ano.

Por conta do contexto de pandemia da Covid-19 e a necessidade da realização do isolamento físico para evitar a propagação do vírus, todas as entrevistas com os participantes foram realizadas ao longo dos meses de agosto e setembro de 2021, via plataformas de videoconferência – *Zoom*, *Google Meet* e *Jitsi Meet* –, escolhidos pelos participantes, a depender de suas condições de privacidade (evitando o mínimo de interrupções) e de limitações de acesso à internet. Todas as entrevistas tiveram consentimento para gravação, e foram salvas em um disco rígido externo (HD) pertencente e de acesso exclusivo à pesquisadora. Reforço, novamente, que todas as informações foram utilizadas para fins exclusivamente científicos, e permanecerão armazenadas por um período de, pelo menos, cinco anos, como consta em legislação (BRASIL, 2012; 2016). Posterior a este intervalo, os arquivos serão excluídos.

⁸ No total, 21 pessoas responderam ao formulário encaminhado via e-mail, porém, duas delas não se encaixavam em um dos critérios estipulados para a pesquisa (estarem organizadas nos respectivos partidos há, pelo menos, um ano). Assim, realizei novo contato dando maiores explicações.

Finalizadas as entrevistas, realizou-se a sistematização, organização e categorização dos dados para a análise qualitativa (TAQUETTE, 2016) – essa última fundamentada no materialismo histórico dialético (MARX; ENGELS, 2007), como já dito –, visando, deste modo, compreender o conteúdo das falas, cotejando às referências selecionadas. Ao longo de todos os capítulos (quatro, ao todo), citamos trechos de diversas falas dos militantes, seja para corroborarem aspectos encontrados na literatura ou para elaborarmos problematizações e reflexões sobre seu conteúdo. Além de omitirmos o nome da cidade estudada, utilizamos pseudônimos para representar os(as) 19 entrevistados(as) – a palavra “Entrevistado A”, no masculino, acompanhada de algarismos (1, 2, 3 etc.).

Por fim, nas Considerações Finais apresentamos uma síntese dos resultados deste estudo, ressaltando a importância e o potencial radical da coletivização das expressões de sofrimento junto ao fortalecimento de vínculos políticos de cunho emancipatório, personificados nas relações de camaradagem (NETO, 2018; DEAN, 2021) nos espaços organizativos militantes, que auxiliam tanto a minorar o grau de sofrimento psíquico dos sujeitos, bem como apontam a sua origem social. Logo, entende-se que, para superar as atuais condições prejudiciais de saúde, é preciso também superar a sociedade que as provocam. Frisamos a necessidade urgente de construção, por parte das organizações, de um mapeamento das reais condições de saúde mental dos trabalhadores e também de seus militantes, além da elaboração de uma política interna de saúde mental, objetivando refletir e concretizar intervenções neste âmbito juntamente à classe. Por fim, destacamos a importância desta discussão, não só para futuros debates e pesquisas na área da saúde e da saúde mental, mas também pela tentativa de contribuir com a criação de estratégias de luta organizada para a superação da ordem vigente.

1 CAPÍTULO 1 – A RELAÇÃO ENTRE SAÚDE MENTAL E MILITÂNCIA REVOLUCIONÁRIA

1.1 AS DETERMINAÇÕES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CAPITALISMO

A saúde mental é intrinsecamente humana (COSTA; MENDES, 2021a). Partindo do referencial teórico marxista, se considerarmos que, para a realização do processo de humanização e de sofisticação das capacidades/potencialidades (sua subjetividade), os homens e mulheres precisam, primeiramente, construir e desenvolver suas condições de vida, sanando necessidades e forjando novas, para estarem e se manterem vivos e, assim, conseguirem fazer história (MARX; ENGELS, 2007), pode-se entender que é por meio das relações estabelecidas, determinadas histórica e socialmente, que se forma a subjetividade dos seres humanos e, portanto, também é forjada a saúde mental desses (COSTA; MENDES, 2021^a) – tanto em suas fragilidades quanto potencialidades:

A saúde mental diz respeito ao ser humano, à sua constituição e à sua práxis no mundo [...]. Mesmo uma pessoa com depressão, com os ditos transtornos mentais, em sofrimento etc., continua a ter saúde mental, só que uma saúde mental combalida, adoecida. Assim como uma pessoa com diabetes ou hipertensão continua a ter saúde, mas uma saúde também atravessada por doenças. Saúde se refere ao ser como totalidade e como este se faz no mundo, não à doença. Sendo assim, o entendimento sobre como ela é produzida, qual é a sua constituição e o que ela exprime implica uma análise radical sobre como tal ser, igualmente, é forjado. A própria etimologia do termo radical já deixa claro: ir à raiz dos problemas. E como Marx (1844/2010) certa vez explicitou, a raiz do ser humano é o próprio ser humano. (COSTA; MENDES, 2021a, p. 219)

Delimita-se a análise da saúde mental, no presente estudo, sob a égide de relações sociais específicas: as relações capitalistas. O capitalismo, uma forma particular de sociedade cindida em classes⁹, caracteriza-se pela exploração e opressão que uma classe (minoritária, a burguesia) exerce sobre outra – a maioria restante da humanidade, a classe trabalhadora. Por ser fundado em relações de separação e de antagonismo (alienação e estranhamento, respectivamente)

⁹ Segundo Lênin (1919, p. 14): “Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social”.

(FURTUOSO; COSTA, 2021), o processo de objetivação-subjetivação¹⁰ dos sujeitos, no interior do sistema capitalista, está determinado por estas relações, criando empecilhos para que os seres humanos exerçam plenamente suas singularidades, alienando-os e estranhando-os de suas capacidades, abrindo margens, assim, para um possível sofrimento, nas mais variadas ordens. Logo, se as relações capitalistas constroem um padrão de subjetividade e formam os sujeitos submetendo-os a um modo de vida alienado, para que este sistema seja destruído, faz-se necessário que as relações produzidas no calor da luta política radical contenham os germens de um novo modo de vida, buscando construí-lo no presente, aglutinando, assim, diferentes possibilidades de expressar a subjetividade, para além de uma formatação homogeneizante do sujeito burguês¹¹.

Ao tomarmos a tradição marxista, é comum observar um desconhecimento e estranheza por parte de pesquisadores e militantes revolucionários sobre a relação existente entre subjetividade e marxismo. Historicamente, a subjetividade tem sido discutida de forma reducionista ou tampouco mencionada no campo marxista – pode-se hipotetizar que esta questão se relaciona com as deturpações que ocorreram nas obras marxianas e marxistas pelo regime stalinista –, sendo perpetuado que o marxismo não possui arcabouço suficiente e com condições de instrumentalizar uma análise da subjetividade, como se existisse, tal como é propagado no senso comum, “[...] um antagonismo entre o campo da singularidade e o dos projetos coletivos [...]” (SILVEIRA, 2002, p. 7).

Na realidade, esta argumentação possui fragilidades: desde Marx e Engels, passando por outros autores da tradição marxista – como Vigotski (1930), Leontiev (2004), Fanon (2008) e Martín-Baró (2017), para citar alguns –, a discussão da subjetividade e sua indissociabilidade do meio concreto foi explicitada e trabalhada como um desafio teórico-prático para os revolucionários. Compreender como o capitalismo conforma, homogeneíza e disciplina os sujeitos é necessário para que se possa construir uma nova sociabilidade, de fato, sem classes sociais e sem qualquer tipo de opressão, em que haja espaço para a formação e consolidação de subjetividades das mais diversas e humanamente livres, algo que já era atentado por estes autores que citamos.

¹⁰ O processo de objetivação-subjetivação é definido pela relação entre corpo (objetivação) e psiquismo (subjetividade), conhecido como “nexo biopsíquico” (GOMES, 2017).

¹¹ O termo “sujeito burguês” faz referência não ao proprietário dos meios de produção, mas ao fato de que os sujeitos de todas as classes e suas frações são formados a partir do ideário da burguesia: uma formação de homens e mulheres estranhados, alienados e orientados pela necessidade contínua de produção para o mercado.

A resistência à discussão da subjetividade no interior do marxismo, presente até hoje, obstaculiza a realização de uma problematização sobre a inserção e localização dos sujeitos na sociedade capitalista – algo indispensável, pois, ao estabelecermos isso, identificamos os papéis e funções colocados por este tipo de formação social, entendendo os “[...] limites e possibilidades para o desenvolvimento de capacidades nas várias dimensões humanas – corporais, psíquicas, subjetivas [...]” (LAURELL; NORIEGA *apud* GOMES, 2017, p. 31).

Somado a isso, cabe destacar que a relevância de realizar este debate sob a perspectiva marxista nos permite caracterizar a questão da saúde mental na atualidade, e o crescimento, a nível mundial, de situações de sofrimento psíquico no interior das classes, em especial da classe trabalhadora (COSTA; MENDES, 2021b). Detalharemos mais atentamente no capítulo seguinte tal quadro, de maneira a entender a centralidade do capitalismo na determinação deste cenário, dado que a produção de variadas expressões de sofrimento tem lugar como parte inerente da sociabilidade burguesa, fundada na alienação e no estranhamento. Buscaremos caracterizar também como o campo político que se propõe a dirigir e orientar a classe trabalhadora brasileira em um projeto societário de horizonte emancipatório caracteriza (*se caracteriza*) este fenômeno e o cenário, no intuito de agir politicamente junto à classe, em contrapartida.

Por isso, o objetivo deste trabalho é compreender se os partidos políticos revolucionários – Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) –, organizações de esquerda com militância mais ativa, têm elaborado análises e ações políticas relacionadas à saúde mental, e se tal temática possui relevância e importância nas intervenções teórico-práticas destes partidos, tendo em vista que o debate de saúde mental esteve (e está) presente no interior da tradição marxista, apesar da resistência histórica ao tema neste campo político.

Este capítulo aborda alguns elementos iniciais para auxiliar na caracterização destes aspectos de maneira mais adequada. Em primeiro lugar, trazemos produções acadêmicas que se dedicaram a estudar a relação entre saúde mental e militância revolucionária, localizando o que foi apontado nestas pesquisas – suas considerações – e como este trabalho pode complementá-las a partir dos dados coletados em campo cotejados com a bibliografia selecionada. Em seguida, elabora-se, orientado pelo método materialista histórico dialético,

sobre o fenômeno do sofrimento psíquico, suas características e seus rebatimentos nos sujeitos inseridos na ordem do capital – especificamente, a classe trabalhadora e suas frações.

1.2 O DEBATE NO CAMPO: O SOFRIMENTO PSÍQUICO E A MILITÂNCIA NA LITERATURA

Apesar da existência de trabalhos acadêmicos que analisam a atividade militante revolucionária e seu diálogo com a saúde mental, a relação estabelecida entre estas temáticas é recente, sendo sua produção, conseqüentemente, ainda escassa. Por isso, entendemos que para os fins de nossa discussão é necessário apresentar brevemente aspectos daqueles trabalhos que, durante as buscas nas principais bases de dados (SciELO, Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD), pudemos identificar vinculação com o objeto e os objetivos desta dissertação. Foram selecionadas quatro produções:

- O artigo de Reis *et al.* (2010), intitulado *Processo saúde-doença: concepções do movimento estudantil da área da saúde*, em que as autoras estudam a concepção de militantes jovens, de diferentes instâncias representativas do movimento estudantil e da área da saúde, a respeito do processo saúde-doença;
- A monografia de Keppler (2011), intitulada *Saúde e militância: reflexões a partir da escuta de militantes*, em que a autora, a partir da história de vida e atuação de dois militantes inseridos em organizações de cunho revolucionário, busca compreender o processo de sofrimento destes sujeitos, que estava associado, em alguma medida, à atividade militante;
- A dissertação de Boulos (2016), intitulada *Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo*, em que o autor analisa como a atuação nas ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) auxiliou na melhora das condições de saúde de militantes que se encontravam em sofrimento psíquico grave antes de se envolverem com as ocupações, apresentando redução dos principais sintomas de seus quadros de depressão e ansiedade;

- Por fim, a monografia de Minetto (2018), intitulada *Sofrimento psíquico na militância: uma análise de seus processos críticos*, que caracteriza e analisa a militância revolucionária enquanto uma atividade e seus principais pontos críticos, que podem afetar a saúde dos militantes – em sentido benéfico ou não. Focando no sofrimento psíquico de militantes comunistas, a autora objetiva compreender, inicialmente, as questões que perpassam o sofrimento destes sujeitos e o papel que as organizações políticas revolucionárias podem desempenhar neste processo, sendo o sofrimento psíquico tratado como um problema político que os partidos políticos de orientação marxista devem considerar, podendo auxiliar na “elaboração de análises e práticas comprometidas com o desenvolvimento de militantes revolucionários” (2018, p. 8).

Vale ressaltar que, por possuírem temas distintos, estas produções também diferem em suas conclusões, mas é possível perceber complementaridade entre elas. Com exceção de Reis *et al.* (2010), os demais trabalhos destacaram a escassez (ou ausência, a depender do recorte) de produções científicas que estudassem o sofrimento psíquico, a relação desse com a luta política revolucionária e suas organizações. Por conta disso, reconheceram a necessidade, no momento da pesquisa, de realização de entrevistas com militantes¹² – razão, também, para a tomada de decisão pelas entrevistas nesta dissertação.

Iniciemos explicitando o que foi tratado como militância nestes trabalhos, mesma caracterização de que faremos uso. Considerando as elaborações de Minetto (2018), a militância constitui-se como um processo necessariamente grupal, uma atividade que aglutina sujeitos em torno de causas e objetivos político-sociais comuns, que requerem a superação da atuação individual por meio da organização coletiva. Por ser uma militância revolucionária, o objetivo final (logo, sua estratégia) é a ruptura com o modo de produção capitalista e suas relações, conforme colocado por Keppler (2011). Além disso, Minetto (2018) ressalta que a atividade militante possui um significado social e um sentido pessoal, com a motivação e o objetivo da atividade sendo coincidentes, influenciando diretamente, como salientado por Leontiev (2004), no sistema de orientação dos sujeitos no mundo (cognição e emoções) – em outras palavras, na

¹² Apenas o trabalho de Minetto (2018) não realizou tal procedimento metodológico, mas apontou a sua necessidade.

formação de consciência de classe (compreensão da posição social que ocupam) e do reconhecimento de quem estes sujeitos são no mundo e como se relacionam consigo e outros¹³.

No caso da militância, a motivação e o objetivo são coincidentes: na perspectiva revolucionária, a atividade é motivada pela busca de mudança das condições de vida, visando destruir esta sociedade, o que requer um dispêndio de energia e consumo do tempo da vida dos militantes para a concretização de tarefas que possuem objetivos tático-estratégicos relacionados a um projeto político coletivo em defesa da humanidade (MINETTO, 2018). Por ser uma atividade que estimula motivações e gera sentido – a variar de acordo com a centralidade desta atividade na vida dos sujeitos –, a militância, como bem colocado nos trabalhos selecionados, influi, conseqüentemente, sobre o processo saúde-doença.

A hipótese de que as lutas sociais poderiam apresentar “lampejos terapêuticos” em que se podia “depositar a loucura” foi levantada, conforme destacam Keppler (2011) e Boulos (2016), pelo historiador Marco Fernandes (2011), militante, à época, do MTST, partindo de observações diretas das experiências das ocupações:

“Fui ao médico essa semana, e ele disse que eu tava curada, que não precisava mais tomar remédio”, me contava empolgada. E continuou: “Eu contei pro doutor: ‘Dotô’, eu tô curada porque tô lá no sem teto, na invasão do Valo Velho. Conheci um monte de gente, tô lá na cozinha do grupo 4, faço comida pra uma pá de gente todo dia, converso muito, vou nas marchas, me divirto. Não preciso mais de remédio”.

E como se não bastasse contar a história, Sara me puxou até o seu barraco. *“Eu só quero te mostrar uma coisinha, é só um segundo”.* Ela nem precisou insistir, pois já me deixara curioso. E puxando uma caixinha de tarja preta, com cartelas cheias de comprimidos, me disse orgulhosa: *“Tá aqui, ó! São 150 comprimidos. Eu tomava cinco desses por dia. Mas eu não tomo nenhum há 30 dias, desde o dia em que cheguei aqui. Agora você acredita?”*

Relatos como esses, de curas de depressão, sobretudo de mulheres, eu ouvi aos montes nas várias ocupações de que participei. [...] Muitas das centenas, ou milhares, de pessoas que se juntaram à ocupação por uma necessidade básica, a casa, parecem ter encontrado algo além: um tipo de acolhimento e de suporte coletivos forjado nas experiências de lutas massivas e combativas, nas festas memoráveis e nas inúmeras atividades culturais. Forjado também nas incontáveis “assembleias dos grupos” e nas reuniões de grupos pequenos, ao redor da fogueira, acompanhados de um velho violão, as bebidas e as histórias compartilhadas, quando a escuridão da noite cobria o acampamento. Um conjunto que lhes permitiu restabelecer vínculos perdidos, resgatar sua auto-estima e reconstruir um projeto de futuro. Sem projeto de futuro, nós simplesmente adoecemos. (FERNANDES, 2011, grifos no original)

As conclusões de Fernandes (2011) sobre o acolhimento, a cooperação e laços de solidariedade nas ocupações apontaram para as mesmas considerações de Keppler (2011),

¹³ A discussão acerca da formação da consciência de classe será realizada no capítulo seguinte.

Boulos (2016) e Minetto (2018) acerca da militância revolucionária: por se propor a construir espaços e experiências baseadas em “ampliação das relações sociais”, “reconhecimento/acolhimento”, “resgate da autoestima”, “vínculo de solidariedade” e “pertencimento”, ou seja, valores antagônicos àqueles prezados pela ordem vigente, a militância pode proteger a saúde dos sujeitos, bem como produzi-la (BOULOS, 2016). Estes elementos emergiram em pesquisas empíricas – constatados via preenchimento de questionários e entrevistas:

Família desestruturada, subordinação social, invisibilidade, ausência de autoestima e autoconfiança, eis as condições estruturais do sofrimento subjetivo de um terço da população brasileira. Todas essas questões, assim como aquelas relacionadas à “humilhação social”, aparecem de forma relevante nos participantes de nossa pesquisa, ao descreverem seu sentimento depressivo, os desencadeadores e sua história de vida de modo geral. Isto evidentemente não nos autoriza a estabelecer uma relação direta e necessária entre o sofrimento depressivo, vivenciado como psicopatologia, e as condições sociais mencionadas. Fosse assim teríamos ao menos um terço da população brasileira clinicamente deprimida. Uma das armadilhas que vimos na abordagem da “epidemia depressiva” é precisamente a medicalização da tristeza e do sofrimento, identificando-os a categorias patológicas. Sofrer não significa necessariamente deprimir-se [...] O que importa ressaltar é que as análises apresentadas nos ajudam a identificar fatores sociais que parecem constituir uma maior vulnerabilidade para a depressão. (BOULOS, 2016, p. 82)

Boulos (2016), após a pontuação sobre a importância de qualificar a identificação a respeito da gravidade do sofrimento psíquico e o meio social no intuito de não incorrer em um processo de medicalização desnecessária, mesmo sem as condições para a realização de um exame clínico (por conta de tempo, estrutura dos acampamentos e insumos) e não podendo afirmar, por isso, se o quadro depressivo realmente deixou de estar presente, demarca que:

Todavia, as respostas aos questionários e especialmente o material das entrevistas individuais, nos permitem um índice da sensação dos sujeitos. O que, no caso da depressão e também da ansiedade, já é algo bastante significativo. Alguém que declara “ter perdido o prazer pelas coisas”, “não conseguir mais se divertir”, “nunca se sentir alegre”, “estar lento para agir e pensar”, “ter perdido o interesse em cuidar da aparência” e “ter perdido a esperança em coisas boas” pode não ser, apenas por isso, caracterizado clinicamente como depressivo, mas revela sensações sobre si que tornam esta caracterização bastante provável. Sentir-se deprimido continuamente por um período extenso é praticamente o mesmo que estar deprimido. Assim como sentir-se melhor em relação a estes sintomas é praticamente o mesmo que estar melhor. A ausência de exame clínico para uma caracterização rigorosa, portanto, não invalida nossos resultados. Limita-os no sentido de não podermos afirmar estritamente que sujeitos com depressão ficaram clinicamente curados após o envolvimento nas ocupações. Mas os resultados nos permitem concluir que o índice de sintomas depressivos reportados por estes sujeitos reduziu-se significativamente após o referido envolvimento, isto é, que os sujeitos relataram sentir-se melhor em relação a esses

sintomas. A sensação de melhora é evidente, em especial quando consideramos os relatos fornecidos nas entrevistas individuais. Dito isso, surge a questão de como compreender e explicar esta melhora. Se melhoram, por que melhoram? O que a ocupação de sem-teto proporciona ao sujeito para que sintam uma mudança positiva em relação ao seu estado de ânimo. (BOULOS, 2016, p. 84)

A abordagem dada ao rebatimento da militância na vida dos sujeitos, entretanto, se distingue nestas produções, o que nos leva a explicitar algumas outras considerações: sendo a militância uma atividade que se dá no interior de uma sociabilidade estranhada e alienante, ela, assim como qualquer outra atividade, pode ser deteriorante à saúde dos sujeitos (KEPPLER, 2011; MINETTO, 2018). Dentre os elementos que podem provocar esta deterioração foram destacados o acúmulo de tarefas - que, em grande medida, pode desviar os militantes dos objetivos estratégicos da organização, levando ao desenvolvimento de um caráter “tarefista” e/ou “movimentista” (KEPPLER, 2011) –, o conflito de projetos de vida dos militantes e as exigências sociais – que podem enfraquecer a defesa da atividade militante, por exemplo –, atritos familiares e no conjunto das relações dos sujeitos (MINETTO, 2018).

Elencamos, também, uma contradição da própria atividade (que, como mencionamos acima, não está imune a isso) trazida por Keppler (2011), que pode provocar esta dissociação entre motivação e o objetivo da militância: a reprodução, no interior da organização política, de posturas vinculadas à conservação da ordem, de sentido opressor, ocorrendo até mesmo com convicção das direções destes movimentos. A autora traz um relato que expressa tanto os elementos protetores quanto destrutivos da militância, em que um militante relata ter sofrido ataques homofóbicos durante eleições sindicais por parte de companheiros da organização e, em contrapartida, foi acolhido pelo movimento estudantil, que deu o teor político a tais ataques durante outras disputas políticas na universidade, assumindo a luta coletivamente:

Comecei a sofrer uma retaliação muito forte por conta de alguns diretores do sindicato. Manifestações ameaçadoras, por exemplo ‘vou te matar ‘viadinho’, cuidado comigo’ isso no meio das reuniões de diretoria, o coordenador falando comigo. Começou, então, um período considerado por ele [o militante] o mais difícil de sua vida, passando por episódios posteriormente diagnosticados como de depressão. Afirma, atualmente, que não identificava com clareza isso, contando que foi um processo em que foi ficando cada vez mais desinteressado, decepcionado, recorrendo ao uso de drogas. Outros processos me levaram a crises, mas não necessariamente a um processo de adoecimento. Esse, apesar de ter durado pouco, alguns meses, em toda a minha vida não tinha me visto tão pra baixo assim. Para contrastar essa fase, Carlos relata que no movimento estudantil, a chapa que montou para as eleições do DCE [Diretório Central dos Estudantes – entidade representativa dos estudantes de uma universidade] era chamada de “chapa dos viadinhos”, mas isso

não o afetava, pois isso foi visto como uma questão política dentro da chapa, inclusive entre outras pessoas que não eram homossexuais. Foi uma bandeira assumida coletivamente. Já no movimento sindical foi diferente: a única mulher da chapa do sindicato, Alessandra, chegou a ser chamada de piranha, prostituta e ele de viadinho, bicha etc. e isso passou a fazer muito mal também pela omissão dos demais companheiros da chapa. Com o tempo, as práticas homofóbicas passaram a se tornar cada vez mais recorrentes no cotidiano da diretoria. *Por exemplo, botei meu nome para participar de alguma coisa e as pessoas declararam votos que não iam votar em mim porque eu era gay e a base dos trabalhadores era contra gay [...].* (KEPPLER, 2011, p. 76-77, grifos nossos)

Seguidamente a este trecho, Keppler (2011) apresenta uma problematização (também identificada no conteúdo das entrevistas para nosso trabalho) sobre a forma como os movimentos e organizações revolucionárias atuam juntamente aos casos de saúde mental. A autora aponta como a individualização do contexto de cada situação de sofrimento acarreta, em sua maioria substancial, o afastamento dos militantes da organização, muitas vezes sem que o pano de fundo que provocou o sofrimento psíquico seja compreendido e/ou a construção de outras alternativas de pensar a questão no interior do espaço militante. Logo, “aparentemente, anterior à busca de um cuidado que é de ordem individual, houve um contexto individualizante. Então não seria o militante que se afasta de um coletivo, mas quando esse conflito é percebido como doença ele já está afastado, já está colocado no sujeito” (KEPPLER, 2011, p. 100).

Esta concepção de saúde como um fenômeno individual, mesmo no campo político mais crítico, também nos permite ponderar que a vinculação a uma organização política com um projeto de transformação radical da sociedade não necessariamente conduz a uma compreensão totalizante de saúde, entendendo-a como fruto das relações sociais, e não como algo privado. Reis *et al.* (2010) identificam isso ao entrevistar militantes de diversas instâncias do movimento estudantil – inclusive havendo, dentre os entrevistados, militantes atrelados a partidos políticos comunistas – a respeito do processo saúde-doença, demonstrando uma noção multicausal da saúde (hierarquizada, reduzida à explicação dos “fatores de risco”), ainda com teor funcionalista e individualizante, condizente com a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) – elemento que destrincharemos no próximo tópico –, expondo a valorização de uma imagem ideal de saúde de equilíbrio das ações dos sujeitos, que devem comer bem, beber pouco, não fumar etc., retratando a “nova utopia apolítica das nossas sociedades” (REIS *et al.*, 2010, p. 355, grifos no original) da atualidade.

Estas considerações sobre a concepção de saúde e a luta revolucionária também emergiram na pesquisa de campo com os partidos políticos¹⁴, e trazemos já algumas destas constatações: no que diz respeito a esta tratativa individualizante da saúde e do sofrimento psíquico, em cada um dos três partidos selecionados para este trabalho, focando em suas respectivas regionais de um determinado município da Zona da Mata Mineira¹⁵, foram apontadas problemáticas, não só nas discussões acerca da saúde mental, mas na ausência de um direcionamento estruturado para esta questão internamente nos partidos.

Com relação ao debate de saúde, houve ocasiões – tanto em formações, reuniões de núcleo/célula, quanto em conversas informais entre os militantes – em que a temática de saúde mental foi discutida pelos três partidos. Alguns militantes afirmaram que, em suas organizações, a discussão é irrisória, chegando a ser praticamente inexistente. Isso se destacou, especialmente, no PSOL e no PSTU, cujos entrevistados colocaram que as discussões emergiam apenas em situações críticas envolvendo algum militante, havendo, em determinados momentos, resistências sutis e percebendo que o esforço para levantar o debate, muitas vezes, partia individualmente de determinados camaradas e alguns setores – militantes psicólogos, no PSOL; e juventude, os LGBTTQIA+¹⁶ e profissionais da saúde, no PSTU. No PCB, não houve um quantitativo significativo de afirmações neste sentido, mas houve problematizações a respeito disso: cerca de dois entrevistados colocaram que não participaram de discussões sobre o tema no partido, portanto, não sabiam afirmar a existência ou não dessas. Porém, outra militante, organizada há mais tempo no mesmo partido, afirmou que percebe setores específicos dando maior atenção ao tema – citou os profissionais da área da saúde e o movimento de juventude do partido – e destacou que, em geral, a discussão sobre a saúde mental é feita quando há algum caso mais evidenciado, necessitando de alguma resposta imediata da organização:

¹⁴ Caracterização sobre os partidos políticos estará presente no capítulo 2.

¹⁵ O nome da cidade está omitido devido ao comprometimento ético de preservação da identidade dos(as) entrevistados(as) e das informações prestados por esses(as), conforme preconizado pelas normativas legais: Resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2012), Resolução nº 510/2016 (BRASIL, 2016) e Resolução nº 580/2018 (BRASIL, 2018). Além dessas, o trabalho também se respaldou nas normativas e comunicados liberados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispunham sobre a coleta de dados em campo durante o período pandêmico (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). É importante trazer que a análise feita nesta dissertação é um recorte da realidade nacional. Sendo assim, outras regionais do país, de cada um destes partidos, podem apresentar diferenças (algumas, inclusive, foram citadas nas entrevistas) em relação ao material coletado junto aos militantes.

¹⁶ Sigla para: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais expressões de gênero e sexualidade.

Aqui em [cita o nome da cidade], na minha célula do partido, nunca vi este debate acontecer, a não ser que tivesse acontecido algum problema [relacionado à saúde mental] e a gente tivesse que lidar com ele. Quando algum camarada passou por processo de adoecimento mental e a gente não podia fechar os olhos para aquilo. Ficava bem limitado a isso. Eu vejo isso sendo discutido amplamente em outras regionais do partido, com atividades e *lives*, mas eu não sei como foi travado o debate. Já na UJC, vejo que isso tem uma maior preocupação, dentro da juventude. Eu noto que tem uma preocupação prévia, não espera o problema acontecer... apesar de ele ser um problema constante e não precisa esperar que ele aconteça [risos], a gente sabe que ele sempre está lá. Normalmente, temos um planejamento anual [para discussões]. Geralmente, alguns camaradas que se atentam mais a este tema, indicam textos para que possamos debater. Separa uma ou outra formação para debater isso. A gente também só costuma levar este debate para fora [do partido] só por meio das entidades: tem as camaradas da psicologia que costumam discutir este tema nos seus DA, quando fomos no DCE, nas calouradas, fizemos duas semanas de recepção dos calouros. 1 delas, um terço dos eventos era para debater saúde mental. Foi num momento crítico para gente, passamos por um momento difícil com um camarada por questão de saúde mental, e este debate estava ocorrendo bastante na universidade, porque a reitoria tinha soltado umas mensagens absurdas, colocando sobre o “deboísmo” [expressão utilizada para caracterizar uma prática “mais passiva” de lidar com adversidades da vida em geral], que não era para você ficar estressado com a sua faculdade, porque uma vez por semana ia ter uma roda de conversa para você falar que estava tudo bem também [risos], e eu acho que a gente também estava se propondo a fazer um enfrentamento com a reitoria, que queria resolver nossos problemas com abraços e com não se estressar (ENTREVISTADO A4)¹⁷.

Kepler (2011) ressaltou algo nesta direção: a atenção dada à saúde do militante no movimento, hegemonicamente, ocorre de maneira “improvisada”, casual. Embora, conforme a autora coloca, tenha-se notado uma maior atenção em relação a produção de saúde nos espaços organizativos, a tendência de abordagem recai, ainda, numa perspectiva individualizante, impedindo o avanço para uma tratativa que considere o sofrimento psíquico em suas múltiplas determinações, por isso, “[...] é uma possibilidade interessante buscar aprofundar como os movimentos podem se apropriar disso de forma mais sistemática e planejada” (KEPLER, 2011, p. 106).

Sobre o teor das discussões no interior destas organizações, essas variavam entre pontuais a mais elaboradas, mas foi ressaltado pela maioria dos militantes (17 dos 19 entrevistados) que não há um acúmulo teórico de seus partidos sobre o tema. A diretriz do debate também foi problematizada por quase a totalidade dos entrevistados: há a predominância de um debate “subjetivista” (Entrevistados A7 e A9), “individualizante” e “hedonista” (Entrevistado A9). No entanto, dos 19 entrevistados, 18 apontaram que seus respectivos

¹⁷ As citações das falas dos entrevistados aparecerão com o nome “Entrevistado A” juntamente a um algarismo – 1, 2, 3 etc. com o intuito de manter sigilo e garantir a ética da pesquisa feita com seres humanos (BRASIL, 2016).

partidos não possuem algo estruturado e/ou sistematizado sobre saúde mental (não só de seus militantes, mas em geral, pensando a temática como parte da ação política dos partidos junto à classe trabalhadora). Um quantitativo próximo de militantes (15 dos 19 entrevistados) afirma não possuir conhecimento se havia propostas estruturadas sobre saúde mental no interior de seus partidos – discussões, propostas para se pensar uma política interna ou para englobar como parte do programa.

Dos três partidos, dois (PCB e PSTU) apontaram que a saúde mental foi alvo de debate em congressos dos partidos – estando presente em suas teses aquilo que foi concluído coletivamente destas discussões. Em relação ao PSOL, foram entrevistados militantes de duas correntes do partido. Esses afirmaram que, em suas respectivas tendências, a saúde mental não foi tema de debate e não possui uma centralidade, sendo, em muitos momentos, tratada com menor importância em detrimento de outras pautas. Os militantes das tendências entrevistadas do PSOL colocaram não possuir condições de afirmar se tais aspectos eram uma realidade do partido como um todo¹⁸.

Apenas no PCB percebeu-se que há elaborações mais bem encaminhadas neste sentido, porém, ainda assim, com exceção de um militante entrevistado desta organização, foi ressaltado que a discussão e as ações que dizem respeito à saúde mental ainda são insuficientes, não tendo a centralidade que deveria ter, mesmo com o reconhecimento de sua importância. Este melhor encaminhamento na tratativa da temática neste partido, no nosso crivo analítico, pode se dar pois, considerando algumas das falas dos entrevistados desta organização, há uma grande presença de profissionais da área da saúde e da saúde mental (foram citados psicólogos e assistentes sociais) em suas fileiras, o que faria com que a saúde mental aparecesse com maior frequência nas discussões, formações políticas e elaborações.

Uma maior ênfase foi dada, pelos três partidos políticos, na inexistência de elaborações e ações políticas que levassem em consideração o aprofundamento do sofrimento psíquico da classe trabalhadora. Foi unânime entre os entrevistados a concepção de que um partido político revolucionário deve ter, “na ordem do dia” (Entrevistados A2 e A7), a saúde mental como parte

¹⁸ Cabe aqui uma ponderação a respeito do PSOL: por ser um partido composto por tendências, não há uma atuação conjunta e única no exterior e no interior do partido, havendo uma pluralidade de correntes de diferentes espectros e análises políticas – divergindo do centralismo democrático, existente no PCB e no PSTU. A análise acerca das respostas fica restrita às duas correntes que responderam ao formulário (Resistência e Centralidade do Trabalho – CT). Foi realizado contato com outras duas correntes do partido existentes no município, Revolução Brasileira e Subverta, mas estas não deram retorno.

de seus debates, ações táticas e estratégicas. Em alguns casos, quando fora questionado tanto pela entrevistadora, e refletido pelo entrevistado, sobre as razões para a temática de saúde mental não tomar a relevância que deveria ter, foram pontuadas algumas hipóteses e argumentações acerca disso. Uma entrevistada colocou que percebe espaço para o debate, no entanto, há um contrabalanceio de sua parte com relação ao espaço do partido não ser “tão pessoal” ou o “seu grupo de amigos”: “Eu acredito que tenha este espaço, para falar [sobre saúde mental] [...] só que acho que a gente tem tantas questões, que algumas questões ficam naquele espaço de *“Muito importante: a qualquer hora”* (Entrevistada A4, grifos nossos).

Este “a qualquer hora” vai em direção ao que foi afirmado por Keppler (2011) acerca da necessidade de um planejamento estruturado e sistemático para se considerar saúde mental. Se a pauta da saúde mental não estiver na espinha dorsal destes partidos revolucionários¹⁹, balizados numa teoria revolucionária que problematizou (e ainda problematiza) sobre a subjetividade no capital e para além dele – como pontuamos em parágrafos anteriores, a luta por uma outra sociabilidade também envolve a luta que engloba outras subjetividades, e diferentes condições de vida para formação da saúde mental –, isso fica subalternizado, sendo lembrado apenas nos momentos em que a situação é urgente ou demanda respostas imediatas do partido. Logo:

Se a base da saúde mental de um povo encontra-se na existência de relações humanizadoras, de vínculos coletivos nos quais e pelos quais se afirma a humanidade pessoal de cada um e não se nega a realidade de ninguém, então a construção de uma sociedade nova ou, pelo menos, melhor e mais justa, não é somente um problema econômico e político; é também, e por princípio, um problema de saúde mental. (MARTÍN-BARÓ, 2017/1984, p. 267)

¹⁹ Colocamos a saúde mental como algo que deveria estar na “espinha dorsal dos partidos políticos”, pois entendemos esta questão como central para a construção de um programa político radical e para a atuação militante. Saúde mental é indissociável da humanidade, e ao desconsiderar os sujeitos e, conseqüentemente, a forma como vivem e almejam viver (seus desejos e anseios, em outras palavras, suas subjetividades), as organizações e quem as constrói incorrem no risco de estruturarem projetos abstratos e genéricos, que não conseguem disputar subjetivamente a classe e não canalizam as reais demandas dos trabalhadores. Entendemos que saúde mental não se restringe ao campo de atuação profissional e das políticas públicas, mas concerne ao ser e fazer humano. Por isso, os partidos comunistas, que se contrapõem à sociabilidade do capital, *devem* apreender e discutir a saúde mental de forma diluída aos seus princípios e tarefas políticas de cada conjuntura, compreendendo e acolhendo os elementos subjetivos da classe trabalhadora para a construção de um outro futuro possível, de uma nova forma social e um novo humano.

Ainda nestas argumentações, trazemos a fala de outro militante que cabe problematizarmos, pelo teor concedido à saúde mental, indo no mesmo sentido do que foi encontrado nas produções selecionadas para este tópico:

Eu acho que há espaço para socializar as questões de saúde mental. O único problema [...] é a questão de que o partido ainda não se deu conta de que isso é uma coisa importante, que no momento que isso acontecer, a luta continua sendo prioritária, né, mas a gente discutir internamente a saúde mental do militante, sistematizada, nos núcleos... eu acho que este espaço, na medida que seja uma demanda necessária e em todos os âmbitos do partido, existe. [...] Sinceramente, nunca tive acesso a nada sobre saúde mental especificamente, pelo menos não me recordo. [...] Acho que tem abertura e acolhimento, claro. Realmente o partido abraça as questões do militante, quando é socializada. [...] Acho que seria legal ter [vínculo com instituições de saúde mental], porque seria a concretização devida deste tema para o partido, como uma coisa importante. A maioria dos militantes, dos dirigentes, não se deu conta do nível de importância desta questão. Ainda mais com a pandemia, que a coisa ficou pior ainda... acho que volta e meia, se discute por conta do contexto, uma coisinha ali e acolá, mas dispersamente dentro do partido. [...] Por que eu não acho que tem esta relevância? *Porque acho que nosso foco e necessidade está tão direcionado para a luta, que a gente não tem este tempo para parar... só para ter uma ideia: fazia mais de um ano e meio, dois anos, que a gente não fazia uma conferência regional, cara. Um mecanismo fundamental para manter a democracia interna do partido, então, se um mecanismo como esse a gente não conseguiu realizar em meio à dinâmica da realidade, e está se acentuando mais, né? Porque ao menos uma coisa o capitalismo fez favor de globalizar tudo: seja sofrimento, seja crise... está tudo conectado. [...] Assim como é a nossa própria realidade, tá tudo muito rápido e intrincado no outro, que acho que isso dificulta dar atenção [à saúde mental]. Não vamos longe: nossa conjuntura – temos aí os atos para construir, uma série de necessidades para organizar, as aulas voltando em muitos municípios, pandemia avançando, variante delta... só aí, você tem 3-4 coisas pegando [...] todo mundo com medo, olha a realidade que a gente tá inserido... E a necessidade objetiva da luta. Então, estas coisas, na rapidez que estão ocorrendo... Imagina, isso aí enlouqueceria qualquer pessoa do século XIX. Perderia a sanidade mesmo, entraria em colapso mental, vivendo esta realidade que vivemos agora. *Acho que em função disso, os militantes todos não conseguem mensurar isso que tá rolando na retaguarda [a saúde mental], que tá sobrando lá atrás. Depois que o trem passa, fica umas coisas para trás: fuligem, poeira etc., que é a questão da saúde mental.* (ENTREVISTADO A6, grifos nossos)*

A saúde mental, nesta fala, é colocada como algo de “retaguarda”, uma “fuligem” que “sobra” quando “o trem passa”, ou seja, não estando necessariamente vinculada à luta política externa às organizações, e sim como parte dos bastidores da luta política – levando a uma secundarização da temática em detrimento de outras pautas, ficando para “qualquer hora”, como colocado pelo Entrevistado A4. Afirmações neste sentido foram percebidas em diferentes falas nas três organizações entrevistadas, na qual a saúde mental foi apresentada como algo que é “atropelado pela luta” (Entrevistado A6) e não um componente intrínseco a essa, e que o partido “não possui um acúmulo ou *especialidade* para tratar disso” (Entrevistado A12, grifos nossos),

emergindo como matéria que só especialistas da área podem discutir: “Não consigo ver esta discussão sendo tocada pelo partido. Acho que é algo que deve ser tratado por especialistas” (Entrevistado A12). Além disso, houve quem pontuasse que as reflexões sobre saúde mental e sociedade existem, mas “[...] a discussão sobre o acolhimento, às vezes, [fica] relegada à segundo plano, até pelo *medo* de estar entrando em uma *seara na qual o apoio precisa ser profissional*” (Entrevistado A1, grifos nossos).

Neste direcionamento, tanto Keppler (2011) como Boulos (2016) e Minetto (2018) contribuem: a busca pelo atendimento e/ou instituições de saúde mental não é necessariamente ruim – a depender da gravidade do caso, é preciso, como foi destacado nos três trabalhos – visto que as organizações políticas revolucionárias não têm este papel de atuar profissionalmente nos quadros de saúde mental, intervindo com um intuito de cuidado terapêutico. O que se coloca, tal como Keppler (2011, p. 121) questiona, “[...] é que, na ausência de um projeto de saúde afinado com o projeto político da esquerda, os movimentos delegam o cuidado com a saúde de seus militantes para um cuidado em saúde que [...] é um projeto hegemonicamente aliado com a lógica dominante”.

Isso não significa que não se deva recorrer ao tratamento, mas sim identifica qual a função destas instituições de saúde na ordem do capital (KEPPLER, 2011; MINETTO, 2018; FISHER, 2020/2014), e como essas vêm enfrentando o aprofundamento do sofrimento psíquico na atualidade, pela via da medicalização e psicopatologização da vida (GOMES, 2017), elementos que detalharemos no capítulo seguinte. Sendo assim, os partidos políticos revolucionários devem refletir, buscando elaborar discussões e propostas de diretriz marxista diante deste cenário e da ofensiva estratégica do capital neste quesito (KEPPLER, 2011; MINETTO, 2018).

Em suma, podemos sistematizar as considerações das produções científicas elencadas aqui da seguinte forma: o caráter radical dos movimentos e organizações políticas revolucionárias não necessariamente indica uma concepção de saúde de mesma compreensão, podendo, inclusive, reproduzir noções de saúde da ordem vigente (REIS *et al.*, 2010), o que configura um possível empecilho inicial para a efetivação das estratégias dos partidos. Isso é salientado pela insuficiência de elaborações e planejamento político das organizações revolucionárias acerca da saúde mental da classe trabalhadora para além de uma ótica individualizante (KEPPLER, 2011).

Além disso, foram identificadas consequências, tanto positivas quanto negativas, da militância revolucionária: as organizações podem ser propícias para produzir condições de saúde benéficas – trazendo, comprovadamente, significativas melhoras ao quadro de sofrimento psíquico grave de militantes –, questão que foi associada aos vínculos de solidariedade, acolhimento, reconhecimento e pertencimento nestas organizações (BOULOS, 2016), bem como podem influenciar no aprofundamento deste sofrimento psíquico (KEPPLER, 2011), que, conforme fora constatado, já se caracteriza como um problema político que as organizações revolucionárias precisam lidar (MINETTO, 2018).

Uma das lacunas identificada já nestas pesquisas – a insuficiência das discussões e planejamentos das organizações e movimentos sociais a respeito da saúde mental – nos condiciona a investigar se, nos períodos subsequentes a estas produções científicas, ocorreu alguma modificação na tratativa destas questões no interior destas organizações: o teor do debate (se ocorre) e a criação de ações políticas (se existem). Deste modo, hipotetizamos que as organizações partidárias que reivindicam um projeto societário revolucionário não se atentam propriamente à saúde mental e ao sofrimento psíquico como algo necessário para discussão e ação política, não havendo, com isso, uma centralidade dessa na atuação cotidiana dos partidos.

Compreendemos que o sofrimento psíquico (e, indissociável desse, a saúde mental) é, em sua origem, simultaneamente individual e social, e esse vem se massificando, constituindo-se como uma problemática do cotidiano em ambas as classes sociais – com rebatimentos mais profundos na classe trabalhadora e suas frações (COSTA; MENDES, 2021a) devido à intensificação e sofisticação da exploração (MACHADO *et al.*, 2016). Portanto, entende-se que faz parte da tarefa destes partidos políticos pensar respostas táticas e estratégicas em relação à saúde mental, compondo fundamentalmente o seu projeto político, uma vez que estas organizações objetivam dirigir a classe trabalhadora para e no processo revolucionário. Cabe, com isso, identificar se há diagnóstico do problema, discussão e construção de enfrentamentos intra e extra partidariamente – e partimos da premissa de que isso não é uma realidade dos três partidos –, com ações políticas concretas para saúde mental (*se existem e se ocorreram avanços*).

1.3 O SOFRIMENTO PSÍQUICO A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

Inicialmente, é importante dar contornos de objetividade ao sofrimento, colocando-o no chão social, pois este fenômeno e suas mais variadas formas – neste trabalho, analisa-se mais detidamente a sua expressão de ordem psíquica²⁰ – não possui uma definição exata, havendo uma pluralidade de concepções, sendo o sofrimento tratado e analisado de maneira diferente nos campos da filosofia, da medicina, da psicologia etc. É pertinente, portanto, dizer que o termo “sofrimento” foi disputado historicamente. Esta inexatidão de uma definição mais concreta para o fenômeno traz consequências: se podemos afirmar, hoje, que a luta histórica no interior do campo da saúde mental, encabeçada por sua ala crítica ou em diálogo com essa, pela defesa do uso do termo “sofrimento psíquico” foi uma vitória, pautando a sua determinação social e deslocando-o do âmbito estritamente privado, em contraponto aos termos “doença mental” e/ou “transtorno mental” (que carregavam conotações biologicistas e organicistas) (FURTUOSO; COSTA, 2021), há espaço, também, em contrapartida, para uma banalização e um pluralismo imprudente do sofrimento (em termos de patologização), que trata, inclusive, elementos antes comuns e cotidianos da vida em sociedade e dos sujeitos como situações “patológicas” e “adoecidas” que necessitam de uma intervenção profissional (GOMES, 2017).

Este último aspecto não é uma coincidência: a atual massificação social do sofrimento psíquico é uma realidade, e estamos, de fato, sofrendo mais. Trazemos alguns elementos iniciais para ilustrar este cenário, cujo detalhamento será feito de forma mais detida no capítulo 3: de

²⁰ Em Furtuoso e Costa (2021), os autores travam um debate sobre o uso do termo “sofrimento psíquico” substituindo-o apenas pelo uso de “sofrimento”, pois “[...] para nós [os autores] todo sofrimento é psíquico (assim como é social e possui uma dimensão orgânica), sendo este termo não apenas um pleonasma, como o adjetivo ‘psíquico’ um indicativo de apreensão psicologizante, mesmo que crítica – seja por uma redução do entendimento à dimensão psicológica ou cerebral ou pela centralidade de tal compreensão em tais dimensões. Por isso, optamos pelo termo ‘sofrimento’, num processo de superação, mas incorporando as críticas expressas no termo ‘sofrimento psíquico’ e a tradição praxica que nele/por ele se fundamenta” (2021, p. 5). Sendo assim, argumentam que a continuidade do uso de “sofrimento psíquico” pode reforçar concepções psicologizantes e psiquiatrizantes, algo que a própria tradição crítica da saúde mental combate. Apesar da concordância com os argumentos apresentados pelos autores, esta discussão do uso estrito da palavra “sofrimento” para demarcar o sofrimento de ordem psíquica é relativamente nova na saúde mental, não havendo tempo para um debruçamento mais qualificado para expor as produções a respeito desta utilização neste trabalho em questão. Por isso, opta-se, aqui, por manter o uso de “sofrimento psíquico”, não apenas por ser um termo já consolidado na área da saúde mental – na sua ala crítica e radical –, mas, também, por conta de um posicionamento político, demarcando a relevância histórica do conceito “sofrimento psíquico”, sua tradição de luta e sua importância para disputar politicamente as discussões e ações incipientes acerca deste tema nas organizações revolucionárias brasileiras.

acordo com dados da OMS referentes ao ano de 2015, 322 milhões de pessoas no mundo estavam convivendo com um quadro depressivo. No Brasil, 5,8% da população passava pelo mesmo sofrimento, o que corresponde a 11,5 milhões de brasileiros (WHO, 2015); segundo Bonadiman *et al.* (2017), a nível mundial, ocorreu um aumento significativo de casos de sofrimento psíquico, com o Brasil seguindo o mesmo curso em um grau mais profundo – sendo apontado, inclusive, como o país mais deprimido da América Latina (WHO, 2018).

Com a pandemia de Covid-19, deflagrada no ano de 2020, este quadro intensificou-se: além de pesquisadores identificarem o agravamento do sofrimento psíquico e um aumento da venda de medicamentos como desdobramentos do contexto pandêmico e suas excepcionalidades (AMÉRICO, 2021), de acordo com Batista *et al.* (2020), numa pesquisa feita com 5550 municípios do país, a maneira como a pandemia afeta a população é distinta, devido às desigualdades social, racial, etária, territorial etc.: “As chances de mortes de um paciente preto ou pardo analfabeto (76%) são 3,8 vezes maiores que um paciente branco com nível superior (19,6%), confirmando as enormes disparidades no acesso e qualidade do tratamento no Brasil” (BATISTA *et al.*, 2020, p. 11).

Acrescentamos às afirmativas dos autores que estas questões – classe social, raça, faixa etária, entre outros – são indispensáveis para a análise contextualizada da saúde mental dos sujeitos, considerando as determinações dos impactos a que podem ser submetidos e como reagirão a esses. Em consonância com isso, buscaremos esmiuçar mais adiante como a intensificação da lógica de psicopatologização da vida, com a ampliação dos critérios diagnósticos dos quadros de saúde mental e da medicalização social, também se soma a este processo como parte da intervenção de instituições atreladas à lógica do capital em contexto de crise – visando ao apagamento do caráter dialético do sofrimento psíquico, sintomático e denunciativo da forma de organização social vigente (GOMES, 2017; FURTUOSO; COSTA, 2021).

Por isso, primeiramente, é necessária uma explicitação das noções sistematizadas e difundidas pelas organizações e instituições de saúde – atreladas à ideologia burguesa e que possuem como finalidade a manutenção da homeostase (mesmo que aparente) da ordem social vigente (NETTO, 2013) – sobre saúde mental, cotejando este conteúdo com algumas das falas dos entrevistados para esta pesquisa, com o intuito de analisar a concepção de sofrimento psíquico desses.

A OMS²¹ conceitua “saúde mental” como

[...] not only individual attributes such as the ability to manage one's thoughts, emotions, behaviors and interactions with others, but also social, cultural, economic, political and environmental *factors* such as national policies, social protection, living standards, working conditions, and community social supports. Exposure to adversity at a young age is an established preventable *risk factor* for mental disorders.” (WHO, 2019, grifos nossos)²²

A conceituação acima traz elementos para problematização, importantes para já localizarmos a discussão acerca da sociogênese do sofrimento psíquico (FANON, 2008, p. 28). A saúde mental, de acordo com a OMS, não é conformada pela estrutura social em que se manifesta, sendo essa tratada como um *fator* que pode (ou não) influenciar o processo saúde-doença. Nesta concepção, uma forma social – no caso específico, o modo de produção capitalista – não determina e forja fundamentalmente a condição de saúde dos sujeitos, mas sim é algo que pode se somar, como um contribuinte, nas suas circunstâncias e modificações. Este aspecto reaparece na conclusão da definição apresentada, que coloca, ainda, que aqueles que são submetidos a “adversidades em uma idade mais jovem” estão “arriscados” a apresentar quadros de “transtornos mentais” (WHO, 2019), sem esmiuçar que adversidades seriam essas e sem detalhar sobre a determinação social da juventude e as particularidades que a perpassam.

Cabe realizar uma problematização a esta questão, justamente pelas mediações existentes para estabelecer o debate acerca da juventude: embora as considerações feitas pela OMS nesta definição não sejam descartáveis e possuam elementos de verdade, a “juventude” é retratada de maneira genérica nesta definição, visto que a compreensão sobre o que é e quem é juventude não é homogênea e nem sempre foi a mesma nos diferentes períodos históricos, e há de considerar uma série de condições como, por exemplo, classe social, gênero, raça/etnia, sexualidade, estereótipos etc. (MATTOSO, 2010).

²¹ Os apontamentos apresentados neste trabalho não operam no sentido de descartar em absoluto os dados divulgados por esta instituição. No entanto, a problematização é necessária, pois objetiva compreender a construção dos relatórios desta organização multilateral, que possui matriz teórica definida (funcionalista), portanto, é ausente de neutralidade, mesmo que a utilização de termos científicos busque mistificar as disputas políticas no campo, colocando a saúde como algo estritamente biológico.

²² “[...] não apenas atributos individuais tais como a habilidade de manejar seus próprios pensamentos, emoções, comportamentos e interações com os outros, mas também *fatores* sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais assim como políticas nacionais, proteção social, condições de moradia, condições de trabalho e suportes social e comunitário. Exposição a adversidades em uma idade mais jovem é um *fator de risco* para transtornos mentais” (WHO, 2019, tradução nossa).

O momento vivenciado pela juventude (de transição para a idade adulta) apresenta tensionamentos entre o direcionamento imposto pela sociedade para cumprir as exigências daquilo que é colocado pela ordem vigente – no caso da juventude trabalhadora, o ingresso no mercado de trabalho, necessário para a construção de uma autonomia material e para garantia de sobrevivência, e as pressões existentes relacionadas às responsabilidades da idade adulta, para citar alguns exemplos – e a vivência, por parte destes jovens, de suas próprias experiências e identidades, rebatendo no projeto de vida que estes sujeitos pensam para si, explicitando-se com maior ênfase estas tensões (MANDELLI *et al.*, 2011).

Para fins de construção de políticas públicas, relatórios e análises internacionais (BRASIL, 2013), definiu-se um intervalo etário para se caracterizar os jovens (entre 15 e 29 anos). Mas, mesmo com o crescimento de pesquisas em âmbito acadêmico nas últimas décadas acerca da juventude, endossando problematizações sobre as políticas públicas voltadas a este segmento, bem como espaços sociais relevantes para a formação deste jovens, as experiências deste momento e as problemáticas que emergem neste período, Abramo (1997) ressalta que ainda persiste uma tendência de tratar a juventude, hegemonicamente, numa perspectiva moral, caricata, buscando agir sobre essa como um “problema” que não permite a “coesão social”, uma análise de cunho funcionalista – matriz teórica presente nos relatórios da OMS –, e mesmo quando não é este o objetivo, são raros os trabalhos que consideram as problemáticas concretas deste momento:

[...] parece estar presente, na maior parte da abordagem relativa aos jovens, tanto no plano da sua tematização como das ações a eles dirigidas, uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos, mesmo quando é essa a intenção, salvo raras exceções; uma dificuldade de ir além da sua consideração como “problema social” e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los. [...] Como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e a para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social. Não é por acaso que a problematização é quase sempre então uma problematização moral: o foco real de preocupação é com a coesão moral da sociedade e com a integridade moral do indivíduo — do jovem como futuro membro da sociedade, integrado e funcional a ela. É nesse sentido também que na maior parte das vezes a problematização social da juventude é acompanhada do desencadeamento de uma espécie de “pânico moral” que condensa os medos e

angústias relativos ao questionamento da ordem social como conjunto coeso de normas sociais. (ABRAMO, 1997, p. 28-29)

Um outro ponto que emerge nesta conceituação apresentada pela OMS é a separação entre as definições de saúde²³ e saúde mental, tratando-as como pólos distintos – um em nível orgânico; outro em nível psicológico, restrito à mente –, e não como fenômenos indissociáveis e parte do mesmo processo. Exposições dos militantes entrevistados trouxeram esta perspectiva – 8 dos 19 entrevistados –, colocando a saúde como um “equilíbrio entre mente e corpo”; “um bem-estar” (mas sem um desenvolvimento do que seria este bem-estar, apresentando-o abstratamente), “o enfrentamento do sofrimento para eliminá-lo totalmente” e utilizando, também, a noção dos “fatores”.

Estas exposições nos dão mais indicativos a respeito das contradições presentes nas relações sociais na ordem do capital: ainda que haja a defesa de um projeto radical de superação da sociedade capitalista, não necessariamente o militante que se reivindica revolucionário ou a organização política em que está inserido estão imunes à reprodução de discursos e práticas atrelados a um ideário conservador – podendo, inclusive, reforçá-lo –, sem compreender, por exemplo, “saúde” em sua multiplicidade e complexidade (REIS *et al.*, 2010). Isso emergiu, também, em relação à discussão de sofrimento, que alguns militantes entrevistados trataram, exclusivamente, como um quadro de saúde mental, que necessitava de tratamento e intervenção profissional (citando psiquiatras e psicólogos).

Ao analisarmos a questão do suicídio – uma expressão máxima do sofrimento, conforme elucidaremos – a mesma tratativa ocorre: os relatórios sobre saúde mental da OMS (WHO, 2000; 2018) travam um debate acerca do suicídio atrelando-o apenas à esfera particular, dialogando com os princípios neoliberais²⁴ em voga, além de reforçar (mesmo que sutilmente) uma culpabilização dos sujeitos e uma noção (e, conseqüentemente, defesa) de que aqueles que chegam ao ato do autoextermínio possuem uma maior sensibilidade, são frágeis e vulneráveis²⁵.

²³ A OMS possui uma definição própria de saúde, em que essa não se constitui apenas como a ausência de doença, mas também como o “completo bem-estar físico, mental e social” (OMS, 1946), já problematizado em vasta literatura por sua incompatibilidade com a realidade – não há sujeitos em “completo” bem-estar –, desconsiderando, novamente, elementos concretos da vida (diga-se de passagem, propositalmente, como parte de um projeto social, político e econômico).

²⁴ Sobre o neoliberalismo, detalharemos suas características no capítulo 3.

²⁵ Pode-se estabelecer um paralelo destes quesitos à discussão de competências socioemocionais, por exemplo, que surge como estratégia do capital no seu atual modo de existência neoliberal, estipulando que o trabalhador deve desenvolver competências profissionais e emocionais para se ajustar às exigências do mercado (RAMOS, 2011), subjetivando excessivamente o debate e apagando a determinação social da saúde. Reforçamos o cuidado

Assim, além da ênfase individual-privativa e o caráter a-histórico da discussão, retoma-se que o fenômeno é algo exclusivamente subjetivo, como se não houvesse uma união da dimensão subjetiva às condições objetivas, que são eminentemente sociais, neste ato voluntário (NETTO, 2007; 2013). No manual da OMS (2000, p. 2) consta:

Uma das primeiras associações conhecidas entre os meios de comunicação de massa e o suicídio vem da novela de Goethe *Die Leiden des Jungen Werther* (*Os sofrimentos do jovem Werther*), publicada em 1774. Nesta novela, o herói se dá um tiro após um amor mal-sucedido. Logo após sua publicação, começaram a *surgir na Europa vários relatos de jovens que cometeram o suicídio usando o mesmo método*. Isto resultou na proibição do livro em diversos lugares. Este fenômeno originou o termo “Efeito Werther”, usado na literatura técnica para designar a imitação de suicídios. (grifos nossos)

E acrescenta:

Imitação é o processo pelo qual um suicida exerce um efeito modelador em suicídios subsequentes. *Clusters* (agrupamentos) refere-se ao número de suicídios que ocorrem em estreita proximidade temporal e/ou geográfica, com ou sem qualquer ligação direta. Contágio é o processo pelo qual um determinado suicídio facilita a ocorrência de outros suicídios, a despeito do conhecimento direto ou indireto do suicídio prévio. (WHO, 2000, p. 2, grifo no original)

Nota-se que, ao tratar de suicídio, este é colocado como algo que pode “contaminar” os sujeitos, “influenciando” outros a executarem, na ocasião de entrarem em contato com casos assim, provocando o que a OMS chama de “o efeito Werther” (WHO, 2000) – o chamado “fator de risco”. A ordem do capital e suas instituições obscurecem os diversos fenômenos que se materializam socialmente, transferindo-os para o âmbito individual, naturalizando o processo saúde-doença, bem como responsabilizando excessiva e exclusivamente os sujeitos. O suicídio e as demais manifestações do sofrimento, ao contrário do que é afirmado por estas instituições,

a ser tomado ao considerar o debate de saúde mental travado pela OMS, uma vez que é necessário considerar que as iniciativas que toma para a prevenção e promoção da saúde têm como fim último moldar os corpos e subjetividade para o sistema capitalista – tendo em vista a articulação entre a OMS e o Banco Mundial na construção de uma diretriz para a política de saúde de caráter mundial (LIMA, 2014) –, para a perpetuação das relações sociais desiguais, não para as vias de sua superação. Para maiores detalhes, ver Marx (2015), em que o autor realiza um estudo de casos de suicídio investigados pela polícia francesa, apontando o caráter social destes casos de autoextermínio, e o estudo de Durkheim (1977) – mesmo que esse parta de um outro referencial, seu livro foi o primeiro a sistematizar, com rigor teórico-metodológico, o fenômeno do suicídio, sendo a matriz teórica que emerge tanto nos relatórios da OMS (e de outras instituições burguesas, como Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas - ONU).

não estão impassíveis às influências sociais – inclusive, Löwy (2006, p. 15) coloca que, no caso do suicídio, o “privado é político [acrescentamos: o conjunto dos fenômenos sociais e suas determinações são políticos]”, uma vez que é conveniente para o capital disseminar a imagem de que o fenômeno do suicídio é algo apenas subjetivo, particular, que não possui ligação com as relações sociais vigentes (MARX, 2006).

Este deslocamento e reforço da esfera individual-privatista dialoga com a própria noção de “indivíduo”, que é forjada pela sociabilidade do capital, como um ente que possui um “[...] *encerramento em si mesmo da personalidade humana*” (PACHUKANIS, 2017, p. 122, grifo nosso), de forma tal que mistifique a confirmação de que este sujeito está inserido e é diretamente influenciado pela comunidade e sua vida social, mesmo que não seja perceptível inicialmente. Isso objetiva garantir que os sujeitos não se compreendam ou se reconheçam enquanto seres sociais, fruto não só de suas características biológicas e fisiológicas, mas que se produzem, se constroem e transcendem seus limites naturais a partir das leis sócio-históricas (LEONTIEV, 2004).

Sendo assim, em oposição aos ditames da OMS e demais instituições vinculadas ao projeto dominante de saúde, neste trabalho, utilizamos a definição de saúde mental elaborada por Ignacio Martín-Baró (2017/1984, p. 251), psicólogo salvadorenho e militante revolucionário, que salienta que a saúde mental deve ser tomada não como um “movimento de dentro para fora, mas de fora para dentro; não como encarnação do funcionamento individual interno, mas como a materialização, na pessoa ou no grupo, do caráter humanizador ou alienante de uma estrutura de relações históricas”. Em suma: a saúde expressará as condições objetivas de vida dos sujeitos numa certa sociedade, e como este processo é subjetivado, singularizado por estes sujeitos. Considerando o modo de produção capitalista, a saúde mental e o sofrimento psíquico não seriam “[...] mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral” (MARX, 2006, p. 29).

Estabelecendo diálogo com o método materialista histórico dialético, Martín-Baró (2017/1980, p. 29) também ressalta que a “distribuição da saúde mental está vinculada com a distribuição da riqueza produzida no país [e a nível mundial]”, colocando que a saúde mental e, conseqüentemente, o sofrimento psíquico, são determinados pela forma como os sujeitos produzem e reproduzem sua vida em uma sociabilidade particular. Detalhando esta análise do autor, Costa e Mendes (2021a) acrescentam que, no sistema capitalista, esta distribuição da

riqueza socialmente produzida é fundamentada pela expropriação massiva de um contingente significativo da humanidade, o que demarca a posição dos sujeitos perante esta sociabilidade: estes despossuídos passarão a vender a sua força de trabalho, a fim de garantirem sua sobrevivência e necessidades básicas (MARX, 2013).

Essa posição social – sua condição de classe – será consubstanciada, em um “todo coeso de exploração e opressão das maiorias populares” (COSTA; MENDES, 2021a, p. 220), pela raça, etnia, gênero, sexualidade destes sujeitos. Ou seja, estes sujeitos, oriundos de uma classe social, são concretos e multifacetados: têm nome, história e características que são essenciais de serem compreendidos para que seja possível analisar a forma como sua saúde mental se constrói, como expressam seu sofrimento psíquico para, assim, podermos qualificá-lo:

Na realidade, saúde mental não é exclusividade do campo psi, mesmo que, num marco de divisão do trabalho, ela seja retirada do todo que a constitui, sendo alvo de disciplinas e profissões particularizadas. Por exemplo, um economista e suas propostas de contrarreforma neoliberais, que venalizam ainda mais as condições de vida das maiorias populares, age, mesmo sem saber, sobre as saúdes mentais destas; provoca uma precarização objetivo-subjetiva. O preço do salário-mínimo e do gás de cozinha, o desemprego, a pobreza, entre tantos outros exemplos, em suas múltiplas determinações de classe, raça, etnia, gênero etc., são problemas também de saúde mental, pois impactam na forma como vivemos e, portanto, como nos sentimos [...]. Pensar que a saúde mental é “tratada” nos moldes tradicionais da psicologia, psiquiatria e psicanálise somente nos diz das incoerentes e descaracterizantes compreensões e práticas hegemônicas sobre a saúde mental. Isso não significa que economistas devam atuar como psicólogos, mas que devem ter consciência das consequências concretas de suas ações. Do mesmo modo para os trabalhadores do campo psi, aliado ao fato de que devem buscar conhecimentos de outros complexos do saber-fazer. Não é possível separar saúde mental de nossa ordem social (Martín-Baró, 1984/2017a); não se trata de saúde mental num vazio histórico, como algo abstrato, uma suposta essência humana igualmente idealizada e estática. (COSTA; MENDES, 2021a, p. 221)

A análise do sofrimento não deve ocorrer, portanto, de maneira limitada a um “indivíduo”, como algo de responsabilidade única de quem convive com isso, pois, nas palavras de Wainer (2020, p. 12-13): “[...] os modos de sofrer estão sempre circunscritos por uma série de elementos que não dizem unicamente de nós, mas da organização social em que estamos inseridos”. A partir deste apontamento, para um debate do sofrimento sem incorrer ao abstrato, tratando-o apenas como um sentimento inerente ao humano e suas experiências – o que não configura totalmente em um equívoco, mas corrobora com a permanência de seu caráter eminentemente genérico –, é necessário analisar *quem* são estes sujeitos e o modo de vida (a produção e reprodução da vida) destes sujeitos na forma social em que vivem.

Isso significa, em suma, que o sofrimento que estamos colocando em discussão é uma *expressão particular* de um sentimento em uma *determinada organização social*, o capitalismo, que também é particular, *ocorrendo com sujeitos concretos, que possuem nome, história, identificações, e constroem sua vida circunscritos a partir de uma determinada posição nesta sociedade*. Esta concepção surgiu, também, nas falas dos entrevistados:

Vou pensar numa pessoa saudável para conceituar o que é saúde: para mim, uma pessoa saudável é estar com o corpo bom, bem no sentido de conseguir desenvolver atividades físicas, se movimentar, de ter tempo para dedicar a este bom funcionamento do corpo, mas também precisaria de um cuidado, de um tempo, para conseguir refletir sobre as questões da cabeça (tô falando bem visualmente) [risos], para conseguir pensar suas questões, sobre sua vida, ter este tempo para refletir e para saber como lidar. Para este desenvolvimento [...], acredito eu, que precisaria ter todo um aparato institucional de certa forma, com profissionais especializados, com o fortalecimento do SUS, fortalecimento da política de saúde mental... acho que só seria possível pensar em pessoas saudáveis com isso, mas, também, por exemplo, se a gente for falar de saúde, a gente vai ter que falar de moradia: uma pessoa que não tem uma casa para viver, ela não tem saúde. Não é qualquer casa também: é uma casa com saneamento básico, é ter comida, e tá cada vez mais difícil de conseguir comprar comida e gás, porque tá tudo muito caro. Então, pensar em saúde é pensar em alimentação, na condição de vida, em moradia, do lazer, e da cultura, porque muitas vezes a pessoa não tem nem o tempo, nem a política de cultura também, para conseguir ter este momento. Acredito eu que também seja pensar nestes espaços coletivos, sabe? Das pessoas não ficarem tão reduzidas a si, ao espaço de casa, como a gente tem vivido. Enfim, acho que saúde, na verdade, tá ligada a tudo, né [risos], porque é educação, cultura, moradia, é pensar a nossa sobrevivência, mas também uma vivência plena, e acho que isso não é possível numa sociedade como a nossa. Não só porque a gente não tem este aparato institucional, mas também porque a gente é propositalmente desumanizado. Por exemplo, eu trabalho em *call center* e, ali, o pessoal não quer nem saber como eu tô me sentindo. Se minha produtividade abaixar um ponto, aí que vão me procurar e perguntar. Enquanto eu tiver falando igual um robô, enquanto eu tiver produzindo e ouvindo e, naquela precária condição de trabalho, rendendo, tá tudo bem... no momento que eu paro de ser este robô, que não tá produzindo tanto, aí eles vão ver qual é a falha. E isso é muito doloroso, se a gente pensar em todos os postos de trabalho. Eu tô trazendo o *call center*, porque é o que tô sabendo mais, mas este ritmo de trabalho, de estudo, que não leva em conta a sua potencialidade, que você fica reduzido a uma função específica, que é totalmente, desumanizada, não eleva seu potencial criativo, acho que isso também tem a ver com saúde, né. A forma como o trabalho existe na sociedade capitalista, é um fator que é impossível de atingir a saúde plena. Eu não sei nem se é possível atingir a saúde plena, mas no capitalismo, com certeza, não é mesmo, não, entendeu? [...] não tem como desassociar, né [do sofrimento] [...]. Então, talvez, o sofrimento seja o antônimo da saúde [risos], mas a negação da saúde na sociedade que a gente vive, gera sofrimento. [...] acho que vem muito de um reflexo das condições de vida que você tem, e não só das condições de vida mais objetivas, mas das relações que você traz em toda vida. E aí, fica difícil não sofrer, quando você convive por exemplo, com a negação do seu desenvolvimento como uma criança, quando você é criança e tem contato com a violência, quando você é negado o direito à educação, a cultura e lazer desde cedo, que isso é muito comum na classe trabalhadora do nosso país, nós somos muito precarizados na vida. Quando você convive com a violência, na sociedade que a gente vive, fica muito difícil ter saúde, conseqüentemente, também, não gerar este processo de sofrimento. Pensando

melhor, acho que o sofrimento tá ligado a esta negação do nosso desenvolvimento. (ENTREVISTADO A5)

Vou dar aquela respostona basicona [risos]. Saúde é o processo em que se determina o biológico, o social e o psicológico. Eles estão interligados. Então, o conceito de saúde pode ser tomado de uma forma muito ampla, mas que possui suas origens, principalmente, no social, e na questão social também, né. Quais questões sociais o indivíduo vivencia e como isso afeta seu mental, seu psicológico e o biológico, mas [o biológico] em terceiro lugar, porque estas alterações biológicas não acontecem do nada. Tem até uma imagem de uma pessoa, que vi uma vez, falando assim: “é claro que a fome provoca loucura. Como você se mantém são morrendo de fome?” [...] Saúde mental eu tomaria como um reflexo da sociedade que vivemos, uma sociedade baseada na exploração, na máxima produção e no pouco retorno para as pessoas. Então, você tentar ter o mínimo de saúde mental em um mundo que te mói, onde você trabalha mais tempo do que tem tempo para repousar e, além disso, na questão do trabalho, você tem o desemprego também e, para além do desemprego, você tem que realizar suas tarefas domésticas, sobreviver, comprar roupa, se manter, enfim... *é tentar sobreviver em um mundo onde não quer que você sobreviva*, e não te dá condições para você sobreviver. Então, saúde mental [...], para mim, vem deste processo: da falta de perspectiva e incessantes ataques contra trabalhadores, jovens e tudo que é oprimido neste mundo. O debate de saúde mental é central. [...] Saúde mental plena? Para mim, seria não ter que se preocupar se vai conseguir existir, pagar suas contas, comer no dia de amanhã. [...] acredito que, primeiro, nesta sociedade não seja alcançável, de fato não é. Talvez para as pessoas ricas, né? A elas, nada falta [risos]. Mas, a elas, falta saúde mental, inclusive. Mas numa sociedade emancipada, onde a produção seja coletiva e livre da exploração e pela busca do lucro de alguns, e com a distribuição garantida a todos, com acesso à saúde, à lazer, à esporte, à arte (que também cumpre um papel muito importante na saúde mental). Acesso a tudo que foi produzido até os dias de hoje, mas que fica restrito à mão de alguns. Acredito que seja isso a saúde mental plena. (ENTREVISTADO A2, grifos nossos)

Tratar o sofrimento à luz do materialismo histórico dialético significa retirá-lo do vazio histórico (COSTA; MENDES, 2021a), analisando os sujeitos em seu contexto sociocultural, político, econômico e levando em consideração as suas múltiplas determinações. Realizar uma aproximação deste processo em termos mais concretos envolve compreender “[...] os impactos do modo de produção capitalista não apenas na saúde, mas também no que está relacionado aos sentimentos e sensações ligados ao desconforto e mal-estar gerados por esta sociedade” (SALES, 2019, p. 17). Partindo desta concepção, Laurell e Marquez (1983, p. 17) sinalizam que essa

[...] no sólo nos permite constatar la determinación social del proceso biopsíquico humano, sino nos explica la esencia social de este proceso, al mismo tiempo que nos pone en condiciones de ir revelando sus elementos concretos y conocer sus determinaciones. Entender la enfermedad como manifestación singular de un proceso general resuelve los dilemas casualistas, ya que pone en el centro no tal o cual entidad

gnoseológica, sino el proceso mismo que puede expresarse bajo formas distintas en diferentes momentos²⁶.

Aqui, cabe um retorno à análise das respostas dos militantes acerca da concepção de sofrimento que possuíam. Uma das falas dos entrevistados (que não foi a única neste sentido) expressou o seguinte: “olha, nunca passei por uma situação que necessitasse de um acompanhamento profissional para a questão, mas seria errado dizer que nunca sofri. Já passei por momentos de estresse, acúmulo, desgastes, porém não entendo que passei por algum processo de sofrimento psíquico” (Entrevistado A1). Esta ponderação vai no sentido de compreender que nem todo tipo de sofrimento demanda uma intervenção profissional, mas sim, que há outras questões que o envolvem, trazendo desgastes que não estejam em nível patológico.

Porém, alguns cuidados precisam ser tomados, pois a fala do Entrevistado A1 pode conduzir a alguns equívocos interpretativos: os diferentes tipos de sofrimento a que podemos ser submetidos não necessariamente acarretam um agravo futuro, que requisita atenção profissional, na medida em que, considerando o exposto por Wainer (2020), para não conceder uma tratativa genérica ao fenômeno, precisa ser entendido e analisado um conjunto de elementos da vida dos sujeitos, dentre eles, a organização social em que esses estão inseridos e, acrescentamos, o contexto onde o sofrimento ocorre e os sujeitos concretos que o manifestam. Sendo assim, os momentos de sofrimento não precisam ser alvo de permanente preocupação, bem como são insuprimíveis do modo de vida de qualquer formação social, não sendo passíveis de serem evitados – mas se tornam preocupantes quando apresentam uma constância demasiadamente extensa (BOULOS, 2016).

Assim, considerando o exposto, faremos um breve resgate de elementos da obra marxiana para demonstrar que a questão do processo de subjetivação-objetivação do ser humano (e podemos estabelecer um paralelo com o fenômeno do sofrimento psíquico) foi um ponto elaborado por Marx ao longo de sua obra. No capítulo “Trabalho estranhado e propriedade privada”, dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx (2010) já demonstrava

²⁶ No original: “[...] no sólo nos permite constatar la determinación social del proceso biopsíquico humano, sino nos explica la esencia social de este proceso, al mismo tiempo que nos pone en condiciones de ir revelando sus elementos concretos y conocer sus determinaciones. Entender la enfermedad como manifestación singular de un proceso general resuelve los dilemas casualistas, ya que pone en el centro no tal o cual entidad gnoseológica, sino el proceso mismo que puede expresarse bajo formas distintas en diferentes momentos” (LAURELL; MARQUEZ, 1983, p. 17, tradução nossa).

uma preocupação – que se fará presente ao longo de toda sua trajetória – com a desumanização do homem e a perda de sua sensibilidade na sociabilidade do capital (e, somado a isso, uma produção potencial de sofrimento), ao desenvolver sobre uma categoria de análise que permite apreender a dinâmica desta sociedade: o estranhamento²⁷.

Discordando do caráter inato do capitalismo ao esmiuçar uma crítica à economia política – referindo-se a essa como “economia nacional” –, ele pontua que o sistema capitalista possui uma lógica organizativa, forjada por leis e ditames baseadas na divisão social e técnica do trabalho, que não são explicadas pelos economistas políticos, que consideram tal sociedade como um “fato dado e acabado” (MARX, 2010, p. 79). Visando desnaturalizar a divisão de classes entre proprietários e trabalhadores, Marx (2010) entende que, conforme os trabalhadores produziam objetivamente riquezas, mais o mundo das coisas se enriquecia e se dimensionava em oposição à humanização do homem. Esta objetivação de um cenário de produtos, criado pelo próprio homem, tanto mais valorizava as mercadorias e subvalorizava o sujeito que o produziu, desumanizando-o. Marx (2010), neste momento, traz elementos fundamentais para a compreensão da categoria estranhamento: o trabalhador, ao produzir a mercadoria, também se despersonaliza:

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa

²⁷ É válido pontuar que as elaborações sobre o estranhamento e a alienação são aprofundadas e enriquecidas em obras posteriores de Marx e de Engels: *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2007); nos *Grundrisse* (MARX, 2015) e, por fim, *n’O Capital* (MARX, 2013). Especialmente nesta última, estas categorias aparecem de forma mais bem estruturadas, com o capítulo 1 da obra tratando da mercadoria, o fetichismo e a reificação. Uma conceituação breve: o fetichismo e a reificação são formas de alienação particulares do capitalismo. O fetichismo é a transformação dos caracteres sociais do trabalho humano em caracteres das coisas. Em outras palavras: a expropriação (ou despossessão) de um contingente da humanidade na ordem do capital produz indivíduos livres, iguais e proprietários, que, para sobreviver, precisam vender sua força de trabalho (MARX, 2013). O fetichismo é a base da reificação, que é a apresentação das relações de trabalho privado como relações entre coisas. A alienação, na sociedade burguesa, assume a forma da reificação, mediante o fetichismo da mercadoria (MARX, 2013; 2015). Citando Marx (2013, p. 205-206): “De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho. O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. [...] É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”.

(*salich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional – econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*). (MARX, 2010, p. 80, grifos no original)

Portanto, a riqueza no mundo das coisas e a miséria no mundo dos homens (MARX, 2010, p. 80) significam uma subjetividade empobrecida e reduzida, a primazia do *ter* em relação ao *ser*. Ao efetivar seu trabalho e objetivá-lo, o trabalhador se torna impotente diante de sua criação, estranha-se dessa e de sua atividade, e, conseqüentemente, estranha-se de si. O nível é tal que, quanto mais o trabalhador produz e objetiva mercadorias, mais distante fica do meio em que produziu e do fruto de seu trabalho, que fica sob o domínio do capital e dos proprietários. O trabalho passa a ser uma fonte de desgaste, de sofrimento e de desassociação de si e do gênero humano (MARX, 2010; SELIGMANN-SILVA, 2012).

As relações sociais no sistema capitalista aparecem mistificadas, pois o surgimento desta sociedade caracterizou-se por uma ruptura inédita entre a humanidade e a natureza, ao separar os sujeitos – homens e mulheres – do produto de seu trabalho. Esta separação é um dos aspectos que envolvem a alienação²⁸ dos sujeitos no interior do modo de produção capitalista, conformando, de acordo com Marx (2010), o estranhamento do ser humano em relação à atividade que o forma e o enriquece de humanidade: o trabalho.

Desta forma, o trabalho que os homens e mulheres realizam é um trabalho alienado. Para Marx (2010), isso significa que, ao ser alienado do objeto do seu trabalho (ou seja, separado desse), os homens e mulheres se alienam: 1) do meio em que este trabalho se efetiva, ou seja, da natureza; 2) do resultado desta atividade, o produto; 3) de si mesmos e da vida genérica e da essência humana. Como Duboc (2018, p. 13), ao citar Marx, escreve “[...] é o fato de que se o homem está alienado do seu ser genérico significa que ele está alienado do outro, ‘tal como cada um está alienado da sua essência’”. Destacamos que, apesar de não aparecer nestes termos, Marx (2010) está descrevendo elementos de ordem subjetiva do trabalho.

²⁸ A alienação e estranhamento não são sinônimos, mas são duas categorias que se complementam: “a primeira se refere a uma relação de separação, enquanto a segunda traduz uma relação de antagonismo” (FURTUOSO; COSTA, 2021, p. 3). Além desta diferenciação, a alienação não é um processo perceptível, que podemos enxergar visivelmente: faz-se necessária a superação da aparência, do avanço da consciência coletiva, da organização para a luta, a fim de que seja compreendida e, também, destruída. O processo social que produz a alienação e o estranhamento é por si e em si brutal, gerando (ou podendo gerar) sofrimento psíquico.

O trabalho, na concepção marxista, é o processo pelo qual os seres humanos se apropriam da natureza (sendo eles próprios, também, “natureza”), modificando-a, construindo algo que anteriormente não existia nela e, simultaneamente, se transformam neste ínterim. Marx (2010) compreende, desta forma, que o trabalho é um elemento fundante do ser social, sendo esta atividade o que diferencia o ser humano de outros seres vivos.

[...] esse movimento só é possível dada a capacidade teleológica desses homens e mulheres de antecipar a ação, prevendo alternativas e fazendo escolhas entre elas. Desta forma, este trabalho se objetiva num produto, ou dito de outra forma: como objetivação que passa a existir no mundo real independentemente da consciência de quem a idealizou. [...] Em síntese, a função social da categoria trabalho deriva-se da relação material que os indivíduos estabelecem com a natureza para a satisfação de suas necessidades. (SILVA, 2017, p. 192)

Marx (2010) realiza um questionamento que põe em xeque o caráter natural do sistema capitalista, demarcando sua diferenciação em relação aos economicistas políticos: “Se o produto do trabalho me é estranho, [se ele] defronta-se comigo como poder estranho, a quem pertence então? [...] A *outro* ser que não eu. Quem é este ser? Os deuses? [...] O ser estranho ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho [...], só pode ser o *homem* mesmo” (MARX, 2010, p. 86, grifos no original)²⁹. A primordialidade da produção nos faz hierarquizar a criação e/ou busca por novos estímulos para nos sensibilizar que não sejam meramente utilitários e direcionados à produção – podemos citar, como exemplos, a arte, a música e a leitura.

Nisso, colocam-se alguns questionamentos: um trabalhador fabril vai ter uma audição formada para melhor identificar a sineta de uma fábrica, indicando o início de um turno de serviço, ou para apreciar e nomear as notas de uma sinfonia? Somos ensinados a assistir programas padronizados de televisão, com as mesmas estruturas narrativas de rápido consumo ou sabemos apreciar, demoradamente, as diferentes escalas cromáticas de uma obra de arte? Almejamos a perfeição e a excelência dos nossos corpos ou conhecemos as potencialidades e imperfeições da nossa fisicalidade? Crescemos reconhecendo os cheiros da “diversidade” de lanches *fast-food* ou sabemos distinguir as diferentes plantas e ervas medicinais a partir disso?

²⁹ Cabe um parêntesis acerca do contexto socioeconômico de escrita de Marx, que é distinto do atual: sua obra desenvolve-se no contexto do capitalismo do século XIX, em que crianças, mulheres e idosos eram submetidos a jornadas extensas de trabalho, e não só eram superexplorados, como viviam em condições insalubres tanto no interior do trabalho, quanto fora dele. Além disso, existem sujeitos, na atualidade, que se sentem bem e, inclusive, gostam do trabalho que exercem. No entanto, isso não significa que tais apontamentos estejam superados, pois podemos reatualizá-los a novas roupagens.

A desassociação de nossa humanidade não é afirmação de uma incapacidade de sentir. É compreender que, na ordem do capital, somos moldados a determinados estímulos que possuem relação direta com a sociabilidade em que vivemos e com seus objetivos. A necessidade de reprodução do capitalismo, na sua busca incessante por lucro, secundariza a nossa humanidade, nos embrutecendo, mistificando nossos gestos, potencialidades, sensibilidades e – por que não? – até os limites desses. Este embrutecimento é descrito, numa passagem dos *Manuscritos*, em forma de metáfora, como uma animalização do homem:

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuína[mente] humanas. Porém, na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são [funções] animais. (MARX, 2010, p. 83)

É a partir deste ponto, quando Marx (2010) desenvolve criticamente as categorias de estranhamento e alienação, que podemos afirmar que o processo social do capital produz estes fenômenos e gera (ou pode gerar) sofrimento. O homem que estranha aquilo que o constitui enquanto humano *sofre* uma alienação de si, dos processos e do seu entorno, calcificando tanto sua fisicalidade, quanto seu espírito. O trabalho, como atividade vital para a formação humana, passa a ser um meio de subsistência para garantia das necessidades fisiológicas e imediatas dos seres humanos. Em outras palavras: “O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para a sua *existência*” (MARX, 2010, p. 85, grifos no original). Este estranhamento nos faz, inclusive, abominar elementos bons da nossa humanidade, que constantemente são associados ao metafísico, “aos deuses”, como colocado pelo próprio Marx (2010), enquanto as problemáticas oriundas de nossas ações são vistas como inatas ao ser humano.

O nosso sentir, desta maneira, é moldado de acordo com as necessidades das relações sociais da ordem do capital, que são alienadas e alienantes e, por isso, hegemonicamente, os nossos gestos e sensibilidades serão orientados no sentido de engrandecer a riqueza do mundo das coisas – a produção e a valorização do valor –, aprofundando a miséria do mundo dos homens – nossa humanidade. A formação dos nossos sentidos e sensibilidades possui uma

historicidade, bem como o processo de formatação desses pelo capitalismo, como apontado por Marx (2010, p. 110) neste trecho:

[...] [é] apenas pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana que a riqueza da sensibilidade *humana* subjetiva, que um ouvido musical, um olho para a beleza forma, em suma as fruições humanas todas se tornam *sentidos* capazes, sentidos que se confirmam como forças essenciais *humanas*, em parte recém-cultivados, em parte recém-engendrados. Pois não só os cinco sentidos, mas também os chamados sentidos práticos (vontade, amor etc.), numa palavra o sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do *seu* objeto, pela natureza *humanizada*.

A *formação* dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui. O *sentido* estrangido à carência prática rude também tem apenas um sentido *tacanho*. Para o homem faminto não existe a forma humana da comida, mas somente a sua existência abstrata como alimento; poderia ela justamente existir muito bem na forma mais rudimentar, e não há como dizer em que esta atividade se alimentar se distingue da atividade *animal* de alimentar-se. O homem carente, cheio de preocupações, não tem nenhum *sentido* para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto, a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer *humanos* os *sentidos* do homem quanto para criar *sentido humano* correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural. (grifos no original)

Ao analisar o processo saúde-doença na ordem do capital, percebe-se uma distinção nas manifestações da subjetividade por cada classe social – algo já pontuado por Marx (2010) nos *Manuscritos* – e, conseqüentemente, o sofrimento: para os burgueses (a parte minoritária da população mundial), o que pode vir a ser sofrimento não partirá da esfera produtiva da vida, e esses possuirão maiores possibilidades (mesmo que ainda alienadas e alienantes) de potencializar suas objetivações enquanto seres humanos, uma vez que se apropriam privativamente das riquezas socialmente produzidas (GOMES, 2017).

Isso é distinto, segundo Gomes (2017), do que ocorre com os trabalhadores, justamente por não usufruírem completamente do resultado do seu trabalho e terem uma gama limitada de possibilidades para responder ao sofrimento. A classe trabalhadora, portanto, tem sua subjetividade reduzida e empobrecida, em função da riqueza do mundo das coisas³⁰. Gomes (2017, p. 32-33) pontua:

³⁰ Ressalta-se que ambas as classes sociais não são homogêneas. Em uma ordem social que não se baseasse no estranhamento, se formariam sujeitos sociais diferentemente, considerando aspectos particulares de seus corpos, mentes e subjetividade atrelados à sua inserção no meio. O capitalismo, entretanto, tende a padronizar a nivelar em importante medida a constituição do sujeito de ambas as classes, cerceando as múltiplas potencialidades humanas que poderiam ser desenvolvidas a um único direcionamento possível, a um único modo de vida para cada classe social. Todavia, o foco deste trabalho envolve a discussão da subjetividade e do sofrimento da classe

Essa diferenciação entre e intraclasses sociais determina mecanismos qualificadores que reproduzem as distinções entre os sujeitos. Em seu desenvolvimento desde a infância até a vida adulta – produtiva – os sujeitos são incluídos em dinâmicas que lhes qualificam física, psíquica e ideologicamente para exercerem as funções prescritas ao grupo social do qual participam. Ao passo que os indivíduos da classe burguesa podem ter acesso a um amplo espectro de objetivações humanas que *podem lhes qualificar como sujeitos mais integrais – bens, cultura, ciência, arte etc.* –, os trabalhadores recebem uma qualificação mais restrita, necessária ao desenvolvimento de sua função na divisão sociotécnica do trabalho. Entre esses, alguns serão capacitados para atividades mais manuais, outros serão formados como trabalhadores intelectuais. Dentro desses recortes, por sua vez, as atividades manuais e intelectuais também são múltiplas, articuladas em arranjos variados, exigindo habilidades distintas a depender de cada atividade produtiva particular. (grifos nossos)

O sistema capitalista coloca condições para produção e reprodução de um modo de vida alienado, influenciando diretamente a esfera sensível. A construção de um ser que se vê desconexo de sua subjetividade, em sofrimento³¹, embrutecido e que tem como primordialidade produzir é, portanto, interessante para a manutenção desta ordem – bem como a permanência da concepção de que a dimensão subjetiva não possui relação com a realidade objetiva e projetos de sociedade, como disseminado e reforçado pelas instituições de saúde atreladas à lógica burguesa. Assim, “os trabalhadores são condicionados a cumprir funções sociais prescritas que os esculpirão como corpos não invioladamente naturais, mas socialmente investidos” (DONNANGELO *apud* GOMES, 2017, p. 33).

Partindo dos pontos desenvolvidos acima, podemos afirmar que formamos, sim, uma dimensão sensível no âmbito do capital, mas essa é adaptada aos princípios e formatos mercadológicos e à divisão sociotécnica do trabalho. Constroem-se, então, sujeitos úteis para o processo produtivo do capital e para o engendramento constante de lucratividade. A sociabilidade do capital produz o sujeito burguês, sujeito esse que é embrutecido e estranhado de suas potencialidades sensíveis e de sua objetivação.

Em contrapartida, cria-se também a existência daqueles que, potencialmente, reconhecem e compreendem o estranhamento que vivenciam – no caso, passam por transformações no seu processo de consciência, como veremos –, podendo (e devendo) reagir

trabalhadora e suas frações, por isso, pontuamos estritamente que é um fenômeno estrutural – e seria incorreto afirmar que a classe burguesa não sofre –, ocorrendo com os sujeitos inseridos na sociabilidade do capital de todas as classes e suas frações.

³¹ Em contrapartida, o sofrimento pode, também, incapacitar os sujeitos, temporária ou permanentemente, para a produção. Para essa fração, outras respostas (ideológicas) deverão ser produzidas. Mesmo não sendo um debate ao qual nos atentaremos nesta dissertação, vale salientar esta outra via.

a esta forma de vida, organizando lutas políticas coletivas contra esta sociabilidade e, como é desejável, em direção a uma outra organização social que valorize a nossa humanização. Pode-se citar, como exemplo, os próprios componentes do objeto deste estudo: os militantes das organizações de cunho revolucionário. A própria construção da hegemonia burguesa germina, em oposição, o surgimento de movimentos contrários com condições de superá-la, como bem colocado por Marx e Engels, n’*O manifesto comunista* (1998, p. 48): “A burguesia fornece aos proletários os elementos da sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria”.

Além disso, é necessário pontuar que o estranhamento por parte dos sujeitos desta sociabilidade à sua sensibilidade, provocando sua desumanização, não ocorre de forma unilateral, mas compõe parte de um processo dialético: a desumanização (ou estranhamento) constitui uma unidade contraditória com a humanização (GOMES, 2017), logo: “A ideia de desumanização, a nosso ver, reporta-se, portanto, à expressão da dialética humanização-alienação em uma conjuntura, um momento sempre provisório, por definição, em que o pólo alienação predomina sobre seu contrário – a humanização –, mas não o anula” (2017, p. 114).

Isso implica compreender que a formação do humano no modo de vida capitalista não é *estritamente* estranhada, existindo, assim, possibilidades de modificações e emancipações (mesmo que limitadas) no interior do sistema. Trazemos aqui uma das exposições feita por um dos militantes, que ilustra tanto esta potencialidade de ofensiva e modificação, quanto também a necessidade de construir maneiras de enfrentamento contra esta dominação que podem nos fazer mal e sofrer também (KEPPLER, 2011):

Isso é uma coisa que vira e mexe eu converso com os camaradas [sobre saúde mental e militância], informalmente – com os camaradas que também são meus amigos –, porque eu sempre fiquei muito assustada com o aumento do número de pessoas que conhecia que tinham saúde mental debilitada depois que eu comecei a militar, e eu sempre fiquei tentando fazer *links*: se é por esta pessoa ser militante; se é a militância que gera isso... e uma coisa que até hoje eu nunca consegui chegar numa conclusão se é definidor, mas eu tenho certeza que influencia: pessoas que procuram uma militância organizada *são pessoas que estão extremamente insatisfeitas com a realidade que a gente está*, são pessoas que compreendem que estamos em um sistema de desumanização e de opressão, então, eu acho que quando uma pessoa chega ao ponto de dedicar a sua vida a uma luta que ela muito provavelmente não vai ver os seus resultados (quem é militante revolucionário não tem ilusão que vai ver o comunismo [risos], mas a gente tem total noção de que não dá para não lutar por ele), *tem que estar num grau de insatisfação muito grande para você dedicar horas diárias da sua vida a uma coisa que não vai te trazer benefícios pessoais, ainda mais nestes partidos revolucionários*: você não vai virar deputado, você não vai ganhar um gabinete não sei onde, não vai virar dirigente da UNE [risos]. Quando você milita em partido da ordem, você ainda ganha coisas. Se for um partido de esquerda da ordem, você acha

que está construindo alguma coisa, que vai melhorar a sociedade como um todo, mas você ganha coisas disso também. *Quando você está disposto a não ganhar nada em troca por um trabalho que exige um esforço muito grande, é que você está muito insatisfeito com realidade. Talvez, você esteja muito insatisfeito porque coisas que não tocam muito as outras pessoas te toquem.* É porque a exploração e a opressão te tocam muito. Eu acho que isso é um elemento que existe, não sei se ele é determinante ou não, mas ele está lá. (ENTREVISTADO A4, grifos nossos)

É importante uma relativização acerca do seguinte trecho desta exposição: “Quando você milita em partido da ordem, você ainda ganha coisas. Se for um partido de esquerda da ordem, você acha que está construindo alguma coisa, que vai melhorar a sociedade como um todo, mas você ganha coisas disso também” (Entrevistada A4), uma vez que pode conduzir a uma interpretação dúbia de que militantes do campo reformista podem ser (ou estão) submetidos a um grau de sofrimento menor por defenderem pautas estritamente nos marcos da ordem – por conquistarem um mandato político e obterem ganhos pessoais a partir disso, por exemplo –, quando, na realidade, esta associação não deve ser feita mecanicamente. Como apontamos, a estrutura social a que estamos submetidos, cindida em classes sociais e na forma particular do capitalismo, produz variadas expressões de sofrimento resultantes da alienação e do estranhamento, que pode afetar qualquer sujeito independentemente do posicionamento político reivindicado por esse – de manutenção ou superação da ordem –, e que terá rebatimentos distintos dependendo do lugar que ocupam na sociedade e de sua história de vida.

A militante continua:

Sobre a militância causar este desgaste da saúde: é possível sim, porque tem muita coisa na militância que exige, que é cansativo, que demanda muita energia física e mental. [...] Eu, antes de militar, era um amorzinho, não falava um palavrão, era um anjo. Foi dirigindo a organização que eu aprendi a bater na mesa, a falar alto, que eu aprendi estas coisas... E são coisas que eu não gosto em mim, que eu não uso no meu dia a dia, são coisas que uso, às vezes, na militância. [...] *Às vezes, a militância exige que a gente crie uma casca*, e que trate as coisas de um jeito que eu não gostaria de tratar, e não é o jeito que eu trato na minha vida pessoal. Então, tem estas duas coisas. [...] E o pior, é que tanto a militância é desgastante, como resolver os problemas dentro do seu partido, não vai resolver o problema. (ENTREVISTADO A4, grifos nossos)

Desta forma, pode-se afirmar que a construção de uma dimensão sensível não-estranhada envolve não só compreender que o sofrimento é algo indissociável da vida em qualquer estrutura social, mas quando este fenômeno adquire caráter massivo, com o objetivo de submissão ainda mais profunda dos sujeitos, há problemáticas que caracterizam este sofrimento. Esse e suas variadas manifestações no sistema capitalista deve ser analisado

dialeticamente à realidade em que se encontra circunscrito, como um sintoma da condição de vida alienada e alienante vivenciada pelos sujeitos neste sistema, expressando-se de maneira mais aguçada na loucura e no autoextermínio. Assim, para superar estas expressões agudizadas, que se expressam de maneira alienante e não são enfrentadas em sua raiz pela ordem do capital, é necessária uma ação política orientada para a superação desta sociabilidade.

O sofrimento psíquico, então, está atrelado não apenas à determinação social, mas também se relaciona à alienação, ao estranhamento, ao fetichismo e à reificação (FURTUOSO; COSTA, 2021). As particularidades da sociabilidade do capital, conforme apontado por Furtuoso e Costa (2021), manifestam-se nos sujeitos que vivem sob esta ordem social, rebatendo diretamente nas singularidades deles e, conseqüentemente, em como vão expressar, cada um, o sofrimento psíquico. Em oposição, o sofrimento psíquico, além de ser um sintoma da sociabilidade, expressa uma faceta de negação que se opõe a esta ordem, porém, ainda se caracteriza como uma resposta de caráter alienante e estranhada, por ser produto de uma sociabilidade fundada nestes aspectos:

Para que haja alienação mental é necessário que exista a alienação do ser humano; mais, essa alienação mental diz, antes de tudo, de um ser alienado de si, do mundo, das coisas, dos outros, mesmo que em relação com eles. [...] Entendidas dessa forma, a loucura, a alienação mental, não são coisas em si, mas, antes de tudo, sintomas de uma sociedade, sinalizações de uma condição de existência; são, pois, denúncias: Aqui jaz um humano desumanizado, um não-humano! Contudo, não apenas se trata de uma constatação, mas de uma contestação: Este ser, feito coisa, deseja tornar-se um humano; mais, não apenas deseja, como age nessa direção – ora, se não fosse assim, ele não sofreria. (COSTA; MENDES, 2021b, p. 69-70)

Fanon³², no livro *Alienação e Liberdade*, faz observações clínicas, norteadas por um eixo político radical, acerca da origem do sofrimento psíquico, estabelecendo um paralelo com os tratamentos ofertados pelas instituições psiquiátricas em que atuava na Argélia e o meio social. O autor coloca que o sofrimento psíquico em seu grau mais profundo – a loucura – seria um efeito da marginalização social extrema dos sujeitos, e era uma das maneiras como estes

³² Os parágrafos seguintes baseiam-se em determinados textos de Fanon, presentes no livro *Alienação e liberdade*, uma coletânea de algumas das suas produções (de autoria própria e com a colaboração de outros) no período em que atuava em instituições psiquiátricas na Argélia. Também recorreremos às interpretações de Costa e Mendes (2020; 2021b) das suas obras, relacionando textos de Martín-Baró e Fanon, atualizando-os à conjuntura brasileira, e realizando uma análise mais profunda dos escritos fanonianos presentes no livro mencionado acima, bem como de outras obras. Recomendamos, assim, para uma aproximação e maior detalhamento das elaborações de Fanon, ver Costa e Mendes (2021b).

sujeitos, alvos da naturalização da barbárie colonial, conseguiam exprimir a sua insatisfação (FANON; AZOULAY, 2020/1954).

Destacamos o texto de Fanon, escrito em conjunto com Charles Geronimi, *A internação diurna na psiquiatria: valor e limites* (2), em que ambos tratam o caráter de negação do sofrimento psíquico enquanto uma denúncia acerca da ordem do capital, nomeando seu aguçamento como uma “patologia da liberdade”³³, no sentido de que o sofrimento e sua maximização não são em si libertadores, e sim “mais um dos mecanismos pelos quais opera a alienação [...]” (COSTA; MENDES, 2021b, p. 70) e, conforme já citamos mais acima, Marx (2006) já o apontava como mais uma das resultantes da luta social geral.

Esta questão trazida por Fanon e Geronimi (2020/1959) nos direciona para algumas considerações acerca do sofrimento psíquico, necessárias para o debate do capítulo a seguir: *a primeira* é o cuidado para não divinizar e romantizar o sofrimento psíquico e a loucura, sendo esses resultantes do processo particular de alienação e estranhamento do capitalismo na vida de sujeitos, que são históricos e múltiplos, e devem ser compreendidos tanto como sintoma e denúncia deste modo de vida, como expusemos.

A segunda consideração diz respeito à demarcação do horizonte teórico-prático para elucidar e enfrentar o sofrimento. Conforme Fanon e Geronimi (2020/1959, p. 87), se compreendemos a loucura (e outras formas de sofrimento) como uma “patologia da liberdade”, em que este quadro “[...] situa o doente num mundo em que sua liberdade, sua vontade e seus desejos são constantemente violados por obsessões, inibições, contraordens e angústias”, dá-se o tom não só ao cuidado a ser dedicado a ele, mas também ao seu potencial de denúncia das barbaridades do capitalismo.

Isso nos leva a concordar com outra afirmação de Fanon e Azoulay (2020/1954), de que esta sociedade na qual o sofrimento em seu caráter aguçado se desdobra não é livre. Assim, o “tratamento” do sofrimento não deve se restringir ao sujeito, tomado como indivíduo isolado: é necessário “tratar” a sociedade, ou seja, destruí-la (FANON; AZOULAY, 2020/1954; COSTA; MENDES, 2021b), ou como Martín-Baró (*apud* MIRANDA, 2020, s/p) coloca: “A questão é que talvez os indivíduos não precisem de tratamento, mas a sociedade. E o tratamento da sociedade se chama revolução”.

³³ Na introdução do livro *Alienação e liberdade*, Khalfa (2020, p. 31) escreve que o termo “patologia da liberdade” não é de autoria de Fanon, mas foi cunhada pelo psiquiatra e filósofo francês Henry Ey, de quem Fanon herdou o conceito.

Por fim, *uma terceira consideração*, interligada com o questionamento daquilo que é compreendido como “patológico” ou “anormal”, são que as contradições do sistema capitalista, assentadas na exploração e na opressão, são apreendidas como constituintes daquilo que é “normal” e “comum” ao cotidiano das pessoas, e são aguçadas em contexto de crise econômica, social e política, como trataremos. No entanto, segundo Costa e Mendes (2021b), o sofrimento psíquico, por ser uma das formas pelas quais os sujeitos expõem as problemáticas concretas desse modo de vida (e, como vimos, este modo de expressão também é problemático), pode vir a ser um quesito para colocar em xeque este padrão de funcionamento do capital (este é o caráter denunciativo trabalhado por Fanon).

Portanto, reforçamos que a tratativa do sofrimento psíquico envolve colocá-lo em perspectiva, inserindo-o no seu contexto sociocultural, uma vez que, a depender desta contextualização e das conjunturas, “[...] respostas normais em uma realidade podem ser anormais em outra. Igualmente, uma patologia, por mais que considerada como anormalidade em termos fisiológicos, pode ser uma resposta normal em um período anormal ou, mesmo, numa sociedade que se caracteriza pela normalização e a normatização do anormal [...]” (COSTA; MENDES, 2021b, p. 70).

Assim, nem toda forma de sofrimento aguçado deve ser alvo de uma intervenção medicamentosa e tratamento profissional – e, ainda assim, essa tem sido a resposta generalizada para o fenômeno (GOMES, 2017) –, sendo que a abrangência da questão não é apenas tratar o sujeito, mas o meio em que esse vive. Neste ponto é que se encontra o “*boom*” da medicalização social, uma das respostas do capital para silenciar as expressões denunciativas e sintomáticas deste sofrimento, via docilização dos corpos e mentes, com uma adaptação e ajustamento a esta sociabilidade.

Adentraremos na discussão acerca da lógica da psicopatologização e medicalização da vida mais adiante (no capítulo três deste trabalho), em que será desenvolvida uma exposição sobre a maneira como a ordem dominante vem dedicando atenção à saúde mental, e a relação disso com o contexto de crise que vivenciamos. Porém, anteriormente a isso, faremos uma breve exposição teórica sobre o partido político na tradição marxista, sua forma de organização e qual é seu papel, apresentando, junto a isso, os partidos que foram objeto desta pesquisa.

2 CAPÍTULO 2 – O PARTIDO POLÍTICO NA TRADIÇÃO MARXISTA

2.1 O PAPEL DO PARTIDO POLÍTICO NA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

O seguinte capítulo tem como intuito realizar uma breve exposição a respeito do partido político, entendendo-o para além de um sentido formal – balizado nas exigências estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) –, mas de maneira ampla, tratando do debate teórico que o envolve na tradição marxista, sua função política e sua constituição como instrumento da classe trabalhadora. Apresentamos, também, uma caracterização sucinta acerca dos três partidos políticos aqui estudados (PCB, PSOL e PSTU).

Inicialmente, ressalta-se que, apesar de delimitarmos o objeto desta pesquisa nos partidos políticos da esquerda revolucionária, este campo não se restringe a eles, havendo outras formas de organização (sindicatos), movimentos (coletivos, grupos autonomistas e anarquistas) e de luta que não se estruturam, necessariamente, em torno e/ou no interior dos partidos (FERNANDES, 2019). Por isso, a abordagem e os resultados desta pesquisa podem não se estender ao conjunto dos sujeitos e arranjos de luta que se orientam pelos princípios da esquerda revolucionária³⁴.

A noção de esquerda revolucionária aqui tratada advém dos estudos de Fernandes (2019). A autora realiza uma divisão deste campo entre “esquerda moderada” e “esquerda radical”, levando em consideração a complexidade e diversidade de expressões políticas da esquerda e seu caráter fragmentado. Fernandes (2019) identifica a esquerda revolucionária como “esquerda radical”, sendo que esta nomenclatura não é um “termo de valor político ou moral”, mas compreende esta esquerda como aquela que se contrapõe ao capitalismo, luta contra a exploração e a opressão e “contesta a ordem, mas também é plural em seu interior quanto a táticas e estratégias” (FERNANDES, 2019, p. 91), distinguindo-se da chamada

³⁴ Além disso, ao contrário do que é por vezes disseminado acerca dos partidos políticos e sindicatos, estas estruturas não são as formas “clássicas” de organização dos trabalhadores, sendo “[...] eles sim, relativamente *novos*, tendo surgido recentemente, ao longo dos últimos dois séculos (Frank e Fuentes, 1987). Esses movimentos se constituem a partir de formas de mobilização características da sociabilidade capitalista – recente se considerarmos o arco temporal da história humana” (NEVES, 2020, p. 38, grifo no original). Por isso, ao tratarmos dos partidos, não os colocaremos como instrumentos “clássicos”, justamente por considerar que seu nascedouro ocorreu em decorrência de determinadas condições histórico-políticas e socioeconômicas.

“esquerda moderada” (ou esquerda reformista, com atuação voltada para os limites da ordem vigente, fortalecendo-a), que “opera sob as regras do neoliberalismo e frequentemente divide e coopta grupos radicais para neutralizar suas atividades” (WEBBER & CARR *apud* FERNANDES, 2019, p. 91). Desta forma, a esquerda revolucionária no contexto latino-americano

[...] prevê uma transição para a coordenação social democrática da economia e a construção de um modelo de desenvolvimento no qual as necessidades humanas são priorizadas acima das necessidades do capital. A esquerda radical luta pela propriedade comunal dos recursos econômicos e naturais. Ela promove o controle do trabalhador e da comunidade dos locais de trabalho e bairros. A esquerda radical vê a democracia capitalista liberal como uma expressão limitada da soberania popular e procura, em vez disso, expandir o governo democrático em todas as esferas da vida política, social, econômica e privada. É anti-imperialista, buscando a libertação regional da América Latina e do Caribe e desafiando as pretensões imperiais do império norte-americano, bem como de seus rivais emergentes ativos na região. (WEBBER & CARR *apud* FERNANDES, 2019, p. 176)

O reconhecimento e a diferenciação destes espectros políticos e a compreensão do papel do partido revolucionário, especialmente nas atuais conjunturas internacional e nacional, é de suma importância tanto para uma análise rigorosa da sociabilidade do capital, quanto para fins de superação dessa. A forma de organização em partido (e o próprio instrumento), atualmente, não possui o mesmo peso histórico e/ou apelo que já tivera, e isso se dá por uma série de questões envolvendo o fim do chamado “socialismo real” e a derrocada da União Soviética, em 1991, que afetaram negativamente a organização da classe trabalhadora, caracterizando-se como um golpe nas esquerdas mundialmente, e “[...] não vai desencadear mudanças no ‘campo socialista’, mas praticamente sua extinção como experiência concreta.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 188), levando

[...] nos anos 1980 e 1990, a crise e até a desarticulação de diversas organizações anticapitalistas: movimentos guerrilheiros e de libertação nacional (como: FMNL [Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional], em El Salvador; FSLN [Frente Sandinista de Libertação Nacional], na Nicarágua; URNG [União Nacional Revolucionária Guatemalteca], na Guatemala, entre outros [...]) partidos comunistas em diversas regiões, organizações sindicais e operárias, movimentos sociais radicais; muitos deles ficarão órfãos da referencialidade que foi a União Soviética, perdendo adesão e legitimidade. Paralelamente, com a crise capitalista e com a automação da produção, eleva-se significativamente o desemprego e o emprego precarizado, fazendo com que a classe trabalhadora perca poder de barganha, e assuma uma postura individual e defensiva. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 191)

Considerando estas pontuações, justifica-se a necessidade da realização de um debate teórico a respeito dos partidos políticos, tendo como base as produções da tradição marxista – essa última tendo influenciado e instrumentalizado os processos revolucionários de meados do século XIX e início do século XX –, justamente para resgatar sua importância histórica, mas também para reafirmar a função primordial deste instrumento no atual cenário político. Desta forma, os parágrafos a seguir apoiam-se, principalmente, na síntese feita por Braz (2011) acerca do partido político revolucionário e sua atualidade, e o autor parte, também, de outros autores e militantes que elaboraram sobre a forma de organização partidária.

Acerca da conjuntura de crise do “socialismo real” supracitada, Braz (2011) aponta três diferentes interpretações que emergiram a partir destes eventos: a primeira coloca que, com o fim do bloco soviético, o capitalismo passa a ser considerado como o ápice final da humanidade, havendo, dentre os que reivindicam esta perspectiva, os que compreendem a vitória da ordem burguesa como o fim da luta de classes, do trabalho e da própria história (“o fim da história”, tese defendida por Francis Fukuyama), e aqueles que colocam a necessidade do sistema capitalista reconhecer certas demandas sociais, com o objetivo de minimizar as desigualdades dentro dos marcos desta sociabilidade. Esta primeira interpretação “expressou o mais puro conservadorismo de direita” (BRAZ, 2011, p. 10, grifos no original) e tem considerável respaldo até hoje.

A segunda interpretação, também forte na atualidade, defende que a derrota do “socialismo real” não envolvia apenas a obsolescência do projeto revolucionário, mas uma crise das ideias e teorias que influenciaram a construção dos princípios socialistas e comunistas, e defendem, portanto, o abandono das elaborações de Marx e do referencial teórico marxista, compreendendo que foram esses que provocaram o fracasso das experiências socialistas mundialmente e identificaram, com isso, o esgotamento da modernidade como um projeto civilizatório³⁵ (BRAZ, 2011).

Juntamente a esta defesa da “crise da modernidade”, consolida-se entre intelectuais e movimentos da classe uma “esquerda” que não se via representada nem pelo capitalismo, nem pelo socialismo, atrelando-se ao chamado “projeto pós-moderno”. Este projeto possui algumas

³⁵ Esta crise das ideias não foi restrita ao marxismo, mas se expandiu para outros pensamentos e teorias que realizavam (ou buscavam realizar) uma análise universal e totalizante da realidade social. Os adeptos a tendências pós-modernas igualaram tais análises a um “totalitarismo” e as rechaçaram/rechaçam, colocando a fragmentação da análise e o particularismo como elementos primordiais para compreensão da realidade.

similaridades com a primeira interpretação colocada, como apontado por Braz (2011), já que traz como “alternativa” o possibilismo: “Tal *colaboracionismo* de novo tipo – *possibilismo* – passou a reivindicar o possível dentro da ordem, estabelecendo alianças com as forças conservadoras em torno da governança, da terceira via etc. configurando-se num verdadeiro *conservadorismo de esquerda*” (2011, p. 11, grifos no original).

O fortalecimento teórico das tendências pós-modernas é fruto deste processo complexo de crise, que tem como terreno concreto a luta de classes em todas as suas materializações, mas se expressa, também, no terreno das ideias. Konder (1984) ressaltou que o fortalecimento das tendências teóricas pós-modernas, que se tornaram hegemônicas nas décadas de 1970 e 1980³⁶, representou mais um empecilho para filiação dos trabalhadores à tradição marxista, assim como comprometeu negativamente uma tratativa analítica rigorosa da realidade, priorizando a fragmentação em detrimento da totalidade da realidade social, diluindo a luta de classes à esfera do particularismo e do identitarismo, e induzindo à rejeição as organizações políticas da classe (partidos e sindicatos).

Por fim, a última interpretação, a com menos respaldo e influência – reivindicada por Braz (2011) e com a qual concordamos também – visa realizar uma autocrítica daquilo que foram as experiências socialistas, objetivando formar novas sínteses e compreensões para a construção de lutas futuras pelo socialismo e pelo comunismo, sem incorrer aos mesmos equívocos passados, e sem abandonar a radicalidade teórico-prática do projeto revolucionário, pois a “leitura crítica do passado é o ponto de partida para entender o presente nessa perspectiva” (BRAZ, 2011, p. 11).

Assim, apresenta-se sinteticamente os três desafios analíticos para o combate do conservadorismo: o *catastrofismo fatalista*, “para quem não há o que fazer”, o *esquerdismo pós-moderno*, que “mistifica a luta de classes nos particularismos de todo tipo e que diz reinventar as formas de lutas, jogando na lata do lixo da história o partido como organização política revolucionária” e o *possibilismo*, que tem apostado no “voluntarismo e na colaboração de classes como saídas à barbárie capitalista” (BRAZ, 2011, p. 13, grifos no original). Por isso,

³⁶ Além do colapso do “socialismo real” – que já passava por crises desde as denúncias dos crimes do stalinismo no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) –, como ressaltado mais acima, estas décadas são marcadas por outras questões de fundo, como o esgotamento do modelo do Estado de Bem-Estar Social e do padrão de acumulação keynesiano-fordista, manifestando uma crise estrutural do capitalismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

o autor defende não somente a atualidade da concepção de partido político e da sua importância como instrumento de luta, como destaca que:

[...] todos os processos revolucionários que resultaram num derrubamento do poder de classe da burguesia e na constituição de algum tipo de Estado proletário tiveram o *partido* – em qualquer uma de suas formas revolucionárias – *como protagonista político* em uma das seguintes situações: ou o partido assumiu tal papel no momento do desenlace revolucionário, quando se consuma a ruptura estrutural e inaugura-se imediatamente um estágio de transição; ou no próprio processo transicional, fase sequencial à ruptura em que se busca a consolidação da nova sociedade; ou em todas as etapas do processo revolucionário, de sua preparação prévia, de seu arremate decisivo e de sua posterior afirmação como nova ordem social. (BRAZ, 2011, p. 13, grifos no original)

E, mais adiante (2011, p. 16), afirma que:

[...] os fundamentos centrais que movem a ordem burguesa e que reproduzem suas contradições e antagonismos estruturais continuam intactos (ainda que com novas roupagens), sustento que a despeito de toda a indiscutível crise por que passa, o partido foi e continua sendo o principal instrumento coletivo de classe que pode, historicamente, ser o dirigente do processo revolucionário.

Desta forma, o partido político constitui-se como um instrumento coletivo de organização que aglutina interesses comuns e universais de uma determinada classe social, possuindo condições de dirigir e orientar as ações de classe, frações e grupos sociais na luta política. Temos acordo com Marx e Engels quando esses escrevem, n’*O manifesto do Partido Comunista* (1998), que o partido político seria o instrumento de organização primordial dos trabalhadores, tendo como papel “[...] despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e proletariado” (MARX; ENGELS, 1998, p. 47). É no partido que se efetiva a união de pautas de lutas particulares numa luta maior, em defesa de um projeto de sociedade. N’*O manifesto*, Marx e Engels (1998) descrevem o partido como “o principal (embora não único) instrumento de constituição da subjetividade dos trabalhadores e do encaminhamento de suas lutas de emancipação [...]” (COUTINHO *apud* MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 123). Logo, o partido político teria a capacidade, por excelência, de vincular a teoria à prática, elevando a consciência da classe e suas frações.

O manifesto do Partido Comunista, de 1848, é uma referência central e obrigatória para o desenvolvimento da tradição marxista, servindo como “uma primeira sistematização teórico-política do tipo de organização política da classe trabalhadora” (BRAZ, 2011, p. 29),

influenciando, até hoje, os movimentos socialistas, comunistas e intelectuais. Mesmo que Marx e Engels não tenham descrito um “modelo” de organização de partido, n’*O manifesto* percebe-se a existência de uma concepção mais ampla deste instrumento – que será ponto de partida para outros militantes e intelectuais pensarem a função do partido revolucionário, sua estrutura organizativa e a forma de luta (BRAZ, 2011) –, e estabelecem objetivos e princípios que orientam a construção da ação e do programa deste instrumento, tais como: o seu caráter público e legalizado (fora da clandestinidade), a luta contínua pela abolição da propriedade privada somado a um projeto de sociedade emancipatório, o internacionalismo de classe (considerando, também, as particularidades nacionais donde os trabalhadores vivem), a unidade entre as frações da classe trabalhadora, a formação política e a propaganda para elevação da consciência de classe (MARX; ENGELS, 1998).

Após a experiência da Comuna de Paris³⁷, em 1871, Marx e Engels atentam-se às contribuições desta luta política para generalizar e atualizar um elemento fundamental do movimento revolucionário dos trabalhadores: a criação e o estabelecimento da ditadura do proletariado; um governo dirigido e definido por trabalhadores. Marx elabora em *A Guerra Civil na França* (1986) que a Comuna “[...] devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo” (MARX, 1986, p. 73). Nesta obra, reafirma elementos acerca do partido político já ressaltados n’*O manifesto*: “Do ponto de vista da formulação teórica política, Marx insistia na tese exposta desde o Manifesto Comunista da *necessidade da aglutinação da classe operária em um partido político* que, vinculado às lutas econômicas, tenha como objetivo *realizar a revolução cujo fim seja a abolição das classes*” (DEL ROIO, 2011, p. 31, grifos nossos).

Marx e Engels tratam o partido como o principal instrumento de ação política do proletariado, possuindo maior capacidade de promover a passagem da “classe em si” (uma consciência reivindicatória) em “classe para si” (consciência revolucionária), ou seja, uma classe que se conforma como tal após se entender como classe, passando a se organizar e lutar

³⁷ A Comuna de Paris foi a primeira experiência histórica de um governo proletário e de caráter socialista. Com duração de 72 dias, foi brutalmente reprimida, conjuntamente, pela Guarda Nacional Francesa e pelas tropas prussianas. Dentre as conquistas da Comuna em seu curto período, pode-se citar “[...] a abolição do trabalho noturno dos padeiros, a redução de salários e a entrega às organizações operárias das fábricas e oficinas, cuja produção houvesse cessado” (DEL ROIO, 2011, p. 29). Houve, ainda, o estabelecimento da igualdade entre os sexos, legalização dos sindicatos e um planejamento de autogestão de fábricas, porém, este último não foi possível de implementar. A Comuna de Paris será uma influência para episódios futuros revolucionários, como a Revolução Russa de 1917 (DEL ROIO, 2011).

coletivamente em defesa de seus interesses. Para os autores, portanto, esta passagem é perpassada por uma mediação organizativa, e eles destacam *o papel fundamental do partido político*, caracterizando-o como o cume da formação da consciência de classe, um “mediador universal” deste processo (DUBOC, 2018).

Rigorosamente, pode-se afirmar que os partidos políticos socialistas são a primeira forma clássica de partido político. Importa estudar a noção de partido revolucionário porque o seu entendimento deve considerar, como ponto de partida, o fato de que sua emergência faz parte do processo de constituição do sistema moderno de partidos políticos, do qual os partidos operário-socialistas são as protoformas. O partido político do tipo comunista é representante nobre do partido político moderno. Sua natureza coincide com os preceitos da modernidade, uma vez que apresenta inclinação à totalidade e à universalização. Constatação disso é o fato de que, segundo U. Cerroni (1982, p. 21), todos os partidos nascem após os socialistas, inclusive os liberais, muitos em contraste a eles ou referenciando-os. [...] Para ele [Cerroni], o partido político socialista aponta para o gênero humano, para uma outra condição de humanidade, livre das deformações típicas da sociedade burguesa. Ele é mais do que uma “agregação ideológica” ou corporativa e indica a reunião dos interesses maiores da humanidade. Portanto, deve estar livre de interesses imediatos da classe operária, deve superá-los, rompendo com o economicismo, a partir de uma perspectiva classista (*Ibidem*, p. 26). (BRAZ, 2011, p. 18-19, grifos no original)

Sendo assim, Braz (2011, p. 32) destaca que a articulação da teoria e prática revolucionárias feita por Marx e Engels “consolidou um campo reflexivo voltado para as questões prático-políticas dos mesmos processos, tornando a teoria uma força material, uma força prática posta em ação pelos homens”, uma vez que pavimentou o caminho para construção de uma tradição teórico-comunista como um movimento vivo da classe, fundada na compreensão crítica da sociedade, associando-a a uma ação revolucionária correspondente a esta teoria.

No final do século XIX, novas condições políticas estabelecem-se, trazendo questões a serem consideradas pelos partidos revolucionários e os social-democratas nacionais, como o sufrágio universal, a saída do partido da clandestinidade para a legalidade e a política constitucional (BRAZ, 2011). Estas mudanças, ocasionadas pelo desenvolvimento do capitalismo e o sucesso eleitoral da social-democracia alemã, influenciam Engels a pautar a possibilidade de um caminho vitorioso dos trabalhadores pela via parlamentar e a repensar as formas de luta insurrecional, sem abdicar, porém, do confronto violento ou armado entre as classes, a depender do momento (2011, p. 40-41). Esta última ressalva é importante para apontar a complexificação do cenário político com a criação de outras trincheiras de luta, sem o

abandono do horizonte comunista e da possível necessidade do uso da violência, e para compreender também o interesse (e a defesa) de Marx e Engels na internacionalização da luta dos trabalhadores, algo que ficou mais explícito na fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) – a Primeira Internacional, em 1864 (BRAZ, 2011).

A Primeira Internacional, apesar de sua forte influência no fortalecimento dos partidos nacionais nos anos 1860 e 1870, foi marcada por consideráveis conflitos políticos e divisões internas, e mesmo com a consolidação das organizações dos trabalhadores, o reconhecimento da luta política e os desdobramentos de significativos processos de luta (a Comuna de Paris, em 1871), a Primeira Internacional desarticulou-se em 1876, sendo, inclusive, apontado por Marx que “[a AIT] já não dava mais conta dos rumos das lutas socialistas” (BRAZ, 2011, p. 45).

Cabe destacar que uma das expressões da insuficiência política da AIT, a criação do Programa de Gotha, em 1875, passará a ter uma importante influência nos movimentos e no processo de formação dos partidos social-democratas mundialmente. Este Programa, que unificou duas forças políticas socialistas da Alemanha – o Partido Operário Social-Democrata e a Associação Geral dos Operários Alemães –, foi um retrocesso programático fortemente criticado por Marx e Engels, que elencam as diversas problemáticas sobre o texto final desta organização, sendo algumas delas: defesas abstratas acerca do comunismo e do internacionalismo, “*reivindicações puramente democráticas*” alinhadas a um programa liberal-burguês, ausência de explicitação sobre a organização dos trabalhadores como classe via sindicatos, entre outros (ENGELS, 2012, p. 53-54, grifos no original).

Entretanto, a necessidade de uma unificação política, queurgia no interior dos movimentos operários e dos partidos social-democratas, ofuscou as críticas feitas por ambos e, desde os 1890 até o início do século XX, a social-democracia alemã exercerá um papel fundamental nos rumos da luta revolucionária internacional, abrindo caminho, inclusive, para o revisionismo nas teses marxianas e engelsianas. Segundo Braz (2011, p. 49):

Trata-se de um contexto no qual o movimento operário estava ávido por formulações que pudessem, ao mesmo tempo, explicar os problemas fundamentais da sociedade e indicar o caminho da luta política. Daí surgiu campo fértil para a disseminação de determinismos, mecanicismos e fatalismos, inclusive possibilitando um certo casamento do marxismo e, conseqüentemente, do movimento socialista, com o evolucionismo darwinista tão em voga no período. [...] Junto a isso, podemos acrescentar o fato de que, após a Comuna de Paris, verificamos a crise de muitas “escolas socialistas”, o que fez com que o marxismo (e o movimento socialista) passasse a conviver com diferentes correntes socialistas, tais como o blanquismo, o

proudhonismo e o anarquismo, caracterizando um considerável *ecletismo do movimento socialista*. (grifos no original)

A fundação da Segunda Internacional, em 1889, que ocorre em meio a este contexto supracitado, é marcada pela heterogeneidade (e, a depender, um teor de ecletismo) de perspectivas marxistas – quatro correntes, conforme Braz (2011) –, sendo essas construídas e reivindicadas por diversos militantes. Destacam-se, especialmente, Lênin, Rosa Luxemburgo, Kautsky e Bernstein. Apesar de não ser o foco deste trabalho tratar os pormenores históricos e cada uma das correntes políticas destes militantes detalhadamente, faremos uma breve exposição da base teórica da concepção do partido que cada um defendia.

A primeira corrente, encabeçada por Karl Kautsky, juntamente com August Bebel, é representada pela frase “a revolução não é algo que possa ser feito”, trazendo uma perspectiva fatalista acerca da luta revolucionária e colocando o partido político como um agente passivo frente à construção do processo revolucionário, dependendo, exclusivamente, das determinações sócio-históricas do desenvolvimento do sistema capitalista, essas vistas como algo natural e dado. Assim, apenas a partir disso, ocorrerá um “crescente agravamento dos antagonismos de classe que resultará, inevitavelmente, num trinfo final da revolução” (BRAZ, 2011, p. 53). A problemática desta corrente é sintetizada na seguinte fala de Kautsky: “*Partido Socialista é um partido revolucionário; não é um partido que faz revoluções*” (KAUTSKY *apud* BRAZ, 2011, p. 53, grifos no original), logo, não haveria necessidade dos militantes elaborarem estratégias políticas para fins de luta, mas sim aguardar tal amadurecimento das condicionalidades sistêmicas, que acarretariam, *inevitavelmente*, na vitória revolucionária da classe (2011, p. 53).

Nesta via, o debate sobre reforma e revolução ganha espaço no interior da Segunda Internacional, e a forma da sua condução vai definir os rumos deste organismo. Vale pontuar, contudo, que a questão da reforma não era um problema em si, assim como não era questionada a sua importância diante das possibilidades concretas de luta nas novas condições do capitalismo, mas as reformas “dividiam os socialistas com relação à sua *importância estratégica na luta política*” (BRAZ, 2011, p. 54, grifos no original), ou seja, como tais reformas poderiam contribuir estrategicamente no processo revolucionário.

Com isso, introduzimos a segunda corrente política, que tem na figura de Eduard Bernstein o seu aporte teórico-político. O pensamento de Bernstein fundava-se numa forma

bem acabada de reformismo – logo, dando uma centralidade às reformas em detrimento da revolução propriamente – e do revisionismo (BRAZ, 2011), e concebia o socialismo numa “noção moral da justiça, na luta contra o modo de repartição, em vez de baseá-lo na luta contra o modo de produção [...]” (LUXEMBURGO *apud* BRAZ, 2011, p. 58).

Bernstein defende suas ideias em um momento de relativa estabilidade e consolidação do capitalismo monopolista que, conforme pontuamos mais acima, trouxe novas configurações político-econômicas, como o sufrágio universal e a vitória eleitoral da social-democracia, algo que, para Bernstein, apontava para um horizonte de ressignificação das elaborações de Marx e Engels, tanto no sentido das formas de organização e de luta, como até mesmo na renúncia da possibilidade de superação da ordem do capital, realizando uma adaptabilidade estratégica e uma transição social “sem rompimentos violentos, da moderna ordem social para uma ordem superior” (BRAZ, 2011, p. 63-64). Com isso, o partido político, para Bernstein, seria “*um partido socialista democrático de reformas*” (BERNSTEIN *apud* BRAZ, 2011, p. 65, grifos no original) e deveria

[...] corresponder às necessidades históricas mais prementes que, para ele, encontravam-se nas demandas sociais por reformas de todo tipo, ou seja, em todas as esferas da vida social – política, economia, ética etc. –, atuando na e pela legalidade, ampliando a níveis maiores os canais de participação política dos representantes diretos da classe proletária: o partido, os sindicatos, os membros do parlamento. (BRAZ, 2011, p. 65)

Uma grande opositora aos ideais revisionistas encabeçados por Bernstein foi Rosa Luxemburgo, considerada uma das lideranças teórico-políticas do Partido Social-Democrata Alemão (PSDA), travando uma luta interna com os reformistas existentes nas fileiras do partido. Acerca de Bernstein, Rosa Luxemburgo realiza críticas ferrenhas, colocando, primeiramente, que reforma e revolução não são incompatíveis, “e sim fatores diferentes no desenvolvimento da sociedade de classes, condicionando um ao outro e que se completam, ainda que se excluindo reciprocamente [...]” (LUXEMBURGO *apud* BRAZ, 2011, p. 56). Sua denúncia acerca do pensamento de Bernstein diz respeito à forma como este abandona o horizonte revolucionário, colocando que:

Bernstein começou a revisão do programa social-democrata pelo abandono da teoria do desmoronamento capitalista. [...] Sem desmoronamento do capitalismo, é impossível a expropriação da classe capitalista. Bernstein renuncia então à expropriação, para estabelecer como finalidade do movimento operário a realização

progressiva do ‘princípio cooperativo’. Mas, no seio da produção capitalista, não se pode realizar a cooperação. Por conseguinte, Bernstein renuncia à socialização da produção e aspira unicamente à reforma do comércio, ao desenvolvimento das cooperativas de consumo. Mas a transformação da sociedade pelas cooperativas de consumo, mesmo com sindicatos, é incompatível com o desenvolvimento material real da sociedade capitalista. Eis porque abandona Bernstein a concepção materialista da história. Mas sua concepção da marcha do desenvolvimento econômico é incompatível com a teoria marxista de mais-valia. Também abandona Bernstein a teoria do valor e da mais-valia e, com isso, toda a doutrina econômica de Karl Marx. Mas não pode a luta de classe proletária ser conduzida sem finalidade determinada e sem base econômica na sociedade atual. Bernstein abandona, então, a luta de classes e proclama a reconciliação com o liberalismo burguês. (LUXEMBURGO *apud* BRAZ, p. 66)

Articulando as lutas econômica e política, Luxemburgo trata sobre a relação que o movimento político revolucionário deve estabelecer com a imediatez da vida dos trabalhadores e os objetivos maiores do projeto revolucionário, defendendo questões organizativas que contemplassem tanto a vontade das massas proletárias – que possui maiores condições de se acirrar em meio às contradições do capitalismo –, quanto refletia a potencialidade organizativa do movimento dos trabalhadores, numa proposta de educação permanente, com agitação política e propaganda, destacando o papel do partido político neste processo, mas não estritamente ele (BRAZ, 2011).

Luxemburgo defende um enfoque na *greve de massas*, que são “próprias das revoluções em seu processamento” e tiveram seu caráter revolucionário explicitado na Revolução de 1905 da Rússia (BRAZ, 2011, p. 69). A greve de massas seria, segundo ela, o elo unificador dos elementos gerais da luta político-econômica, em que “a consciência revolucionária e a própria vontade das massas se desenvolveriam no curso das lutas revolucionárias que tinham na greve de massas um instrumento efetivo de impulsão”, em que as organizações partidárias “formariam o próprio exército revolucionário [...] [e] assumiriam funções de liderança por expressarem os segmentos mais conscientes e mais preparados para o movimento revolucionário” (2011, p. 68). Nos seus escritos, percebe-se não só uma crítica a outras posições políticas do campo revolucionário, como o anarquismo, mas uma problematização das “tendências centralizadoras das organizações proletárias que iria opô-la, mais tarde, aos métodos do partido bolchevique lenineano” (BRAZ, 2011, p. 70), colocando-se de forma contrária a “qualquer postura teórico-política que retirasse do movimento das massas o protagonismo histórico na revolução” (2011, p. 70). Porém, ao realizar este destaque, ressalta que o direcionamento político deste movimento de massa “só pode vir das organizações revolucionárias que dispõem de quadros capazes de

conduzir [...] as massas proletárias à conquista do poder político: do partido revolucionário” (BRAZ, 2011, p. 70).

Portanto, diferentemente de Bernstein e Kautsky, Rosa Luxemburgo reafirma a função fundamental do partido revolucionário, mas indicando a necessidade de mudanças naquilo que compreende ser seu caráter centralizador. Além disso, pontua que a revolução será germinada a partir da luta das massas, colocando que as organizações devem se propor a dirigir não um modelo ideal de revolução, mas sim o real, sem retirar o protagonismo da classe no processo (BRAZ, 2011). Mesmo existindo discordância entre Rosa Luxemburgo e os bolcheviques, ela “enxergava no processo russo elementos revolucionários que deveriam ser refletidos com o objetivo de construir parâmetros teóricos-políticos para o conjunto do movimento operário” (BRAZ, 2011, p. 68). Suas formulações, no entanto, não foram suficientes para impedir a hegemonia revisionista-reformista no interior do PSDA, que alcançou a direção do partido, e em 1914, a Segunda Internacional atingiu seu esgotamento como um organismo revolucionário. A criação da Internacional Comunista, em 1919, em meio à efervescência da vitória da Revolução Russa de 1917, foi marcada pela hegemonia da concepção leninista.

Lênin e suas formulações foram fundamentais para a tradição marxista e para os revolucionários por consolidar uma concepção de partido, revolução e militância, e nos auxilia a compreender a influência que suas elaborações exercem até a atualidade nas organizações que se reivindicam revolucionárias, que visam refletir sobre o contexto em que estão inseridos para atuar nele – como é o caso dos três partidos políticos estudados neste trabalho que, em maior ou menor grau, recorrem às suas contribuições. Braz (2011) afirma que Lênin atualizou o debate revolucionário e a forma partido, “avançou e aperfeiçoou o comunismo moderno, adicionando a ele uma concepção de instrumento [...] para viabilizar a fase de transição para a sociedade comunista”, além de ter ressaltado “a necessidade de criação de uma organização revolucionária disciplinada, coesa e preparada politicamente para se assumir como a vanguarda do proletariado” (2011, p. 74).

Ao observar a formação social e política da Rússia, e buscando planejar ações políticas dos trabalhadores em um contexto e período histórico distintos, Lênin (2010) estabelece um diálogo com os apontamentos de Marx e Engels. Defendendo a necessidade de combater os limites da luta meramente econômica (restrita aos sindicatos) e a desarticulação do movimento operário, Lênin coloca que o partido deve atuar como vanguarda nos processos de luta dos

trabalhadores, centralizando as ações políticas para as vias revolucionárias. É feita, então, uma distinção entre as duas formas de organização da classe trabalhadora, os sindicatos e os partidos políticos, sem desconsiderar a importância do primeiro, mas reconhecendo a limitação de seus objetivos, que são estritamente econômicos.

Portanto, caberia ao partido unir as pautas econômicas a um projeto político amplo, de denúncia das condições objetivas dos trabalhadores, que apontasse a dimensão classista das lutas sociais em direção a uma saída revolucionária. Para isso, o partido deve estar presente no cotidiano dos trabalhadores, com a finalidade de conhecer suas demandas, necessidades e atuar como um sujeito coletivo. Segundo Lênin (2010), apenas com a efetivação destas condições é que o partido político se tornaria um partido de vanguarda.

Se para Lênin, a *consciência revolucionária* não emerge nem se desenvolve espontaneamente (a partir das ações sindicais, econômicas), mas a partir da mediação educativa e política do partido, não há em seu pensamento uma oposição entre lutas espontâneas (sindicais) e a organização de vanguarda (o partido), mas sim uma *complementação*, no sentido de que o partido, a partir do “elemento espontâneo”, amplia-o pela aproximação progressiva às questões políticas decisivas da luta revolucionária. O partido atuaria como organizador, como o que direciona as massas e suas ações para uma apreensão crítica e classista de suas demandas para colocar em movimento o processo revolucionário. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 125, grifos no original)

Lênin (2010) ressalta dois pontos centrais na sua obra e que demandam atenção da organização revolucionária: a questão da consciência de classe e do espontaneísmo e a união entre as pautas imediatamente econômicas com a estratégia política revolucionária, que abrange tais pautas e um objetivo mais radical de supressão do sistema. Lênin realiza uma crítica ao “elemento espontâneo” das massas, mas afirma, assim como Luxemburgo, que esse não necessariamente é oposto à ação revolucionária organizada e de vanguarda, podendo complementá-la. A partir deste espontaneísmo, a luta pode ser ampliada para um horizonte revolucionário, e a organização dos trabalhadores deveria estar à altura, isto é, “*estar em condições de fazer de seu programa (de suas estratégias e táticas) os próprios objetivos do proletariado*” (BRAZ, 2011, p. 83, grifos no original).

O conhecimento revolucionário, logo, não é endógeno às massas, mas é trazido por uma parte consciente do movimento, “de fora” (sendo esse o papel da vanguarda do partido), estabelecendo uma união com a ação política – uma teoria revolucionária para uma ação revolucionária (LÊNIN, 2010). Para tal, faz-se necessário que o partido político esteja

construindo a luta no cotidiano e junto aos trabalhadores, para conhecer suas demandas e lutas. Logo, conforme Braz (2011) sintetiza, o papel do partido revolucionário seria de um *mediador político e organizativo*, a fim de elevar a consciência das massas a um plano teórico-político e organizativo, alargando os objetivos imediatos dos trabalhadores e dando a devida dimensão de politização a eles – uma ideia bem similar à concepção de “educação permanente” de Rosa Luxemburgo. Esta elevação da consciência de classe, uma forma de educação política, é função primordial do partido revolucionário e

Deve ser entendida como tarefa básica e fundamental para os revolucionários, no sentido de desenvolver a consciência de classe operária. Essa educação não seria simplesmente dizer aos operários que a classe operária é antagônica à autocracia, ou mesmo discursar sobre a opressão política que eles sofrem por terem interesses opostos ao dos seus patrões, é necessário “fazer a agitação acerca de cada manifestação concreta dessa opressão” [...], opressão que se manifesta nos mais diversos aspectos da vida social. (MARTINS, 2015, p. 71)

Vale sinalizarmos algumas questões a respeito do contexto em que Lênin escreve estas concepções e realiza suas defesas, contexto este determinado pelas condições sócio-históricas russas, completamente distintas daquelas em que viviam Kautsky, Bernstein e Luxemburgo – que escrevem tomando as experiências de países de capitalismo maduro –, e que visava combater tendências políticas espontaneístas e oportunistas existentes no próprio movimento dos trabalhadores. Estas ressalvas são importantes para que possamos compreender, por exemplo, as críticas realizadas por Rosa Luxemburgo a respeito do caráter “excessivamente” centralizador do partido bolchevique.

O partido lenineano foi concebido como uma organização específica para um contexto específico, que objetivava enfrentar um governo autocrático e possuía pretensões de avançar não só na educação política das massas, mas pensar e intervir no desenvolvimento econômico e social, completamente aquém ao europeu em sua totalidade. Por isso, tal como observa Braz (2011, p. 85), o partido bolchevique possuía características “marcadas pelas vicissitudes políticas da realidade autocrática russa; elas imprimiram ao movimento revolucionário como um todo a premência de uma organização fortemente centralizada e disciplinada, orientada para atuar em situações praticamente clandestinas e sob a ilegalidade”, entretanto, pontua-se que “tal partido foi o que *de fato* conduziu o processo revolucionário russo [...]” (2011, p. 85, grifo nosso).

À luz desta exposição, nos tópicos correntes apresentaremos brevemente os partidos políticos da esquerda radical brasileira, bem como sua estruturação interna, para fins de contextualização dos debates que serão desenvolvidos nos demais capítulos.

2.2 PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB

Fundado em 25 de março de 1922, o PCB é o único dos três partidos do campo revolucionário que já existia antes do Partido dos Trabalhadores (PT), não tendo, portanto, surgido diretamente desse, como é o caso do PSTU e do PSOL, duas organizações que se construíram e se consolidaram após expulsão ou divergências políticas com o PT em algum momento.

O PCB é uma organização baseada na concepção leninista de partido e, em seu manifesto político, declara orientar-se teoricamente pelo pensamento de Marx, Engels e Lênin, participando ativamente das formas de luta e organização dos trabalhadores em contexto nacional e internacional, objetivando a ruptura com o sistema capitalista para construção da sociedade socialista, rumo ao comunismo, a partir do comprometimento com a luta revolucionária, e suas condições “[...] devem subordinar-se à política e às condições reais em que se dá a luta de classes, em cada momento histórico, em cada país e em cada contexto”³⁸.

Segundo Fernandes (2019, p. 196), a história do PCB é marcada por cisão e conflitos internos, “e seus últimos vinte anos são mais bem caracterizados como um período de autocrítica e reorganização. Isso tem impacto no tamanho relativamente pequeno do partido, apesar de seu tempo de existência”. Na apresentação presente no site do partido, há uma declaração política elaborada no XV Congresso do PCB que coloca:

A reconstrução revolucionária do PCB avança agora com um Partido renovado, dinâmico, presente nas diferentes frentes de luta da classe trabalhadora e em todas as regiões do país, coeso em torno de formulações precisas e princípios revolucionários, buscando organizar os trabalhadores em seus locais de trabalho e moradia, atento à conjuntura nacional e internacional e ciente da imensa tarefa e responsabilidade de representar os ideais do comunismo neste século³⁹.

³⁸ As informações utilizadas neste subitem estão contidas no “Manual de organização partidária”, disponíveis em: <https://pcb.org.br/portal/docs/manual.html>.

³⁹ Este trecho, assim como as citações que aparecerão a seguir, estão no texto “Breve histórico do PCB”, disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/historia.html>.

Moura (2011) aponta que a estrutura partidária do PCB é piramidal, hierarquizando-se verticalmente, “estratificando e segmentando seus membros através de seus órgãos e instâncias internas, produzindo filtros de participação nas atividades dos partidos” (2011, p. 38). O partido tem como base as células, o organismo de atuação dos militantes em variadas localidades (trabalho, escolas, universidades, nas comunidades etc.), caracterizando-se por ser o “Partido em sua atuação” e “tem a finalidade de ligar o Partido às massas, num sentido de mão dupla” – conforme descrito no manual de organização do PCB.

As células possuem um secretário político eleito, que busca garantir a melhor aplicação da política tirada pelo partido e discutir o seu trabalho junto aos militantes de base com as instâncias superiores, bem como deve antecipar problemáticas e fazer balanços da atuação militante nos espaços. Existem outros tipos de secretariado, com atribuições específicas:

- O secretário de organização, responsável por conduzir, numa melhor forma, o bom desenvolvimento organizativo partidário, acompanhando o calendário de atividades e cuidando de documentos e atas relativas às reuniões e atividades;
- O secretário de finanças, “responsável pela cobrança das contribuições financeiras da militância do Partido, repassando parte dos recursos levantados à Secretaria de Finanças do Comitê Regional, respeitando-se as cotas estabelecidas nos estatutos do Partido”;
- O secretário de agitação e propaganda, que divulga o partido e circula as ideias que defende em sua área de atuação, permitindo a circulação pelos mais variados veículos e mecanismos, como jornais, cartazes, panfletos, páginas da internet etc., e
- O secretário de formação política, responsável pela educação política dos militantes, apresenta propostas e cursos a partir das necessidades identificadas, e repassa as dúvidas surgidas, bem como um balanço geral a instâncias superiores.

O PCB possui frentes de atuação – que nomeiam de “frentes de massas” –, como a União da Juventude Comunista (UJC), o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro e o Coletivo Minervino de Oliveira. Possui uma direção nacional, o Comitê Central (CC), eleita pelos delegados enviados pelas regionais dos partidos ao Congresso Nacional, que dirige o partido no período de um congresso para outro. A interligação entre o CC e o restante do partido são os Comitês Municipais e Regionais. Sendo assim, o CC e o Congresso Nacional são as duas

instâncias deliberativas do PCB. Por ser um partido de centralismo democrático⁴⁰, a linha política estabelecida pelo CC deve ser respeitada por todos os organismos do partido para promover uma atuação externa alinhada e organizada. Todavia, no interior do partido, as diferentes instâncias discutem a política, podendo discordar dessa ou não, visando realizar avaliações periódicas acerca da ação militante nos seus variados espaços.

2.3 PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL

O PSOL foi fundado em 6 de junho de 2004, e é o mais jovem partido do campo político da esquerda radical brasileira e, dentre os três, é o que possui uma maior representatividade parlamentar, contando com deputados federais e estaduais, senadores e vereadores. É fruto de uma ruptura com o PT, que ocorreu quando um conjunto de militantes socialistas, intelectuais de esquerda e grupos políticos foram expulsos, bem como outros romperam depois com o partido, por discordarem de votar na controversa Reforma da Previdência de Lula, em 2003 (FERNANDES, 2019). Na época de sua saída, estabeleceram conversas com o PSTU, porém, essas não avançaram, especialmente por conta da questão do centralismo democrático não aceitar a formação de tendências internas (2019, p. 186).

Desta forma, o PSOL conformou-se como um partido constituído por variadas tendências políticas, e uma

[...] alternativa à experiência petista, afirmando um compromisso com a estratégia socialista em um programa provisório ainda muito simplório e a perspectiva de funcionamento interno democrático, com direito de tendências, nucleação de base, instâncias decisórias controladas pela representação de base do partido e filiação apenas de militantes, comprometidos com a autossustentação do partido, que não aceitaria financiamento de multinacionais, empreiteiras e bancos para suas campanhas. Tudo isso definido em seu estatuto, também provisório. (MATTOS, 2012, p. 162)

⁴⁰ De forma resumida, Moura (2011, p. 41), tomando as resoluções congressuais do PCB, explicita que o centralismo democrático tem como características fundamentais: uma radical democracia interna; o cumprimento, pelo conjunto do partido, daquilo que foi votado pela maioria; a liberdade para discussão nos diversos espaços partidários; responsabilidade e a autonomia de atuação, respeitando o programa e as resoluções do partido, e o controle e o acompanhamento das atividades militantes.

O Estatuto do PSOL (2004) estabelece que a organização e estruturação interna têm capilaridade nos estados e municípios, sendo os núcleos a base de atuação do partido, em que se discute as pautas políticas para a atuação militante, com cada um desses compostos por um dirigente. A partir desses núcleos, formam-se os setoriais, instâncias que realizam debates acerca das pautas de setores sociais específicos – por exemplo, setorial de mulheres, setorial do movimento negro, setorial do movimento sindical, dentre outros –, que visam atuar conjuntamente a movimentos sociais organizados.

Os organismos internos ao partido devem respeitar, primeiramente, as resoluções congressuais do partido, as decisões das Convenções Nacionais e deliberações do Diretório Nacional, sendo que os organismos terão “autonomia para deliberar sobre as questões de política e tática do seu âmbito de intervenção, procurando o mais amplo debate prévio e a maior unidade na ação, sempre nos marcos da não contraposição ao Programa, ao Estatuto e das deliberações dos Congressos, das Convenções Partidárias e do Diretório Nacional”⁴¹.

Fernandes (2019) trata que o direito à construção de tendências é um dos principais princípios do PSOL, por entenderem tal proposta como uma possibilidade de construção mais amplamente democrática, podendo mobilizar diferentes correntes em torno de um projeto comum, garantindo um “clima de respeito à diversidade de opinião e às minorias, de relações fraternas e respeitadas, capazes não só de garantir a melhor troca de opiniões e da elaboração política, quanto um clima de unidade na pluralidade e nas divergências” (PSOL, 2004). Ou seja, diferente do PCB e do PSTU, o PSOL não possui um regime interno marcado pelo centralismo democrático, podendo, desta forma, publicizar as divergências e conflitos internos do partido.

A nosso ver – e defendido também por Fernandes (2019) –, tal apresentação também estabelece problemáticas na forma como o partido se posiciona externamente, configurando uma espécie de “colcha de retalhos”, criando uma dificuldade de visualizar o partido, externamente, como uma organização capaz de criar sínteses e momentos unitários. Isso foi possível de perceber, por exemplo, nas entrevistas com os militantes do PSOL. Alguns declararam que não há um diálogo constante entre as correntes, nem momentos de encontros comuns, havendo uma dificuldade de estabelecer uma atuação conjunta, o que nos auxilia a reafirmar, também, o desafio que é compreender a organização do partido. Fernandes (2019, p. 187) resume tal aspecto da seguinte forma: “o PSOL é visto ao mesmo tempo como lulista e

⁴¹ Estatuto do PSOL, disponível em: <https://psol50.org.br/partido/estatuto/>.

golpista, sionista e solidário com a Palestina, eleitoreiro e sectário, pró-Maduro e pró-imperialismo, dependendo a quem você perguntar”.

A autora, no entanto, pontua que, em momentos não eleitorais de baixa ou alta politização da massa (como vemos na atualidade), tal característica pode ser importante justamente para aglutinar em seu entorno uma periferia que concorde com pontos de um projeto comum, assim como podem estabelecer uma colaboração pontual em alguma atividade e/ou fórum, o que “faz do PSOL um importante ponto de convergência para uma variedade de organizações cujas disputas internas concernem ao desejo de influenciar e orientar a direção do partido” (FERNANDES, 2019, p. 187).

2.4 PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO – PSTU

O PSTU foi fundado em 5 de junho de 1994, fruto de uma ruptura da corrente Convergência Socialista (CS) com o PT, em 1992, devido a divergências desse último com as campanhas pelo impeachment do então presidente Fernando Collor. A CS, juntamente a outros grupos de esquerda, insatisfeitos e críticos às posições tomadas pelo PT, construíram e elaboraram, durante dois anos, um programa revolucionário, e fundaram o PSTU. Mattos (2012, p. 162) definiu que o partido “possui uma intervenção política claramente marcada pela defesa da saída revolucionária como única saída possível para o socialismo”, demarcando uma posição de não adaptação ao regime político.

Mesmo após a expulsão do PT, o PSTU permaneceu auxiliando na construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) até os anos iniciais do governo Lula. No entanto, isso se modificou quando ficou claro para o partido que a central sindical pretendia ser utilizada como instrumento político próprio por Luís Inácio da Silva, o Lula (FERNANDES, 2019). Assim, o PSTU foi uma das organizações do campo popular que fundou a Central Sindical e Popular (CSP) – Conlutas, em 2010, com o intuito de ser um instrumento de politização e mobilização, e tornou-se, desde então, oposição à CUT. O PSTU é um partido trotskista, ou seja, reivindica às elaborações de Leon Trotsky, militante do Partido Bolchevique Russo e líder do Exército Vermelho durante a Revolução Russa de 1917, que entendia a

transição para o socialismo como uma série de transformações sociais, políticas e econômicas, ligadas entre si e interdependentes, que ocorrem em vários níveis e

diversas estruturas sociais – feudal, subdesenvolvida, pré-industrial e capitalista – e em diferentes conjunturas históricas. Esse “desenvolvimento desigual e combinado” seria motivado pelas circunstâncias e pela sua própria dinâmica, a partir de sua fase burguesa antifeudal, até sua fase socialista anticapitalista. Nesse processo, transcenderia as fronteiras geográficas fixadas pelo homem e passaria de sua fase nacional a uma fase internacional, no rumo da criação de uma sociedade sem classes e sem Estado em escala global. Embora a revolução deva começar em bases nacionais (podendo inclusive condenar o Estado revolucionário a um período de isolamento), isso constituirá inevitavelmente apenas o primeiro ato do drama seguido de um outro ato representado em outro lugar da arena internacional. O internacionalismo, que é o segundo aspecto da permanência da revolução, constitui assim uma característica indelével do trotskismo. (BOTTOMORE, 2001, p. 394)

O partido também tem forte ligação com a tradição e militância de Nahuel Moreno, militante trotskista argentino, e é a seção brasileira da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI). Os militantes do PSTU atuam em outras frentes sindicais e populares, compondo o Movimento Mulheres em Luta (MML), o movimento Quilombo, Raça e Classe e o movimento de juventude Rebeldia. Estas três frentes, apesar de não serem exclusivamente do PSTU, possuem hegemonia dos militantes deste partido e consonâncias com seu programa político.

Assim como o PCB, o PSTU reivindica as elaborações teórico-políticas de Marx, Engels e Lênin, e é adepto ao regime de funcionamento baseado no centralismo democrático. Os organismos de base do partido são os núcleos, onde ocorrem as discussões e retiradas de tarefa para atuação militante, de acordo com o programa político do partido. Os núcleos são divididos por áreas de atuação (por exemplo, núcleo da educação básica, núcleo de proletarização – fabril –, núcleo da universidade etc.), e estão sob responsabilidade de um dirigente, que planeja e organiza reuniões, campanhas e atuações extra-partidárias.

Os dirigentes de cada um desses núcleos compõem o chamado Comitê Zonal (CZ), uma direção intermediária do partido. Nestas reuniões, os militantes socializam o andamento das discussões nos respectivos núcleos e atividades militantes, bem como refletem formas de melhor conduzir a política do partido em cada uma das suas estruturas. Há ainda o Comitê Regional (CR), a direção das respectivas regionais do partido nacionalmente, responsável por acompanhar a aplicação da política em cada local de atuação. O PSTU conta com uma estrutura centralizada por seus organismos de direção – possuindo direção de um Comitê Central, eleito em congresso nacional.

Além disso, existem as secretarias e uma comissão, divididas segundo determinadas especificidades e funções:

- A secretaria de opressões, subdivida em três: mulheres, negros(as) e LGBTQIA+, que discutem e articulam, mais profundamente, as pautas políticas dos movimentos feminista, negro e LGBTQIA+, para que possam ser socializadas ao conjunto do partido, como demais demandas afins das/os companheiras/os do partido acerca deste debate;
- A secretaria de formação política, que, similarmente à do PCB, é responsável pela educação política dos militantes, propondo formações internas, atividades externas, cursos etc., partindo tanto das necessidades dos militantes, como daquilo que é urgente na conjuntura atual;
- A secretaria de construção, que pensa e elabora ações políticas externas ao partido, relacionadas às atividades de agitação e propaganda nas estruturas de atuação da organização. Está diretamente relacionada à secretaria de formação, uma vez que também auxilia a refletir a melhor maneira de debater determinados temas junto aos militantes;
- A secretaria de finanças, responsável por organizar e repassar a cotização dos militantes, acompanhando, de forma mais próxima, especialmente aqueles com maiores dificuldades, no intuito de articular um planejamento financeiro que não crie empecilhos ao militante, e, por fim,
- A comissão de moral, uma estrutura que averigua os casos e faltas mais graves a respeito da atuação dos militantes e sua relação com os princípios do partido, por exemplo, casos de opressões, quebra de centralismo democrático, atritos políticos mais profundos que as regionais avaliam como mais complexos de serem resolvidos em suas respectivas sedes⁴².

Fernandes (2019) aborda que o PSTU é ativo nas lutas e enfrentamentos dos trabalhadores em oposição ao Estado e empregadores, mas pontua que “as práticas centralizadas do partido muitas vezes levam a tentativas de hegemonizar processos que eram teoricamente mais diversificados em composição e resistentes a movimentos e apelos de vanguarda” (2019,

⁴² As informações deste parágrafo foram extraídas ao longo das entrevistas realizadas com os militantes para a confecção desta dissertação.

p. 192), o que o levou, segundo a autora, tanto a um grau de conflito interno no partido nos últimos anos, com uma ruptura recente de militantes, no ano de 2016, bem como a um certo isolamento deste partido no campo da esquerda radical. Porém, ela ressalta que “o vanguardismo não é de forma alguma um problema exclusivo do PSTU” (FERNANDES, 2019, p. 195), sendo possível identificá-lo nas demais organizações estudadas.

3 CAPÍTULO 3 – SAÚDE MENTAL EM CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL

A análise profunda do conjunto de elementos que acarretou a atual crise do capital e as transformações das relações sociais de trabalho não cabe neste espaço. No entanto, serão expostos alguns subsídios desta crise, fundamentais para compreender o aprofundamento do sofrimento psíquico e sua relação com o processo de medicalização social.

Este capítulo trata dos principais impactos das modificações no padrão produtivo no mundo do trabalho a partir da década de 1970 e as consequências dessas na subjetividade da classe trabalhadora e suas frações. Busca-se demonstrar que as transformações econômicas decorridas aprofundam a submissão dos sujeitos aos ditames do capital, especialmente com a lógica do “empresariamento de si” – que eleva à máxima a alienação e o estranhamento desta sociabilidade para uma “autoexploração” –, não bastando unicamente sermos explorados por outra classe, mas também passamos a ser nossos próprios carrascos (DARDOT; LAVAL, 2017; ANTUNES, 2018). Apesar de sabermos da impossibilidade disso (de sermos carrascos de nós mesmos), pois no interior da ordem do capital a exploração se dá entre classes, o “empresariamento de si” possui capilaridade devido aos já existentes processos de alienação e estranhamento, que são aprofundados neste novo estágio do capital (FURTUOSO; COSTA, 2021).

Sendo assim, não é mera coincidência que a intensificação do culto ao “indivíduo”, manifesta na lógica do empreendedorismo, ocorra em um momento de reestruturação produtiva que visa aumentar o grau de exploração e opressão dos sujeitos da classe dominada e, principalmente, mistificar e despolitizar a luta de classes (SAFATLE, 2021), minando as possibilidades e projetos de superação da ordem do capital. Além disso, esta mistificação, que iremos tratar a seguir, possui como função um ocultamento ideológico do caráter de classe das lutas sociais, bem como busca obscurecer as bases do modo de produção capitalista – que permanecem intactas.

Isso traz, como aborda Iasi (2017), obstáculos para a formação da consciência e pertencimento de classe dos sujeitos no atual momento, sendo a marca da consciência de nossa época uma forma de senso comum – um momento inicial do processo de consciência –, imerso na imediaticidade e na ausência de reflexão. Logo: “A principal função ideológica da forma

atual da consciência social de nossa época é impedir uma consciência de classe que possa cumprir seu papel” (IASI, 2017, p. 139).

A reestruturação produtiva e a ofensiva permanente do capital instituem a precarização social – colocando-a como padrão das condições de vida dos sujeitos da classe trabalhadora –, com o desmonte de direitos sociais e de pilares mínimos para a sobrevivência (BEHRING e BOSCHETTI, 2011; MACHADO *et al.*, 2016), reforçando cotidianamente, também, a impossibilidade de transformação da ordem vigente. Isso coloca a *adaptabilidade a esta sociabilidade* como uma função a ser desempenhada de forma permanente para qualificar e ultrapassar as “adversidades” (relacionadas ao aprofundamento e sofisticação da exploração), trazendo, com isso, consequências graves para os sujeitos⁴³.

Como desdobramentos de ordem subjetiva, temos o aprofundamento substancial das experiências de sofrimento, em especial o sofrimento psíquico (OMS, 2017; SAFATLE, 2021), algo que está indissociável das metamorfoses do mundo do trabalho, que aperfeiçoaram o processo de exploração e opressão, elementos de caráter (e consequência) objetivo. Não à toa, na atualidade visualiza-se a intensificação de sentimentos ansiosos, deprimidos e o próprio esgotamento, advindos das novas exigências colocadas pelo modo de produção (VIAPIANA *et al.*, 2018). Entretanto, cabe contextualizar estas posturas e a forma como são enfrentadas pela ordem dentro da lógica de medicalização e psicopatologização da vida social (GOMES, 2017), como elucidaremos a seguir.

3.1 OS ANTECEDENTES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DISCIPLINAMENTO DOS CORPOS E A CONSOLIDAÇÃO DO SUJEITO NEOLIBERAL

Assim como o termo “sofrimento” é utilizado de maneira corriqueira em diversas áreas do conhecimento, como apontamos no capítulo anterior, o mesmo ocorre em relação a “crise”, termo também banalizado e de caráter polissêmico. Partindo do referencial marxista, compreende-se que a crise que vivenciamos hoje é de caráter estrutural – portanto, sistêmica – e vem se aprofundando ao longo das décadas desde os anos 1970 – em adicional, atualmente, há

⁴³ Esta adaptabilidade é algo que ambas as classes devem desempenhar, mas há desdobramentos e consequências diferentes para cada a depender da posição social.

o acréscimo de um determinante sanitário a esta crise do capital, com a pandemia de Covid-19 (GOUVÊA, 2020).

Entende-se “crise do capital” como um fenômeno que ocorre no sistema capitalista tanto por suas contradições intrínsecas (as “crises parciais”) – que possuem características distintas em cada período histórico –, como também pela própria produção destrutiva do sociometabolismo do sistema (sendo essa uma “crise estrutural”). Mészáros (2000), em seu livro *Para além do capital*, aponta que o modo de produção capitalista, devido às características inerentes a ele, orienta-se pela acumulação do lucro e é dirigida por essa, tendo como objetivo a permanente valorização do valor, na produção, na circulação e no consumo de mercadorias – em um ritmo e demanda cada vez maiores – às custas não só de uma constante expansão territorial, com a construção e dizimação de espaços e recursos naturais, mas também da subordinação do trabalho – homens e mulheres que são submetidos a condições de vida cada vez mais precárias, beirando (e até alcançando) a barbárie. Este caráter do capital, segundo Mészáros (2000), não só é incontrolável, como é irreformável, com o autor afirmando que:

A falência histórica do reformismo social-democrata fornece um testemunho eloquente da irreformabilidade do sistema; e a crise estrutural profunda, com seus perigos para a sobrevivência da humanidade, destaca de maneira aguda sua incontrolabilidade. Na verdade, é inconcebível introduzir as mudanças fundamentais requeridas para remediar a situação sem superar o antagonismo estrutural destrutivo, tanto no “microcosmo” reprodutivo, como no “macrocosmo” do sistema do capital enquanto um modo global de controle do metabolismo social. E isso só pode ser atingido colocando em seu lugar uma forma radicalmente diferente de reprodução do metabolismo social, orientada para o redimensionamento qualitativo e a crescente satisfação das necessidades humanas; um modo de intercâmbio humano controlado não por um conjunto de determinações materiais fetichizadas mas pelos próprios produtores associados. (MÉSZÁROS, 2000, p. 11)

Os sujeitos da classe trabalhadora são, então, reduzidos a uma “mão de obra excedente e descartável” (HARVEY, 2018). Não existe uma convivência pacífica entre o capital e a valorização da humanidade, no entanto, uma contradição insolúvel nos marcos do próprio sistema é o fato de que o capital não consegue prescindir da exploração do trabalho, pois é a partir dessa que se extrai o valor, essencial para a obtenção de lucro. Não podendo se desfazer por completo da classe trabalhadora e suas frações, recorre ao aniquilamento físico quando há possibilidade⁴⁴, o suficiente para não prejudicar o processo de acumulação de lucro, e submete

⁴⁴ Podemos citar como exemplo o caso brasileiro na pandemia. A forma como o governo Bolsonaro vem conduzindo – literalmente promovendo a disseminação do vírus, com medidas sanitárias pífias e propagando um

uma parcela significativa da que permanece sobrevivendo a condições objetivas de vida bárbaras – como o uso do mecanismo de servidão por dívida, o desemprego, subemprego e o desmonte/ausência de direitos (HARVEY, 2018; ANTUNES, 2018). Logo, quando não há ocorrência de um extermínio objetivo, há, em contrapartida, uma fatalização subjetiva⁴⁵ daqueles que sobrevivem (COSTA; MENDES, 2021b), esta última sendo afetada, justamente, pelas condições materiais de vida.

Este caráter irreconciliável da relação entre o capital e o trabalho, com a reprodução massiva do primeiro dependendo do definhamento do último, é destacado pela intensificação da exploração e opressão, conforme apontado por Harvey (2018), e, também, com o aprofundamento das expressões de sofrimento e seu espraiamento social (GOMES, 2017) no atual estágio de desenvolvimento do capital. É necessário, portanto, ter como base a realidade concreta – fundamento do método de análise materialista histórico dialético –, para compreender como isso afeta a subjetividade da classe, incluindo o processo de formação da consciência, pois esses são determinados pela apreensão do real a partir das condições objetivas vividas pelos sujeitos históricos.

Desta forma, antes de adentrarmos na explicação da medicalização social como desdobramento de um processo de crise – e fruto da decadência ideológica deste momento histórico –, necessita-se fazer uma exposição acerca da reestruturação produtiva, o neoliberalismo e seus antecedentes, assim como caracterizar os rebatimentos disso no processo de formação de consciência de classe. No capítulo anterior, colocamos que a existência dos sujeitos e a formação de sua dimensão subjetiva foram forjados de modo indissociável às necessidades da sociabilidade do capital (MARX, 2010). Esta submissão manifesta-se distintamente a depender dos períodos históricos e das condicionalidades materiais. Entretanto, o estranhamento e seus desdobramentos, fundamentalmente, prevalecem. Mesmo nas experiências socialistas – que, em tese, baseavam-se em uma práxis política revolucionária e

discurso anticientífico acerca da imunização – e o expressivo número de mortes por conta disso, configurando-se, inclusive, em um genocídio.

⁴⁵ Partimos de Costa e Mendes (2021b) para esta elaboração. Entende-se “fatalização subjetiva” como a conformação de uma subjetividade tacanha e limitada dentro da gama de possibilidades da sociabilidade do capital – marcada pela fetichização da mercadoria, alienação e o estranhamento. Referimo-nos à inferiorização dos homens e mulheres a condições cada vez mais bárbaras e distantes daquilo que os humaniza e expressa sua individualidade (o ser humano genérico), que não necessariamente corresponderá ao padrão dominante. Este distanciamento das formas de humanização dos seres humanos pode acarretar, por exemplo, situações de sofrimento aguçadas, tais como a loucura.

objetivavam transformar a ordem social (e nisso, inclui destruir a formação do sujeito burguês) – tal subjugação ocorreu (MARTÍN-BARÓ, 2017/1984).

Destacar isso não é meramente a título de informe, mas tem importância para ressaltar o quanto a subjetividade é um elemento marcante do processo de neoliberalização. A reestruturação do capital consolidou-se colocando a subjetividade na centralidade de sua concretização, mesmo limitando-a ao campo da emancipação política. Citamos como exemplos disso a lógica do “empresariamento de si” (ANTUNES, 2018), que coloca o “indivíduo” como garantidor exclusivo de sua subsistência, e a relação disso com a consolidação do “sujeito neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2017), duas questões que abordaremos mais à frente. Isso também justifica a necessidade de se discutir a dimensão subjetiva a partir da perspectiva marxista para compreender, a fim de evitar os mesmos equívoco cometidos pelas experiências revolucionárias (e as suas vulgarizações), o gerenciamento do sofrimento na atualidade – atrelada à lógica da medicalização social (GOMES, 2017; SAFATLE, 2021). Exposto isso, iniciemos tratando, brevemente, do contexto anterior à reestruturação produtiva e as metamorfoses das relações sociais de trabalho.

As pressões para um redimensionamento do papel do Estado e a metamorfose que ocorreu no mundo do trabalho têm raízes na década de 1970, especificamente na Europa Central, com a crise do Estado de Bem-Estar Social e, mais tardiamente, nas décadas de 1980 e 1990 na América Latina (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), durante os processos de redemocratização destes últimos. Apesar de autores do campo marxista caracterizarem esta crise do capital como uma crise estrutural e, portanto, com determinações profundas para o sistema, não sendo uma crise comum de superacumulação (MÉSZÁROS, 2000), a resposta dada pela burguesia não a enfrentou em sua totalidade⁴⁶. O objetivo da classe dominante era

⁴⁶ O motivo pelo qual a burguesia não responde à crise estrutural considerando-a na sua totalidade justifica-se pela própria limitação de sua posição de classe. Em *A Sagrada Família* (2011a), Marx e Engels, ao tratarem da relação entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, colocam que ambas “representam a mesma autoalienação humana” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 48). No entanto, a burguesia sente-se confortável nesta autoalienação, pois nesta relação social alienante possui o poder e, por isso, objetiva conservá-lo. Marx e Engels elaboram que deveria ser do proletariado que partiria a iniciativa de aniquilamento desta configuração social, no intuito de destruir toda e qualquer relação desumana, argumentando, assim, que a posição e o projeto de classe dos trabalhadores seria, de fato, *universal* – por isso, abarcando a totalidade da realidade social –, já que, ao se propor a destruir a propriedade privada dos meios de produção, destrói não só a burguesia enquanto classe possuinte, mas também se autodestrói – no movimento dialético, ambas são indissociáveis, dependentes e vivem em constante conflito: “[...] porque nas condições de vida do proletariado estão resumidas as condições de vida da sociedade de hoje, agudizadas do modo mais desumano; porque o homem se perdeu a si mesmo no proletariado, mas ao mesmo tempo ganhou com isso não apenas a consciência teórica dessa perda, como também, sob a ação de uma *penúria* absolutamente imperiosa – a expressão prática da *necessidade* –, que já não pode mais ser evitada nem embelezada, foi obrigado à revolta

retomar o padrão de acumulação obtido pelo regime keynesiano-fordista com os mesmos índices de acumulação de lucro do período anterior a esta crise (nos anos pós-Segunda Guerra Mundial), como elaborado por Antunes (2000, p. 36):

Atendo-se à sua [da crise do capital] esfera fenomênica, à sua manifestação mais visível, tratava-se para o capital, de reorganizar o ciclo reprodutivo preservando seus fundamentos essenciais. Foi exatamente neste contexto que se iniciou uma mutação no interior do *padrão de acumulação* (e não no *modo de produção*), visando alternativas que conferissem dinamismo ao processo produtivo, que então dava claros sinais de esgotamento. Gestou-se a transição do padrão taylorista e fordista anterior para as novas formas de acumulação flexibilizada. (grifos no original)

O padrão de acumulação keynesiano-fordista consolida-se após a Segunda Guerra Mundial como uma estratégia hegemônica do capital para frear os impactos políticos do socialismo – representado pela União Soviética – em meio ao contexto da Guerra Fria, que divide o mundo em blocos de poder econômico, militar e político, e se configura como uma superação do período de recessão econômica mundial – englobando desde a Primeira Guerra (1914-1918) até início da Segunda (1939-1945) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Este modelo, sucintamente, caracterizava-se por promover desenvolvimento econômico a partir do processo de industrialização, produção em massa de bens de maneira homogênea, fragmentada, verticalizada, junto à realização repetitiva de procedimentos. Ditava um ritmo de trabalho acentuado no intuito de reduzir o tempo para produzir determinada mercadoria (BRAVERMAN, 1984), havendo uma linha rígida de produção que determinava este ritmo e o tempo de trabalho. Foi com esta estratégia que o capital industrial e concorrencial visava, também, inibir o bloco socialista, como já citado.

Este processo produtivo tinha como marca a “*mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista*”, junto a uma supressão da “*dimensão intelectual do trabalho operário*” (ANTUNES, 2000, p. 37, grifos no original), sendo assim, tratava-se de um trabalho

contra essas desumanidades; por causa disso o proletariado pode e deve libertar-se a si mesmo. Mas ele não pode libertar-se a si mesmo sem supressão de suas próprias condições de vida. Ele não pode supressão de suas próprias condições de vida sem supressão de todas as condições de vida desumanas da sociedade atual, que se resumem em sua própria situação. Não é por acaso que ele passa pela escola *do trabalho*, que é dura, mas forja resistência. Não se trata do que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode *imaginar* de quando em vez como sua meta. Trata-se *do que* o proletariado *é* e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu *ser*. Sua meta e sua ação histórica se acham clara e irrevogavelmente predeterminadas por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 49, grifos no original).

mecanicista e que não exigia uma profunda reflexão por parte daquele que o executava. Este padrão produtivo expandiu-se para os principais países capitalistas, ocupando o setor de serviços, onde o trabalho era realizado pelos operários-massa, que possuíam o típico perfil do trabalhador keynesiano-fordista (ANTUNES, 2000).

Aqui, realizam-se alguns destaques. Segundo Montaña e Duriguetto (2010), é com o modelo keynesiano-fordista que se consolida e amplia o caráter monopolista e imperialista do capital, aprofundando-se: 1) a centralização e concentração de capital mundialmente; 2) uma expansão da nova forma de organização da produção (a produção em massa); 3) o Estado incorpora como atribuição a reprodução social dos trabalhadores, atendendo algumas demandas trabalhistas. Além disso, esta configuração do Estado estimula o consumo dos sujeitos e organiza a expansão capitalista. Esta é a constituição do modelo de Bem-Estar Social, fruto de um pacto social entre alguns setores da classe trabalhadora e a classe dominante (como veremos mais à frente).

Por fim, ressalta-se um aspecto deste padrão de produção, fundamental para a nossa discussão: nele, consolida-se um modelo de trabalhador especializado, tomando o lugar do trabalhador que dominava e compreendia, qualitativamente, o conjunto do processo produtivo. Este perfil de trabalhador requisitado neste modelo apenas confirma a “[...] ‘subsunção real do trabalho ao capital’, ou seja, a *perda* ainda maior *de controle* [do trabalhador] *sobre o processo produtivo e sobre seu produto e sua subordinação ao comando do capital*” (MARX *apud* MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 160, grifos nossos). O modelo keynesiano-fordista reforça a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, objetivando a massificação da atividade e conformando o tolhimento do conhecimento teórico e execução dessa por parte dos trabalhadores (parcelamento da atividade), agravando o tensionamento e a saúde dos trabalhadores. Isso repercute na dimensão subjetiva dos trabalhadores, que são submetidos às seguintes condições para a realização do trabalho: uma homogeneização massacrante – visando eliminar possibilidade de criação ao longo das atividades impostas –, fragmentação e atomização.

Este foi o padrão de produção predominante durante a vigência do Estado de Bem-Estar Social. É importante colocar que este modelo que vigeu na Europa Central não é a tendência hegemônica da ordem do capital – ocorrendo apenas em alguns países, em detrimento da exploração econômica e política de outros –, havendo condicionalidades político-econômicas e

socioculturais que permitiram a sua existência na Europa Central. Sendo assim, o Estado de Bem-Estar pode ser considerado uma anomalia histórica. Podemos citar, por exemplo, que o processo de acumulação expansionista do período anterior, da maturidade do fordismo que, somado ao keynesianismo, “[...] constituem os pilares do processo de acumulação acelerada do capital no pós-1945 [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 88), além de uma intensa exploração da classe trabalhadora dos países periféricos (ANTUNES, 2000; MARQUES, 2018), que viviam regimes ditatoriais na vigência desta experiência⁴⁷.

O Estado de Bem-Estar Social passa a ser a forma de intervenção estatal do padrão produtivo keynesiano-fordista, e é uma resposta estratégica da classe dominante à ameaça do socialismo em pleno contexto de Guerra Fria (1947-1991), constituindo-se como uma “vitrine” do capitalismo; trata-se de um artifício para a disputa da hegemonia político-econômica em âmbito mundial. Entretanto, sua construção e concretização não se deram de forma unilateral, ou seja, não é apenas uma arquitetura exclusiva dos interesses capitalistas, mas é resultante também das pressões e reivindicações das lutas históricas dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Para compreender isso, devemos conceber o Estado como uma relação social, assim como o capitalismo, conforme apontado Poulantzas (2015), não concebendo apenas como uma máquina administrativa e/ou como espaço restrito a uma única classe social, e sim “[...] uma relação de forças ou, mais exatamente, como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe [...]” (POULANTZAS, 2015, p. 130).

Assim, apesar do importante papel que o Estado cumpre para a acumulação de capital, os aspectos que caracterizam o chamado “Estado benfeitor”, e sua intervenção via serviços e políticas sociais – direitos políticos e sociais, a democracia, a legislação trabalhista, as políticas e serviços sociais e assistenciais, entre outros –, não podem ser creditados apenas aos *interesses capitalistas* (industrial-comercial); eles devem ser em alguma medida pensados também como *produto de fortes e permanentes lutas de*

⁴⁷ Esta não foi uma realidade restrita aos países latino-americanos, como fora apontado por Fontes (2008, p. 29-30): “A intensificação da exploração de força de trabalho nos países centrais foi historicamente acompanhada da permanente expropriação e mesmo da recriação de formas compulsórias de trabalho nas periferias. A passagem para a grande indústria, no século XIX, acompanhou-se da colonização brutal da Ásia; a intensa tecnologização da produção, já em plena etapa imperialista caracterizada pelo fordismo (e que muitos tendem a considerar como uma etapa “civilizada”), implicou uma violenta partilha do mundo, com o recrudescimento da colonização (fenômeno apontado por Lênin) e atravessada por duas guerras mundiais. Finalmente, os chamados “anos gloriosos” do *Welfare State* conviveram com a imposição de ditaduras ferozes nos mais distantes pontos do planeta: Oriente Médio, América Latina e, em especial, América Central, a própria Europa – Grécia, Portugal e Espanha – e Ásia, sendo o mais conhecido o caso da Indonésia. Em muitos desses países a população foi reduzida a condições extremas de trabalho, inclusive com o decidido apoio militar dos países centrais”.

classes (manifestas ou não), demandando e pressionando a classe hegemônica e o próprio Estado para dar tais respostas às necessidades dos trabalhadores e da população em geral. O Estado ora é pressionado a incorporar certas demandas como forma de pôr fim a uma luta que possa desestabilizar o sistema, ora se antecipa estrategicamente para evitar o eventual início de um confronto social. [...] A organização estatal (e dentro dela as políticas sociais) reflete então a *síntese das lutas sociais* históricas que, incorporando conquistas dos trabalhadores e setores subalternos, confluem num projeto político-econômico da (fração de) classe hegemônica (o capital monopolista) para a reprodução da ordem, em face das necessidades de superação das *crises econômicas* – reproduzindo e ampliando a acumulação de capital – e *políticas* – legitimando o sistema perante as demandas populares e reduzindo os níveis de conflitividade. A constituição do Estado na fase monopolista, e a dos modos de regulação social, são, portanto, o resultado de um processo histórico conformado por profundas *lutas de classes*. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 145-146, grifos no original)

Este “pacto social” realizado entre determinados setores da burguesia (monopolista) e da classe trabalhadora (lideranças do movimento operário e sindical) para a consolidação do Estado de Bem-Estar Social e em torno dos ganhos de produtividade do trabalho elevaram o nível econômico da classe trabalhadora e suas frações, e constituíram-se como um ato estratégico da burguesia de captura dos corpos e mentes à lógica mercantil. Em seu conjunto, os trabalhadores encontravam-se submetidos a um certo ritmo de trabalho, disciplinado, baseado na lei e na ordem, especializado, fragmentado e homogeneizado. Em contrapartida, possuíam maiores ganhos econômicos, melhorias nas condições de vida – devido à existência de políticas sociais mais abrangentes – e, somado a isso, suas necessidades de consumo passaram a ser mais bem construídas, direcionadas a determinados produtos, efetivando um ato de consumir mais racionalizado e padronizado.

O Estado de Bem-Estar Social conforma-se, então, como o padrão de vida dos setores médios. Isso se concretizou em detrimento de graves consequências para o movimento operário e sua atuação política, consequências essas que possuem rebatimentos até a atualidade, refletidos na cooptação de lideranças dos movimentos sociais para os interesses do capital e engessamento dos processos de luta e organização política. Podemos citar, por exemplo, o abandono do horizonte socialista em detrimento da construção de uma Seguridade Social nos marcos do capitalismo, passando a limitar as demandas da classe ao concedimento de feições mais humanizadas ao sistema.

A renegação do projeto revolucionário colaborou não só para uma separação entre as demandas da direção das organizações trabalhadoras e os anseios/desejos de suas bases – provocando uma burocratização, aprofundando uma hifenização da classe –, mas na

canalização da solução dos conflitos entre classes sociais estritamente pela via institucional, fortalecendo, no movimento operário, um “fetichismo de Estado” (BIHR *apud* ANTUNES, 2000, p. 39), uma dependência e hipostasia neste aparato. Como ressaltam Behring e Boschetti (2011, p. 88-89):

Para o movimento operário organizado, essa possibilidade histórica implicou abrir mão de um projeto mais radical, em prol de conquistas e reformas imediatas, incluindo-se aí os direitos sociais, viabilizados pelas políticas sociais. No que diz respeito aos trabalhadores, é preciso prestar atenção em alguns processos que, combinados, geraram essa atitude mais imediatista e corporativista, contentando-se com os acordos coletivos em torno dos ganhos de produtividade e da expansão das políticas sociais, por via dos salários indiretos assegurados pelo fundo público. [...] Cabe sinalizar, ainda, que o acordo keynesiano-fordista só se viabilizou com a capitulação de muitas lideranças operárias, a exemplo da social-democracia e dos partidos comunistas europeus, às demandas imediatas e corporativas, especialmente no setor monopolista.

No entanto, nas décadas de 1960 e 1970, este pacto social é ameaçado: os “benefícios” prometidos passam a ser menos vantajosos para o conjunto da classe trabalhadora, uma vez que os ganhos de produtividade, mencionados anteriormente, só foram possíveis de se capilarizar devido aos excessos de produção daquele período histórico do pós-Segunda Guerra Mundial (BIHR, 2010). O cenário de estabilidade político-econômica é, então, ameaçado por um recrudescimento de movimentos isolados, sem a direção de partidos e sindicatos, dos operários-massa. Dentre as reivindicações pontuadas por estes trabalhadores, encontrava-se a contestação da hierarquização e especialização do processo de trabalho, a atividade do trabalho continuamente submetida a um ritmo intenso, bem como a homogeneização das atividades.

O movimento dos operários-massa passa a criticar as delegações do capital no âmbito da produção e fora dela, demonstrando não estarem dispostos a, nas palavras de Bihr, “perder sua vida para ganhá-la”: a trocar o trabalho e uma existência desprovida de sentido pelo simples crescimento de seu ‘poder de compra’, privando-se de *ser* para *ter*. Em suma, a satisfazer-se com os termos do compromisso fordista, assumido pela geração anterior [de operários]” (BIHR *apud* ANTUNES, 2000, p. 42, grifos no original). Esta geração de trabalhadores do operariado industrial, forjada no auge do fordismo, questionava as estruturas da sociabilidade do capital, assim como propunha um controle social da produção por parte dos trabalhadores e a auto-organização, trazendo, novamente, a centralidade da luta de classes para o cenário político (ANTUNES, 2000; BIHR, 2010).

Percebe-se que a subjetividade é um ponto importante nestes movimentos. Contrapondo-se à existência de trabalhador massacrado, desgastado, com a saúde em frangalhos e, ainda, padronizado, as críticas ao mecanicismo, tecnicismo e a pauta de autogestão da produção por parte dos trabalhadores – cuja centralidade é reconquista do controle do processo de trabalho – ameaçam tanto este padrão produtivo, como o modelo de intervenção estatal que o legitimava. Isso se configura como um alerta à classe dominante para a crise que estava se engendrando. É interessante notar que, inclusive, a ordem do capital, nos moldes da reestruturação produtiva, passará a atuar profunda e incisivamente neste ponto: a subjetividade dos trabalhadores, promovendo um controle intelectual e criativo mais incisivo da sua atividade.

A crise estrutural do capital possui diversas determinações. Um aspecto dela diz respeito ao aumento da composição orgânica do capital, devido às dissonâncias entre capital constante e diminuição do capital variável, provocando uma queda das taxas de lucro com o aumento do primeiro componente (BIHR, 2010; SALES, 2019). Outro relaciona-se ao padrão de consumo da classe, que passa por uma estagnação justamente quando tais vendas precisavam ampliar – lembrando que o padrão de consumo deste momento baseava-se na aquisição de bens duráveis, como carros e eletrodomésticos. Por fim, segundo Sales (2019), um último aspecto relaciona-se aos custos arcados com o modelo de Bem-Estar Social, caracterizado por ser uma estrutura política, ideológica e social, que necessitava de ser mantida para garantir a organização e o espraiamento do modelo keynesiano-fordista.

Simultaneamente à crise do modelo do Estado de Bem-Estar Social e o padrão de acumulação keynesiano-fordista, manifestou-se, junto ao fortalecimento das ofensivas do movimento operário, a eclosão de mobilizações estudantis na Europa, Estados Unidos e América Latina (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Estes movimentos – com destaque para o movimento de Maio de 1968, na França – tiveram uma expressão de radicalidade (2011, p. 258): “[...] as manifestações foram marcadas por ações insurrecionais, em uma batalha campal em que os trabalhadores e estudantes se defendiam em improvisadas barricadas e por uma greve dos trabalhadores – muitas vezes com a assunção de militantes estudantis na linha de frente [...]”. Ressaltamos alguns dos fundamentos das mobilizações do Maio de 1968⁴⁸: há uma centralidade, com maior ênfase em relação aos movimentos dos operários-massa, da discussão

⁴⁸ Não será detalhado as diversas análises acerca destas mobilizações, cabendo, neste espaço, apenas um destaque acerca da discussão da subjetividade no interior destes movimentos. Para maiores detalhes acerca do maio francês, ver Bihl (2010) e Montaña e Duriguetto (2011).

da subjetividade – algo que, como já dito, será aproveitado pelo processo de neoliberalização. Colocando no cenário político deste momento “bandeiras político-culturais progressistas”, como as pautas feministas, raciais, de sexualidade e ambientalistas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011), estes movimentos abrem caminho para uma discussão que, até a atualidade, possui ressonância e ainda é desafiadora de ser travada numa perspectiva crítica e radical: as classes sociais e suas frações não são homogêneas possuem rosto, gênero, sexualidade, cor e histórias diversas que precisam ser levadas em consideração socialmente.

Esta tentativa de padronização dos sujeitos engendrada pelo modelo keynesiano-fordista não só mostrou uma durabilidade restrita, como minou as potencialidades da formação dos sujeitos⁴⁹. A subjetividade é levantada como uma pauta de suma importância destes manifestantes, e é sintomática à secundarização e subjugação desta dimensão por parte da ordem do capital e das experiências revolucionárias em construção naquele período – essas últimas também foram alvo de críticas do Maio francês. Entretanto, a forma como tal debate é travado pelos manifestantes mostrou-se igualmente restrita e compatível com os limites do sistema capitalista:

[...] Para Hobsbawn (1995), as manifestações estudantis foram mais marcadas pela emersão de uma *cultura individualista e hedonista* do que uma crítica superadora do capitalismo. [...] o sentido dessas ações foi a instauração de uma *revolução cultural*. [...] a revolução cultural não era na direção da reivindicação de um novo projeto societário que se contrapunha ao capitalismo, mas seu horizonte ideopolítico era a defesa da autonomia da subjetividade e das escolhas de vida pessoais, que eram perfeitamente compatíveis com os valores individualistas e consumistas do capitalismo [...]. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 260-261, grifos no original)

Assim, o Maio francês não só tem seu teor de radicalidade limitado, como, para além disso, eleva à máxima potência o relativismo de ideias: ao criticarem a homogeneização dos sujeitos, consideram essa como uma consequência de concepções histórico-sociais universais⁵⁰. Ou seja, as tentativas de ruptura com a ordem social burguesa reduzem-se a igualar o

⁴⁹ Isso é uma marca do capitalismo em sua totalidade, que limita a gama de caminhos destes sujeitos de um “campo de possibilidades” para um de “alternativas restantes” (ARAGÃO; FORTES, 2018, p. 153).

⁵⁰ Em adição a isso, Neves (2020) problematiza que esta linha de raciocínio apaga o compromisso histórico dos socialistas e comunistas no combate contra a desigualdade e a afirmação da diferença e da diversidade. As tendências pós-modernas, ao considerarem diferença o oposto de desigualdade, retrocedem na luta contra as desigualdades sociais, constituindo um grande equívoco na luta contra as opressões: “Note-se, quanto a isso, que o contrário de igualdade é desigualdade, e não diferença. O contrário de diferença é indiferença, e é justamente contra a indiferença quanto aos destinos de indivíduos, grupos, classes, etnias, gêneros, e povos inteiros, que o campo socialista historicamente afirma sua luta” (2020, p. 45).

universalismo ao totalitarismo, logo, toda tentativa de universalização desembocaria em regimes ditatoriais. Por isso, é necessário cuidado ao tratar das problemáticas trazidas por tais mobilizações: o ato de relativizar não é problemático em si. Por exemplo, as formações sócio-históricas de um país da periferia do capitalismo terão diferenciações e singularidades em relação a um país do centro e, para analisar tais distinções, é necessário considerar cada contexto em suas determinações e processos. Logo, existe uma relativização para realizar a análise.

A problemática emerge quando esta relativização se torna um relativismo total das ideias – o negacionismo é um resultado disso. A defesa do “lugar de fala”, por exemplo, tão presente hoje na atividade militante, é também um efeito deste relativismo: se projetamos como única importância *quem* está falando – subjetivando excessivamente –, sem considerar contextos e projetos políticos, o conteúdo da mensagem deixa de ser central e é passível de aniquilamento. Além disso, aquele que fala de sua experiência de vida nem sempre possui o rigor analítico e/ou a sobriedade necessária para analisar suas vivências de forma científica.

As manifestações do Maio de 1968, ao negarem qualquer concepção universal que abranja a totalidade da realidade social, realizam uma hierarquização distinta daquela que criticaram, mas se direciona ao mesmo caminho do que foi criticado anteriormente: os anseios individuais passam a subjugar os sociais. Mais: ao rejeitar tal concepção universal, descarta-se também a possibilidade de transformações que englobem a sociedade como um todo. Sendo assim, as “grandes revoluções” são tidas como impossibilidades de vitória, fadadas ao fracasso, restando, estritamente, a realização de pequenas revoluções em pequenos espaços. É a troca da totalidade por “um conjunto de partes”, com a realização de pequenas transformações que não adquirem um caráter amplo.

Na atualidade, a atividade militante revolucionária deve se atentar para este pensamento genealógico sem tomar o rumo, contudo, da mesma secundarização (histórica, como observamos) da dimensão subjetiva. Com isso, o debate de subjetividade iria para além de uma restrição da transformação a dimensões locais e com abrangência restrita, já que esta compreensão específica eleva a valorização das subjetividades individuais como guias da ação humana. Esta é a razão para Montaño e Duriguetto (2011, p. 261) caracterizarem o Maio de 1968 como o retrato da crise dos projetos societários e é fundamental para: “[...] entender a passagem de uma negação e ruptura com a ordem social burguesa [...] para uma predominância

da política dos desejos individuais, do culto ao subjetivismo, que desembocarão no *ethos* da pós-modernidade [...]”.

Alguns apontamentos dos entrevistados trouxeram a problemática a respeito do pensamento pós-moderno, sobre seu relativismo e ênfase nas particularidades dos sujeitos. Destaco aqui a fala de um militante que menciona isso, mas também pontua os gargalos existentes da discussão a respeito das identidades dentre os revolucionários – que, mesmo ocorrendo, ainda é negligenciada em relação a outras questões –, ressaltando que isso conforma a subjetividade e, logo, a saúde mental:

*A gente não quer colocar, tipo, ganhou 1 pontinho porque é mulher e branca, homem negro tem 1 pontinho, ah, é LGBT... É entender que temos dimensões subjetivas que não são consideradas e que forjam a psiquê, que forjam este sujeito. Foi um desafio; uma questão que coloquei para o meu núcleo. [...] Mas é isso: incorporar dimensões subjetivas dentro dos debates, acho que isso é saúde mental total, dentro de debates. Eu trazia muito isso da perspectiva racial. Falava: cara, o racismo é estrutural. O que é lindo, a gente aprendeu isso, então, ótimo, isso aí para a esquerda é maravilhoso... mas olha: *ele é estrutural, mas ele tem a dimensão subjetiva*, ele tem a dimensão psíquica, [...] e esta é a dimensão que a gente tem que se apropriar, porque muito interessante falar até aqui que, ah, “não existe capitalismo sem racismo”, mas ele não opera só pela exploração do trabalho não, sacou? Ele opera, também, sobre uma dominação psicológica, que ferra a gente. A todo tempo, a gente é forjado historicamente a pedir bênção para branco. Numa simples postura de pedir fala. Aquela postura docilizada, sabe? Isso forja a nossa saúde mental. Eu tô colocando isso porque você perguntou se eu acho isso importante, e eu acho isso importante, *porque nossa saúde mental, neste contexto de fora, já tá ferrando a gente. Se a gente não dá conta destas dimensões, que são também estruturais, né? Estruturam o sujeito. Se a gente não dá conta disso [no interior do partido], a gente não dá conta de fora, sabe?* [...] A gente precisa dar conta destas coisas, para dar conta das outras, e a saúde mental está neste interstício. [...] Você, enquanto mulher passa por isso, né. Cansa a todo tempo ter que ensinar... e é uma galera que tem contato com vários debates, [...] e fico, olha, vamos ler: vai ser antirracista, não dá para ser antirracista de boutique, e olha que [os companheiros] são bem avançados em várias leituras. Isso é uma coisa que envolve saúde mental. Cansação mental. [...] Acho muito que a gente precisa de uma elaboração teórica. [...] E isso é um desafio que nós vamos ter, né [...] nós que vamos elaborar intelectualmente este pensamento, que está dentro do método marxiano, dentro de uma perspectiva dialética, de transformação radical da sociedade [...] de um pensamento que entenda o tempo real, a forma como os sujeitos se mobiliza [...] entendam a classe, a classe que eu tanto advogo, que não se mobiliza pela classe. [...] a gente não tem que ficar prestando atenção para bater no pós-moderno, a gente tem que ler o outro lado para entender o quanto a gente sonega, o quanto a gente negligencia o debate de identidade. (ENTREVISTADO A8, grifos nossos)*

Partindo desta fala, destacamos que um dos desafios que emergem para os revolucionários com o fortalecimento deste *ethos* pós-moderno – que trata estes movimentos que debatem as opressões e identidades como “grupos de interesse” (GOHN *apud* NEVES,

2020, p. 40) – é encontrar a identidade camuflada (a classe social) que une estes movimentos sociais, e juntamente a isso, buscar as particularidades e diversidades dentro da própria classe, colocando-a não como um obstáculo para o projeto político de diretriz classista, mas como um trunfo da própria classe (NEVES, 2020). Como acentuamos no capítulo precedente, a saúde mental não se dá em um vazio histórico; ela é expressa em sujeitos de carne e osso diversos, portanto, não é uma abstração: “[...] isso é uma coisa que a esquerda tem que entender: a identidade perpassa pelo reconhecimento” (Entrevistado A8).

No debate em questão, é importante demarcar que, ao se discutir a dimensão subjetiva, essa não se restringe ao ser humano como sujeito – em sua manifestação singular do gênero humano, que é universal –, mas envolve, também, as questões subjetivas da classe social, central para a construção da ação política que visa transformar a realidade radicalmente, guiada por uma teoria de mesmo cunho, uma práxis política revolucionária. Isso se confirma historicamente, tendo em vista que nenhum processo revolucionário tem possibilidade de se tornar vitorioso quando minimiza elementos subjetivos da classe de acordo com seu contexto⁵¹.

Aqui, o papel do partido político revolucionário é fundamental como uma ferramenta que pode servir, na concepção de Lênin (2010), não só como um espaço de síntese e memória coletiva dos movimentos dos trabalhadores, mas também como pólo articulador para unificar e dirigir as lutas e reivindicações da classe, viabilizando que estes movimentos sociais avancem no sentido de um projeto totalizante e de horizonte emancipatório:

[...] tanto para a criação em massa dessa consciência comunista quanto para o êxito da própria causa faz-se necessária uma transformação massiva dos homens, o que só se pode realizar por um movimento prático, por uma revolução [que], portanto, é necessária não apenas porque a classe dominante não pode ser derrubada de nenhuma outra forma, mas também porque somente com uma revolução a classe que derruba detém o poder de desembaraçar-se de toda a antiga imundície e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade. (MARX; ENGELS, 2007, p. 42)

Na perspectiva teórica marxista, este avanço político relaciona-se à consciência de classe, caracterizada pelo desenrolar de um movimento dialético, dinâmico, em permanente

⁵¹ Esta avaliação política e confirmação da importância dada para a dimensão subjetiva nos processos de luta revolucionários é colocada por Albrecht (2019, p. 31, grifos no original): “Ao tema da subjetividade, não custa lembrar, vincula-se tudo aquilo que se relaciona ao elemento *humano*: seja enquanto ação prática, comportamento ou intencionalidade. Lenin não teria podido liderar os bolcheviques com sucesso na revolução de outubro sem considerar atentamente os fatores subjetivos ali dispostos entre as condições pré-revolucionárias, quanto às massas russas, às classes dominantes ou aos próprios bolcheviques. Ainda nas primeiras linhas do *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, Marx já evidencia o peso atribuído à subjetividade no contexto histórico-concreto que passa a examinar, introduzindo sob esta marca uma das mais agudas análises de conjuntura da história do marxismo”.

transformação, e que se dá através de contradições (IASI, 1999). Esta dinamicidade significa que cada forma nova de consciência carrega elementos tanto de superação, quanto de manutenção de determinados aspectos rudimentares, que estão em diálogo com a história dos sujeitos e com seu estar e fazer no mundo, materializados a partir das relações sociais, manifestando-se um “[...] processo que contém saltos e recuos” (IASI, 1999, p. 13). Quando consideramos a configuração da classe trabalhadora e suas frações no atual modo de existência do capital (neoliberal), este processo de formação da consciência passa por complexificações que influenciam diretamente nas manifestações do sofrimento e, além disso, na dinâmica das lutas políticas.

Por isso, é interessante notar que, atualmente, a estratégia sociocultural do capital seja apresentar as determinações de classe como superadas e, em seu lugar, afirmar uma diversidade de identidades, que são pulverizadas e se sobrepõem ao pertencimento de classe, configurando, assim, um ocultamento ideológico (IASI, 2017) que rebate na formação da consciência e tem por função camuflar o cerne desta sociabilidade, que permanece sendo fundada na propriedade privada e no fetichismo da mercadoria.

[...] a sociabilidade deslocou-se da centralidade do trabalho para as esferas normativas, daí a valorização do campo jurídico e do espaço político, não mais como luta de classes pela disputa de recursos e, no limite, pela propriedade dos meios de produção, mas a disputa pelo sentido e valores que orientam uma maior ou menor equidade entre os membros de uma sociedade. A luta entre as classes é substituída pela formação de um consenso entre agentes sociais e indivíduos, tornado possível pela forma democrática.

O pertencimento e as identidades derivam, portanto, dos diferentes segmentos e seus interesses a serem considerados na ampliação das esferas do consenso. [...]

Os indivíduos se relacionam numa rede complexa de pertencimentos distintos, como consumidores, trabalhadores de diferentes segmentos, como cidadãos, como negros, mulheres, camponeses, ecologistas em uma série na qual deslizam sem totalizações possíveis. [...]

Esta forma, que nada mais é que a expressão da consciência social de nossa época no campo político, não é de maneira nenhuma uma forma aleatória, assim como as expressões ideais antes descritas o eram. Elas são, no seu conjunto, a expressão ideal das relações que constituem nossa sociedade contemporânea. Mas qual é esta sociabilidade?

O ocultamento ideológico tem por principal função obscurecer este fato essencial. [...]

Um elemento do real sobra como um resto incômodo, como escândalo, por entre as malhas da ideologia. A sociedade atual é uma sociedade de mercadorias levada ao máximo de seu desenvolvimento. (IASI, 2017, p. 136-137)

Assim, estas lutas que ressaltamos (tanto dos operários-massa, como os levantes do Maio de 1968), mesmo com a existência de ações radicais dos trabalhadores, tiveram suas limitações para superarem o modo de produção capitalista: por parte do movimento operário,

segundo Antunes (2000), a tentativa de desestruturar décadas de um aparato social-democrata burocratizado e consolidado fracassou, especialmente, devido ao pacto social entre setores da burguesia e dos trabalhadores, que trouxe consequências para a própria organização autônoma e coletiva da classe dominada. O movimento operário, portanto, não conseguiu, mesmo com a sua conotação de radicalidade, superar os sindicatos e partidos tradicionais que estavam em conluio neste pacto.

Um outro ponto também ressaltado por Antunes (2000) relaciona-se à inabilidade do movimento em converter e subordinar suas demandas a um projeto societário que extrapolasse o âmbito da produção, se articulando “[...] com os chamados ‘novos movimento sociais’ então emergentes, como os movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, feministas, dos homossexuais, entre tantos outros” (2000, p. 44). Porém, apesar destas limitações, o autor ressalta que este processo de luta “perturbou seriamente a ordem do capitalismo, constituindo-se num dos elementos causais da crise dos anos 70” (ANTUNES, 2000, p. 44).

Acerca destes movimentos, Montaño e Duriguetto (2011, p. 266-267) colocam:

Sem desconsiderar a relativa importância das demandas dos “NMS” [Novos Movimentos Sociais], o fato de terem sua dimensão política reduzida aos limites de seus horizontes imediatos de interesses locais ou singulares acabou por retirar deles a perspectiva de inserção no quadro da realidade econômica, social e política maior e da luta de classes. Essa “retirada” acabou por conduzir a uma convivência com o sistema, ainda que limitadamente contraditória, mas *compatível com sua manutenção*. A superação desse particularismo poderia ser alcançada se identificassem um objetivo comum: a reapropriação das condições sociais de existência – o que implicaria ligação com a luta de classe do proletariado. A ausência de mediação entre o movimento operário e os novos movimentos sociais desembocou na ausência de mediação entre os próprios novos movimentos sociais entre si. (grifo no original)

Mesmo provocando o fim da era keynesiano-fordista, estas lutas, ao falharem em se aglutinar em torno de um projeto societário revolucionário que se propusesse a superar o capitalismo, abriram espaço para uma reorganização da sociabilidade vigente. A ordem do capital levou a cabo o planejamento e a execução uma reestruturação do processo produtivo: a passagem do modelo keynesiano-fordista para o modelo toyotista (caracterizado pela acumulação flexível) e o processo de neoliberalização, balizando-se na destruição dos direitos sociais conquistados pelas lutas históricas dos trabalhadores (ANTUNES, 2000) e na formação das bases de uma nova subjetividade, que dialogasse com a lógica mercadológica: o sujeito neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2017).

As medidas neoliberais emergem como resposta da classe dominante para a crise do capital, modificando o padrão produtivo, no intuito de reestabelecer as taxas de acumulação de lucro e colocando requisições diversas à classe trabalhadora – e, desde a década de 1970, vem se dinamizando constantemente. Segundo Saad Filho (2015), mesmo na literatura marxista, a caracterização do neoliberalismo perpassa por equívocos, tratando-o ora como “um conjunto de ideias; um conjunto de políticas, instituições e práticas; um momento da luta de classes, e um sistema de acumulação” (SAAD FILHO, 2015, p. 58). Por isso, concordamos com a descrição do autor (2015, p. 59), que coloca o neoliberalismo como uma “estrutura material de reprodução econômica, social e política”, sendo “[...] o modo de existência do capitalismo contemporâneo ou um sistema de acumulação”. Considerando estes pontos, concordamos com o termo “processo de neoliberalização”, cunhado por Harvey (2007), que engloba a dinamicidade deste modo de existência, além de compreender que suas bases estão em constante modificação.

Os intelectuais neoliberais, segundo Dardot e Laval (2017), partem da noção de uma subjetividade que é guiada por princípios econômicos, entendendo o homem e suas capacidades como naturalmente baseadas numa racionalidade movida pelo lucro. Isso não é inédito do processo de neoliberalização, pois a economia política, desde sua consolidação, recorria a teorias do campo da psicologia para se legitimar (2017, p. 320). Todavia, o que distingue este processo de outras formas de existência do capital é a compreensão de que, para concretização desta forma de vida, seria necessário um Estado diferente daquele preconizado pelo princípio liberal do *laissez-faire* – com mínima intervenção possível no mercado. Trata-se de modelar o Estado como um interventor liberalizador da economia, que expande a razão mercadológica para a totalidade da vida humana, concebendo o sujeito como um agente econômico ativo e racional, cujas qualidades “racionalmente econômicas” devem constantemente ser potencializadas pela organização estatal (DARDOT; LAVAL, 2017).

O neoliberalismo baseia-se no poder do Estado para impor a hegemonia da finança globalizada em cada área da vida social, em particular a própria produção, sob o véu ideológico da não-intervenção; e ele exige que cada Estado nacional dirija, apoie e gerencie a internacionalização da produção e das finanças em seu território. A forma de reprodução social que se segue é tipicamente neoliberal – ela é a forma historicamente específica de existência do capitalismo contemporâneo, ou o sistema de acumulação dominante. Ele engloba as formas atualmente normativas de produção e emprego, das trocas internacionais, do Estado, da ideologia e do modo de reprodução da classe trabalhadora. Por outro lado, o neoliberalismo redefiniu a relação entre a economia, o Estado, a sociedade e os indivíduos, incentivando os últimos a dar a suas vidas uma forma empreendedora e subordinando o intercâmbio social a critérios

econômicos. A ideologia da autorresponsabilidade tem sido especialmente importante, ao privar os cidadãos de suas capacidades coletivas, eviscerar a cultura das classes trabalhadoras, colocar o mérito do sucesso e o peso do fracasso sobre os indivíduos isolados, e sugerir que a solução de todos os problemas sociais requer uma nova rodada de individualização e financeirização do intercurso social. (SAAD FILHO, 2015, p. 67)

Este novo modelo desenvolve-se via transformações consideráveis no mundo do trabalho, passando a ter como um atributo central a precarização, que não se restringe ao espaço do trabalho, mas é socialmente instaurada (FRANCO *et al.*, 2010; MACHADO *et al.*, 2016). Esta precarização social, tal como Machado *et al.* (2016) denominam, baseia-se não só nas reconfigurações das relações de trabalho e na ampliação da mais-valia (tanto absoluta, quanto relativa), mas na insegurança e na incerteza com o novo padrão de trabalho (e de vida).

Logo, sofisticam-se as exigências de perfil dos trabalhadores (multifuncional, polivalente, qualificado, que saiba trabalhar em equipe etc.); uma nova organização e envolvimento do trabalho nos espaços sócio-ocupacionais e, conseqüentemente, uma nova roupagem do disciplinamento no trabalho (BIHR, 2010; FRANCO *et al.*, 2010). Esta intensificação do trabalho provoca maiores desgastes físicos e emocionais, resultantes da sobrecarga de trabalho, o que modifica, também, o perfil epidemiológico da classe trabalhadora e as formas de sofrimento (GOMES, 2017; VIAPIANA *et al.*, 2018) – algo que desenvolveremos no tópico corrente.

Este processo se consolidou aglutinando arcabouços teóricos e ideológicos, articulando diversos campos de conhecimento: “moral e psicologia, economia e direito, política e educação, religião e teologia política, propondo um tipo de individualização baseado no modelo da empresa. *Uma vida que deve ser apreendida, dirigida e avaliada como se o faz com uma empresa*” (SAFATLE *et al.*, 2021, p. 11, grifos nossos). As demandas institucionais passam a superar os limites do espaço de trabalho, consumindo o cotidiano do trabalhador, dominando-o, inclusive, fora do expediente (VIAPIANA *et al.*, 2018), justamente pela criação de uma rede de intervenção – organizada pelo Estado – que potencializa a lógica econômica nos diversos âmbitos da vida humana.

O Estado teve um redimensionamento de suas funções com o objetivo de conformá-lo aos interesses neoliberais, “[...] estruturando-o como um Estado necessário para gerenciar a transferência das empresas estatais e serviços públicos para o mercado e delegar a sociedade civil a execução de algumas políticas, enquanto realiza outras de caráter pontual” (LIMA, 2010,

p. 289). Neste aspecto, ocorre um reforço das já existentes funções do Estado: regulação do controle social, da participação da sociedade civil, dos serviços sociais e atuação de forma a promover o desenvolvimento econômico e social nas frentes em que o mercado “é incapaz de garantir” (2010, p. 293), leia-se: não possui interesse em garantir. Esta modificação do papel estatal é chamada, na literatura crítica, de Contrarreforma do Estado (BEHRING, 2008).

Por isso, entende-se que o processo de neoliberalização não é apenas um conjunto de ideias e/ou medidas, mas se constitui como o modo de existência do atual estágio do capital, sendo uma estrutura material legitimada por uma teoria psicológica e antropológica própria, “definida por uma política para nomeação do mal-estar e por uma estratégia específica de intervenção com relação ao estatuto social do sofrimento” (SAFATLE *et al.*, 2021, p. 11). O neoliberalismo molda nossos anseios, desejos e atitudes, ou seja, cria uma subjetividade, determinando a forma de manifestação dos nossos sentimentos, e gerencia o sofrimento, segundo Safatle (2021), que se consolida nestas configurações atuais da vida no capital.

Podemos afirmar que os rebatimentos subjetivos do engendramento destas condições de vida, baseadas na incerteza e precarização socialmente estruturadas, são catastróficos. Se considerarmos que a máxima deste momento histórico é o empresariamento de si (ANTUNES, 2018), com a organização da vida idêntica à gestão de uma empresa, nota-se que, partindo desta razão econômica, a sociedade é um espaço ausente de conflitos políticos, marcada por adversidades que são “normais” do meio. Esses, quando emergem, podem aparentar ser sociais, mas são, na realidade, resultantes de uma má gestão, por parte dos sujeitos, de sua vida (DARDOT; LAVAL, 2017). Desta maneira, qualquer problemática que tome forma no meio social é despolitizada pelo processo de neoliberalização (SAFATLE, 2021), reconhecendo como moralmente importantes apenas aqueles sujeitos que estejam constantemente superando sua performatividade.

Porém, mesmo com esta “ausência” de conflitos sociais, a sociedade, nesta perspectiva, é um ambiente instável que demanda uma adaptabilidade permanente do sujeito – adaptabilidade do sujeito, e não uma transformação social. Vale lembrar que as décadas de 1960 e 1970 são marcadas não só pelo germen do processo de neoliberalização, mas também pelo fortalecimento do ideário pós-moderno, que influencia diretamente na crise de projetos societários que se baseiam numa concepção universal e, ainda, problematizam a possibilidade de transformação de ordem social. Isso, conseqüentemente, cria um cenário massificado de

“desestabilização e vulnerabilidade sociais” (FRANCO *et al.*, 2010) que “[...] conduzem à desvalorização simbólica, com a corrosão do sistema de valores, da autoimagem e das representações da inserção de cada um na estrutura social” (2010, p. 231).

Em outras palavras, quando não se pode mudar o mundo, resta inventar-se a si mesmo. Nem a empresa nem o mundo podem ser mudados, eles são dados intangíveis. Tudo é questão de interpretação e reação do sujeito. Schutz escreve ainda: “O estresse não resulta dos ‘estressores’, mas da maneira como interpreto e reajo a suas injunções” [...]. A partir do momento que o sujeito é plenamente consciente e mestre de suas escolhas, ele é também plenamente responsável por aquilo que lhe acontece: a “irresponsabilidade” de um mundo que se tornou ingovernável em virtude de seu próprio caráter global tem como correlato a infinita responsabilidade do indivíduo por seu próprio destino, por sua capacidade de ser bem-sucedido e feliz. Não se atravancar com as coisas do passado, cultivar previsões positivas, ter relações eficazes com o outro: a gestão neoliberal de si mesmo consiste em fabricar para si mesmo um eu produtivo, que exige sempre mais de si mesmo e cuja autoestima cresce, paradoxalmente, com a insatisfação que se sente por desempenhos passados. Os problemas econômicos são vistos como problemas organizacionais, e estes se resumem, por sua vez, a problemas psíquicos relacionados a um domínio insuficiente de si e da relação com os outros. [...] Dessa forma, a coerção econômica e financeira transforma-se em auto coerção e autculpabilização, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 337-338)

Este cenário, em concomitância com a consolidação de um sujeito neoliberal, é o pano de fundo para o desenrolar do sofrimento psíquico e suas nuances mais expressivas. Consideramos, assim, a produção e gestão do sofrimento psíquico pelo processo de neoliberalização como uma repercussão do fenômeno do sofrimento social (MACHADO *et al.*, 2016; SAFATLE, 2021), forma hegemônica de manifestação do sofrimento neste modo de existência.

3.2 O FENÔMENO DA PSICOPATOLOGIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL COMO UM DESDOBRAMENTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Partindo dos elementos trabalhados no tópico anterior, expõe-se alguns dados acerca da massificação do sofrimento psíquico, visando demonstrá-lo como uma resultante das modificações do processo produtivo, da própria sofisticação e aprofundamento do processo de reprodução do capital.

De acordo com dados⁵² da OMS referentes ao ano de 2015, 322 milhões de pessoas no mundo estavam convivendo com um quadro depressivo. No Brasil, 5,8% da população (11,5 milhões de brasileiros) passava pelo mesmo sofrimento e, segundo o manual da OMS (2018), *The Burden of Mental Disorders in the Region of the Americas*, o Brasil é o país com maior prevalência de depressão da América Latina (o segundo das Américas, Estados Unidos ocupando o primeiro lugar, com 5,9%), além de ser o país com o maior número de pessoas que sofrem com ansiedade (9,3%). Uma pesquisa realizada pela Funcional Health Tech, seguradora de serviços de gestão no setor de saúde, indicou que o consumo de antidepressivos cresceu 23% no Brasil entre os anos de 2014 e 2018, indo na contramão da tendência mundial, que apresentava um decréscimo de 5%. No levantamento, concluiu-se que o maior consumo desse tipo de medicamento está entre mulheres na faixa de 40 anos (VASCONCELLOS, 2020), delimitando marcas de gênero e etarismo.

Este consumo de antidepressivos e estabilizadores de humor se exacerbou durante a pandemia de Covid-19, como apontado no levantamento feito pelo Conselho Federal de Farmácia, sendo vendidas 100 milhões de caixas de medicamentos no ano de 2020, um salto de 17% comparado ao ano anterior (AMÉRICO, 2021). Segundo pesquisadores, a intensificação do sofrimento psíquico seria um desdobramento deste contexto social vivenciado pela população (AMÉRICO, 2021), ou seja, novamente, a determinação estrutura social reaparecendo como algo que determina a vida – emprego, relações afetivas, incertezas acerca do vírus, entre outros – e a saúde dos sujeitos.

Especialistas afirmam que o aumento do uso ou a dependência dos medicamentos para o controle da ansiedade também podem estar ligados ao desenvolvimento socioeconômico de cada região do país. Além disso, o desemprego, a incidência de mortes pela Covid-19 e o confinamento na quarentena aumentaram a da ansiedade na população. [...] [o sofrimento psíquico seria] secundário ao stress imposto pelo isolamento social, pelo temor da morte de entes queridos, pela perda de renda, pela perda de perspectiva de emprego. (AMÉRICO, 2021, s/p)

Cabe trazer, também, uma das problematizações que colocamos ao final do capítulo 1: que elementos são considerados como “patológicos” ou “anormais” no interior do sistema

⁵² A exposição destes dados também toma como referência as reflexões de Furtuoso e Costa (2021). Ressalta-se que não localizamos dados mais atualizados sobre este cenário de massificação do sofrimento psíquico. Além disso, os artigos utilizados nesta dissertação referentes aos anos 2020 e 2021 e que se detiveram a analisar esta questão baseiam-se nas mesmas pesquisas.

capitalista, e quais as respostas dos sujeitos perante este contexto? Se considerarmos a pandemia de Covid-19 – que acrescentou um determinante sanitário às crises econômica, política e social já em curso no Brasil (GOUVÊA, 2020), aprofundando tanto as condições desiguais do país, quanto instaurando um cenário de medo, com mais incertezas e mortes diante da ausência de uma política nacional bem estruturada para enfrentamento da situação sanitária –, é completamente compatível que a resposta “normal” a este período “anormal” seja, a princípio, vista como patológica, em termos fisiológicos (COSTA; MENDES, 2021a).

Estar em sofrimento, em luto, deprimido, ansioso ou com medo da perda de alguém, para citar algumas das condições, são expressões de saúde justificáveis quando colocadas em perspectiva no panorama vivenciado atualmente. Isso não significa que a realidade engendrada e seus impactos nos sujeitos sejam menos preocupantes e que esses não vão necessitar de intervenção profissional a depender do caso, mas é necessário o cuidado e rigor analítico para não patologizar todas estas reações e experiências, que são extremamente pertinentes ao que o mundo vem enfrentado, por exemplo, com a pandemia de Covid-19 (AMARANTE, 2021) – até porque, como estamos buscando evidenciar, isso já está sendo tratado como “anormal” por determinados setores da burguesia – suas instituições e lideranças – e tem sido alvo da patologização e medicalização da vida.

Em relação ao suicídio, a dinâmica segue o mesmo processo da depressão: segundo a OMS, 13.467 pessoas se suicidaram no Brasil (uma taxa de 6,1 a cada 100.000 habitantes), das quais 10.203 eram homens e 3.263, mulheres. No ano de 2010, o Brasil teve um crescimento de 7% das taxas de suicídio (cuja taxa foi de 5,7 suicídios a cada 100.000 habitantes), seguindo – assim como os casos de depressão – o fluxo contrário da média mundial, que teve uma queda de 9,8% (WHO, 2019). Em 2016, o Ministério da Saúde divulgou dados a respeito da taxa de suicídio no Brasil, em que foi registrado um aumento de 16,8% do número de óbitos por suicídio, no período entre 2007 e 2016, sendo o desemprego apontado como um “fator associado” (FORMENTI, 2018) – ressalta-se aqui o tratamento multicausal, na linha da concepção da OMS. Este crescimento não é exclusivo do Brasil, havendo um aumento de 6% das taxas de suicídio nas Américas, também contrariando os índices. Frisamos que, nas Américas, se encontram 79% dos chamados “países de baixa e média renda”, logo, os países da periferia do capital, onde se localiza a maioria da população mundial (WHO, 2019), não sendo

uma mera coincidência os índices de sofrimento⁵³ estarem elevados e apresentando uma maior incidência nestas localidades.

Ainda analisando o suicídio, esse foi apontado como a segunda maior causa de mortes entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). Levando em consideração o quesito raça, aprofunda-se ainda mais a gravidade do cenário, com informações do Ministério da Saúde (referentes ao ano de 2018) apontando que, entre os anos de 2012 e 2016, o suicídio entre jovens negros(as) com até 29 anos apresentou um aumento de 12% no país, sendo 45% maior que o da população branca.

Com relação à sexualidade, isso também se evidencia: desde 2016, o Grupo Gay da Bahia (GGB) considera o suicídio em seu relatório *Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil*, no levantamento de mortes. Em 2016, ocorreram 26 casos de suicídio, em contrapartida aos 100 casos do ano de 2018, com um aumento de 284%, sendo que: “Em todo o País, a LGBTQfobia deixou 420 vítimas. Em caso de suicídio, as lésbicas representaram o maior aumento de casos de 2017 para 2018: foram 52% a mais. Gays tiveram um aumento de 45%, trans uma diminuição de 14%. Bissexuais permaneceram com 3%” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2019). Além disso, segundo Bonadiman *et al.* (2017), constata-se, a nível mundial, o aumento de casos de sofrimento psíquico e, conforme indicamos, o Brasil segue o mesmo curso, em um grau mais profundo.

É válido detalhar, ainda, alguns dos apontamentos presentes em dois manuais da OMS, relacionados com os dados acima e que trazem elementos marcantes – mesmo que não citados diretamente – dos processos de neoliberalização e de medicalização da vida: o *Plan Of Action On Mental Health* (WHO, 2014) e *Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates* (WHO, 2017). Nestes dois materiais, o crescimento vertiginoso do sofrimento aparece com um verniz “naturalizado”, característico das argumentações da OMS quando aborda o processo saúde-doença, como já apontamos.

Começemos pelo *Plan Of Action On Mental Health*. Devido “à alta incidência mundial de quadros de transtorno mental” (WHO, 2013), no ano de 2012 a OMS construiu um Plano de

⁵³ Um destaque para o fato de que tais dados são subnotificados, ou seja, é muito provável que o cenário seja ainda mais grave. Apesar de não haver novos relatórios desde 2015 – além de encontrem indisponíveis no site do Ministério da Saúde –, recomenda-se a leitura do último relatório *Saúde Mental em Dados nº 12* (BRASIL, 2015), que acompanham e explicitam as repercussões, dados e lacunas da Política de Saúde Mental, Álcool e outras drogas no Brasil. Esse e os relatórios anteriores estão disponíveis em: <https://desinstitute.org.br/noticias/saude-mental-em-dados-acesse-as-edicoes-eletronicas-de-2006-a-2015/>.

Ação em Saúde Mental, que teria sua vigência para o período de 2013 a 2020. Nele, recomenda-se aos países que todas as políticas públicas, portarias e legislações voltadas para saúde mental devem, obrigatoriamente, respeitar o que for deliberado em convenções locais, nacionais e internacionais voltadas para os direitos humanos daqueles que passam por algum sofrimento grave. Neste plano, avalia-se como cada país tem conduzido as políticas de saúde mental existentes, se houve uma melhora na qualidade ofertada e quais percalços ainda permanecem, baseando-se nos seguintes critérios: cobertura universal, respeito aos direitos humanos, práticas profissionais baseadas em evidências científicas, políticas sociais que considerem todos os estágios de vida do sujeito (infância, adolescência, juventude, vida adulta e velhice), intersectorialidade e estímulo à autonomia e protagonismo de pessoas com “transtornos mentais” na comunidade (WHO, 2013).

Mais adiante, ao tratar sobre as políticas de saúde mental na periferia do capital, pontua-se que, nestes países, os serviços “não respondem adequadamente aos casos de saúde mental” – que vêm se elevando –, e, em consequência disso, há uma lacuna entre aqueles que necessitam do tratamento e o que é ofertado pelas políticas: “Between 76% and 85% of people with severe mental disorders receive no treatment for their disorder in low-income and middle-income countries” (WHO, 2013, p. 8)⁵⁴, e justificam esta questão com os gastos insuficientes, recursos escassos e a má distribuição dos serviços de saúde pelos territórios. É importante ressaltar, novamente, o apagamento da determinação social da saúde, que não só não é considerada, como é reduzida, na concepção da OMS, a problemáticas dos serviços de saúde.

Em nenhum momento do plano são problematizados os motivos que provocam a alta incidência mundial de sofrimento psíquico, bem como não são desenvolvidas as razões para o aumento dos casos nos países periféricos – que se destacam pela significativa elevação comparada ao restante dos países –; a justificativa colocada para as dificuldades de atendimento aos casos atrela-se estritamente a uma “insuficiência de gastos” e à “distribuição grosseiramente ineficiente” das instituições/serviços de saúde mental (WHO, 2013). Quando há momentos dedicados para explicação dos casos de sofrimento psíquico – usando a nomenclatura “transtornos mentais” –, esses se restringem a ratificar uma inadequação da gestão e concretização das políticas de saúde mental nos países (periféricos e centrais, mas estes últimos

⁵⁴ “Entre 76% e 85% das pessoas com transtornos mentais graves não recebem tratamento para seu transtorno nos países em desenvolvimento” (WHO, 2013, p. 8, tradução nossa).

em menor grau, de acordo com os manuais), sem escrutinar, por exemplo, os contextos histórico, político e cultural destes países – e, claro, não se menciona (ou problematiza) a estrutura social e a distribuição de riquezas como fundantes deste cenário.

Apesar da OMS não explicitar uma concepção de culpabilização dos sujeitos – característica do processo de neoliberalização e que está presente em documentos de outras instituições burguesas, como o Banco Mundial (PRONKO, 2019) – os manuais da Organização naturalizam o processo saúde-doença, no sentido de “normalizarem” o aprofundamento do sofrimento psíquico. Isso aparecerá, por escrito, em outro manual da OMS – *Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates* (WHO, 2017) –, em que determinados quadros de saúde são tratados como “comuns” (caso da depressão e da ansiedade) por serem “mais diagnosticados”. Segundo a Organização, estes quadros possuem uma maior presença nos países periféricos, pois “[...] a população [destes países] está crescendo e mais pessoas estão vivendo até a idade em que a depressão e ansiedade ocorrem mais comumente” (WHO, 2017, p. 5). Chamadas de “transtornos mentais comuns”, a depressão e a ansiedade já são consideradas pela OMS como questões de saúde corriqueiras por terem uma “alta prevalência” na população mundial. Segue definição presente no manual:

Common mental disorders refer to two main diagnostic categories: depressive disorders and anxiety disorders. These disorders are highly prevalent in the population (hence why they are considered ‘common’), and impact on the mood or feelings of affected persons; symptoms range in terms of their severity (from mild to severe) and duration (from months to years). These disorders are diagnosable health conditions, and are distinct from feelings of sadness, stress or fear that anyone can experience from time to time in their lives. [...] At a global level, over 300 million people are estimated to suffer from depression, equivalent to 4.4% of the world’s population. [...] The number of persons with common mental disorders globally is going up, particularly in lower-income countries, because the population is growing and more people are living to the age when depression and anxiety most commonly occurs. [...] Although depression can and does affect people of all ages, from all walks of life, the risk of becoming depressed is increased by poverty, unemployment, life events such as the death of a loved one or a relationship break-up, physical illness and problems caused by alcohol and drug use. (WHO, 2017, p. 5)⁵⁵

⁵⁵ “Transtornos mentais comuns se referem a duas principais categorias diagnósticas: transtornos depressivos e transtornos de ansiedade. Estes transtornos são altamente prevalentes na população (por isso são chamados de “comuns”), e impactam no humor ou nos sentimentos de afeto das pessoas: sintomas variam de acordo com a gravidade (indo do “leve” ao “grave”) e duração (de meses a anos). Estes transtornos são condições de saúde diagnosticáveis e são distintos dos sentimentos de tristeza, estresse ou medo de que qualquer um pode experimentar em algum momento da vida. [...] Em escala global, estima-se que mais de 300 milhões de pessoas sofrem de depressão, equivalente a 4,4% da população mundial. [...] O número de pessoas com transtornos mentais comuns está crescendo globalmente, particularmente em países de baixa renda, porque a população está crescendo e mais pessoas estão vivendo até a idade em que a depressão e a ansiedade ocorrem mais comumente. [...] Apesar da

Logo, ocorre uma “normalização” da alta incidência de sofrimento psíquico – basta observarmos a existência de uma categoria destinada para aqueles que são considerados “comuns”, com a OMS atribuindo isso ao alto número de diagnósticos mundialmente e ao envelhecimento populacional. Ao tratar a ordem estabelecida como naturalmente adversa (mesmo não mencionando), se estabelece diálogo com a lógica de culpabilização dos sujeitos, disseminada e reforçada no atual estágio do capital, que se desenvolve em meio à crise sistêmica.

Portanto, podemos afirmar, a partir dos dados expostos, que sim: estamos sofrendo mais mundialmente – guardadas as devidas particularidades e proporções de cada território. No entanto, tomando a perspectiva marxista e contextualizando tais dados, este aprofundamento do sofrimento expressa, também, uma forma de vida em definhamento, diretamente relacionada à crise do sistema capitalista⁵⁶. O sofrimento psíquico, inclusive, é objeto de atenção da classe burguesa, que tem dado a seguinte resposta para este cenário: a patologização dos sujeitos, deslocando o caráter dialético do sofrimento, que é sintomático e denuncia os gargalos da organização social, para o campo biomédico (GOMES, 2017). Em suma, trata o sofrimento e suas expressões como exclusivamente biológico, criando critérios diagnósticos para aspectos sociais, medicalizando um conjunto de problemas que são de ordem estrutural. Como bem resumem Furtuoso e Costa (2021, p. 22-23):

Apesar de os dados, enquanto expressão fenomênica, nos possibilitarem concluir que estamos sofrendo mais, também devem ser contextualizados e analisados criticamente, de modo que possamos compreender melhor seus sentidos, o que representam, apreendendo as múltiplas determinações de tal sofrimento. Nisso, há de se considerar a intensificação de uma lógica de psicopatologização da vida, cujos melhores exemplos são as próprias classificações diagnósticas em saúde mental que hegemonicamente instrumentalizam a práxis no campo *psi*, de cunho descritivo-nosográfico, como o Código Internacional de Doenças (CID), e, sobretudo, o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM). Tais instrumentos representam de maneira exemplar o saber e a prática psiquiátricos, a psiquiatria

depressão poder afetar e afeta pessoas de todas as idades, de todas as classes sociais, o risco de se tornar depressão aumenta com a pobreza, o desemprego, eventos como a morte de um ente querido ou um término de relacionamento, doenças físicas e problemáticas causadas por álcool e uso de drogas” (WHO, 2017, p. 5, tradução nossa).

⁵⁶ A respeito desta relação entre períodos de crise e o sofrimento psíquico, destacamos que isso não sugere que em momentos mais “estabilizados” do sistema capitalista não haja quadros de sofrimento intenso também. Por isso, quando tratamos de “crise”, não está subentendida esta possibilidade de interpretação, porém, consideramos que existe uma relação do sofrimento e a sociabilidade capitalista, quadro que se intensifica em momentos de crise como o atual.

enquanto ciência parcelar e profissão subordinada ao capital, em face do seu mandato histórico de ajustamento e controle, de modo que um mero exercício de passagem por suas páginas, e pela conseqüente listagem de patologias - reduzidas a um conjunto de sintomas – torna-se de uma marcante experiência de psicopatologização. Alia-se a isso o *lobby* da indústria farmacêutica e sua cadeia produtiva das drogas-mercadorias, conjugando a psicopatologização e a medicalização da vida, e se unindo às categorias profissionais do campo *psi*, para quem quanto mais sofrimento, loucura, adoecimento e, portanto, sofredores, loucos e doentes, maior a demanda, a circulação e o consumo das drogas-mercadorias e, logo, maior a acumulação.

Ressaltamos, em primeiro momento, que a medicalização não é algo inédito do nosso período histórico (CAMARGO JR., 2013), mas o fenômeno da psicopatologização da vida social soma-se a este processo, justamente para classificar e ressignificar elementos considerados anteriormente vistos como usuais pela sociedade como “anormais”, para que sejam medicalizados, tratados como “doença”. Um problema colocado por Camargo Jr. (2013) ao se considerar o conceito de “medicalização” é a variada quantidade de definições a respeito dele, que não dialogam entre si, justamente por partirem de compreensões distintas da relação existente entre saúde e sociedade.

O autor destaca a caracterização de Conrad (*apud* CAMARGO JR., 2013, p. 844), que “adota uma definição operacional do conceito, extremamente útil para estudos empíricos [...] a medicalização é o processo de transformação de problemas anteriormente não considerados ‘médicos’ (ou ‘de saúde’, acrescentaríamos) em problemas médicos, usualmente sob a forma de transtornos ou doenças” (2013, p. 844). Em complemento a isso, destacamos que estes problemas que passam a fazer parte da intervenção médica dizem respeito às relações sociais, e o processo saúde-doença se caracteriza como “resultante e componente dos modos de vida dos indivíduos e coletividades” (GOMES, 2017, p. 36). Em suma, a medicalização do social é uma restrição dos limites da normalidade da vida cotidiana (ALMEIDA; GOMES, 2014).

Por isso, o fato da saúde mental estar tão em voga nos indica, como pontuado por Costa e Mendes (2021b), dois aspectos fundamentais, preocupantes e “que se retroalimentam” (2021b, p. 1): primeiramente, como trouxemos, estamos sofrendo mais, algo que fica evidente no crescimento de casos de sofrimento psíquico mundialmente, assim como a tendência apontada é que isso permaneça aumentando (WHO, 2019) – em que pese o caráter ideológico dos parâmetros utilizados por estas instituições de saúde. Entretanto, por outro lado, este fenômeno é contraditório: em concomitância à intensificação do sofrimento psíquico, desdobramento de um contexto de crise e de reestruturação da produção, soma-se a lógica de

psicopatologização da vida – as restrições daquilo que é visto como “normal” –, expressa nos manuais diagnósticos de saúde mental, o modelo nosográfico do Código Internacional de Doenças (CID) e Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM), “[...] e que, por sua vez, nos remete às próprias raízes da psiquiatria e seu mandato social de controle e ajustamento” (COSTA; MENDES, 2021a, p. 1).

Estas ressignificações não são criações do neoliberalismo, mas a continuidade deste processo ocorre justamente “[...] porque a normalidade vigente já não é mais adequada e suficiente diante das novas necessidades da realidade” (GOMES, 2017, p. 42). Desta forma, a estratégia é apresentar sujeitos e coletividades que não correspondem aos padrões de produção massiva exigidos (VIAPIANA *et al.*, 2018) e que, de alguma maneira, ameaçam esta ordem – já em decadência e em crise –, tanto resistindo pela via da luta política ou expressando sofrimento, como *anomalias*, do que colocar em questionamento e/ou resolver as relações sociais vigentes.

Podemos exemplificar estas ressignificações nosográficas com diversos quadros de saúde – inclusões como *transtorno disruptivo de desregulação de humor*, a *desordem disfórica pré-menstrual*, o *transtorno do interesse e excitação sexual feminina* (GOMES, 2017, p. 40, grifos no original) –, mas destacamos o caso da depressão, que sofreu consideráveis alterações em seus critérios diagnósticos nas últimas avaliações destas classificações biomédicas: Gomes (2017) aponta que no DSM-IV havia uma consideração acerca dos sujeitos em luto não serem diagnosticados com depressão se este momento não se estendesse a um período de dois meses. No manual seguinte (DSM-V), este critério foi reduzido para duas semanas.

Dunker (2021) também ressalta a criação de uma seara de subtipos de quadros depressivos, desdobramentos que surgiram com a reestruturação produtiva. A variedade é tal que qualquer sujeito pode se enquadrar nos critérios, em que o profissional pode encaixar os sujeitos “ao modo de uma carta de vinhos” (2021, p. 201). Destrinchando os 8 subtipos de quadros depressivos, o autor pontua, ironizando:

Há ainda condições “curingas” que podem ser especialmente adequadas para seu caso, como o *transtorno depressivo ligado a outra condição médica* (CID IX 293.83), ou o incrível *outro transtorno depressivo* (311- F32.8) e o ainda mais abrangente *transtorno depressivo não especificado* (311- F32.9). Se ainda assim você está em dúvida se é um depressivo ou não, perceba que você pode estar em um dos sete subtipos disponíveis: *leve*, *moderado*, *severo*, *com aspecto psicótico*, *com remissão parcial*, *com remissão completa* ou ainda e depois de tudo... *inespecífico*. O sistema

diagnóstico da neuropsiquiatria neoliberal é marcado pelo mais alto grau de comorbidade de toda a medicina, ou seja, a maior probabilidade de conjunção de mais de uma doença em um mesmo paciente. Isso significa que você pode estar no *Transtorno do Espectro Autista* e ter uma *Depressão*, sofrer como um *transtorno de impulso* ou de *ansiedade* e ao mesmo tempo, por completo azar, estar sofrendo com *depressão*. (DUNKER, 2021, p. 202-203, grifos no original)

Dunker (2021), entretanto, relembra que isso não significa que a depressão seja uma mentira, má-fé dos sujeitos em relação aos seus sintomas ou uma invenção do complexo farmacêutico, mas explicita que este alargamento dos critérios diagnósticos da depressão (que ocorre também com outros quadros de saúde) possui relação com o fato de que os antidepressivos, sendo a única descoberta psiquiátrica que ocorreu no momento da crise de 1970, e com “a nova era de achados psiquiátricos” não se efetivando, foi a solução para “[...] aplicar a hipótese depressiva a um número cada vez maior de quadros” (DUNKER, 2021, p. 213).

Logo, o problema não é o sofrimento em si (e em suas múltiplas ordens), mas a maneira como este é espraiado com a finalidade ideológica de mistificar o cerne da questão: a insustentabilidade das relações sociais e o impacto que suas metamorfoses vêm causando nas classes sociais, em especial, nos trabalhadores. A respeito deste processo, Camargo Jr. (2013), citando Williams *et al.*, também destaca o lobby de indústrias farmacêuticas, que se aglutina à dinâmica da medicalização social, e seus objetivos econômicos para lucrar com a patologização:

Williams *et al.* defendem a ideia de que há processos dessa ordem que escapam da conceituação estrita de medicalização [...]; na visão desses autores é necessário também pensar na "farmacologização" ("*pharmaceuticalization*", no original), conceituada por eles como a tradução ou transformação de condições, capacidades e potencialidades humanas em oportunidades para intervenções farmacológicas. Ainda que com larga superposição com a medicalização, a farmacologização se distinguiria por não estar necessariamente ligada a algum tipo de diagnóstico médico, como se vê no fenômeno cada vez mais presente da utilização de medicamentos sem indicação terapêutica, mas para atingir uma certa "supernormalidade" por meio do aperfeiçoamento farmacológico ("*enhancement*"). Segundo esses autores, a farmacologização é um complexo processo sociotécnico que interage com os processos de medicalização. A farmacologização cria identidades em torno do uso de determinados fármacos, além de reforçar a ideia de que "para cada mal há um comprimido", levando à expansão do mercado farmacêutico para além das áreas tradicionais, incluindo o uso por indivíduos saudáveis, ao enfraquecimento da predominância da profissão médica criando relações diretas da indústria com "consumidores" e a colonização da vida humana pelos produtos farmacêuticos. (2013, p. 845, grifos no original)

Não à toa, estes fenômenos ocorrem de forma conjunta: em sincronia com as mudanças socioeconômicas, revisões destes manuais nosográficos são realizadas e, a cada nova revisão, flexibiliza-se os critérios diagnósticos dos diversos quadros de saúde, ocorre um aumento da venda de fármacos, com a construção de formas preferenciais de sofrimento para ordem (GOMES, 2017), objetivando mascarar sintomas que são também modalidades de crítica e resistência social (DUNKER, 2021). Como temos destacado desde o capítulo 1, uma das saídas estratégicas viabilizadas pela classe dominante para silenciar este sofrimento e ajustar estes sujeitos à ordem é rotulando-os como “anormais”, “adoecidos”, deslocando para o campo biomédico a resposta para tais situações, bem como trata estas manifestações do sofrimento como algo estritamente individual e privativo (GOMES, 2017; SAFATLE, 2021).

Os sujeitos que expressam singularmente os conflitos sociais são patologizados – justo quando, coincidentemente, a indústria farmacêutica está consolidada mundialmente –, e os elementos eminentemente político-sociais de suas vidas são submetidos à biologização, ocorrendo uma “produção crescente de respostas biomédicas para manifestações de contradições sociais” (GOMES, 2017, p. 46). Portanto, naturaliza-se as desigualdades entre classes, retirando a dimensão de historicidade da formação social (2017, p. 47), colocando o sujeito como “o doente”, e não a sociedade, sendo essa vista como naturalmente adversa e, por isso, não é submetida a nenhum critério diagnóstico e avaliativo.

3.3 O PROCESSO DE NEOLIBERALIZAÇÃO, SUAS IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS-OBJETIVAS E A INTENSIFICAÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

A reorganização da dinâmica sistêmica, visando manter a acumulação de lucro em determinados padrões, dentre os diversos rebatimentos nas condições de vida dos trabalhadores, provocou, também, a fragmentação intraclasse. Temos os trabalhadores inseridos e submetidos aos mais diversos vínculos empregatícios: trabalhadores de carteira assinada, terceirizados, em regime parcial, que trabalham em domicílio, informais, desempregados, autônomos, trabalhadores rurais, dentre outros. Juntamente com isso, como descrito por Iasi (2017) e Neves (2020), a centralidade do pertencimento de classe é substituída por uma miríade de identidades pulverizadas, que não só visam ofuscar a posição de classe dos sujeitos, interferindo negativamente na formação de consciência, como obscurecem o fato de que a sociedade que

vivemos permanece capitalista, portanto, uma sociedade de classes, fundamentada na exploração, opressão e no fetichismo da mercadoria.

Esta hifenização da classe coloca empecilhos para a luta dos trabalhadores – ou seja, um reconhecimento das experiências similares, vivenciadas enquanto classe –, tratando a classe social como mais uma dentre diversas identidades do sujeito (ANTUNES, 2010). Não só isso: os vínculos trabalhistas frágeis e as incertezas acerca do futuro trazem receios e inseguranças reais para a tomada de um posicionamento contrário ao que está em vigor, além de estimular a concorrência interna à classe, reforçada pelo sistema capitalista, como forma de potencializar a fragmentação⁵⁷.

O aprofundamento da fragmentação intraclasses, as modificações nas relações de trabalho, marcadas pelo desemprego estrutural e por uma precarização que extrapola o espaço sócio-ocupacional, capilarizando-se socialmente, consolidam um meio tensionado e propício para o aprofundamento do sofrimento gerado pelo sistema e intrínseco às relações sociais estranhadas (MACHADO *et al.*, 2016). Viapiana *et al.* (2018) também relacionam este cenário de fragmentação à precarização generalizada e social, aprofundada com o processo de neoliberalização, determinando novas roupagens para o sofrimento na classe trabalhadora:

Em época de acumulação flexível, os mecanismos de intensificação do trabalho se aprimoram. O capital torna-se capaz de mobilizar, intensa e profundamente, a subjetividade, estimulando o comprometimento dos trabalhadores pela vigilância coletivamente exercida pela equipe. Essa forma de controle, exercida pelos trabalhadores sobre si mesmos, gera insegurança, nervosismo, ansiedade, perturbações no sono e sintomas psicossomáticos. O ambiente de trabalho se torna mais competitivo, e as relações de trabalho, mais distantes e frias, permeadas pela individualidade e desconfiança. (VIAPIANA *et al.*, 2018, p. 183)

E continuam:

[...] Os altos níveis de desemprego e a permanência de um significativo exército industrial de reserva exercem forte coerção sobre os trabalhadores empregados, fazendo com que se submetam a condições precárias de trabalho, na tentativa de manterem o emprego. Configura-se um cenário em que o trabalho gera altos níveis de desgaste ao nexo biopsíquico humano, prolongando as circunstâncias desgastantes até o esgotamento ou adoecimento. Aos desempregados, ainda, são comuns sentimentos de vergonha, autodesvalorização, insegurança e tristeza pelas perdas de emprego, além de revolta e injustiça. Isso contribui para a irradiação de uma sensação generalizada de instabilidade, desenvolvida inclusive pelos trabalhadores inseridos no

⁵⁷ Machado *et al.* (2016) utilizam o conceito de “sofrimento social” para trabalhar tais questões no cenário atual de neoliberalização. As autoras caracterizam o atual cenário como carente de futuridade, perpassado pela constante vulnerabilidade, pelo “não-saber” e desamparo.

mercado formal de trabalho. Uma consequência imediata do desemprego é o isolamento social, podendo ocasionar quadros psicopatológicos, sendo o alcoolismo e a depressão os mais referidos na literatura. (VIAPIANA *et al.*, 2018, p. 183)

Desta forma, considerando o exposto até o momento, podemos afirmar a partir de Iasi (2017) que, com a sofisticação das contradições das forças produtivas e das relações sociais vigentes, ocorre um processo de “[...] perda de correspondência [entre as relações sociais e as forças produtivas], de maneira que a consciência, que antes correspondia a uma ordem e relações [...]” (2017, p. 140), passa a não corresponder às bases que fundamentam tais relações sociais, sendo isso resultante da decadência da ideológica burguesa⁵⁸ em um momento de crise aguda do capital (IASI, 2017). Se considerarmos que Marx e Engels (2007) apontaram que os sujeitos constroem a si e entre si relações determinadas política e socialmente, modificando-se no decorrer histórico, referindo-se a isso como o primeiro ato histórico, e que a consciência “[...] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (2007, p. 94), não é uma coincidência que a consciência social predominante de nossa época seja o senso comum, “[...] exatamente o momento da consciência submetida à reificação, o senso comum” (IASI, 2017, p. 132). Assim:

A consciência social de nossa época é a forma socialmente necessária de expressão na consciência da sociedade capitalista em seu momento de decadência, de crise aguda na qual se revela de forma nítida seu caráter parasitário, sua ameaça à espécie humana em seu conjunto. Momento no qual o capital se transforma numa universalidade negativa, uma ameaça geral e que exige que algo possa emergir como universalidade positiva, personificando a necessidade de uma nova forma de relações sociais que, com base nas forças produtivas avançadas, possa apontar para uma nova sociabilidade. *A principal função ideológica da forma atual da consciência social de nossa é impedir uma consciência de classe possa cumprir este papel.* A ideologia tem limites. Ela não pode impedir que a ordem capitalista concentre os trabalhadores em grandes cidades, não pode impedir que crie condições comuns de existência das quais podem emergir interesses comuns, não pode evitar a brutal expropriação e exploração da força de trabalho, não pode evitar que, nestas condições, os trabalhadores entrem em luta contra a ordem do capital e contra as mais diversas manifestações da injustiça e da opressão que desta ordem derivam. Pode, no entanto, operar no campo que lhe é próprio, no campo ideológico, na medida que constitui uma mediação através da qual os indivíduos veem e compreendem o seu mundo e a si mesmos. (IASI, 2017, p. 139-140, grifos nossos)

⁵⁸ Acerca deste trecho, ressalta-se que, diferentemente da crise estrutural do capital, que é um aspecto inédito em relação às crises já vivenciadas e diz respeito ao esgotamento do sociometabolismo sistêmico (MÉSZÁROS, 2000), a decadência ideológica burguesa é um fenômeno iniciado no século XIX, contemporâneo da consolidação do mundo burguês. Portanto, já se encontra consolidado, não sendo algo que emerge na atualidade, mas se constitui como um processo que se aprofunda em contexto de crise.

Em paralelo a esta afirmação, acrescentamos que a medicalização social e a lógica de psicopatologização da vida são desdobramentos da decadência ideológica burguesa deste momento histórico, evidenciando a falência das relações sociais vigentes e a construção de respostas parciais e limitadas da burguesia para enfrentamento da crise em curso, deslocando-as do contexto político-econômico. Para legitimação destas táticas (medicalização e psicopatologização), faz-se necessário, por parte da classe dominante: 1) reafirmar a perda da centralidade da classe, defendendo a existência estrita de uma multiplicidade de identidades pulverizadas, que não podem compor uma unitotalidade (NEVES, 2020), e 2) patologizar e despolitizar os conflitos sociais (SAFATLE, 2021).

Além da medicalização e psicopatologização do social, um outro aspecto que ressaltamos foi o deslocamento das lutas políticas como questões de responsabilidade exclusivamente individual, tratando as reivindicações de cunho político-social como uma problemática privativa, que, como dito no tópico anterior, faz parte da ferramenta de despolitização do caráter social dos conflitos, expressos subjetiva e objetivamente. Safatle descreve esta despolitização, apontando a especificidade da psicologização das lutas políticas:

Vale a pena ainda salientar como essa psicologização muito específica do campo econômico tendo em vista a eliminação da possibilidade de contestação política a respeito de sua “racionalidade” não de ter, por sua vez, uma espécie de efeito reverso. Efeito esse visível no próprio redimensionamento contemporâneo do campo político. Pois é um dos fatos contemporâneos mais relevantes a redescritção completa da lógica motivacional da ação política em uma gramática das emoções. É cada vez mais evidente como lutas políticas tendem a não ser mais descritas a partir de termos eminentemente políticos, como justiça, equidade, exploração, espoliação, mas através de *termos emocionais*, como *ódio, frustração, medo, ressentimento, raiva, inveja, esperança*. E em um movimento que parece complementar tal lógica, chegamos rapidamente ao momento em que *novas levas de políticos* parecem especializados em mobilizar setores da população como se estivessem diante de *sujeitos eminentemente psicológicos*. Assim, suas falas são feitas para serem lidas não como confrontações políticas a respeito da vida em sociedade, mas como “ofensas”, como “desrespeito”; como são promessas permeadas por exortações ao “cuidado”, ao “amparo”. [...] *A fala ofensiva é astuta*. [...] A fala ofensiva visa quebrar a emergência da reação de “todos”, pois ela singulariza, ela ofende um, ela escarnece um. Não falamos: “Você ofendeu a sociedade brasileira em mim”. Antes, dizemos: “Você me ofendeu”. O problema parece algo entre “você” e “ela/e”. O problema não aparece mais político, mas diz respeito à integridade psicológica. (2021, p. 21-22, grifos nossos)

Deste modo, alguns setores da classe dominante passam a engendrar estes métodos de despolitização e empresariamento para efetivar o enquadramento dos trabalhadores à ordem

vigente de duas formas diferentes, utilizando, estrategicamente, instituições político-econômicas burguesas para legitimar seu arcabouço ideológico e material, tais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OMS (LIMA, 2014): de um lado, é reforçado – tanto retórica, quanto concretamente – que, caso o trabalhador venha a apresentar um quadro intenso de sofrimento proveniente das novas configurações relacionais, a culpa de seu sofrimento é exclusiva dele. Mais: este sofrimento, bem possivelmente, nem será reconhecido, pois, como é hegemonicamente disseminado pelo processo de neoliberalização, as adversidades se capilarizam somente quando os sujeitos não se modelaram a “uma adaptação positiva para contextos cada vez mais adversos” (PRONKO, 2019, p. 167). Por outro lado, se o sofrimento é considerado legítimo, esse é transferido para o âmbito da intervenção biomédica⁵⁹, em que há uma gama de medicamentos disponíveis, diversos critérios diagnósticos para aspectos da vida social e uma flexibilização das classificações de doenças.

Neste cenário, os serviços de saúde desempenham o papel de intervir sobre os sujeitos com o objetivo de normalizá-los, enquadrá-los ao processo de trabalho e reintegrá-los a este novo modo de vida neoliberal, que determinou, anteriormente, as condições de sofrimento dos sujeitos que buscaram os serviços de saúde (GOMES, 2017, p. 44). Sendo assim, a psicopatologização dos aspectos sociais tem sido a principal maneira – como observamos a partir dos dados da OMS – que a ordem do capital encontra para dar uma “[...] resposta médica às novas condições que exigem sujeitos cada vez mais produtivos e psiquicamente resistentes” (ALMEIDA; GOMES, 2014, p. 168).

O aprofundamento do sofrimento psíquico expressa um “sofrimento social”, estruturante deste momento histórico (MACHADO *et al.*, 2016) e originário do total desamparo para produção e reprodução da vida de maneira segura, se configurando no receio da perda de

⁵⁹ Especialmente neste momento de reestruturação produtiva, o trabalhador médico é demandado mais intensamente a exercer seu papel histórico de “intelectual orgânico das classes dominantes”, responsável pela “reprodução político-ideológica” das relações de poder socialmente estabelecidas. Isso já fora ressaltado em outros estudos (DONNANGELO, 1979; VECCHIA, 2012) que se atentaram a como a medicina intervém, desde a consolidação do capitalismo, como agente para a realização de uma tarefa política para a burguesia, de padronização e enquadramento dos sujeitos à ordem do capital. Donnangelo (1979) é uma referência destes estudos. Citando Polack (*apud* DONNANGELO, 1979, p. 22), a autora coloca como tal processo se desdobra na discriminação das classes sociais, na manipulação e dominação de um modo de vida padrão – instituído pelo capital –, defendendo, assim, a necessidade de entender a estrutura social para se compreender a prática médica. Por isso: “Politizar o fato médico é encontrar aquilo que, na doença, apesar do brilho da medicina, protesta contra a ordem social e, por consequência, em sua consciência elaborada, a ameaça”. Segundo Gomes (2017), percebe-se como o processo de neoliberalização realiza uma reatualização desta padronização e objetiva, constantemente, despolitizar o fato médico que, historicamente, é recorrido pelas classes dominantes como estratégia.

um “objeto concreto” – por exemplo, um emprego, habitação, aposentadoria e direitos básicos (FURTOS *apud* MACHADO *et al.*, 2016, p. 235). Conforme destacamos, este medo possui base material: a reestruturação produtiva e o neoliberalismo forjaram-se generalizando a precarização (ou completa destruição) dos pilares de reprodução social externos ao domicílio – as instituições e políticas públicas que garantiam, minimamente, as necessidades básicas de vida dos trabalhadores. Agir estrategicamente para o enfrentamento e superação deste contexto envolve, também, compreender algumas nuances contraproducentes disso na luta política, sem perder de vista também que, enquanto classe dominada, a necessidade de construir uma alternativa societária à altura de enfrentar o capital demanda a realização de uma série de tarefas:

[...] A gente tá adoecendo por conta do mundo lá fora, que reflete na gente sob sobrecarga de trabalho, e por conta deste produtivismo, que a gente vai assumindo uma postura deste modo de produção que a gente questiona. E é entender que não é um inimigo em si, é um modo de produção social [...] esta compressão do espaço-tempo, esta aceleração... a gente está assumindo isso enquanto norma [...] *o quanto ser produtivo é prejudicial, é contrarrevolucionário, sabe?* É entender o outro tempo também, a gente vai adoecer. [...] Igual mãe fala: “vai nesta não, que morre, e fica tudo aí” [risos]. Você vai adoecer, as pautas vão continuar, entendeu? *É ser estratégico, sabe: momento de cuidar da saúde mental, para gente fazer a revolução.* (ENTREVISTADO A8, grifos nossos)

Alguns dos elementos que compõem este sofrimento social são importantes para compreender as nuances do sofrimento psíquico. Ao levarmos em conta que, para a legitimação da estrutura neoliberal, uma permanente deslegitimação dos conflitos sociais e da desigualdade de classes deve ser perpetuada, apreende-se que a submissão “[...] à pretensa racionalidade das leis da economia exige uma *despolitização radical da sociedade*, uma recusa violenta de seus questionamentos a respeito da autonomia do próprio discurso econômico em relação aos interesses políticos” (SAFATLE, 2021, p. 27, grifos nossos). Por isso, a culpabilização dos sujeitos está indissociável, também, de uma violência sistemática e sistêmica – tanto simbólica quanto objetiva – às lutas políticas que trazem qualquer teor de questionamento à ordem (especialmente, as de cunho revolucionário).

A orientação das grandes instituições financeiras mundiais para este cenário, por exemplo, baseia-se na Economia Comportamental e na Psicologia Experimental (PRONKO, 2019), considerando o contexto social como “naturalmente desfavorável”, sendo necessária “resiliência” e “persistência” para lidar com esse:

Modelar o comportamento (dos pobres) para tomar melhores ou mais oportunas decisões, parece ser, para o Banco [Mundial], sua contribuição mais específica para o combate à pobreza. Sem indagar sobre suas causas estruturais, a pobreza se transforma em atributo individual (que pode ser medida e ponderada) e sua superação, em um ato de vontade que se constrói em comportamentos adequados e decisões certas. Ainda quando se reconhece o caráter limitado dessas ferramentas, a modelagem comportamental se revela de grande utilidade, promovendo adaptação, atitudes positivas ou, no limite, uma memória seletiva que permita “superar” a própria privação. (PRONKO, 2019, p. 177)

Para que esta concepção possuísse respaldo, mencionamos que se forjou um novo tipo de sujeito: o sujeito neoliberal, um agente ativo das necessidades mercadológicas, “o homem do cálculo, que exerce sobre si mesmo o esforço de maximização dos prazeres e das dores requeridos pela existência de relações de interesse entre os indivíduos” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 321). O sujeito neoliberal caracteriza-se por ser o “empresário de si”, tendo como base para a produção e reprodução da vida a racionalidade econômica de uma empresa. Esta racionalidade econômica, considerada pelo capital como algo “natural” da formação humana, terá sua efetivação no mercado, tido como ideal para a realização da subjetividade humana – daí, o processo de intensificação da exploração somada ao desmonte de direitos sociais.

A partir da construção de uma rede de intervenções sociais (engendradas e concretizadas pelo Estado), organizou-se a potencialização da razão mercadológica no conjunto da vida humana, tornando hegemônica a concepção de que a sociedade é um ambiente ausente de conflitos, porém marcado pela instabilidade e da necessária adaptabilidade dos sujeitos (DARDOT; LAVAL, 2017). O empresariamento de si localiza-se neste contexto como uma expressão estratégica do capital de “jogar todos os custos [da reprodução da vida] nas costas do sujeito” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 342), limitando as possibilidades desta reprodução ao mínimo possível – limite esse que tem a miséria como parâmetro –, com condições cada vez mais precárias de trabalho. A insegurança permanente, portanto, cria um ambiente de tensionamento ao extremo, e a busca por quaisquer condições de sobrevivência, em meio a restrições propositalmente construídas, contribui para a “[...] intensificação da submissão e do sofrimento do trabalhador” (MACHADO *et al.*, 2016, p. 235).

O conjunto destes aspectos – o reforço das identidades particulares e pulverizadas, a “impossibilidade” de uma análise da totalidade, a intensificação do sofrimento psíquico e a medicalização social como ferramenta principal para seu enfrentamento – podem auxiliar a

explicar como este “desenho de pessoas” (SAFATLE, 2021) contribuiu na crise de projetos societários que vislumbram a transformação social. Ao facilitar e acirrar um contexto de competitividade, marcado pelo ultraindividualismo empresarial e rumo à perfeição, há um fortalecimento dos elementos de cristalização da ordem, de seu aperfeiçoamento, bem como o culto aos prazeres e saídas individualizantes e hedonistas.

Isso nos permite compreender, também, o abandono hegemônico da concepção de potencialidade da classe trabalhadora e suas frações como uma classe revolucionária, uma vez que o movimento político só permanece quando ainda há confiança na sua vitória, e quando esse é construído coletivamente (IASI, 2012). O sentimento de confiança, inclusive, compõe a conceituação do sofrimento social, que é “[...] caracterizado pela perda da confiança tripla: perda da confiança no outro, perda de confiança em si mesmo e da sua dignidade de existir e perda da confiança no futuro, que se torna ameaçador” (MACHADO *et al.*, 2016, p. 234). Desta forma:

[...] o sofrimento social deve ser pensado na sua estreita relação com a vulnerabilidade estrutural de uma sociedade de propriedade de si, ou seja, relaciona-se à autonomização da existência enquanto norma social de uma sociedade que não oferece as garantias para que esta mesma autonomização se dê. Não há mais suportes institucionais, não há proteções formais... É aí que o sofrimento social brota, dessa situação paradoxal, resultante de uma autonomia obrigada ao indivíduo, sem suportes socialmente disponíveis. (WERLANG & MENDES, 2013, p. 753)

Construir um partido revolucionário, que objetiva direcionar e organizar a classe trabalhadora em torno de um projeto político coletivo e de transformação, se choca com a perda de confiança nesta transformação, na própria possibilidade da luta radical e com a ode ao ultraindividualismo. Esta questão emergiu, quase unanimemente, nas falas dos militantes entrevistados. Destaco aqui o apontamento de um deles, que traz sobre o desafio da disciplina da militância comunista frente ao ideário pós-moderno, bem como as contradições presentes na postura apresentada por militantes:

[Na época do mestrado] acabei operando um amadurecimento político, com uma orientação comunista, mas ainda muito... Eu estava fazendo pós-graduação num centro de excelência no [menciona o nome da cidade], com um excelente grupo, envolvido por este grupo, a concepção de esquerda, de comunismo, intelectual de grandes centros, é um troço que a gente chama de esquerda festiva: discurso muito bonito, dá palpite, mas sem se envolver com nada concretamente. Mais tarde, quando fui levar mais a sério este leninismo que descobri, entendi que é impossível ser comunista sem partido. Isso é idealismo, espontaneísmo [...]. Passaram anos até que

eu incorporasse a disciplina na minha vida [...]. No partido, isso ocorre muito, por ser leninista: o militante reconhece verbalmente a disciplina, mas na prática, isso não ocorre. [...] Tem a ver com a vida geral da pessoa. Cumpre as tarefas bem, mas a vida em geral, é desregrada. [...] Tem uma combinação de fatores que tem a ver com o estilo de vida atual, hedonista e individualista, e desvia o tratamento destas questões desta maneira individualista e irracional, para justificar estes comportamentos. Isso existe há décadas, mas qual era o fator que contrabalanceava? Eu acho que era a relevância, de maneira geral, do reconhecimento de um partido comunista organizado, e isso erodiu com o fim do bloco soviético em geral. Independente dos partidos alinhados com os soviéticos... foram soviéticos, chineses, trotskistas... a esquerda em geral arcou com a destruição do bloco. Isso significou um avanço muito grande da abordagem pós-moderna: de acabar com a ideia do papel do partido, da centralidade do partido e, substantivamente, das teses políticas que orientaram este partido. Isso foi sendo substituído, principalmente nos anos 1990, [...] à medida que foram destruídos os partidos, de fato, de orientação bolchevique, as pessoas – jovens; estudantes, principalmente, que queriam organizar esta insatisfação – foram migrar para onde dos anos 1990 em diante? Para organizações extremamente pós-modernas, individualistas, de festa, da cultura, que reforçam este comportamento. E aí, à medida que o campo revolucionário foi se recuperando da ressaca dos anos 90, da destruição do bloco socialista, os partidos começaram a se reconstruir neste cenário. As organizações vão tentar parecer mais atraentes neste cenário. Os partidos acabaram tendo que lidar com isso com formas práticas de organização, de assuntos e tarefas que são apresentados para fazer, que acabam tendo traços fortes de concessão a este tempo. Aí, por mais que os partidos se esforcem para não sucumbirem a esta lógica individualista, ainda assim é uma juventude que tá permeada por isso por todos os lados. Tem uma vida pregressa que, mesmo quando entra no partido, tem os amigos, as festas etc. é um comportamento social em geral marcado por isso, e que não tem uma referência forte para contrabalancear isso. Como foi o caso das décadas passadas, quando os partidos tinham que lidar com a existência da festividade e tudo isso, eles podiam dizer: “olha, o partido bolchevique com centralismo e disciplina derrubou o Império [o czarismo]. O M26 [o Movimento 26 de Julho, que dirigiu a Revolução Cubana, em 1959], em Cuba, com compromisso e disciplina, abrindo mão de festa e cachaça, derrubou a ditadura”. Enfim, não tem mais isso e isso enfraquece de maneira geral o peso que desta organização mais comprometida e disciplinada, que realmente transforme a vida cotidiana do militante na preparação [...]. Não é por moralismo. É por compreender que o que transforma de fato a sociedade é que as pessoas a façam ser diferente. Não adianta falar que não está em um processo revolucionário, porque isso é construído. As pessoas vão construindo o que é a revolução. Então, se a pessoa se comporta como um individualista, descompromissado todo dia, ele acorda um dia sabendo “ó, tá acontecendo a revolução”, aí ele muda? Não é assim. Então, tem que ter a união entre a vida privada e a organização de uma nova sociedade, processo, construção e tudo mais. (ENTREVISTADO A9)⁶⁰

⁶⁰ Acerca desta fala, realizamos alguns apontamentos, de forma inversa da colocada pelo entrevistado: apesar de trazer sobre as complicações de uma postura que coloca como “hedonista” e o fato da disciplina ser um elemento imprescindível para a luta política, não necessariamente esta busca por uma vida prazerosa é contraditória com ser militante e com a disciplina. Compreendemos isso como um componente fundamental para disputarmos as consciências na luta, além de entendermos a improbabilidade de abdicar da vivência de prazeres individuais em nome de uma construção revolucionária, sobretudo nesse momento histórico em que não nos encontramos, diferente de outras conjunturas, com um modelo de revolução em que possamos nos inspirar. Portanto, estas posturas, mencionadas na entrevista, devem ser compreendidas nas suas determinações e contextualizadas, justamente para que não recaia numa compreensão que pode ser interpretada de forma moralizante.

O processo de neoliberalização, além de se expressar como uma engenharia social, realiza uma gestão dos sentimentos dos sujeitos, direcionando-os psiquicamente a extrair rigorosamente mais produção (SAFATLE, 2021). Este padrão de ação neoliberal, segundo Safatle (2021), não só organiza gerencialmente o sofrimento, como também fortalece a sua produção. As modificações nos manuais diagnósticos, por exemplo, acompanharam a crise estrutural do capital da década 1970, expandindo sintomas, criando novas doenças e confeccionando medicações.

Esta ampliação dos sintomas constitui-se como uma “reformulação brutal da gramática do sofrimento psíquico” (SAFATLE *et al.*, 2021, p. 10) e, em suma: “a noção de ‘gestor’ do sofrimento psíquico ganha importância em dois sentidos, a saber, como aquele que gera e aquele que gerencia. Pois o sofrimento psíquico não é apenas produzido, mas também gerido pelo neoliberalismo” (2021, p. 10). Paulatinamente, torna-se comum enquadrar aqueles sujeitos cuja “gestão empresarial e individual” da vida não atende às exigências de adaptabilidade, que não conseguem acompanhar a nova configuração das relações sociais – ou que resistem contra esta sociabilidade –, em critérios diagnósticos cada vez mais “flexíveis”⁶¹.

Além disso, o sofrimento psíquico em sua expressão mais aguçada torna-se obstáculo para a organização da luta política radical: por exemplo, um trabalhador em sofrimento grave não consegue realizar atividades que podem lhe dar prazer (encontrar amigos, viajar, ler, ir ao teatro etc.), nem mesmo suas necessidades básicas são efetivadas de forma a garantir sua existência – come-se mal ou pouco, defronta-se com noites mal dormidas, podendo ser necessário recorrer a medicamentos ou uso de drogas ilícitas para resolução da questão. Um sujeito que passa por momentos como esse de maneira permanente, precisa (e deve) priorizar a

⁶¹ Relembramos aqui a discussão realizada sobre o estranhamento em Marx (2010): o capitalismo não é apenas um modo de produção, mas também é uma relação social, que constantemente necessita se reproduzir. O fenômeno do controle dos corpos, das mentes e subjetividade das classes sociais faz parte deste processo de reprodução. O modelamento das subjetividades não é algo criado pelo modo de existência neoliberal: a ordem do capital forja sujeitos alinhados com a ideologia burguesa subjetiva e objetivamente, e os requisitos desta formação modificam-se a depender do processo de historicidade e exigências da produção. A reestruturação produtiva da década de 1970, que permanece se metamorfoseando, foi uma estratégia para adequar estas exigências, uma necessidade do desenvolvimento do capital, em um quadro de crise, de assegurar o permanente processo de reprodução ampliada do capital, de preservação (e ampliação) da valorização do valor – o que envolveu, neste momento e com importância fundamental, o processo de controle dos corpos e mentes. Com este controle, também há alterações, por exemplo, no perfil epidemiológico das classes sociais. Gomes (2017) expõe que, na atualidade, a prevalência de quadros de sofrimento mental grave e doenças crônicas são consequências das medidas neoliberais e mudanças da produção, devido à intensidade do ritmo de trabalho e à apropriação intelectual do trabalhador – frutos de uma intervenção sistemática deste modo de existência, que justifica, segundo Safatle (2021, p. 29), “toda forma de intervenção violenta contra tendências contrárias”.

atenção e o cuidado à sua saúde, mas essa se encontra assim, justamente, por conta da dinâmica do sistema capitalista, que determina um modo de vida facilitador para o espraiamento e generalização do sofrimento. Assim, mesmo que, objetivamente, este sujeito que vivencia um quadro de saúde similar a este descrito, compreenda que precisa transformar sua realidade de maneira radical para modificar seu momento atual e futuro, ele se encontra numa situação em que não há condições subjetivas para se organizar, condições essas que são influenciadas diretamente pelo que vive concretamente; objetivamente. Eis a contradição.

Este sujeito ainda pode se ver diante de um conflito que, por exemplo, o deixe temeroso das consequências ocasionadas caso se organize politicamente, como uma possível perda de emprego. Assim, pode se limitar ao tratamento oferecido pelos serviços de saúde, que são estruturados para reinseri-lo no mercado de trabalho para produzir⁶², podendo tornar a vivenciar este sofrimento, o que acarretaria o retorno a esta lógica cíclica de trabalho-sofrimento grave-tratamento-trabalho, e assim sucessivamente. Há ainda a possibilidade de naturalização desta situação extrema de sofrimento, que dialoga com a barbárie sistêmica, uma “consequência lógico-histórica do livre desenvolvimento do capital [...] e, por isso mesmo, [a barbárie] tende, antes de passar por qualquer mediação, a ser naturalizada” (MENEGAT, 2011, s/p).

Apresentamos assim, uma síntese: este aprofundamento do sofrimento psíquico, tanto em seu caráter denunciativo como sintomático (como colocamos no capítulo anterior), está interligado não só com a sofisticação da exploração dos trabalhadores (o “empresariamento de si” envolto nisso) e a generalização da precarização a nível social, mas também influencia e é influenciado pela própria articulação das lutas sociais e no processo de consciência, ocorrendo o rebaixamento de um projeto político de transformação social e de classe, em detrimento da centralidade das diversidades e múltiplas identidades particulares.

Tomando aqui os partidos políticos que reivindicam o projeto revolucionário (PCB, algumas correntes do PSOL e o PSTU) e o panorama geral que explicitamos, podemos inferir que a saúde mental deveria ser um componente central deste projeto societário, já que o fenômeno do sofrimento psíquico tem sido alvo da atenção de setores da burguesia – a enfrentando, claro, nos marcos da ordem. Como a sociabilidade vigente produz estas dinâmicas

⁶² Existem, claro, exceções a isso. Todavia, estruturalmente, os profissionais de saúde são orientados por suas instituições empregadoras a atuar desta maneira, além de existir uma formação prévia destes trabalhadores na universidade, somadas às suas histórias de vida, relações estabelecidas etc. que podem ou não reforçar estes tipos de intervenção.

pautadas no embrutecimento e definhamento da vida dos sujeitos, para a produção de relações plenamente saudáveis faz-se necessária a luta ofensiva política que transforme radicalmente esta realidade.

Refletir a saúde mental e as expressões do sofrimento a partir do método marxista se constitui como um desafio para a militância revolucionária, tanto em caráter subjetivo – de pensar maneiras para disputar as consciências, tendo em vista os elementos que ressaltamos desta época histórica –, como em caráter objetivo – de elaborar ações políticas que enfatizem a indissociabilidade da produção de subjetividades das lutas sociais concretas –, com a saúde mental compondo centralmente o projeto societário defendido pelos três partidos mencionados. Vale repetir o apontamento de Martín-Baró (2017/1984, p. 267): “Se a base da saúde mental de um povo encontra-se na existência de relações humanizadoras, [...] não é somente um problema econômico e político; é também, e por princípio, um problema de saúde mental”. Uma das militantes entrevistadas sintetiza a questão no mesmo sentido que o autor:

[Sobre se é papel do partido político debater saúde mental] Eu acho sim. Tem que se entender o que é o debate sobre saúde mental, né, eu acho que existe uma certa tendência da gente falar sobre o debate de saúde mental como uma coisa assim, que você tem que criar um momento específico e você fazer um debate específico com profissionais específicos, preferencialmente, especializados, pra discutir o processo de saúde e doença, do sofrimento psíquico, emocional do militante, do trabalhador, da trabalhadora, num determinado contexto, o que não, ok, massa, acho que é legal, também, não sou contra esse tipo de coisa, mas eu acho que isso é uma coisa [...] que mais se fala, mas é a coisa que, na minha opinião, tem a menor relevância quando a gente tá falando mesmo de pautar saúde mental no entendimento nesses processos de produção de doença do militante, do partido, ou não. Eu acho que o debate sobre saúde mental tem que estar diluído na própria cultura partidária e na própria forma de ser da relação dentro do partido [...] do apoio que os camaradas prestam, essa coisa de todo mundo estar um pouco de olho, ter uma coisa de coletividade que segura o sujeito, porque não se sente sozinho, tocando as coisas, porque você sabe que tem pessoas com quem contar, então esse aspecto da camaradagem, principalmente, quando a gente está falando de partidos revolucionários, assim, em que a gente tem esse entendimento do centralismo democrático, do marxismo-leninismo, que é pelo menos, o que eu entendo como partido revolucionário, então, dentro do próprio princípio do centralismo democrático, a questão da saúde mental tem que estar diluída na cultura partidária, que é você ter o entendimento de como as relações de produção, de como as contradições da luta e dificuldades da luta, todo esse processo da luta de classes, ela afeta os seus militantes e a classe trabalhadora como um todo, né, sem fazer uma especificação do que são as condições materiais, de como são as condições subjetivas, porque essas coisas, elas mantêm uma relação íntima, então eu acho que tem que partir desse entendimento, tem que estar no modo de ser do partido, de ele entender seu militante como ser humano que é integral, que tem essa relação, que não tem essa divisão corpo-mente, sabe, essa coisa, tipo, ah, isso aqui é da ordem do psíquico, aí só um “especialismo” psíquico, não tem que se ver como essas coisas se articulam, como essas coisas se produzem, porque quando você vai ver o que que é o sofrimento mental do militante, tem tudo a ver com tudo que ele tá fazendo, desde o trabalho, desde a própria militância, então, tem que haver esse cuidado do partido, seja na hora de como ele vai lidar com aquele militante, de como o partido vai se organizar, de como as

tarefas são distribuídas, do quanto de democracia partidária existe no partido, sabe, tudo isso são elementos que constituem uma preocupação com a saúde mental do militante, sabe, pra além da coisa, porque você pode fazer mil palestras pra falar sobre saúde mental e continuar massacrando seus militantes, assim, e aí, de que adianta, né? Você promove um monte de palestras, onde tem interlocutores lá. O que eu ia falar é isso, não adianta você promover um monte de palestras, monte de debates internos pra discutir a saúde mental como uma coisa abstrata, né, ou até como uma coisa tipo, ah, das relações de produção, e você não ver isso se tratar de uma outra forma dentro do partido, que é claro, a gente não é perfeito, né [...] não é porque a gente é comunista que a gente é o comunismo como ele vai ser o dia que ele for, “amém, Lênin”, não é assim, sabe, tipo assim, nós somos esses comunistas, [...] então o partido, ele tem que estar muito atento, porque ele é um partido comunista numa sociedade capitalista, sociedade que tem essas demandas, elas são imbricadas na nossa forma de se relacionar, então, eu acho que o partido tem que ter essa preocupação pra além do debate que ele faça, especificamente, sobre saúde mental. Ele tem que praticar isso, né, tem que ser uma práxis, assim, tem que se pensar a saúde mental como algo intrínseco do humano e das contradições que é a gente viver a sociedade que a gente vive, com os impactos que isso tem para gente, de uma forma geral. (ENTREVISTADO A3)

Deste modo, qual tem sido, então, a atenção dedicada pela militância revolucionária, organizada partidariamente, a este processo? A saúde mental possui relevância não apenas nas discussões, mas também nas ações políticas destes partidos, levando em consideração que a saúde mental da classe trabalhadora e suas frações vem se deteriorando justamente por conta das condições de vida cada vez mais precárias, levadas até o limite da barbárie? Buscamos desenvolver isso, mais detalhadamente, no capítulo a seguir.

4 A SOCIABILIDADE CAPITALISTA COMO FONTE CORROSIVA DA SAÚDE MENTAL

No decorrer deste trabalho, tivemos o intuito de desenvolver pontos que compreendemos serem necessários para balizar a discussão acerca da atenção concedida à questão da saúde mental pelos partidos políticos revolucionários. Destacamos a produção acadêmica que aborda a relação estabelecida entre saúde mental e militância; o papel do partido político, pela ótica marxista, como instrumento de luta fundamental da classe trabalhadora; caracterizamos o fenômeno do sofrimento psíquico por uma matriz teórica crítica; a sua atual agudização em meio a um contexto de crise estrutural do capital; e as intervenções que têm sido efetivadas pelas instituições burguesas na problemática, para, com isso, nos aprofundarmos nas descobertas feitas em campo.

Como colocamos no capítulo 1, a hipótese que nos instigou a realizar esta pesquisa partiu da premissa de que as organizações partidárias que reivindicam um projeto político revolucionário não se atentam propriamente à saúde mental e ao sofrimento psíquico como algo necessário para discussão e ação política, não havendo, pois, uma centralidade dessa questão na atuação cotidiana dos partidos. Para tal, identificamos a necessidade de realizar entrevistas, que envolveram militantes do PCB, PSOL e PSTU, com a finalidade não só de testar a coerência desta hipótese, mas observar outras questões que, à primeira vista, poderiam ser invisibilizadas se tivéssemos nos restringido ao levantamento bibliográfico.

Tomando as falas dos militantes, expusemos também um balanço a respeito do teor do debate e das ações conduzidas pelos respectivos partidos: pelo que conseguimos extrair das entrevistas, é razoável afirmar que estas organizações, em sua totalidade, não tratam a temática da saúde mental como algo relevante no cotidiano militante, apesar de todos os entrevistados afirmarem a importância e a necessidade desta pauta. As discussões e propostas internas existem, mesmo que incipientes e iniciais em alguns casos. Considerando a revisão bibliográfica realizada para este trabalho, avaliamos que isso se configura como um avanço: a confecção de circulares, documentos, composição de frentes de saúde em âmbito nacional etc. são práticas presentes nos três partidos, e estão diretamente interligadas às reuniões (células e núcleos) ou disputas políticas em congressos destas organizações.

Todavia, 18 dos 19 entrevistados (ou seja, quase unanimidade) afirmaram que este debate não é central nas conduções teórico-práticas dos partidos, sendo ressaltado que as ações políticas relacionadas à questão de saúde mental, quando não inexistentes, são pontuais e focalizadas a uma determinada urgência. Poderíamos finalizar o trabalho com estas constatações, mas percebemos que nossas indagações iniciais demandavam uma ampliação analítica, mesmo a hipótese se demonstrando correta. Consideramos que seja pertinente explorar alguns pormenores, e compreendemos que a discussão não se conclui com as falas dos entrevistados, tampouco a análise de seu conteúdo. Porém, cabe salientar que as exposições dos militantes nos oportunizaram expandir o debate aqui travado.

Desta forma, neste capítulo objetivamos problematizar, primeiramente, as duas tendências (e suas interrelações) em que a discussão do sofrimento psíquico recai – a saída individual e a saída coletiva –, pontuando as armadilhas existentes em ambas as conduções. Entendemos que as problematizações aqui realizadas não nos isentam de um posicionamento relativo à análise que vislumbramos ser a melhor forma de tratar a questão, sendo essa a coletivização do sofrimento psíquico. Por conta disso, ressaltamos, em seguida, que tal direcionamento coletivo e suas condições estão relacionados aos avanços no processo de consciência dos sujeitos, e ao potencial de instrumentalizar a crítica e os questionamentos à ordem do capital de maneira ativa.

Estes elementos reforçam tanto a impossibilidade de resolução do processo geral de agravamento do sofrimento psíquico em âmbito privado, como também nos levam a afirmar que a organização dos sujeitos na militância orgânica que se oponha radicalmente à problemática (na qual localizamos os partidos revolucionários) não está isenta de ser permeada por percepções individualizantes da saúde mental, mas é o caminho que reconhecemos ser o mais efetivo para a superação do sofrimento psíquico massificado, conformando, assim, o pertencimento político destes sujeitos a um projeto societário que endereça o cerne das reflexões apresentadas neste trabalho à fonte geradora de grande parte dos empecilhos que enfrentamos ao elaborar sobre saúde mental pela perspectiva crítica: a sociabilidade do capital.

4.1 INDIVIDUALIZAÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO X A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS COLETIVOS DE PRODUÇÃO DA SAÚDE

Conforme destacamos no primeiro capítulo, as elaborações de caráter crítico e radical acerca da saúde mental e da subjetividade não são inéditas na tradição marxista, constituindo-se, inclusive, numa questão central da vida de muitos autores deste campo político (como Vigotski, Leontiev, Fanon e Martín-Baró) pensar a transformação socialista da vida social e refletir o desafio de construir as bases de uma nova sociabilidade e uma nova subjetividade (VIGOTSKI, 1930). O próprio método materialista histórico dialético parte do pressuposto de que, para compreender a realidade, é necessário estudar os *sujeitos reais e suas condições objetivas de vida*. Marx e Engels (2007) compreendem que os sujeitos constroem entre si relações determinadas política e socialmente, modificando-se no decorrer histórico. A isso, referiram-se como o primeiro ato histórico, “[...] pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material [...], uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos” (2007, p. 33).

É nesta produção dos meios de vida que se localiza, como já ressaltamos, a base para o processo de formação da consciência dos homens e mulheres: inicia-se, pois, com a satisfação de necessidades e o uso dos recursos para satisfazê-las, levando à produção de novas necessidades, que se sofisticam e passam a ser, também, básicas (MARX; ENGELS, 2007). Neste ínterim, estes homens e mulheres se tornam humanos. A consciência seria, então, a representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta (objetiva) que se interioriza, mediada por vínculos próximos. Esta internalização do mundo externo ocorre sob a forma de valores, padrões, normas de conduta e ideias, a partir das relações travadas no seio familiar – nossa introdução às relações sociais – para, em seguida, interagirmos com o mundo exterior (nas escolas; no trabalho; nas igrejas; organizações políticas etc.) (IASI, 2009).

O pensamento marxiano e a tradição marxista compreendem que não é a consciência que determina a vida tal como ela é, mas sim a vida e suas condições de produção e reprodução que determinam a consciência – criticando (e rompendo) com a abordagem idealista de tratar “*homens reais em pontos de vista abstratos*” (MARX; ENGELS, 2011a, p. 216, grifos no original). Com isso, temos tanto a formação da consciência no interior das relações sociais, constituída a partir da internalização das determinações gerais da sociedade, que marcam todos os sujeitos, como também temos a construção de nossa subjetividade, essa sendo uma expressão particular, distinta e individual das características do ser social.

Estes elementos – a dimensão subjetiva, a concretude da vida e o processo de formação de consciência – são indissociáveis, sociais e passíveis de modificações. Entretanto, numa sociedade como a capitalista, estas questões emergem como naturais e eternas, propiciando um terreno fértil para a ideologia, que oculta, inverte e obscurece o real (MARX; ENGELS, 2007) – por conta da cisão de classes, que possui como pilares o estranhamento, a alienação e a reificação das relações travadas socialmente.

A noção de “indivíduo” é moldada pelo sistema capitalista como um ente segregado da comunidade e o único responsável pela sua existência, para que esse não se compreenda enquanto ser social – fruto não só de suas características biológicas, fisiológicas, resultante daquilo que produz, constrói e transcende seus limites naturais –, e sim de forma tal que mistifique a confirmação de que este “indivíduo” está inserido e é diretamente influenciado pela comunidade e sua vida social, mesmo que não seja perceptível inicialmente. Pachukanis (2017, p. 122) traz que

[...] essa ideia do isolamento, do encerramento em si mesmo da personalidade humana [...] corresponde inteiramente ao modo de produção mercantil, no qual os produtores são formalmente independentes um do outro e não são ligados por nada, além de uma ordem jurídica artificialmente criada. Essa própria condição jurídica [...] não existe de outro modo senão no mercado idealizado, transposto para as alturas vertiginosas da abstração filosófica e isento de seu empirismo grosseiro, no qual se encontram os produtores independentes [...]

O princípio de realidade destes “indivíduos” isolados, além de ser considerado como algo dado, torna a experiência singular como critério exclusivo da legitimidade e veracidade, inviabilizando um tratamento totalizante do real⁶³. Logo, as saídas e alternativas colocadas pela ordem vigente do capital para as problemáticas advindas de suas bases materiais (por exemplo, desemprego estrutural, as medidas atuais de austeridade, o acesso à educação de qualidade, a violência cotidiana, dentre outros) são estritamente individualistas e individualizantes e, conseqüentemente, a forma de lidar com as expressões do sofrimento psíquico engendrado socialmente estão nesta seara.

A perspectiva individual de resposta ao sofrimento psíquico parte desta noção de indivíduo ou cidadão atomizado do meio social, que deve dar conta plena e singularmente das “adversidades” da vida, que são, na realidade, frutos da plena ação da sociabilidade do capital

⁶³ Isso não significa, contudo, uma superação da alienação à primeira vista.

(SAFATLE, 2021). Esta responsabilização do sujeito tem como fim ajustá-lo ao sistema, e tal ajustamento “[...] se torna o *modelo* para *todos os tipos* imagináveis de *comportamento subjetivo*” (HORKHEIMER *apud* NETTO, 1981, p. 87, grifos nossos). Este padrão interliga-se àquilo que é compreendido como “patológico” ou “anormal” para o capitalismo: para um modo de vida alienado e alienante, aquele que corresponde ao que é ditado socialmente é o “normal”, e a fuga desta estipulação sistêmica é tratada como uma anomalia que precisa ser enfrentada ou eliminada (COSTA; MENDES, 2021a).

Observamos, a partir dos apontamentos de Gomes (2017) e Safatle (2021), que este tratamento que encerra a problemática ao indivíduo tem vias de respostas que podem ser tanto pela culpabilização daquele que não se adapta a este meio adverso guiado pela racionalidade econômica, deslegitimando suas queixas e demandando maiores esforços deste sujeito às novas exigências mercadológicas, como pela via da patologização do social, reduzindo as respostas mais gravosas expressas pelos sujeitos a um modo de vida desumanizador a um quadro de saúde – legítimo em vários casos – que exige intervenção medicamentosa e/ou profissional para uma “readaptação” ao meio⁶⁴.

Se observamos que em contextos de crise (independente da ordem dessas) estas “anomalias” evidenciadas pelos sujeitos se exacerbam, podemos afirmar que até mesmo tais respostas “anormais”, ao serem contextualizadas, são “normais” nestes momentos (COSTA; MENDES, 2021b), justamente por conta da institucionalização da barbárie na ordem do capital (MENEGAT, 2011), e as estratégias estritamente individuais não consideram este desafio *eminente social* em suas determinações (e nem objetivam isso). Por isso, primeiramente, destacamos que a via individualizante de refletir e intervir na saúde mental é insustentável do ponto de vista de superar o aguçamento do sofrimento psíquico e a estrutura social que o gera e o aprofunda, mas é sustentável, em alguma medida, para a manutenção desta sociabilidade.

No intuito de enfrentar, de fato, este sofrimento, o caminho seria coletivizá-lo comunitariamente, tratando-o, como colocado por Fanon e Geronimi (2020/1959), como uma “patologia da liberdade”: um desdobramento, mesmo que denunciativo e/ou demandante de cuidado, da ausência de liberdade social, em que as características reificadas irão operar. Sendo

⁶⁴ Salientamos que as intervenções profissionais na área da saúde mental – especialmente, as da ala crítica e antimanicomial – não necessariamente são definidas e/ou devem ser entendidas apenas como estratégias de readaptação ao meio, existindo valor destas intervenções também para os sujeitos que sofrem, podendo ser, inclusive, positivas de um ponto de vista coletivo e para a politização das situações de sofrimento.

assim, o alvo de uma tratativa eficaz da questão, no sentido de superá-la, é a sociedade (MARTÍN-BARÓ, 2017/1980), a partir da transformação de seus pilares pela maneira coletiva.

Em acréscimo a estas considerações de Fanon e Geronimi (2020/1959), recordemos que Machado *et al.* (2016) elaboraram que o “sofrimento social”, do qual concordamos que o sofrimento psíquico é uma resultante, constitui-se pela perda da confiabilidade no potencial de transformação da classe; uma precarização subjetiva e um carecimento da radicalidade “de futuridade intrínseca à ordem do capital” (2016, p. 232) – e, acrescentamos, estes apontamentos são válidos para a militância também. Em se tratando da esquerda revolucionária, esta crise de futuridade emerge, segundo Fernandes (2019), como uma espécie de *melancolia*, e compreendemos também que essa se soma a uma dose de fatalismo do conjunto da classe trabalhadora em relação às possibilidades de projetos societários alternativos de futuro – o que não significa que não haja organizações e lutas em torno disso, mas ainda não estão fortalecidas o suficiente a ponto de dirigem um processo mais amplo de radicalidade.

Esta melancolia estaria ligada a “vitórias passadas [do movimento e organização dos trabalhadores], de uma maneira que afeta seus horizontes estratégicos atuais” (FERNANDES, 2019, p. 300), fazendo com que, enquanto ocorrem os ataques à classe trabalhadora, a esquerda radical permaneça tendo dificuldades de mobilizar os trabalhadores devido ao processo de despolitização em curso (que apontamos brevemente no capítulo 1), de realizar um trabalho de base árduo para superar esta estratégia e ocupar o espaço⁶⁵ onde, há alguns anos, se encontrava o Partido dos Trabalhadores (PT). A autora também ressalta sobre a fragmentação da esquerda radical⁶⁶, que se constitui como

[...] um problema grave [...] em termos de posicionamento de múltiplas vanguardas. Em tempos de intensa despolitização e de mobilização quase sempre baixa, que mal ultrapassa as margens da sociedade, a esquerda radical, enquanto instituição politizada, é em si a totalidade de sua própria vanguarda. No caso da esquerda moderada, que possui uma base mais ampla que a radical (e muito maior no quesito eleitoral), sua vanguarda se estabelece mais com uma vanguarda clássica, o que não impede, todavia, demonstrações de vanguardismo e a instrumentalização da base de forma despolitizada com vista nos mandatos petistas. A questão com a esquerda radical é que a sua atuação de vanguarda hoje em dia mal tem base para com qual se

⁶⁵ Vale pontuar que não é este o fim último da estratégia revolucionária; este é um dos principais pontos que a diferencia de uma esquerda reformista (FERNANDES, 2019), mas faz parte das táticas políticas dos partidos deste campo, por exemplo, disputar processos eleitorais para divulgação de seus programas políticos, justamente por estes momentos serem os de maior efervescência das discussões e ações associadas comumente à política.

⁶⁶ Não nos adentraremos neste aspecto neste trabalho, apesar de reconhecermos sua importância. Portanto, indicamos para maiores detalhes, o estudo de Fernandes (2019), em que a autora se debruça sobre isso.

relacionar e, quando tem, demonstra dificuldades de organizar e interpelar essa base para aumentá-la devido à crise de práxis. (FERNANDES, 2019, p. 341)

Portanto, as problemáticas de organização da esquerda radical como uma alternativa real para os trabalhadores configuram-se, na atualidade, como um problema político. A respeito desta melancolia no campo revolucionário, falas e pontuações neste sentido surgiram com certa expressividade na pesquisa de campo realizada, e alguns entrevistados apontaram que esta dificuldade de projeção de futuro por parte da classe poderia ser, sim, um elemento agravante para um sofrimento psíquico grave. Entretanto, apenas três militantes pontuaram que este cenário pode provocar um sofrimento significativo nos militantes orgânicos. Damos destaque à fala de um entrevistado, na qual é salientado que, na luta revolucionária, a “feiúra do mundo” (Entrevistado A9) é evidenciada para o militante comunista, que precisa lidar com essa e encará-la, sem se camuflar ou se omitir diante disso:

Eu não acho que nenhum dos casos [de sofrimento psíquico grave] tenham a ver com a militância, pode ter a ver com problemas que se passam no espaço da militância, mas não tem a ver com a militância, por exemplo: casal de namorados que terminam, aí um não quer pegar tarefa ou fazer reunião junto com o outro. Aí, está sofrendo, está deprimido, pede afastamento. [...] Por tarefas militantes, não lembro de nenhum caso assim. [Isso] tem a ver com o meu desencantamento da militância atual: eu acho que o que a gente cumpre atualmente é muito pouco, muito confortavelmente ajustado a nossas vidas, não cobra nada que dependa de uma abnegação... Eventualmente, a pessoa perde uma tarde de domingo para participar de uma reunião ou não vai poder ficar até de manhã na festa de sexta, porque tem reunião sábado. [...] Alguém que está se adoecendo por isso não tem que estar na militância. É muito pouco perto do que as pessoas passam. Igual quando começa [...] com o negócio de “espaços seguros” e “gatilhos” [...] eu coloquei as coisas nos seguintes termos: tem dois problemas envolvidos nisso. Primeiro lugar: é incomodar e achar que este tipo de tema não pode sequer ser mencionado, porque isso dispara emoções, e a pessoa não se sente segura. Este é o tipo de irracionalismo que não combina com a atividade comunista. Segundo: ainda que isso fosse um problema sério, causa sofrimento *não é papel do comunista se isolar do mundo deste jeito, porque o mundo é feio e doloroso, e por isso somos comunistas*. No passado, a gente foi treinado para aguentar tortura para não entregar camarada, treinado para passar as piores situações para levar adiante uma tarefa que a gente está cumprindo. Agora, as pessoas estão reclamando porque não pode aparecer uma frase no monitor do computador, por que isso causa sofrimento? [...]. Para este ponto específico, eu estava tratando como um problema duplo. [...] Nosso papel é lidar com a feiúra do mundo. Se na hora que aparecer a feiúra, você se esconde, porque te dá gatilho, você não está preparado para a luta. [...] Não acho que tenha uma ligação direta com tarefa a ser cumprida. Esta situação específica não envolvia militantes, inclusive.

Eu acho que pelas características do comportamento atual, o mundo em geral e a forma como a militância tomou isso, isso ocorre de uma forma mais localizada; individualizada... do militante só se sentir disposto a tratar isso com os camaradas que sejam mais próximo, no sentido de amizade. Não é como a militância dos anos 50-60, que discutia em célula se podia ou não namorar camarada de outra organização. [...]

Atualmente, as pessoas não veem, de maneira geral, o partido como um espaço para se apresentar desta forma e esperar uma resposta neste sentido. Mas pensando bem, refletindo mais sobre isso, tendo a ver com o comportamento – principalmente, os mais jovens –, pelo partido se colocar como revolucionário e humano, faz parte desta concepção humana não vai ser preconceituoso e acolhedor... Mas acolhedor, de uma maneira genérica: de não cobrar dele um comportamento diferente mas, ao mesmo tempo, sem enxergar no partido um lugar para tratar disso ou cuidar disso. (ENTREVISTADO A9, grifos nossos)

O que se pode compreender a partir desta fala é que o militante pode estar suscetível, como qualquer um, aos sofrimentos originários da ordem do capital, mas, por se balizar em um horizonte emancipatório e compreender de onde vem tal sofrimento, esta questão tem maiores possibilidades de se tornar menos latente, passando a ser mais um combustível para justificar e instrumentalizar a luta política. Isso, no entanto, não deve ser utilizado como argumento para minimizar situações (que podem surgir também na militância e, com isso, pontuamos uma discordância com esta fala) que desencadearam alguma forma de sofrimento, mas serve, justamente, para contextualizar a grau da situação de sofrimento, buscando superar uma compreensão parcial dos acontecimentos que a originaram. Tal como escrito por Minetto (2018, p. 72-73):

Parece que esses processos da militância podem ser tanto protetores e benéficos, quanto destrutivos e deteriorantes. Isso porque ter um motivo e um sentido de vida é uma defesa e suporte para a reprodução social da vida, mas se esse motivo se perde ou enfraquece, isso pode causar a deterioração da vida humana. [...] Ainda que seja motivada por um motivo gerador de sentido, [a militância] pode gerar desgaste e sofrimento, entretanto. E a perda ou o abalo desse motivo pode causar sofrimento e se configurar enquanto processo crítico destrutivo.

Sendo assim, Machado *et al.* (2016, p. 232) colocam que o domínio do desalento, da desconfiança e da angústia fundamentam um “impedimento da unidade política do proletariado como classe social capaz de fazer história”, e isso “divide e impera hoje, assim como as condições da proletariedade universal e o lema da ordem sociometabólica do capital”. O atual modo de existência neoliberal do capitalismo agrava esta desconstrução (rumo a uma completa desagregação social) da concepção de coletividade, o fortalecimento do culto de si e da valorização do sucesso individual e, conseqüentemente, o movimento político revolucionário não se consolida imune a estes valores e princípios, algo perceptível tanto na pesquisa de campo, quanto nas demais produções acadêmicas encontradas.

A defesa de uma abordagem coletiva do sofrimento não significa, portanto, que o partido político que reivindica tal abordagem (quando a reivindica) já a realiza dentro de suas estruturas e, ainda, sem problemas. Além disso, é um equívoco responsabilizar a militância e a organização partidária *exclusivamente* pelas problemáticas que advêm de uma origem social, bem como esperar dessas a superação deste sofrimento – algo que é distinto da cobrança, por parte dos militantes, de uma postura da organização diante deste desafio e da necessidade de disseminação do debate. Isso pode ser ilustrado na seguinte fala:

Eu digo que, facilmente, minha saúde mental melhorou infinitamente depois que eu comecei a militar. Tem vários aspectos que eu estou destruída, mas quem não está. Eu não posso botar essa na conta da militância. Estou vivendo no Brasil de 2021, né, então assim, lutar é difícil, mas eu acho que se eu não estivesse lutando, eu estaria morta já, porque a luta, ela dá sentido também: [...] porque que a gente está tendo que lidar com essa porcaria toda, porque todo mundo quer entender o que está acontecendo, mas você entender assim, sem agir, é a maior produção de sofrimento que você pode ter, né [...] Tem que saber, também, onde se poupar, onde se entregar, né, a militância também exige esse discernimento, essa disciplina, também da gente [...] eu acho isso muito importante, então, primeiro essa coisa da saúde mental como um aspecto fundamental da vida partidária, até mesmo se a gente estiver falando sobre fazer uma revolução, né, cara, por que como é que a gente vai conseguir avançar com a galera nestas condições? O adoecimento psíquico, o adoecimento emocional é um dado concreto, material da situação da classe trabalhadora. É reflexo da luta de classes, do momento que a gente está sendo esmagado, torturado, humilhado. Então, as pessoas vão sofrer. Elas vão sofrer de fome. Elas vão sofrer de miséria e tudo isso, cara, quem fica de boa, sabe? Como que você mantém uma saúde mental se você está com fome? Se você não sabe como vai ser seu dia amanhã? E assim, tem muito militante passando por isso [...] inclusive com o aumento dos partidos, a tendência é que mais militantes estejam nessa situação [...], o pessoal mais precarizado está entrando no partido, em maior volume, então você vai ver, também, isso aparecer no partido, porque a galera não está só sofrendo porque o Bolsonaro é um merda, pessoal está sofrendo porque não tem emprego, porque não sabe como é que vai pagar uma conta, porque não tem condições de fazer uma terapia, porque não tem condições de fazer um exame médico, está com dor, está passando mal. Então, é importante esse olhar do partido sobre a saúde mental, isso é fundamental. Agora, eu acho que a discussão sobre saúde mental, ela não tem que ser uma discussão abstrata, sabe, porque mesmo a gente chegar e afirmar, ah, o adoecimento emocional das pessoas tem relação com as suas condições materiais, ok, você afirmou isso, deve ter dado cento e quarenta caracteres, mas essa frase não pode ser só ela. Que condições materiais? Que que a gente está falando quando está falando de condições materiais? Não basta, ok, é determinado pela estrutura, tá bom, mas o que é estrutura? Ah, o capitalismo. Tá bom, mas do que que a gente está falando? O que que é produtor de saúde, de doença. O que é saúde, o que é doença, por isso que eu falei que é muito importante e eu reafirmo que é muito importante essa discussão sua porque bota questões no debate, que às vezes, parece que a gente está discutindo óbvio, mas assim, foi o que eu falei pra você antes, a gente perdeu muita discussão que já foi feita, que estava na ponta da língua, que estava muito mais fresca, em algum momento da luta de classes, muito mais na ponta da língua do trabalhador de qualquer serviço, que hoje em dia não está mais, isso caiu em desuso, a gente precisa voltar ao básico, entendeu, ao básico da base, da gente começar, de fato, inventar um caminho assim. Construir do início quase. Não do início, mas nesse momento, de um certo início, de

um certo reinício, momento em que a coisa volta a crescer. Então, é, eu acho que essa discussão da saúde mental, ela tem que estar intrínseca tanto na discussão da forma partido, porque essa discussão que você traz de perguntar qual é a influência do partido, positivamente ou negativamente, na promoção de saúde ou de adoecimento mental dos militantes, isso é fundamental, [...] isso é discutir o que é o partido, o que que cabe ao partido. Isso é uma coisa que a gente discute muito, por exemplo, quando a gente vai até mesmo discutir essa questão da saúde mental. O que é da alçada do partido? Até onde o partido vai? A sua missão é qual? [...] o que que a gente está construindo aqui. Porque senão, era isso, faz uma parceria, sei lá, com uma clínica e dá desconto. É uma discussão, por exemplo, [...] que a gente tem no sindicato. A gente luta pelo SUS, a gente dá plano de saúde, a gente faz os dois? Qual o limite desta contradição, sabe? Isso é discutir qual é a missão do sindicato, para que serve o sindicato; o que é o sindicato. A mesma coisa é com o partido, qual é o limite da atuação do partido; o que que o partido pode ou não fazer, e isso não tem uma resposta pronta, porque as respostas dependem das perguntas e [...] as perguntas são diferentes em diferentes cidades e estados brasileiros. Quando a gente fala que tem a ver com as condições materiais é para a gente fazer essa articulação de particularidade e universalidade. O particular e o universal. A gente tem que fazer essa mediação, que é muitas vezes difícil, né, então, poderia pensar aqui. Ficar elucubrando: “Ah, eu gostaria que o partido fizesse isso. Eu acho que seria superlegal um partido que tivesse uma instância assim. Eu, [...] na minha visão, eu acho que falta isso no partido”, talvez tenham coisas, [...] senão, eu diria, também, sem problema nenhum. [...] porque existe uma crítica muito forte de que partidos, partidos em geral, e partidos comunistas mais ainda, são coisas anacrônicas, caducas, velhas, que não servem pra nada, que estão empoeiradas, que não faz sentido dentro da dinâmica atual da luta de classes e das exigências atuais da luta de classes, então, ele tem uma estrutura que é demasiadamente enrijecida, porque a história mostrou assim [...] parece que o partido é uma coisa feita, né, se perde a dimensão da construção relacional do partido, e eu não estou nem falando isso nesse ponto de tipo “ai, você está fazendo uma micropolítica aqui”, não é nem esse o ponto, [...] porque não é no micro. É no micro, no macro e nessa relação dialética, porque se for só no micro, você não vai, não anda. [...] eu acho que esse movimento, essa possibilidade de oxigenação, acho que é importante, acho que, também, pode ter militantes do partido que nem tenham essa mesma visão que eu tenho sobre o partido, sabe, porque acho que não tem a mesma visão, [...] não tem um dogmatismo, nesse sentido de que todo mundo tem que pensar igual, talvez, justamente por isso que tem muitos conflitos, e o conflito também é produtor de movimento, acho que isso também ajuda a dinamizar as coisas, sabe [...], mas a gente vai ter que chegar num lugar, né, assim o debate é profícuo, ele é eterno, mas ele tem que ser também ativo e, às vezes, é isso, gente encaminha pra depois meter pau, porque sabe que não vai dar bom. Vamos encaminhar isso, é o que a maioria quer? [...] porque as decisões, elas são postas à prática, e a prática é um crivo também, né, é o que vai dizer se foi ou se não foi, entendeu? (ENTREVISTADO A3)

Enfatizamos, então, quatro razões que são essenciais para o desenvolvimento do tópico seguinte: a começar com o propósito de não depositar expectativas nos partidos políticos para além das possibilidades desta ferramenta, cabe dimensionar o desafio e o papel das organizações no assunto, que é dar direção e o teor do debate da saúde mental tomando a tradição teórica marxista, atualizando-a aos contextos de atuação militante (a depender da localidade no país, da estrutura de atuação e dos sujeitos a quem se dirige, por exemplo), compreendendo sua complexidade e a incorporando em seu projeto (MINETTO, 2018).

Tendo em vista as limitações destas organizações e as contradições da sociedade em que essas se encontram, um outro ponto a ser ressaltado é que não será por decreto que os partidos vão extinguir o sofrimento psíquico, nem o tratar com a relevância que deve. Atentar para isso não é o mesmo que isentar o partido daquilo que é de sua alçada, mas saber identificar as suas frentes de atuação e enfatizar que “*o nosso maior problema é o capitalismo, não a militância*” (KEPPLER, 2018, s/p, grifos nossos).

Um outro quesito importante (relacionado aos dois anteriores) na perspectiva de coletivização do sofrimento é partir da compreensão de que não é todo e qualquer sofrimento que exigirá um tratamento profissional – mesmo nas formas sociais que se propõem a eliminar as desigualdades e opressões, e colocar a diversidade das capacidades humanas como primordial:

[Sobre saúde plena no comunismo] Não. *Acho que isso vem de umas certas fantasias criadas com uma imagem de que resolver o problema na luta de classe significa criar o paraíso na Terra, e acreditar que todos os problemas derivam exclusivamente desta fonte. Não. É uma fonte específica relacionada a problemas ligados à maneira como se organiza a sociedade, e se impõe um sofrimento para uma maioria, e uma minoria que não vai ficar livre de sofrimento, inclusive – estranho... parece que quero humanizar o explorador [risos], mas vai sofrer por outros motivos –, o sofrimento tem fontes das mais variadas, assim como as alegrias. Acho que a sociedade comunista resolve um problema de estrutura, de organização da coletividade, e aí, elimina uma das formas de sofrimento, que é uma estrutura que impõe uma vida ruim para uma maioria, e garantir a vida boa para uma minoria. Mas isso não significa que acabar com esta sociedade elimina um sofrimento da maioria, talvez esta minoria que está acostumada a viver de um jeito sofra um pouquinho... Mas é [por isso mesmo que seja] menos aceitável ainda [...] não pode reclamar que está sofrendo porque não pode mais manter uma vida de luxo às custas do sofrimento alheio. Sinto muito, vai ter que aprender que a vida não é assim, mas não acho que o sofrimento vai desaparecer. Nós vamos fazer desaparecer uma enorme fonte de sofrimento para a maioria, que não vai ter mais que sofrer passando duas horas no ônibus espremido, para ganhar um salário de fome, não vai sofrer porque não come, porque o filho não vai ter o que gostaria... Uma fonte de sofrimento a gente cuida, e uma fonte que se desdobra em outros.* (ENTREVISTADO A9, grifos nossos)

Consideramos que o sofrimento é ineliminável de qualquer modo de vida, manifestando-se diferentemente em cada sociedade e por cada sujeito. Entretanto, a sua configuração no capitalismo possui gravidade, pois, além da sua conformação alienada e estranhada, o sofrimento se engendra em meio a relações sociais que coisificam os seres humanos. Ao se sofisticar, torna-se um motor subjetivo da vida e fortalece, dentre outras características, o tensionamento e o encapsulamento do sujeito em si, tônica do processo de

neoliberalização necessária para a continuidade da racionalidade econômica (SAFATLE, 2021; FURTUOSO; COSTA, 2021).

A resposta a esta fonte estrutural de sofrimento deve caminhar conjuntamente à construção de espaços coletivos de produção de saúde (NETO, 2018), especialmente na militância partidária, visando produzir um bem-estar alinhado aos princípios revolucionários, em contraponto a uma sociedade que se fundamenta em gerir o sofrimento psíquico como mecanismo de aumento de produtividade (SAFATLE, 2021).

Pensar criticamente o sofrimento psíquico nas organizações parte do reconhecimento qualificado da complexidade do processo saúde-doença, em sua determinação social, ou seja, sem analisar o biológico à margem do momento histórico, como algo ensimesmado, desconsiderando os padrões distintos de desgaste e a relação homem-natureza em diferentes épocas (LAURELL, 1982), e busca evitar um reducionismo ao social, um sociologismo mecanicista no qual o sujeito estaria fadado a reproduzir as forças estruturais, “[...] como se essa [a saúde mental] fosse um mero produto societário que adentra nas mentes dos indivíduos e deles se apossam” (COSTA; MENDES, 2021a, p. 220). Assim:

[...] os movimentos sociais podem funcionar como lugares sociais da reconquista do reconhecimento (SOBOTTKA, 2015, p. 700), abrindo um horizonte de reconhecibilidade compensatório, que apesar de possuir alcance limitado socialmente, é importante para iniciar um processo recuperação psíquica dos sujeitos afetados por estruturas sociais que impedem total ou parcialmente o reconhecimento de suas identidades. Isso permite o sujeito:

1º) perceber que o sofrimento, até então isolado e naturalizado, causado por déficit de reconhecimento, possui uma conexão social e coletiva, e que, portanto, é oriundo de uma relação prática de injustiça, seja por não ser tratado de forma igualitária aos parceiros de interação, seja por sua forma de vida não ser reconhecida como tão valorativa quanto as demais. [...];

2º) justamente por possibilitar a expressão do sentimento de injustiça entre pares e publicamente, os movimentos sociais proporcionam uma partilha eticamente informada dos sentimentos de desrespeito ou vexação com os demais parceiros de interação, que por vezes não vivencia seu sofrimento. Esse aprendizado que permite articular o sofrimento subjetivo com as estruturas sociais permite que se desenvolva nos sujeitos que sofrem injustiças a “capacidade de generalização que evidenciará que essas práticas de desrespeito transcendem as relações individuais e estão enraizadas em hábitos ou estruturas muito mais amplas e profundas – e que necessitariam de uma reação muito mais ampla que a indignação individual ou silente” (SOBOTTKA, 2015, p. 698);

3º) e, por fim, o espaço de militância num movimento social para o sujeito tem um significado terapêutico, não no sentido psicanalítico, mas de convencer indiretamente o indivíduo do seu valor moral ou social, através de um ambiente que antecipe uma comunidade futura, recuperando parcialmente sua autoestima e o autorrespeito. (NETO, 2018, p. 13-14)

A externalização do sofrimento será compatível com a trajetória dos sujeitos que o vivenciam, seus vínculos, identidades e como construíram suas vidas até o momento. A origem social deste fenômeno é a mesma, mas as expressões são distintas e diversas. Limitar esta análise ao caráter estrutural da sociedade, desconsiderando a dimensão subjetiva deste processo (nisso, inclui-se não só os sujeitos, mas o interior das organizações), torna impossível guiar os corpos e mentes (em outras palavras, disputar as consciências dos trabalhadores) em direção à luta política e dar sentido estratégico a este sofrimento (NETO, 2018).

Por fim, o outro componente que deve ser preconizado nesta reelaboração coletiva do sofrimento é a diversidade de subjetividades existentes e possíveis, que historicamente foram subjugadas às demandas sistêmicas, não só na ordem do capital, mas também nas experiências socialistas, como já mencionado (MARTÍN-BARÓ, 2017/1984). Este elemento, elaborado por Vigotski (1930) em seu texto *A Transformação Socialista do Homem*, nos permite compreender (e afirmar) que o cerne de uma transformação social – acrescentamos, a espinha dorsal de um projeto que se propõe revolucionário – necessariamente envolve pensar os sujeitos da “velha ordem” a ser destruída, como concretizarão uma nova sociabilidade e uma nova subjetividade (essa última estando em oposição ao modo de vida reificado que levam os primeiros). Em suma: Vigotski⁶⁷ indaga-se como o ser humano *torna-se* humano, o que impede esta humanidade de se desenvolver, e como construir este novo homem (a partir dos “velhos”) numa ordem social que vislumbra dar espaço ao desenvolvimento sem amarras das suas potencialidades e capacidades, sinalizando três pontos básicos:

Neste sentido, a contradição parcial [...], entre o poder crescente do homem e sua degradação que paralelamente aprofunda-se, entre seu crescente domínio sobre a natureza, e sua liberdade por um lado, e a sua escravidão e dependência crescentes das coisas produzidas por ele mesmo, no outro - nós desejamos reiterar que esta contradição representa só uma parte de uma contradição muito mais geral e totalizadora que subjaz ao sistema capitalista tomado como um todo. Esta contradição geral entre o desenvolvimento das forças de produção e a ordem social que correspondente a este nível de desenvolvimento das forças de produção, é resolvida pela revolução socialista e uma transição para uma nova ordem social e uma nova forma de organização das relações sociais.

Paralelamente a esse processo, uma mudança na personalidade humana e uma alteração do próprio homem deve inevitavelmente acontecer. Esta alteração tem três

⁶⁷ Este debate não se restringe a Vigotski, nem foi iniciado com ele. Como colocamos no capítulo 1, é possível notar a ênfase dada por Marx e Engels à temática da subjetividade no conjunto da obra de ambos. Vigotski trouxe atualizações ao campo marxista a respeito desta discussão, utilizadas até a atualidade, a partir da experiência da Revolução Russa de 1917, em que se deparou com os desafios e questionamentos daquilo que se entendia como o “homem socialista”, e o que esse viria a ser.

raízes básicas. A primeira delas consiste no fato mesmo da destruição das formas capitalistas de organização e produção e das formas de vida social e espiritual que a partir daí irão surgir. Junto com o esfacelamento da ordem capitalista, todas as forças que oprimem o homem e que o mantêm escravizado pelas máquinas e que interferem com o seu livre desenvolvimento também desaparecerão e serão destruídas. Junto com a liberação dos muitos milhões de seres humanos da opressão, virá a libertação da personalidade humana das correntes que restringem seu desenvolvimento. Esta é a primeira fonte - a liberação do homem.

A segunda fonte da qual emerge a alteração de homem reside no fato de que ao mesmo tempo em que as velhas correntes desaparecem, o enorme potencial positivo presente na indústria de grande escala, o já crescente poder dos homens sobre a natureza, será liberado e tornado operativo. Todas as características discutidas acima, das quais o exemplo mais notório é a forma completamente nova de criar um futuro baseado na combinação de trabalho físico e intelectual, perderão seu caráter dual e mudarão o curso de sua influência de um modo fundamental. Considerando que anteriormente suas ações foram dirigidas *contra* as pessoas, agora elas começam a trabalhar *por causa delas*. De seu papel de obstáculos desempenhado outrora, elas se transformam em forças poderosas de promoção do desenvolvimento da personalidade humana.

Finalmente, a terceira fonte que inicia a alteração de homem é mudança nas próprias relações sociais entre as pessoas. Se as relações entre pessoas sofrem uma mudança, então junto com elas as ideias, padrões de comportamento, exigências e gostos também mudarão. Como foi averiguado por pesquisa psicológica a personalidade humana é formada basicamente pela influência das relações sociais, i.e., o sistema do qual o indivíduo é apenas uma parte desde a infância mais tenra. ‘Minha relação para com meu ambiente’, diz Marx, ‘é minha consciência’. Uma mudança fundamental do sistema global destas relações, das quais o homem é uma parte, também conduzirá inevitavelmente a uma mudança de consciência, uma mudança completa no comportamento do homem. (VIGOTSKI, 1930, s/p, grifos no original)

Portanto, entendemos que ocorre uma superação, em partes, do sofrimento psíquico quando esse passa a ser alvo de atenção das práticas nos espaços de militância, pois há, mesmo que momentaneamente, um avanço da consciência de classe, fruto de um questionamento das relações de produção e a busca de organização política radical. Logo, este avanço, ao permitir um vislumbre e uma crítica à sociabilidade vigente, torna-se uma ferramenta potencial para problematização do sofrimento psíquico e para conformação de pertencimento político na militância revolucionária – com o estabelecimento de relações de camaradagem (DEAN, 2021), que detalharemos no tópico a seguir –, ainda que numa sociabilidade de lógica destrutiva e antropofágica, como a do capital.

Iasi (2011) aponta que um dos elementos constituintes do processo de formação da consciência de classe relaciona-se, também, com a compreensão da necessidade de mudança *subjetivamente*, pois para a mobilização da luta política é preciso levar em consideração um querer subjetivo, em que se captam as demandas e anseios dos sujeitos da atualidade no intuito de conduzi-las e direcioná-las a um programa político. Todavia, este avanço da consciência não significa, necessariamente, a supressão por completo do sofrimento em suas diversas ordens

nos espaços e estruturas militantes e/ou no meio social, mas permite a compreensão deste fenômeno em suas múltiplas determinações, com a finalidade não só de fazer sucessivos debates e aproximações, mas agir e intervir politicamente para superá-lo em sua faceta mais grave, pensando estratégias em direção ao horizonte comunista cotidianamente no trabalho militante do partido político.

O debate de saúde mental, assim como a atividade militante, não é a explanação de um projeto pré-formatado, com elementos dados e com uma série de palavras de ordem abstratas: trata-se de pensar, apresentar e construir alternativas criativas e concretas (viáveis) ainda nos marcos da ordem, no âmbito da emancipação política, sem se limitar a essa, demonstrando como esta dimensão é insuficiente para a resolutividade da questão (KEPPLER, 2018; NETO, 2018). O objetivo, portanto, deve ser alinhar estas propostas ao fim último da transformação social, de forma a dialogar com os projetos de vida dos sujeitos, seus anseios e desejos – o querer subjetivo mencionado por Iasi (2011) – não cumpridos pelo capitalismo, e canalizá-los em um sentido coletivo.

4.2 AS RELAÇÕES DE CAMARADAGEM E A SUPERAÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

A militância engendra um corpo comunitário, que possui o potencial de romper com a vivência de um sofrimento psíquico individualizante e busca “transformar a dor em vínculos éticos mais fortes e maduros” (NETO, 2018, p. 16). Em sentido amplo, instrumentaliza os sujeitos, organizados voluntariamente nos partidos, a serviço de um objetivo político comum (DEAN, 2021), e tal objetivo compreende que a luta coletiva rumo ao comunismo parte de uma necessidade que extrapola uma barganha pela sobrevivência (KEPPLER, 2018), estando ancorada em uma concepção societária que exige além dos mínimos sociais necessários.

Compreender o partido político não só como um ente abstrato, mas que possui seus propósitos organizativos nas lutas sociais e suas pautas construídas por homens e mulheres do mundo de hoje – com características e traços determinados pelo capitalismo, possuindo limitações – é buscar concebê-lo, também, segundo Neto (2018), como um espaço de produção de saúde, de reconhecimento da diversidade de subjetividades que são assoladas pelo sistema, e que se dedicam à tarefa de transformação da realidade material:

Temos contradições, temos nossos problemas. O fato de entendermos que precisamos mudar o sistema não nos torna, de imediato, sujeitos alheios às contradições desse mundo. Temos que nos cuidar para não reproduzir ou reproduzir o mínimo possível as piores características e personalidades que esse modo de produção capitalista produz ou alimenta: individualismo, ego, vaidade, competitividade, e claro, a opressão. Tais características nos dividem, nos destroem e enfraquecem o nosso projeto. Precisamos ao máximo criar entre nós espaços fraternos, solidários, colaborativos, livres de opressão, com respeito às diferenças, *não eliminando nossas divergências de forma autoritária, mas crescendo com elas. Temos que ter o esforço coletivo de sermos o mais próximo possível de sujeitos de uma nova sociedade* e nova sociabilidade. Isso não é fácil e não tem receita pronta, mas é um princípio que deve estar presente naqueles que se dispõem à militância. (KEPPLER, 2018, s/p, grifos nossos)

Para que isso seja possível, Dean (2021) traz que outras formas de vínculos precisam ser fortalecidas na militância, tanto para renovar o compromisso ético e político compartilhado, quanto pelo fato de que o enfrentamento da ordem do capital exige construir relações humanas de caráter igualitário, opostas às vigentes. Nisso, a autora elabora sobre as relações de camaradagem, a necessidade de sua existência na ação política do partido comunista e como esta ação exige um reconhecimento, sem opressão e solidário, entre os setores proletarizados e marginalizados no modo de produção capitalista.

A figura do camarada, segundo Dean (2021), é simultaneamente negativa e positiva: ao conformar este pertencimento político em prol de um fim comum (a supressão do capitalismo), se distancia daqueles que não compartilham do mesmo horizonte e demarca um posicionamento junto àqueles que se encontram na mesma condição, depositando uma expectativa ativa naqueles que estão do mesmo lado de uma disputa: “Ao lutarmos juntos por um mundo livre de exploração, opressão e intolerância, precisamos poder confiar uns nos outros e contar uns com os outros. A palavra ‘camarada’ dá nome a essa relação” (DEAN, 2021, p. 26-27).

Em contraposição às características marcantes da sociabilidade do capital ressaltadas por Keppler (2018) – individualismo, ego, vaidade, competitividade, opressão e, acrescenta-se, exploração –, Dean (2021) aponta qualidades que devem compor a figura do camarada, contrárias às citadas logo acima: disciplina, alegria, coragem e entusiasmo. Estas qualidades não são engessadas, nem padronizam o militante – pelo contrário, são prerrogativas que tornam a camaradagem um vínculo *genérico*, ou seja, não é definido por gênero, raça ou fronteiras nacionais, mas pela existência e consolidação de uma relação de igualdade, fidelidade a uma

verdade histórica e solidariedade, que vão além, por exemplo, de afetos familiares ou da amizade⁶⁸.

“Camarada” apresenta uma promessa equalizadora e, quando essa promessa é cumprida, deparamos com certos apegos que, embora indesejados, permanecem em nós: apegos a hierarquia, prestígio e inadequação. *Aceitar a igualdade requer coragem.* [...] Dirigir-se a uma pessoa como “camarada” a faz lembrar que se espera algo dela.

Disciplina e alegria são duas faces da mesma moeda, dois *aspectos da camaradagem como forma de pertencimento político*. Como forma de tratamento, figura de relação política e portador de expectativas, “camarada” rompe as identificações hierárquicas de sexo, raça e classe da sociedade capitalista. Insiste no caráter igualador da condição comum daqueles que se encontram do mesmo lado de uma luta política e transforma esta condição comum igualadora em algo capaz de produzir novos modos de trabalho e pertencimento. *Assim, camarada é um portador de anseios utópicos*, conforme teorizou Kathi Weeks. (DEAN, 2021, p. 30-31, grifos nossos)

Abordamos uma posição semelhante aos argumentos de Dean (2021) no segundo capítulo, ao tratarmos sobre o *ethos* pós-moderno, em que pontuamos os desafios da militância revolucionária em apontar a centralidade da classe social em meio a um contexto de forte politização das identidades. O “camarada” seria, na realidade, um contraponto político à pulverização de particularidades que se constituem como obstáculos para o avanço da consciência de classe⁶⁹. O objetivo do projeto político baseado nas relações de camaradagem é evidenciar a classe social como o denominador comum entre as diversas identidades possíveis

⁶⁸ A autora detalha, em determinado ponto de seu livro, a principal distinção entre amizade e camaradagem. Entendemos ser importante salientar brevemente isso, pois são definições comumente confundidas, e no âmbito da militância, em diferentes momentos, as relações pessoais passam a se sobrepor às relações entre camaradas (DEAN, 2021), contribuindo ocasionalmente para o esvaziamento do sentido político da luta e/ou do espaço militante – podendo vir a ser, também, um problema político, provocando afastamentos temporários, permanentes e, até mesmo, situações de desgaste da saúde. A respeito deste último aspecto, pudemos identificar os seus efeitos no trabalho de Keppler (2011). Trazemos a explicação de Dean (2021, p. 114-115): “Camaradas podem ser amigos, mas amizade e camaradagem não são a mesma coisa. Vemos isso limpidamente quando as amizades se desgastam. Antipatia pessoal não significa que a pessoa não seja camarada. Em associações com laços bastante fortes, a camaradagem e a amizade se confundem e se sobrepõem. Manter a diferença e a distância entre as duas requer trabalho, um trabalho importante. A camaradagem exige um grau de alienação das necessidades e demandas da vida pessoal, necessidades às quais os amigos devem atender. [...] Em contraste com a exclusividade estreita da amizade, a camaradagem é ampla [...]. A camaradagem abarca desde laços íntimos até relações com aqueles que nem sequer conhecemos pessoalmente. Qualquer um pode ser um camarada, independentemente de gostar ou não de mim, de ser ou não como eu”.

⁶⁹ Todavia, o “camarada”, de acordo com Dean (2021), não elimina a existência de conflito entre seus pares ou do meio social. Isso é um contraponto importante em relação à abordagem neoliberal acerca da ausência de disputas político-sociais e a defesa das “adversidades da sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2017). O que Dean (2021, p. 63) aponta é que a nomenclatura “camarada” reivindica uma aspiração – uma sociedade sem classes e sem opressão, que ainda não existe – que não é realizada plenamente no capitalismo, “[...], mas que pode se esperar que os camaradas reconheçam e se empenhem para concretizar”.

(sem deslegitimá-las), apontando-as, inclusive, como um elemento favorável aos trabalhadores (NEVES, 2020), justamente por demonstrar as múltiplas formas de existência que o capitalismo se empenha em invalidar pela lógica de mercado.

Apesar de emergirem em outros termos, localizamos no trabalho desenvolvido por Boulos (2016) características similares e complementares à noção de camaradagem de Dean (2021). Ao tratar das formas de participação e organização nas ocupações do MTST, Boulos destacou a ampliação das relações sociais, reconhecimento, acolhimento, resgate da autoestima, vínculo de solidariedade e pertencimento como elementos cruciais para a minimização dos quadros de sofrimento psíquico dos militantes:

Estes quatro momentos da participação nas ocupações nos parecem fundamentais para a compreensão dos efeitos identificados na pesquisa em relação à redução dos sintomas depressivos. A entrada no acampamento, com o acolhimento pelo grupo sem pré-condições; a vivência coletiva cotidiana, que proporciona a abertura para novas relações sociais e o pertencimento ao grupo; a participação nas tarefas, que fortalece vínculos de solidariedade e o reconhecimento como alguém "útil" e importante ao grupo; e as mobilizações, que permitem aos sujeitos ocupar um papel de protagonista, ganhando visibilidade e voz para seus problemas comuns. [...] As mobilizações permitem às pessoas tornarem-se parte ativa do processo, tomando para si a responsabilidade e o protagonismo. O desfecho da ocupação passa a depender da sua participação e não de uma "dádiva" abstrata [referindo-se às igrejas]. Conquistar algo é diferente de receber algo, esta é a questão que se apresenta nas mobilizações. (BOULOS, 2016, p. 104-105)

Destrinchando-os, podemos afirmar que os vínculos de solidariedade, pertencimento e a ampliação das relações possuem ecos nas conceituações de disciplina, alegria e entusiasmo presentes na figura do camarada. Primeiro, porque “ninguém é camarada sozinho” (DEAN, 2021, p. 130), isto é, esta relação e sua veracidade se concretizam no trabalho político prático, necessariamente coletivo, rumo a um desejo de tornar vitoriosa uma sociedade sem classes, e a disciplina é “sua lei e sua linguagem” (2021, p. 130). Somado a isso, exige-se *solidariedade* e fidelidade a uma verdade política, como pontuado por Dean (2021). Esta disciplina reforça o *pertencimento* e a compreensão das limitações que cada sujeito possui, o que significa, segundo a autora, visualizar os erros, aprender com esses e modificá-los, reconhecer que existirão outros dentro do coletivo que conseguem realizar atividades que não dominamos – e vamos admirá-los por isso –, bem como desenvolvemos a capacidade de entender nossas qualidades e exercitamos a compassividade com os limites dos outros (DEAN, 2021).

A ampliação da rede de relações (BOULOS, 2016) desdobra-se nos atributos de alegria e entusiasmo tratados por Dean (2021). A alegria é originária da intensificação do senso de coletividade, e o entusiasmo advém do dimensionamento, por parte dos sujeitos, das vulnerabilidades e fragilidades que cada um possui (como pontuamos acima), sem que isso se torne um sinônimo de culpabilização e responsabilização (tal como é reforçado pelo modo de existência neoliberal); ao contrário, se transforma em um motor para a construção de um trabalho, antes impossível de ser feito sozinho, em coletivo (DEAN, 2021). Desta maneira, “[na] mesma medida em que o neoliberalismo fragmenta e instrumentaliza as relações humanas, parte de nossa postura deve ser humanizar, aprofundar e diversificar as relações vivenciadas no contexto militante, buscando dar mais riqueza ao nosso panorama de possibilidades” (MAGALHÃES, 2019, s/p).

A coragem estabelece um paralelo com as demais características, uma vez que essa se constitui como a capacidade de autocrítica, associada pelos bolcheviques à firmeza, resolutividade e potencial de resistência frente aos empecilhos da realidade (DEAN, 2021) e, mesmo não tendo sido elencada no trabalho de Boulos (2016) e nos demais (KEPPLER, 2011, 2018; MINETTO, 2018), posturas como essa foram visíveis e gerais nas entrevistas realizadas com os militantes para este trabalho: houve, em sua maioria, balanços negativos a respeito da atuação das organizações, reconhecendo que os partidos não se atentam centralmente à temática da saúde mental. Além disso, apresentaram que as organizações já mostraram resistência em alguns momentos sobre o assunto, cometendo equívocos e reproduzindo posicionamentos contraditórios, que demandam formação e trabalho políticos. Entretanto, mesmo com estas dificuldades pontuadas, não deixaram de ressaltar os avanços que ocorreram ao longo dos anos, e o fortalecimento das relações de camaradagem são destacadas como propulsoras disso:

Em relação ao trato à saúde mental no partido, eu vejo isso muito nas relações de camaradagem, que não é uma palavra vazia para gente, sabe? Eu vi também o desenvolvimento de muitos camaradas, no sentido de desenvolver a sua própria paciência revolucionária. Porque a gente tem um monte de jargão, um monte de tema, que as pessoas vão reproduzindo e, às vezes, não se atentam ao seu significado e a importância delas no cotidiano. Então, infelizmente, na marra, as pessoas foram desenvolvendo. Isso eu avalio como positivo, apesar de toda barbárie. Eu vejo um avanço do partido nesta compreensão de ter paciência com as limitações das pessoas, porque não que elas queiram, mas porque a gente vive na sociedade que a gente tanto critica e quer superar, [...] então, eu vi este desenvolvimento, de saber escutar, de saber se colocar, e também de entender como tem uns camaradas adoecidos, a gente vê muitos camaradas com ansiedade lá no alto, a questão da própria depressão, de tentativas de autoextermínio, enfim, estas questões que têm sido cada vez mais

frequentes, a gente vê também que o coletivo tem amadurecido neste sentido. Infelizmente, da pior forma possível [risos], mas tem amadurecido e avançado, e eu fico realmente muito feliz e contente de ver que nestes últimos 4-5 anos que estou no partido, de ver este amadurecimento e este desenvolvimento, porque se a gente não se colocasse neste lugar de construir os movimentos sociais, a gente estaria reproduzindo e deslegitimando processos de adoecimento [...] (ENTREVISTADO A5)

Todavia, existe, também, a possibilidade de cenário estudada por Keppler (2011) e Minetto (2018), em que a militância se torna um ambiente suscetível ao engendramento de sofrimento. Embora tenhamos identificado um panorama distinto das considerações das autoras, vale ressaltar que as pontuações realizadas por elas não estão deslocadas, nem descontextualizadas, pois foram questões elencadas pelos militantes nas diferentes pesquisas encontradas numa determinada conjuntura, em que o debate de saúde mental era ainda mais irrisório em relação à atualidade. São destacados como problemáticos e potencializadores de sofrimento, por exemplo, o “tarefismo” da militância – muitas vezes, este acúmulo de tarefas é visto como “sem sentido” diante do objetivo final da organização –, o excesso de reuniões internas, conflitos relacionais dentro e fora do espaço militante (família, amigos e colegas de trabalhos) e o confronto entre os desejos pessoais e as vontades coletivas.

Tomando as produções de Boulos (2016) e Dean (2021), pode-se inferir que os impasses identificados na pesquisa de Keppler (2011) se exacerbaram justamente por conta desta discussão de impasses na relação coletiva dos espaços de militância, por não terem fortalecido as relações de camaradagem, de não compreenderem, à risca, a necessidade da coletivização das atividades e responsabilidades políticas, bem como podem não ter exercitado, de maneira sólida, a democracia interna (KEPPLER, 2018). As histórias dos militantes ressaltadas aqui⁷⁰, inclusive, demonstram um conteúdo competitivo, LGBTfóbico, machista e persecutório, que teve pleno desenvolvimento nas estruturas sindicais, partidárias ou nos coletivos mencionadas nos relatos, sem que sofresse uma intervenção do contingente de militantes que presenciou estes episódios ou dos dirigentes destas organizações.

Isso exemplifica alguma das fragilidades na solidariedade destes espaços (que também possui suas potencialidades) e, também, da concepção de “camarada”, a tal ponto que, na pesquisa de Minetto (2018), o sofrimento psíquico de militantes já passa a ser tratado como um

⁷⁰ Alguns dos fragmentos estão no primeiro item do capítulo 1.

desafio político para as organizações revolucionárias⁷¹. Uma vez que os depoimentos e falas dos entrevistados são perpassados pela lógica vigente, é comum que haja a atribuição de uma responsabilidade exclusiva aos partidos ou à militância em si acerca destas causalidades, mesmo que não explicitamente. É válido colocar, novamente, que tal compreensão não é semelhante a desresponsabilizar por completo as organizações, dado que há um papel a ser desempenhado por elas no assunto.

Kepler (2018) pontua, em outro momento, um revés desta postura de culpabilização dos partidos: se depositamos a culpa do nosso sofrimento psíquico na militância de caráter revolucionário, a qual vislumbramos ser a principal saída para resolução de uma da fonte significativa dos nossos problemas (o capitalismo), resta como alternativa cuidar individualmente de si, renunciando de disputar formas de enfrentamento destes impasses presentes na construção da luta política, sem enfatizar que o cerne do que nos esmaga é o sistema social. Isso menospreza uma das primordialidades do instrumental teórico marxista, que é a compreensão da tarefa histórica de destruir toda forma de alienação, libertando o conjunto da humanidade desta cristalização subjetiva e objetiva para a construção de um novo modo de vida, balizado na emancipação humana. Fisher (2020/2014) já havia desenvolvido bem sobre este ponto em um de seus trabalhos:

Já há algum tempo, uma das táticas mais bem-sucedidas da classe dominante tem sido a da “responsabilização”. Cada membro individual da classe subordinada é encorajado a sentir que sua pobreza, falta de oportunidades, ou desemprego é culpa sua e somente sua. Os indivíduos culparão a si mesmos antes de culparem as estruturas sociais; estruturas que, em todo caso, foram induzidos a acreditar que de fato não existem (são apenas desculpas, invocadas pelos fracos). O que Smail [autor referenciado por Fisher] chama de “voluntarismo mágico” – a crença de que está dentro do poder de cada indivíduo se tornar o que quer que seja – é a ideologia dominante e a religião não oficial da sociedade capitalista contemporânea, empurrada goela abaixo tanto pelos “experts” da TV e gurus de negócios quanto pelos políticos. *O voluntarismo mágico é ao mesmo tempo um efeito e uma causa do nível historicamente baixo da consciência de classe.* É o outro lado da depressão – cuja convicção subjacente é a de que somos todos exclusivamente responsáveis pela nossa própria miséria e, portanto, a merecemos. [...] A depressão coletiva é o resultado do projeto da classe dominante de ressubordinação. Há algum tempo, temos cada vez mais nos resignado à ideia de que não somos o tipo de pessoa que pode agir. Esta não é uma falha de vontade individual, da mesma forma que uma pessoa deprimida não pode simplesmente sair da depressão em um “estalar de dedos” ao “arregaçar as mangas”. A reconstrução da consciência de classe é, de fato, uma tarefa formidável, que não será alcançada com soluções prontas e fáceis. Mas, ao contrário do que nossa depressão coletiva nos diz,

⁷¹ Minetto (2018) não indica em sua pesquisa se o propulsor do sofrimento psíquico dos militantes foram os partidos políticos ou outros movimentos sociais, apenas destaca que deve ser uma preocupação das organizações a fim de pensarem táticas, estratégias e planejamento de tarefas junto àqueles que se encontram nestas situações.

é uma tarefa que pode ser realizada: inventando novas formas de envolvimento político, revitalizando instituições que se tornaram decadentes, *convertendo o descontentamento privatizado em raiva politizada*. Tudo isso pode acontecer, e, quando acontecer, quem sabe o que será possível? (FISHER, 2020/2014, p. 140-141, grifos nossos)

Assim, um mesmo ambiente que dá abertura para a construção de respostas que produzam saúde por uma via libertadora pode construir relações nocivas entre os sujeitos, e este processo converge com a formação da consciência de classe. A construção de um elo político baseado na camaradagem é a materialização do estágio mais avançado da consciência, o que não significa que esteja imune a recuos: ao mesmo tempo que este tipo de relação é o maior exemplo destes saltos da consciência, a reprodução de uma lógica empresarial e de opressões na militância pode acarretar tais recuos.

Extrapolando o caso dos militantes, cabe lembrar que a massificação do sofrimento psíquico é uma condição que tem perpassado os sujeitos da classe trabalhadora como um todo, sujeitos esses que, ao avançarem em seu processo de consciência, podem vir a buscar uma organização política a fim de se instrumentalizar para a luta. Suas expressões de sofrimento passarão a ser contextualizadas ao cenário político e ao espaço militante e, por isso, não devem ser uma preocupação secundarizada dos partidos, dado que estarão presentes ao se considerar a divisão de tarefas, o cotidiano militante, as reuniões etc., influenciando não só no processo de luta, mas na própria concretização do conjunto da vida social.

Como reforçamos no capítulo 2, mesmo que não seja uma tática estruturada e planejada neste sentido, há setores da burguesia que vêm respondendo à situação de sofrimento psíquico aguda da classe trabalhadora e suas frações de diferentes formas, configurando em mais uma razão para os partidos políticos darem especial atenção à discussão. Anterior ao cenário de sofrimento atual, esta questão diz respeito à compreensão daquilo que se encontra no campo subjetivo, sua relação indissociável com a realidade objetiva, e como a própria ordem do capital não consegue sanar as promessas que oferta aos sujeitos, nem responde plenamente a outros desejos e anseios da classe (NETO, 2018) que não estão na esfera da mera sobrevivência ou no âmbito jurídico-político. Estas demandas, de caráter humanitário, integram a noção de comunismo como “condição de possibilidade da própria história” (DEAN, 2021, p. 193). Isto posto:

O fim da camaradagem é o fim do mundo: o não sentido, o desconexo, a loucura e a insistência – desorientadora e desprovida de sentido – no eu. [...] Os problemas que o mundo enfrenta só podem ser encarados por meio do comunismo, como camaradas. A luta de classes hoje é a luta pelo futuro. O capitalismo é incapaz de enfrentar a mudança climática e as migrações e as disputas por recursos que disso decorrerão com qualquer coisa que seja militarismo, muros e genocídio. Ao mesmo tempo, a camaradagem não é algo isento de riscos. Não é uma solução mágica para todos os problemas que a esquerda (muito menos o mundo) enfrenta. Mas ela é a única forma por meio da qual esses problemas talvez possam ser resolvidos. Qualquer coisa a menor que isso nos condenará à concorrência, ao individualismo, ao cinismo e à melancolia em que estamos chafurdados. Para que ao menos sejamos uma esquerda, precisamos ser camaradas. (DEAN, 2021, p. 192-193)

Dar ênfase somente aos entraves do nosso instrumento de luta, ao invés de somar à crítica as tentativas de superação deste cenário (intra e extra partidário), demonstra que o problema se localiza não na ferramenta em si, mas sim em como estamos travando relações no seu interior, considerando estritamente as exigências que a realidade coloca, desconectadas dos limites e capacidades de cada militante (e dos anseios e aspirações da classe no geral). Portanto, a divisão de tarefas, o planejamento de táticas e a reorganização das frentes de atuação devem estar baseadas na relação de confiança e solidariedade entre pares, que se reflete na figura do camarada (DEAN, 2021), com um esforço cotidiano dos militantes para se aproximarem daquilo que defendem e aspiram (KEPPLER, 2018) ao se vincularem a um projeto coletivo sensível às necessidades objetivas e subjetivas dos militantes e dos trabalhadores.

Deste modo, partindo das elaborações dos autores referenciados e com as informações colhidas em campo, sintetizamos o exposto até o momento:

- O sofrimento psíquico é oriundo das relações sociais, sendo particular em cada forma de sociedade. Como a que vivemos é constituída pela fetichização, desumanização dos sujeitos e de seu modo de vida, estas características demarcam a manifestação deste sofrimento e, conseqüentemente, camuflam a fonte geradora deste desgaste (FURTUOSO; COSTA, 2021);
- Devido ao obscurecimento da origem do sofrimento – parte ativa do fenômeno da ideologia –, as instituições fomentadoras de conhecimento no campo da saúde atreladas à classe dominante disseminam uma concepção parcial e funcionalista do fenômeno, de maneira a controlar e naturalizar estruturas político-sociais (GOMES, 2017), o que influencia na tratativa da questão nos diferentes âmbitos da vida, seja nos serviços de saúde e saúde mental, nos círculos afetivos ou na atividade militante;

- Observamos que o cenário atual de precarização da vida, resultante de uma crise sistêmica, ocasiona uma série de consequências para os trabalhadores, que vão desde o desemprego estrutural (MACHADO *et al.*, 2016) a uma fatalização subjetiva manifesta em quadros de sofrimento psíquico grave (COSTA; MENDES, 2021b), este último sendo alvo de atenção em âmbito internacional de diversas instituições devido à sua agudização (WHO, 2012; 2015; 2018). Estas instituições oferecem suas explicações para tal cenário (revelando parcialmente alguns aspectos reais e ocultando outros, simultaneamente), porém, não possuem intencionalidade de dar razões esmiuçadas, pois isso significa colocar em xeque o modo de produção;
- Assim, enfrentar coerentemente o sofrimento psíquico (e outras formas de sofrer) consiste, em primeiro lugar, na percepção e no reconhecimento por parte dos movimentos sociais e das organizações políticas do campo revolucionário (e aqui, nos atemos aos partidos políticos) de que o capitalismo é uma fonte primordial de produção de sofrimento dos sujeitos de ambas as classes (KEPPLER, 2011; 2018). Por isso, não há como refletir a relação indivíduo x sociedade de maneira atomizada;
- De tal modo, não há como conceber a situação de saúde dos sujeitos como uma questão privada, bem como não basta só o incentivo à busca por cuidado e intervenções profissionais, algo legítimo, mas que não vai à raiz do problema: exige, principalmente, um debate e ações consistentes na temática de saúde mental que estejam alinhados aos princípios políticos destas organizações (MINETTO, 2018), agregados ao fortalecimento de vínculos políticos de cunho humanizado e solidário, exemplificados na figura do camarada (DEAN, 2021).
- Identificamos que estas defasagens estão relacionadas ao mapeamento – nos casos do PSOL e do PSTU, na ausência desse; no caso PCB, ainda em um estágio inicial –, ou seja, a um dimensionamento objetivo do problema tomando o método, e à ênfase que deve ser dada à questão de saúde mental nas e pelas organizações. Sem este mapeamento estruturado, discussões e reflexões acerca do assunto não são aprofundadas e, com isso, não há política ou ação bem elaborada.
- Desta forma, deve-se iniciar o processo de construção de uma política de saúde mental interna a estas organizações, que será distinta a depender da localidade das regionais e das demandas. Porém, primeiramente, é preciso partir deste mapeamento das condições

da realidade: uma caracterização do sofrimento psíquico; o que tem provocado o seu agravamento; quais as consequências reais deste processo para os trabalhadores e para os militantes; a relação disso com a crise em curso, dentre outros. Depois de construída esta política interna, faz-se necessário avaliar e reavaliar a pertinência e o impacto dessa.

- Por fim, ressaltamos que estas críticas aos partidos do campo revolucionário não compactuam com a defesa da obsolescência deste instrumento, nem afirmam que tais organizações estejam próximas à perfeição. Pelo contrário, é por compreendermos o partido político como a ferramenta mais viável para o enfrentamento da atual conjuntura (mesmo com todos os seus entraves) que problematizamos a insuficiente atenção dedicada ao debate de saúde mental e, anterior a ele, a histórica secundarização da subjetividade pelas experiências socialistas (MARTÍN-BARÓ, 2017/1984).
- Ambos os temas citados acima são necessários para a consolidação de um projeto político marxista, uma vez que estas organizações, ao considerarem o “querer subjetivo” da classe trabalhadora (IASI, 2011) e, conseqüentemente, dos militantes que as estão construindo cotidianamente, terão instrumentalidade para denunciar tanto o porquê das falhas (e impossibilidades) concretas do sistema capitalista de responder aos anseios e desgastes dos sujeitos, quanto podem mobilizar e vocalizar estas demandas em torno do campo revolucionário e seus princípios (NETO, 2018), unindo-as ao valor da emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desfecho das exposições deste trabalho, respondemos a algumas questões, enquanto caminhamos para uma compreensão inicial de outras, mas que abrem espaço para análises posteriores. Cabe, então, destacar aqueles elementos que consideramos fundamentais ao longo do processo de investigação. Como destacado na introdução desta dissertação, a mobilização para estudar este tema partiu de experiências particulares, provenientes do período em que militei no PSTU, quando percebi um agravamento das condições de saúde mental de alguns de meus camaradas. Notando que a discussão e, conseqüentemente, o planejamento de ações voltados à saúde mental eram irrisórios neste partido, inicialmente, considerei expandir o estudo para os outros dois partidos do campo da esquerda radical (PSOL e PCB), mas buscando analisar como eram conduzidos os casos de sofrimento psíquico grave dos militantes jovens destas organizações, justamente por ser o segmento que estes relatos e casos de afastamento com estas motivações eram percebidos mais fortemente.

Com o desenvolvimento do trabalho, e especialmente após a arguição na banca de qualificação, o objeto de estudo tomou outra forma e modificou-se com as contribuições deste processo. Sendo assim, a proposta foi reformulada e passamos a ter como objetivo identificar se os partidos políticos localizados na esquerda radical brasileira (PCB, PSOL e PSTU) refletiam atentamente dentro das suas respectivas organizações a respeito do debate de saúde mental, considerando-o como aspecto necessário de seus programas políticos. A importância desta discussão dá-se devido à massificação dos quadros de sofrimento psíquico entre os trabalhadores, e a forma como a subjetividade (e o nível profundo de sofrimento) passa a ter uma centralidade maior no atual modo de existência neoliberal do capitalismo. Nossa premissa era de que esta questão não possuía relevância no cotidiano destas organizações e, para tal, recorreremos tanto a um levantamento bibliográfico nas principais bases de dados, quanto à realização de entrevistas com militantes de determinadas regionais destes partidos, das quais omitimos a localidade por quesitos éticos.

Percebemos que, para responder a esta indagação e outras que surgiram no decorrer da pesquisa, seria necessário desenvolver sobre a temática do sofrimento psíquico e as nuances de suas manifestações no capitalismo, focando nos seus desdobramentos na atualidade. Por ser comumente tratada de maneira abstrata em diferentes campos do saber, buscamos trazer uma

abordagem do assunto partindo do materialismo histórico dialético e, entendendo ser inevitável abordar sobre o sofrimento psíquico interligando-o ao debate de subjetividade, iniciamos a dissertação pontuando que a dimensão subjetiva foi e é alvo de constante atenção no interior do marxismo, apesar de ser um tema historicamente marginalizado. Os autores que pavimentaram o caminho teórico desta discussão (Marx, Engels, Vigotski, Fanon, Martín-Baró etc.) deixam explícito que a subjetividade não se forja isoladamente, mas se forma e se conforma diretamente relacionada às estruturas sociais, ou seja, o imaterial é mediatizado pelo material.

Além de apresentarmos o fenômeno do sofrimento psíquico a partir da teoria social crítica, trouxemos uma definição de saúde mental cunhada por Martín-Baró (2017/1984), em que esse a trata como uma expressão subjetiva das relações sociais travadas e vivenciadas pelos sujeitos, sejam elas humanizadoras ou desumanizantes. Este último aspecto foi elaborado posteriormente em ensaios de Fanon e Geronimi (2020/1959), nos quais os autores pontuam que as manifestações de sofrimento psíquico mais agudas se caracterizam, no capitalismo, por serem respostas denunciativas dos sujeitos, mesmo que alienantes, sobre o modo de vida neste sistema, nomeando, desta maneira, o sofrimento psíquico como uma “patologia da liberdade”, cujo tratamento é necessariamente a destruição do capitalismo e a construção de uma nova sociabilidade fundada na liberdade.

Tomando estes apontamentos, ressalto que a saúde mental não é e nem deve ser uma questão inferior para a consolidação de um projeto político e societário. Esta afirmação é necessária, dado que sua importância, conforme expusemos mais detalhadamente no terceiro capítulo, não é negligenciada pelo capitalismo. No tocante ao assunto da subjetividade, notamos que, especialmente após a reestruturação produtiva da década de 1970, do processo de neoliberalização e da crise do “socialismo real”, esse passou a ter uma centralidade maior na reorganização do capital. Esta ênfase ocorreu justamente por conta de uma capitulação burguesa vitoriosa das reivindicações de movimentos da classe trabalhadora, especialmente as das manifestações do Maio de 1968 e do movimento operário, referentes à dimensão subjetiva.

Estas modificações estruturais do padrão produtivo aprofundaram os já existentes processos de alienação, estranhamento e fetichismo da mercadoria, mas também da acumulação do lucro. Com isso temos, atualmente, a construção e fortalecimento da lógica do “empresariamento de si” (DARDOT; LAVAL, 2017; ANTUNES, 2018) e da mistificação e despolitização do caráter de classe das lutas sociais (SAFATLE, 2021), elementos esses que

obscurecem os ainda permanentes pilares da sociedade capitalista e obstaculizam ideologicamente a formação da consciência de classe em seu estágio mais crítico e ativo (IASI, 2017).

Dentre as variadas consequências trazidas ao modo de vida dos trabalhadores por esta sofisticação da exploração, destacamos que, subjetivamente, houve uma elevação substancial das experiências de sofrimento mundialmente, em especial o sofrimento psíquico (WHO, 2012; 2015; 2018). A este “boom” de quadros, são oferecidas e elaboradas diferentes justificativas, que vão desde a naturalização do fenômeno à constatação de um envelhecimento populacional nas localidades em que as taxas deste tipo de sofrimento são maiores; entretanto, não é explicitado, por razões políticas e econômicas, que essa fatalização subjetiva ocorre devido ao próprio *ethos* do modo de produção capitalista (COSTA; MENDES, 2021b).

Para o funcionamento destes artifícios ideológicos, foram e são colocadas em curso duas estratégias, por parte da classe dominante, para “enfrentamento” da manifestação do sofrimento psíquico: 1) a culpabilização dos sujeitos e responsabilização exclusiva desses pela situação de sofrimento em que se encontram, visto que se dissemina, hegemonicamente, que o meio social é um ambiente naturalmente permeado por adversidades e precisamos nos adaptar constantemente; e 2) se reconhecida a legitimidade deste sofrimento pelo sistema, esse passa a ser objeto da intervenção biomédica, que disponibiliza uma série de medicamentos – mesmo quando não há necessidade desta medida – e tem a seu dispor critérios diagnósticos (flexibilizados) para patologizar diversos aspectos comuns da vida social. Observamos que estas estratégias descontextualizam o caráter social do sofrimento psíquico e dos conflitos político-econômicos que expressa, como também atualizam as ideias de Fanon e Geronimi acerca de seu potencial de negação e denúncia da ordem do capital.

Apesar de termos destacado que as respostas da burguesia e de suas frações no que diz respeito ao enfrentamento do sofrimento psíquico não são, de fato, estruturadas a ponto de caracterizarem um projeto do conjunto da classe, argumento que existe uma disseminação de valores funcionalistas e conservadores acerca do sofrimento psíquico por parte de setores específicos (ligados à área da saúde, principalmente), bem como percebe-se uma tratativa hegemônica destes casos, intencionando o ajustamento dos sujeitos aos ditames sociais o mais rapidamente possível.

Em contrapartida, na pesquisa de campo com os partidos políticos identificamos um panorama distinto, o qual nos detivemos a problematizar no quarto e último capítulo. É pertinente demarcar a importância de ter conduzido um quantitativo significativo de entrevistas a respeito de saúde mental e sua relação com o contexto militante das organizações comunista, tendo como pano de fundo o Governo Bolsonaro, que levou a cabo diversos retrocessos políticos nesta área, bem como expressa veementes posicionamentos anticientíficos e anticomunistas. Não percebemos um impacto significativo do contexto pandêmico para os resultados da investigação, visto que foram feitas as adaptações necessárias para a realização das entrevistas. Porém, diferentemente disso, a ausência de um planejamento nacional rígido com medidas sanitárias para o enfrentamento da pandemia, o atraso da vacinação, o desemprego e o aprofundamento da crise foram elementos que prejudicaram visivelmente as condições de vida (objetiva e subjetivamente) dos(as) entrevistados(as).

No geral, foi enfatizado, quase unanimemente, que a saúde mental e o debate sobre o sofrimento psíquico não possuem uma centralidade e/ou relevância no cotidiano militante dos três partidos selecionados, mesmo havendo compreensão de sua relevância e necessidade para uma melhor organização das táticas e estratégias da luta. Foi salientado que as ações políticas relacionadas à questão são praticamente inexistentes e pontuais, geralmente ocorrendo com a eclosão de um caso urgente de algum militante.

Assim, é pertinente colocar que identificamos defasagens no debate e nas ações políticas relacionadas à saúde mental nas três organizações, pois encontramos limites no que tange a um diagnóstico atual da gravidade desta massificação de sofrimento psíquico na classe, conseqüentemente afetando a estruturação de uma política ou ação bem elaborada. É válido colocar que não podemos afirmar que as constatações trazidas neste trabalho são similares nas demais regionais destes partidos nacionalmente, dado que não foi esta a amplitude do universo de pesquisa. Sendo assim, pontuo a importância de se aprofundar e ampliar as investigações para além do foco estabelecido neste trabalho, pois, no processo da pesquisa de campo, não foi possível (assim como não era nosso objetivo) perceber se nossos resultados possuem validade em outras localidades – assim como não é possível generalizar nossos resultados, uma vez que sua validade se restringe ao universo da pesquisa realizada.

Em relação à nossa hipótese inicial, vimos que foi, em grande medida, confirmada dentro do universo da pesquisa. Porém, frisamos que, ainda que a agudização do sofrimento

psíquico tenha se tornado um problema político considerável, esse não será respondido prontamente e/ou extinguido por um ato de vontade das organizações. Esta afirmação parte de constatações históricas já trazidas por outros autores do campo marxista, e, logo, não se trata de uma característica dos partidos da atualidade. Mas entendemos que pensar formas de enfrentamento concreto por uma via revolucionária faz parte da tarefa militante hoje devido à sofisticação do modo de existência do capital. Observamos, além disso, que houve avanços políticos nestes últimos anos em relação ao debate de saúde mental ao tomarmos os resultados e discussões dos trabalhos de Keppler (2011), Boulos (2016) e Minetto (2018).

Especialmente nos casos de Keppler (2011) e Minetto (2018), que destacaram a quase ausência de uma discussão e compreensão do tema, na pesquisa de campo pôde-se observar que houve modificações significativas deste panorama, mesmo que tenha sido em um ritmo lento: os militantes não só reconheciam a importância da temática de saúde mental (destacamos que, após as análises, isso pode ser creditado ao grau profundo de sofrimento psíquico na classe trabalhadora), como souberam, em sua maioria, discuti-la de maneira crítica e alinhada aos princípios da teoria social crítica. Esta modificação positiva no debate, porém, não significou um avanço igualmente proporcional nas tarefas militantes relacionadas à saúde mental, sendo esse o atual nó crítico em comparativo às estratégias dos setores burgueses.

No último capítulo, objetivamos compreender e elaborar sobre os porquês da ocorrência destes avanços no debate de saúde mental no âmbito nos partidos analisados, assim como a permanência de determinadas problemáticas. Encontramos elementos similares àqueles identificados por Boulos (2016): nos espaços dos partidos políticos revolucionários, assim como nas ocupações do MTST estudadas pelo autor, as formas de participação e organização coletiva baseiam-se na ampliação do círculo e das relações sociais, no reconhecimento, no acolhimento, no resgate da autoestima (aqui, no sentido de potência e capacidade humanas) e nos vínculos de solidariedade e pertencimento. Esses foram quesitos fundamentais, segundo Boulos (2016), para a compreensão do caráter estrutural que influencia nos casos de sofrimento psíquico e, conseqüentemente, acarretou a minimização dos sintomas destes quadros nos militantes que experienciavam depressão e ansiedade.

Deste modo, ponderamos que estes princípios não só são fundamentais para uma superação do sofrimento psíquico, por entender que a fonte geradora desse é, em grande medida, a sociedade capitalista – e, assim, necessita de um enfrentamento estrutural; não

individual –, como tais características políticas são concretizadas nas relações de camaradagem, como desenvolvido por Dean (2021). Segundo a autora, a camaradagem fortalece os vínculos de cunho ético, político e humano, com o compartilhamento conjunto de um objetivo comum de enfrentamento e destruição da ordem do capital, uma vez que, para isso, há a exigência de construir relações humanas de caráter igualitário e visceralmente contrárias aos valores individualistas e competitivos do capital. Logo, os partidos políticos alinhados aos princípios do marxismo têm como principal tarefa (e maior desafio) criar e estabelecer um reconhecimento nas diferenças, sem opressão e com solidariedade, entre os setores proletarizados e marginalizados, apontando a classe como uma base unificadora (NEVES, 2020).

Finalizamos a dissertação reafirmando que os temas da subjetividade e da saúde mental tiveram evidentes e enriquecedoras contribuições teóricas nos últimos anos, o que não significa que não permaneçam sendo discussões secundarizadas no campo revolucionário. Embora haja contradições e limitações organizativas nos partidos políticos, já destacadas pela literatura crítica, esses permanecem sendo, na nossa perspectiva, ferramentas potenciais de instrumentalização da luta dos trabalhadores e, por isso, não corroboramos posições que os definem como obsoletos. Entendemos que o partido político permanece atual e indispensável, especialmente na atual dinamicidade da correlação de forças.

Nossa intencionalidade com este trabalho foi demonstrar e justificar a pertinência da temática da saúde mental e o quanto essa está indissociável da conduta e das ações de qualquer partido que se pretende revolucionário. Logo, não pode e nem deve ser colocada à margem das prioridades da luta política, devendo ser encarada seriamente. Reforçamos novamente a necessidade de um mapeamento das reais condições de saúde mental dos trabalhadores e da construção uma política interna de saúde mental nestas três organizações, a fim de se refletir intervenções que podem ser concretizadas juntamente à classe, bem como a permanente qualificação das relações de camaradagem a fim de fortalecer o compromisso político e social alinhado entre os militantes.

Para os(as) próximos(as) pesquisadores(as) que almejam desenvolver produções na área da saúde mental numa perspectiva crítica, reiteramos ser imprescindível travar tal debate de maneira consequente a partir dos fundamentos do materialismo histórico dialético. Esperamos, com esta dissertação, ter contribuído para os debates e pesquisa no referido campo de estudos,

trazendo respostas a alguns questionamentos, mas também deixando outros caminhos abertos para investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 5/6, p. 25-36, maio-dez, 1997. (Número especial sobre Juventude e Contemporaneidade).

ALBRECHT, D. M. C. Capítulo 1: Consciência e estratégia na luta de classes. In: ALBRECHT, D. M. C. **Movimentos contra os manicômios e lutas de classes no Brasil e na Itália: Um estudo sobre consciência e estratégia** / Daniela Albrecht. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 558 fls, p. 30-61, 2019.

ALMEIDA, M. R.; GOMES, R. M. Medicalização social e educação: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Nuances: estudos sobre educação**. Presidente Prudente - SP, v. 25, n. 1, p. 155-175, 2014.

AMARANTE, P. “Paulo Amarante: ‘É preciso cautela para não patologizar reações de tristeza e sofrimento na pandemia’”. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. Publicado em 26 ago. 2020. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=Paulo-Amarante-E-preciso-cautela-para-nao-patologizar-reacoes-de-tristeza-e-sofrimento-na-pandemia>>. Acesso em: 20 set. 2021.

AMÉRICO, T. “Venda de antidepressivos cresce 17% durante a pandemia”. CNN Brasil. Publicado em 23 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/venda-de-antidepressivos-cresce-17-durante-pandemia-no-brasil/>>. Acesso em 20 set. 2021.

ANTUNES, R. As respostas do capital à sua crise estrutural: reestruturação produtiva e suas repercussões no processo de trabalho. In: ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo Editorial, p. 29-34, 2000.

ANTUNES, R. A. Nova Morfologia do Trabalho, suas principais metamorfoses e significados: um balanço preliminar. p. 11- 28. In: GUIMARÃES, C. (Org.) **Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010. 306p.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. São Paulo, Boitempo, 2018.

ARAGÃO, L. G. de. FORTES, R. V. Corpo útil – Um debate acerca das repercussões capitalistas sobre os corpos humanos. In: **Vazantes**, v. 2, n. 2, p. 139-155, 2018.

BATISTA, A., ANTUNES, B., FAVERET, G., PERES, I., MARCHESI, J., CUNHA, J. P., DANTAS, L., BASTOS, L., CARRILHO, L., AGUILAR, S., BAIÃO, F., MAÇAIRA, P., HAMACHER, S., BOZZA, F. Análise socioeconômica da taxa de letalidade da Covid-19 no Brasil. **Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS)**, nota técnica n. 11. p. 1-12, 2020.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. Biblioteca Básica do Serviço Social. Volume 2. São Paulo: Cortez, 2011.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 2010.

BONADIMAN, C. S. C.; PASSOS, V. M. D. A., MOONEY, M., NAGHAVI, M., & MELO, A. P. S. A carga dos transtornos mentais e decorrentes do uso de substâncias psicoativas no Brasil: Estudo de Carga Global de Doença, 1990 e 2015. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 20, supl. 1, p. 191-204, 2017.

BOTTOMORE, T. Trotskismo. In: BOTTOMORE, T. (editor). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antonio Moreira Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 617-619, 2001.

BOULOS, G. C. **Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo** / Guilherme Castro Boulos. São Paulo, 2016. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Programa de Psiquiatria.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde Mental em Dados – 12, ano 10, nº 12. Informativo eletrônico. Brasília: outubro de 2015. Disponível em: <https://desinstitute.org.br/noticias/saude-mental-em-dados-acesse-as-edicoes-eletronicas-de-2006-a-2015/>. Acesso em 18 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril 2016. Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Brasil: Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 580, de 22 de março de 2018. Estabelece que as especificidades éticas das pesquisas de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde (SUS). Brasil: Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2018.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

BRAZ, M. **Partido e Revolução**: 1848-1989. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CAMARGO JR., K. R de. Medicalização, farmacologização e imperialismo sanitário. **Cadernos de saúde pública**, v. 29, p. 844-846, 2013.

COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T. Colonização, guerra e saúde mental: Fanon, Martín-Baró e as implicações para a Psicologia brasileira. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 36, n. spe, e36nspe14, p. 1-12, 2020.

COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T. Saúde Mental em Tempos de Crise e Pandemia: Um Diálogo com Martín-Baró. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 13, n. 1, p. 217-231, jan./mar. 2021a.

COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T. Frantz Fanon, saúde mental e a práxis antimanicomial. **Sociedade em Debate** (Pelotas), v. 27, n. 1, p. 66-82 jan./abr. 2021b. p. 1-12, ISSN: 2317-0204.

DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DEAN, J. **Camarada**: um ensaio sobre pertencimento político. Trad. Arthur Renzo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DEL ROIO, M. Marx e a Comuna de Paris. **Revista Espaço Acadêmico**. nº 118, p. 25-31, mar. 2011.

DIÁRIO DO NORDESTE. “Suicídio entre público LGBT aumenta quatro vezes em dois anos”. Publicado em 4 fev. 2019. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/suicidio-entre-publico-lgbt-aumenta-quase-quatro-vezes-em-dois-anos-1.2058979>>. Acesso em 21 set. 2021.

DONNANGELO, M. C. F. **Saúde e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

DUBOC, J. R. **Uma aproximação às categorias da alienação, fetichismo e consciência em Marx**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, Área de Concentração “Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social” da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

DUNKER, C. A hipótese depressiva. In: SAFATLE, V. SILVA JUNIOR, N. DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, p. 177-212, 2021.

DURKHEIM, É. **O suicídio**. Estudo sociológico. Trad. de Luz Cary, Margarida Garrido e J. Vasconcelos Esteves. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

ENGELS, F. Cartas: Friedrich Engels a August Bebel. In: MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, p. 51-58, 2012 (Coleção Marx-Engels).

FANON, F. Introdução. In: FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, p. 25-32, 2008.

FANON, F.; AZOULAY, J. A socioterapia numa ala de homens muçulmanos: dificuldades metodológicas. In: FANON, F. (Khalifa, J., organizador). **Alienação e liberdade**. Escritos psiquiátricos. São Paulo: UBU Editora, p. 171-194, 2020/1954.

FANON, F.; GERONIMI, C. A internação diurna na psiquiatria: valor e limites (2). In: FANON, F. (Khalifa, J., organizador). **Alienação e liberdade**. Escritos psiquiátricos. São Paulo: UBU Editora, p. 85-101, 2020/1959.

FERNANDES, M. “Luta que Cura (2ª parte)”. Publicado em 29 mai. 2011. Passa Palavra. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2011/05/40366/>>. Acesso em 27 set. 2021.

FERNANDES, S. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. 400 p.

FISHER, M. Não prestar para nada. In: FISHER, M. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?. Trad. Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato, Maikel da Silveira; [coordenação Manuela Beloni, Cauê Ameni] – 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, p. 137-141, 2020/2014.

FORMENTI, L. “Suicídio aumenta no Brasil: são 31 casos por dia”. Estadão. São Paulo, 20 set. 2018. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,suicidio-aumenta-no-brasil-sao-31-casos-por-dia,70002511569>. Acesso em: 20 set. 2021.

FONTES, V. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea. n. 21, p. 23-36, 2008.

FRANCO, T. DRUCK, G. SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, v. 35, p. 229-248, 2010.

FURTUOSO, L. M.; COSTA, P. H. A. Alienação, estranhamento e o problema da individualidade no capital em crise: uma análise do sofrimento. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2021: O futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista, 2021, Rio de Janeiro. **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2021**: o futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista, p. 1-30, 2021.

GOMES, R. M. **Humanização e desumanização no trabalho em saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

GOUVÊA, M. M. A culpa da crise não é do vírus. In: MOREIRA, E. et al (orgs.). **Em tempos de pandemia**: propostas para defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, p. 19-28, 2020.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. In: **InterfacEHS** – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. v. 2, n. 4, traduzido por Marijane Vieira Lisboa, p. 1-30, ago. 2007.

HARVEY, D. A loucura da razão econômica. In: HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**. São Paulo: Boitempo, p. 168-202, 2018.

IASI, M. L. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

IASI, M. Trabalho como meio de vida ou como primeira necessidade da existência? **Argumentum**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 16-22, jul./dez. 2010.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento). 2. ed - São Paulo: Expressão Popular, 2012. 584 p.

IASI, M. L. Consciência e pertencimento de classe na nova configuração do trabalho. In: NAVARRO, V. R.; LOURENÇO, E. A. de S (org.). **Avesso do trabalho IV – Terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

KEPPLER, I. L. S. **Saúde e militância**: reflexões a partir da escuta de militante. Monografia, apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal de São Paulo, Baixada Santista, São Paulo, 2011.

KEPPLER, I. “Quem está doente é o sistema social: notas sobre saúde mental e militância”. Publicado em 24 ago. 2018. Resistência PSOL. Disponível em: <https://resistenciapsol50.com.br/2018/08/24/quem-esta-doente-e-o-sistema-social-notas-sobre-saude-mental-e-militancia/>. Acesso em 17 dez. 2021.

KHALFA, J. Introdução. Fanon, psiquiatra revolucionário. In: FANON, F. (Khalfa, J., organizador). **Alienação e liberdade**. Escritos psiquiátricos. São Paulo: UBU Editora, p. 21-56, 2020.

KONDER, L. **O marxismo na batalha das ideias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LAURELL, A. A saúde-doença como processo social. Tradução de: La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de Salud**, México, 2, 1982, pp. 7-25. Trad. E. D. Nunes.

LAURELL, A. C. MÁRQUEZ, M. **El desgaste obrero en Mexico**. México: Ed. Era, 1983.

LÊNIN, V. I. **Uma grande iniciativa**: sobre o heroísmo dos operários na retaguarda. A propósito dos Sábados Comunistas. Publicado em 28 jul. 1919. [Tradução por José Braz para o Marxist Internet Archive]. Disponível em:

<<http://cstpsol.com/home/dl/Vladimir%20Lenin/Uma%20Grande%20Iniciativa.pdf>>. Acesso em 16 fev. 2022.

LÊNIN, V.I. **O que fazer?**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LEONTIEV, A. N. O homem e a cultura. In: LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Trad. Rubens Eduardo Frias. 2. Ed. São Paulo: Centauro, p. 279-302, 2004.

LIMA, J. C. F. A Política Nacional de Saúde nos anos 1990 e 2000: na contramão da história? In: FIDELIS, C.; FALLEIROS, I. (Orgs.). **Na corda bamba de sombrinha**: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC/EPSJV, 2010, p. 277-310.

LIMA, J. C. F. O Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde e o ‘novo universalismo’ ou a ‘cobertura universal em saúde’. In: Pereira, João Márcio M. (org.). **A demolição dos direitos**: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: EPSJV, p. 233-253, 2014.

LÖWY, M. Um Marx Insólito. In: MARX, K., 1818-1883. **Sobre o suicídio**. Trad. Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, p. 13-19, 2006.

MACHADO, F. K. S. GIONGO, C. R. MENDES, J. M. R. Terceirização e Precarização do Trabalho: uma questão de sofrimento social. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 16, n. 36, p. 227-240, ago. 2016.

MAGALHÃES, B. “Vida militante e saúde mental”. Publicado em 10 set. 2019. **Revista Movimento**. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2019/09/vida-militante-e-saude-mental/>>. Acesso em 17 dez. 2021.

MANDELLI, M. T.; SOARES, D. H. P.; LISBOA, M. D. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 63 (no.spe.): 1-104, 2011.

MARQUES, M. Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 137-146, jan./abr. 2018.

MARTÍN-BARÓ, I. O psicólogo no processo revolucionário. In: MARTÍN-BARÓ, I, 1942-1989. **Crítica e libertação na Psicologia**: estudos psicossociais. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 25-29, 2017.

MARTÍN-BARÓ, I. Guerra e Saúde Mental. In: MARTÍN-BARÓ, I, 1942-1989. **Crítica e libertação na Psicologia**: estudos psicossociais. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 251-270, 2017.

MARTINS, F. P. **Teleologia e causalidade na práxis política**: momento ideal do partido frente às manifestações de junho de 2013. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração “Serviço Social e Sujeitos Sociais” da

Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 144 p., 2015.

MATTOS, M. B. Sobre os partidos políticos no Brasil de hoje: um enfoque a partir da classe trabalhadora e seus movimentos. In: BRAVO, M. I. S. MENEZES, J. S. B. de. **Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, K. **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Global, 1986.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. A Introdução [I. Produção, consumo, distribuição, troca (circulação)]. In: MARX, K. **Grundrisse**. Trad. Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, p. 54-95, 2005.

MARX, K., 1818-1883. **Sobre o suicídio**. Trad. Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, K. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)** / Karl Marx, Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Manuscrito Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K, 1818-1883. **A sagrada família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. Tradução, organização e notas de Marcelo Backes. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas de Nélio Schneider; prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, K. A mercadoria. In: MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 157-218.

MATTOSO, F. A. A dimensão territorial no trabalho do assistente social na estratégia saúde da família. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, (24), p. 235-252, 2009.

MENEGAT, M. O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto. **Épos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan.-jun, 2011. ISSN 2178-700X.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. **Revista Movimento**. Edição 04, 02/2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/a-crise-estrutural-do-capital/>.

MINETTO, I. **Sofrimento psíquico na militância: uma análise de seus processos críticos**. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Comunicado n. 0015188696 de 05 de junho de 2020. Retomada da tramitação regular no Sistema CEP/CONEP para os projetos de ciências humanas e sociais relacionados à saúde mental. Brasília, DF: MS; 2020. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/Comunicado05-06-2020SEI-MS0015188696CHS.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2021.

MIRANDA, L. “Notas sobre saúde mental no capitalismo em tempos de Covid-19”. Publicado em 23 jun. 2020. Poder Popular – MG. Disponível em: <<https://www.poderpopularmg.org/saude-mental-no-capitalismo-em-tempos-de-covid-19/>>. Acesso em 9 out. 2021.

MONTAÑO, C. DURIGUETTO, M.L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social; vol. 5).

MOURA, P. T. C de. **As razões da esquerda radical PCB, PSTU e PSOL: estrutura organizativa e objetivos políticos**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 134 p., 2011.

NETO, H. L. M. Análise da centralidade do sofrimento: potencial emancipatório e constituição de vínculos políticos. **III Encontro de Teoria Crítica e Filosofia Política da USP**, 2018.

NETTO, J. P. Fetichismo: teoria marxiana da positividade capitalista. In: NETTO, J. P. **Capitalismo e Reificação**. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, p. 73-89, 1981.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, N. B. Suicídio e trabalho: Breves considerações acerca da relação entre sofrimento e alienação. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. Â. De S. (Ed.). **Avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. Outras Expressões, p. 123-140, 2013.

NEVES, V. Movimentos sociais “clássicos”, “contemporâneos” e relevância da estratégia socialista. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 8, n. 14, p. 36-52, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. New York: OMS, 1946.

PACHUKANIS, E. Mercadoria e sujeito. In: PACHUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. São Paulo: Boitempo, p. 117-137, 2017.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. “Breve Histórico do PCB”. Publicado pelo Comitê Central do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/historia.html>. Acesso em 8 nov. 2021.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. “Manual de organização partidária”. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/manual.html>. Acesso em: 9 nov. 2021.

POULANTZAS, N. As lutas políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças. In: POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, p. 125-164, 2015.

PRONKO, M. A. Modelar o comportamento: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo. RTPS – **Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. IV, nº 06, p. 167-180, jan.-jun./2019.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Estatuto do Partido Socialismo e Liberdade**. Brasília, 2004. Disponível em: <https://psol50.org.br/partido/estatuto/>. Acesso em 9 nov. 2021.

RAMOS, M. N. A pedagogia das competências a partir das reformas educacionais dos anos de 1990: relações entre o (neo)pragmatismo e o (neo)tecnicismo. In: ANDRADE, J. de; PAIVA, L. G. de. (Org.). **As Políticas Públicas para a Educação no Brasil Contemporâneo**. 1ª ed. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, p. 56-71, 2011.

REIS, A. M. dos.; SOARES, C. B.; CAMPOS, C. M. S. Processo saúde-doença: concepções do movimento estudantil da área da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 19, p. 347-357, 2010.

SAAD FILHO, A. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 3, n. 4, p. 58-72, 2015.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V. SILVA JUNIOR, N. DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, p. 17-46, 2021.

SAFATLE, V. SILVA JUNIOR, N. DUNKER, C. Introdução. In: SAFATLE, V. SILVA JUNIOR, N. DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, p. 9-13, 2021.

SCHRAIBER, L. B. MOTA, A. O social na saúde: trajetória e contribuições de Maria Cecília Ferro Donnangelo. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(5): p. 1467-1473, 2015.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, L. B. Trabalho: Notas sobre fundamentos ontológicos e históricos. In: **RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. II, nº 02, p. 187-201, Jan.-Jun./2017.

SILVEIRA, M. L. S. da. Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 7, p. 103-113, 2002.

TAQUETTE, S. Análise de dados de pesquisa qualitativa em saúde. **CIAIQ [Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa]**. 2016, v. 2, p. 524-533, 2016.

VASCONCELLOS, J. “Alerta na saúde: cresce o consumo de antidepressivos no Brasil”. Publicado em 12 jan. 2021. Correio Braziliense. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/01/12/interna-brasil,819930/alerta-na-saude-cresce-o-consumo-de-antidepressivos-no-brasil.shtml>>. Acesso em 20 set. 2021.

VECCHIA, M. D. O processo de trabalho e o trabalho coletivo em saúde. In: VECCHIA, M. D. **Trabalho em equipe na Atenção Primária à Saúde: Fundamentos histórico-políticos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 23-64, 2012.

VIAPIANA, V. N.; GOMES, R. M.; ALBURQUERQUE, G. S. C. **Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença**. Rio de Janeiro, Saúde em Debate, v. 42, n. Especial 4, p. 175-186, dez. 2018.

VIGOTSKI, L. S. **A transformação socialista do homem**. [Tradução de Nilson Dória a partir da versão em inglês The socialist alteration of man para Marxists Internet Archive], 1930. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm#topp>>.

WAINER, L. R. **Neoliberalismo, trabalho e sofrimento psíquico: reflexões para não perder de vista o desejo**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia. Porto Alegre, 2020.

WERLANG, R. & MENDES, J. M. R. Sofrimento social. **Serviço Social**, nº 116, p. 743-768, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia**. Genebra: WHO, 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **The Global Burden of Disease: 2004 update**. Geneva: WHO, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Mental Health Action Plan 2013-2020**. Geneva: WHO, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Plan of Action on Mental Health 2015-2020**. Geneva: WHO, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Depression and other common mental disorders**: global health estimates. World Health Organization, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Mental Health Atlas 2017**. Geneva: WHO, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Suicide in the world**. Global Health Estimates. Washington: WHO, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). "Mental disorders". Publicado em 28 nov. 2019. World Health Organization. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders>>. Acesso em 18 set. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário elaborado no Formulário Google com o intuito de coletar informações acerca do perfil dos(as) entrevistados(as). Além das perguntas, neste formulário estava inserido o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) (ir ao tópico “Anexos”). Para responder o questionário, os(as) entrevistados(as) autorizavam o uso de suas respostas na dissertação, bem como concordavam em participar de entrevista individual (Apêndice B) posteriormente, com um roteiro mais elaborado.

1) Nome completo (opcional)

2) E-mail

3) Idade

() 18 a 24 anos

() 25 a 29 anos

() 30 a 34 anos

() 35 a 40 anos

() 41 a 44 anos

() 45 a 49 anos

() 50 a 54 anos

() 55 a 60 anos

() 61 a 70 anos

Outro: _____

4) Raça/etnia (As seguintes categorias de classificação são as utilizadas nas pesquisas de autodeclaração do IBGE):

() Branca(o)

() Negra(o)

() Indígena

() Amarela(o)

5) Identidade de gênero

- Mulher cis (mulher que se identifica com o sexo biológico que nasceu)
- Homem cis (homem que se identifica com o sexo biológico que nasceu)
- Mulher trans (foi designada homem ao nascer, mas se entende como mulher)
- Homem trans (foi designado mulher ao nascer, mas se entende como homem)
- Não-binário (não se identifica com o papel de gênero masculino, nem com o feminino)

6) Orientação sexual

- Heterossexual (relaciona-se sexualmente apenas com o sexo oposto)
- Lésbica (relaciona-se sexualmente apenas com pessoas do sexo feminino)
- Gay (relaciona-se sexualmente apenas com pessoas do sexo masculino)
- Bissexual (relaciona-se sexualmente com todos os gêneros)
- Assexual (relaciona-se amorosamente com as pessoas, mas sem relações sexuais)

7) Bairro onde reside: _____

8) No momento, com quem você mora? (Entende-se por “família” não apenas a composição estabelecida como “tradicional” (pai, mãe e filhos), mas considerando 1 ou mais pessoas que vivem sobre o mesmo teto)

- Sozinho
- Com os pais
- Com os avós
- Com somente um dos pais
- Em casa de familiares/amigos
- República
- Pensão
- Outro: _____

9) Trabalha? (Aqui, considera-se “trabalho” como qualquer atividade remunerada, formal – vínculo CLT – e informal. Bolsistas estão inclusos. Em caso de trabalho doméstico, marcar “outros” se for de responsabilidade exclusivamente sua e/ou se é uma atividade que você divida).

- Sim

Se sim, qual é seu trabalho? _____

- Não
- Outros:

10) Caso a resposta da pergunta anterior seja “não”, qual a sua condição de manutenção?

- Sustentado pelos meus pais
- Sustentado por somente um dos pais. Qual? _____
- Sustentado por avô/avó
- Sustentado por outros parentes. Qual é o grau de parentesco? _____
- Outros meios. Qual? _____

11) Renda familiar (mesmo critério da pergunta 8):

- Menos de 1 salário-mínimo
- 1 a 3 salários-mínimos
- 4 a 6 salários-mínimos
- 7 a 9 salários-mínimos
- 10 salários-mínimos ou mais

12) Escolaridade:

- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino Superior
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutorado

13) Em caso de resposta afirmativa para “Ensino Superior”, qual é a sua graduação?

14) Em qual organização você milita?

- PCB

PSOL

PSTU

15) Há quantos anos está organizado? _____

16) É militante de base ou dirigente?

Base

Dirigente

17) Possui alguma aproximação com as discussões sobre saúde e/ou saúde mental?

Sim

Não

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista individual

- 1) Conte um pouco da sua trajetória pessoal, até o momento que você ingressou na militância organizada.
- 2) Você gosta de militar ou milita por compreender que é necessário?
- 3) Quais atividades envolvendo a militância que você mais gosta? E quais aquelas que você menos gosta?
- 4) Você considera que é papel do partido político debater sobre o tema “saúde mental”?
- 5) No seu partido, as discussões sobre saúde mental são colocadas em pauta nos núcleos? Já foi sugerido por algum militante?
- 6) Quando as discussões sobre saúde mental ocorriam, qual era o teor do debate e como o partido o conduzia?
- 7) Já percebeu alguma resistência ou algum estigma ao se debater saúde mental no âmbito do partido?
- 8) Há militantes em sofrimento psíquico no partido? Fazem tratamento de saúde?
- 9) Caso haja militantes em sofrimento psíquico, a atuação militante é uma das causas deste sofrimento?
- 10) Quando foram identificados os militantes em sofrimento psíquico, foi realizada alguma discussão específica – com o militante e no partido como todo – a respeito disso? Foram feitos planejamentos e/ou intervenções junto ao militante?
- 11) Você já passou por algum processo de sofrimento psíquico enquanto esteve no partido? O partido tinha alguma relação com este sofrimento? Você fez algum acompanhamento profissional?
- 12) O sofrimento psíquico dos militantes poderia ser atrelado à dificuldade do partido de concretizar os objetivos do projeto político/societário que reivindica e constrói? Por quê?
- 13) Você já pensou em se afastar do partido (temporária ou permanentemente)? Por qual(is) motivo(s)?
- 14) Existe espaço para que o militante em sofrimento psíquico possa dialogar sobre sua condição de saúde com o conjunto do partido? Há espaços no interior do partido para se debater o sofrimento? Estes espaços se restringem a reuniões ou momentos e discussão interna do partido (vão para além dos núcleos)?

- 15) Há documentos específicos do partido (reportagens, textos, circulares internas etc.) sobre saúde mental? Alguma vez você teve acesso a eles?
- 16) Você percebe que há acolhimento, por parte dos companheiros do partido, quando um militante convive com um quadro de sofrimento psíquico?
- 17) Seu partido possui vínculo/contato com instituições especializadas em cuidados de saúde mental? Com psicólogos ou médicos que fazem consulta a preço popular? Você acha que seja necessário ter?
- 18) Como você conceituaria “saúde”?
- 19) O que você entende por “saúde mental”? E por “sofrimento psíquico/mental”?
- 20) Qual é a sua percepção a respeito de como a esquerda socialista se relaciona com o debate de saúde mental?
- 21) Como você acha que deveriam ser realizadas as discussões sobre saúde mental no interior do seu partido? Você pensa em alguma(s) possibilidade(s)?

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Anuência Institucional (TAI) enviado aos dirigentes do PCB, PSOL e PSTU

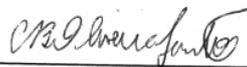
Prezada(o) _____, dirigente do Partido _____, do município _____,

Venho por meio deste solicitar a autorização desta organização para realização da pesquisa intitulada **“SOFRIMENTO PSÍQUICO E MILITÂNCIA: Apontamentos sobre a discussão de saúde mental nos partidos políticos revolucionários”**, sob minha responsabilidade.

A pesquisa, realizada no âmbito do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio Cruz (EPSJV/Fiocruz) tem como objetivo compreender se os partidos políticos socialistas têm realizado debates acerca da temática de saúde mental. Esta pesquisa prevê realização da seguinte etapa metodológica no âmbito desta instituição: A realização de entrevistas por videochamada com militantes de partidos políticos da esquerda socialista acerca das discussões feitas a respeito do tema de saúde mental no interior do partido, na faixa etária de 18 a 70 anos, que estejam há pelo menos um (1) ano como militantes orgânicos do partido e que não necessariamente tenham passado por um processo de sofrimento psíquico.

Além disso, há um questionário socioeconômico para coleta de informações sobre o(a) entrevistado(a) contendo informações gerais, relacionadas à idade; raça e etnia; identidade de gênero; com quem e onde mora; escolaridade e renda, disponibilizado via Formulário Google. Solicito que, caso esteja em concordância com a realização da pesquisa, aqueles militantes disponíveis a participar das entrevistas não necessariamente precisam trabalhar e/ou estudar na área da saúde, garantindo, assim, uma diversidade nas respostas.

Informo também que o projeto de pesquisa será avaliado pelo Comitê de Ética (CEP) da EPSJV/Fiocruz, sendo que a pesquisa terá iniciada após a sua aprovação do referido Comitê.



Pesquisadora Responsável

Declaro estar de acordo com a realização da pesquisa no âmbito desta instituição, desde que aprovada pelo Comitê de Ética.

(Local e data)

Assinatura do responsável

ANEXO B – Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)

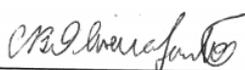
Eu, Clara Barbosa de Oliveira Santos, discente do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio Cruz (EPSJV/FIOCRUZ), responsável pelo projeto de pesquisa intitulado “**SOFRIMENTO PSÍQUICO E MILITÂNCIA: Apontamentos sobre a discussão de saúde mental nos partidos políticos revolucionários**”, comprometo-me com a utilização dos dados contidos nas gravações feitas com os participantes das entrevistas feitas para a pesquisa, a fim de obtenção dos objetivos previstos no projeto de pesquisa e somente após receber a aprovação do sistema Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Comprometo-me a manter a confidencialidade e a privacidade dos dados coletados nos arquivos gravados. Esclareço que os dados se referem ao debate de saúde mental no âmbito dos partidos políticos socialistas, observando se esses se materializam em ações concretas de intervenção por parte dos organismos internos destes partidos, no período de agosto a dezembro de 2021.

Declaro entender que é minha a responsabilidade de zelar pela integridade das informações e de garantir a confidencialidade dos dados e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas. Também é minha a responsabilidade de não repassar os dados coletados, o banco de dados em sua íntegra ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa.

Por fim, comprometo-me com a guarda, cuidado e utilização das informações apenas para cumprimento dos objetivos previstos nesta pesquisa aqui referida. Qualquer outra pesquisa em que eu precise coletar informações será submetida à apreciação do CEP/EPSJV.

Resende – Rio de Janeiro, 28 de maio de 2021



Assinatura da pesquisadora responsável

ANEXO C – Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE)

Eu, Clara Barbosa de Oliveira Santos, discente do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio Cruz (EPSJV/Fiocruz), convido você a participar da pesquisa “**SOFRIMENTO PSÍQUICO E MILITÂNCIA: Apontamentos sobre a discussão de saúde mental nos partidos políticos revolucionários**”. O objetivo geral dessa pesquisa é compreender se os partidos políticos socialistas têm realizado debates acerca da temática de saúde mental, além de elaborar ações políticas intra e extra partidariamente no que diz respeito à questão de saúde mental.

Neste sentido, este convite se justifica devido à importância de ouvirmos os militantes a respeito das discussões de saúde mental nos espaços de militância, observando se tais debates se materializam em ações no cotidiano da atuação partidária. A sua participação é voluntária e consistirá em responder um questionário com informações pessoais, e participar de entrevista com perguntas acerca de aspectos relacionados à discussão de saúde mental e militância. Considerando o contexto da pandemia de Covid-19, as entrevistas serão realizadas via plataformas de videoconferência, de sua preferência, respeitando, assim, as medidas sanitárias preconizadas, garantindo sua privacidade e sigilo das informações fornecidas. A pesquisa durará até março de 2022.

A entrevista será gravada, permitindo uma melhor adequação e interpretação da análise de dados e, posteriormente, transcrita. Caso queira, você poderá revisar a transcrição das suas falas, antes da sua incorporação aos resultados do estudo. Será disponibilizado, no Formulário Google, o telefone e e-mail da pesquisadora, para que você possa tirar quaisquer dúvidas sobre o projeto e sua participação, independente da etapa de desenvolvimento.. Também poderá desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. A sua participação nessa pesquisa não implica em nenhum custo financeiro para você, assim como não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela sua participação.

O armazenamento adequado dos dados coletados é de responsabilidade da pesquisadora, assim como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa. Desse modo, a entrevista, após a gravação, será armazenada em um disco rígido (HD), pertencente, e de acesso exclusivo, à pesquisadora.

Tais informações serão utilizadas estritamente para fins científico, permanecendo armazenadas por um período de cinco (5) anos. Posteriormente a este intervalo, os dados serão excluídos., assegurando a confidencialidade das informações.

Caso se sinta prejudicado de alguma maneira por esse estudo, poderá recorrer aos meios legais, que preveem indenização, conforme o artigo 19, da Resolução nº 510/2016. Conforme o Art. 9, VI, da Resolução CNS nº 510/2016, você possui o direito de ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa (art. 9, VI). Importante destacar que todos os procedimentos adotados nessa pesquisa obedecem aos critérios da Ética em Pesquisa com seres humanos, de acordo com a Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde.

Os riscos que podem surgir com a participação na pesquisa são mínimos, e poderão estar relacionados: 1) apreensão ao responder algumas perguntas; 2) uso dos dados que possam identificá-los de alguma forma; 3) desconforto de informar aspectos pessoais e 4) quebra de sigilo acerca de suas tarefas militantes internas no partido político em que está organizado.

Para minimizar tais riscos, os participantes serão comunicados do direito à interrupção da participação, ressarcimento e/ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos, garantindo o acesso aos resultados finais do trabalho e a manutenção do anonimato relacionado à sua identificação pelas informações. Vale ressaltar que apenas a pesquisadora e seu orientador terão acesso às informações fornecidas – o orientador terá acesso as informações transcritas; não aos dados brutos.

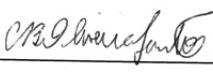
Os benefícios indiretos relacionados à sua colaboração nesta pesquisa contribuirão para uma reflexão sobre como o debate de saúde mental tem ocorrido no âmbito dos partidos políticos socialistas, e se existem políticas, bem como direcionamentos internos, para intervir nestes casos. Em nenhuma hipótese, haverá benefícios materiais (pagamento, ajuda de custo etc.). Os benefícios desta pesquisa serão exclusivamente acadêmicos, visando contribuir para aprofundamento de um estudo que colabore para a sociedade. Os resultados deste estudo serão divulgados em relatório individuais para os entrevistados, e em artigos científicos frutos da dissertação do mestrado.

O seu “aceite” a este registro de consentimento será arquivado pelo pesquisador responsável e, ao final do preenchimento do Formulário Google, você terá a opção de receber por e-mail uma cópia de suas respostas. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com

a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente.

Em caso de dúvida sobre qualquer aspecto desse estudo, você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz nos endereços abaixo. O Comitê de Ética é a instância responsável por examinar os aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos, zelando pela proteção à dignidade, autonomia e direitos dos participantes.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Rubrica da pesquisadora: _____ 

Rubrica do(a) participante _____

Comitê de Ética da EPSJV/Fiocruz

Avenida Brasil, 4365, Manguinhos, Sala 7 (Container) – EPSJV/Fiocruz

CEP 21045-900 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Telefone: (21) 3865-9809

E-mail: cep.epsjv@fiocruz.br

Contato do(a) pesquisador(a)

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio –EPSJV/Fiocruz

Laboratório de Formação Geral na Educação Básica

Avenida Brasil, 4365 – Manguinhos – EPSJV, sala 301

Telefone: (21) 3865-9720

E-mail: andre.dantas@fiocruz.br; clarab.santos7@gmail.com